UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

RICARDO MENESES MIGUEL

PROJOVEM ADOLESCENTE EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES E A VIDA DOS JOVENS: CONEXÕES, CAPTURAS, ESCAPES E APROPRIAÇÕES

VITÓRIA

2014

RICARDO MENESES MIGUEL

PROJOVEM ADOLESCENTE EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES E A VIDA DOS JOVENS: CONEXÕES, CAPTURAS, ESCAPES E APROPRIAÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Coelho Heckert.

VITÓRIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Miguel, Ricardo Meneses, 1984-
M636p Projovem Adolescente em Venda Nova do Imigrante-ES e a vida dos jovens : conexões, capturas, escapes e apropriações / Ricardo Meneses Miguel. – 2014.
217 f. : il.

Orientador: Ana Lúcia Coelho Heckert.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Brasil). 2. Juventude - Venda Nova do Imigrante (ES). 3. Políticas públicas - Venda Nova do Imigrante (ES). 4. Serviço social - Venda Nova do Imigrante (ES). I. Heckert, Ana Lúcia Coelho. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

RICARDO MENESES MIGUEL

PROJOVEM ADOLESCENTE EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES E A VIDA DOS JOVENS: CONEXÕES, CAPTURAS, ESCAPES E APROPRIAÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Vitória, 31 de outubro de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Profª. Drª Ana Lúcia Coelho Heckert
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

_____

Profª Drª Esther Maria de Magalhães Arantes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

_____

Profª Drª Ana Paula Figueiredo Louzada
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Cada um de nós somos vários, e com aqueles que estiveram juntos comigo nessa caminhada somos muitos. Fiquei um pouco ausente de alguns espaços, mas sei que mesmo nesses momentos estiveram comigo.

Agradeço a Deus, não-totalitário, amor, união e paz.

À vida em expansão, suas conexões, sua capacidade inventiva e potência. À energia do mundo, à natureza, parafraseando Cecília Meirelles, com quem aprendi a me cortar e voltar sempre inteiro. Aos ares, lugares, contato com o mundo, aos rios, riachos, lagos, lagoas, montanhas, praias, animais, estamos todos conectados.

À minha família. Meu pai Ermenegildo e minha mãe Neide, pela postura de vida, com os quais aprendi a ser paciente, buscar caminhos e enfrentamentos. Meus irmãos Leonardo e Graciela, pelo carinho e união. Aos meus sobrinhos Pedro, Maria Luiza e João por encherem a casa de alegria. Meu cunhado Flavio, também guerreiro de mestrado e de trabalho.

À Ivana, companheira de amor, de mestrado, de vida. Obrigado por estar comigo, e por ter “suportado” e entendido minhas crises durante a pesquisa.

À professora orientadora Ana pela caminhada de mestrado, que no seu jeito afirmativo pôde lançar discussões e debates importantíssimos para pensarmos as políticas duras que teimam em incidir sobre as nossas vidas. Por ser sempre muito transparente quando ia expressar uma alegria, uma tristeza, uma dureza, um afago nesse processo de orientação.

Aos amigos de CEFETES, companheiros de vida, por onde vivemos intensidades, alegrias, “papais noel”, futebóis marotos, kart e ainda traçaremos muitos bons encontros.

Aos amigos de graduação em Psicologia na UFES, onde vivi muitos momentos marcantes que compõe minha trajetória e meu posicionamento no mundo.

Rogerio “Japa” Fukuda, Brenão, Magneto, Professor Robinho, Giuseppe, Alex, Berê, Gustavo, Ana P., Diego, Vivi, Sarinha, Inglid, Juju. Encontros, amizade, farturas, zoações, companheirismo, abraços! Estiveram sempre apoiando e lado a lado, numa risada, num encontro, num barzinho, num ensaio...

Ao Fezes Falantes, movimento-blog-intervenção, que aponta para a diversidade e doideiras do dia a dia. Pela aposta na música, no humor, na política, na intervenção cotidiana, na crítica, na diferença e na alegria!

Aos companheiros de orientação de mestrado: Schubert, Antonio, Keli e Giselly. Mesmo com algumas dificuldades, estivemos juntos e pudemos compor um grupo potente.

À turma do PPGPSI. À Soninha e Silvia. À banca de qualificação e defesa Esther e Ana Paula pelas contribuições, apontamentos e desvios.

Carlos, Ivania, Reiná, Juliana, Silvinha, Rosely, Giovana... aos amigos do trabalho com quem estive diariamente e acompanharam essa luta entre estudo e trabalho. À coordenadora do setor, Maria Helena, por incentivar e apoiar a formação.

Ao Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário do Espírito Santo pela construção de um espaço coletivo e não solitário, de vínculos de amizades, de troca de experiências entre os profissionais, onde tenho aprendido muito sobre o processo de participação, luta política pela transformação no judiciário.

Aos companheiros da greve no Judiciário onde vivemos uma intervenção nos modos arraigados da instituição, podendo nos conhecer e nos fortalecer na vitória e nas dificuldades...

Aos amigos de Venda Nova do Imigrante e com todos com quem lá convivi. Quico, Kênia, Samantha, Zaira, pessoal do curso de Libras que duas vezes por semana descia pra Vitória. Alguns que não tenho tanto contato hoje, mas que estão marcados nessa trajetória.

Aos funcionários da biblioteca de Venda Nova pelas informações e pela acolhida quando ia fazer a pesquisa bibliográfica sobre o município. À professora Celina pela disponibilidade para acesso ao livro sobre a trajetória do povo negro em Venda Nova.

Da SEMEC, Mariana, Vera, Elenice e demais colegas. Local onde iniciei as atividades como psicólogo em Venda Nova e que pude fazer amizades e firmar a importância de traçar intervenções que não naturalizassem as questões escolares como uma questão de atendimento individual.

Do CRAS, Neusa, Leninha, Solange, Juliana, Joelva, Emiliane, Zeth equipe muito potente e amiga, que fundou o equipamento, onde vivi muitos momentos marcantes que deflagaram nessa pesquisa. Claudia Cypreste, atual psicóloga do CRAS e técnica de referência do Projovem Adolescente, sempre prestativa quando estive no CRAS realizando a pesquisa e a todos demais trabalhadores com quem não trabalhei, mas conheci nesse processo de retorno.

À secretária de Assistência Social Cyntia que lutou pela formação da equipe do CRAS e nesse processo pude sair da SEMEC, voltando minha atuação profissional para um local em que pude me afirmar como psicólogo e hoje contribuir para a discussão das políticas de juventude no âmbito da assistência social.

Aos jovens que participaram do Projovem Adolescente. Através desse encontro pude compor, me alegrar, emocionar e apostar que a juventude fala por si, e que pode traçar desvios importantes em direção a uma Venda Nova menos desigual e mais afirmadora das vidas como campo de possíveis.

Muito obrigado!

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo acompanhar os efeitos que o Projovem Adolescente no município de Venda Nova do Imigrante-ES tem produzido na vida dos jovens que integraram o serviço e como eles se apropriaram desse espaço. Quais as interferências e ressonâncias produzidas na trajetória de vida desses jovens que participam do Projovem Adolescente? A metodologia da pesquisa abarcou leitura de documentos relacionados à política nacional de assistência social, dados do CRAS do município relativos ao Projovem Adolescente e conversas com seis jovens que participaram do primeiro coletivo do serviço no período de 2010/2011. Partindo da contribuição de autores como Michel Foucault, traçamos análises de forma a discutir as interferências do biopoder nas políticas para juventude, os atravessamentos histórico-culturais presentes no município e apontamos as resistências e escapes dos jovens às tentativas totalizantes de captura de suas vidas. Todo o trajeto da pesquisa foi realizado a partir de uma estratégia metodológica em que esses jovens falassem por si, desconstruindo relações hegemônicas de tutela e aprisionamentos existenciais que teimam incidir sobre a juventude.

Palavras-chave: juventude, políticas públicas, assistência social, Venda Nova do Imigrante e Projovem Adolescente.

ABSTRACT

This dissertation aimed to follow the effects that Projovem Adolescente in the city of Venda Nova do Imigrante-ES has produced in the lives of young people that integrate the service and how they have appropriated this space. What are the interferences and the resonances produced in the course of life of this young people participating the Projovem Adolescente? The research methodology included reading documents related to national social welfare policy, CRAS data of the municipality about Projovem Adolescente and conversations with six young people who participated in the first collective of the service in the period 2010/2011. Starting from the contribution of authors like Michel Foucault, we trace an analysis in order to discuss the interference of biopower in policies to youth, the historical-cultural crossings present in the city, pointing the resistances and escapes of young people to the attempts of totalizing captures their lives. All the path of this research was conducted by a methodological strategy in which these young people speak for themselves, deconstructing hegemonic guardianship relations and existential imprisonment that keep focusing on youth.

Keywords: youth, public policy, social welfare, Venda Nova do Imigrante and Projovem Adolescente.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural

AFEPOL – Associação Festa da Polenta

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CMI – Capitalismo Mundial Integrado

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ES – Espírito Santo

FAESA – Faculdades Integradas Espírito Santenses

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NOB – Norma Operacional Básica

ONG – Organização não governamental

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PMVNI – Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

Prouni – Programa Universidade para Todos

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SCFV – Reordenamento – Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEGER – Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

SEJUS – Secretaria de Estado da Justiça

SEMEC – Secretaria de Educação e Cultura

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SISC - Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

A ESTRADA 13

ASSISTÊNCIA SOCIAL: NOVOS ARES, NOVOS ENCONTROS 18

NOTAS AO LEITOR 23

1 POLÍTICAS DE INVENÇÃO DA ADOLESCÊNCIA 26

1.1 A ADOLESCÊNCIA UNIVERSAL FORJADA 31

1.2 DESCONTRUINDO A RELAÇÃO JOVEM-POBRE-PERIGO 38

2 SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO PLURAL E O RISCO BIOPOLÍTICO 46

2.1 ENFOQUES HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE: FALANDO PELOS JOVENS 57

2.2 PROJOVEM ADOLESCENTE: POLÍTICA PARA A JUVENTUDE NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 68

2.3 PROBLEMATIZANDO OS CONCEITOS “QUE SUMIRAM” NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL 72

2.4 PROJOVEM ADOLESCENTE, ESCOLA E TRABALHO: ALGUNS ATRAVESSAMENTOS E ENTRELAÇAMENTOS POLÍTICOS 76

3 HISTÓRIAS OUTRAS – VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES 87

3.1 RESISTÊNCIA INDÍGENA, MINERAÇÃO E OS LATIFÚNDIOS ESCRAVOCRATAS NO ALTO CASTELO 97

3.2 POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA 116

3.3 ENCONTRO DE ITALIANOS E NEGROS EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES: EMBATES, ISOLAMENTO, PRECONCEITO 126

4 PROJOVEM ADOLESCENTE E A VIDA DOS JOVENS: CONEXÕES, RESISTÊNCIAS, APROPRIAÇÕES E INTERFERÊNCIAS 142

4.1 UM ATALHO-MÉTODO: A JUVENTUDE FALA POR SI 142

4.2 VIDAS E SONHOS JUVENIS 147

4.3 SURPRESA! O PROJOVEM ADOLESCENTE ACABOU? PRO JOVEM? 163

4.4 PROJOVEM ADOLESCENTE E CONTROLE BIOPOLÍTICO EM QUESTÃO.....173

4.5 A APROPRIAÇÃO/ INTERFERÊNCIA DO/NO PROJOVEM PELOS JOVENS.....182

4.6 ESTRATÉGIAS JUVENIS, AFIRMAÇÃO MICROPOLÍTICA DAS RELAÇÕES DE AMIZADE E A INTERFERÊNCIA NO ESPAÇO-MUNICÍPIO - CIRCULAR, OCUPAR, INCOMODAR.....190

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....204

6 REFERÊNCIAS.....206

ANEXOS.....215

ANEXO A – Mapa do Estado do Espírito Santo – Divisão Regional.....216

INTRODUÇÃO

As discussões que realizamos nessa dissertação visam suscitar reflexões, traçar desvios, sair do lugar[1]. Iniciar o exercício da escrita para marcar uma trajetória a fim de visibilizar histórias outras[2] que diferem das hegemônicas e aprisionantes. Não é à toa que chegamos a esse tema. As diversas linhas[3] tecem realidades e aqui estamos. Escolhas para nos colocarmos no ato de escrever e como pesquisador são necessárias. A dita neutralidade não é meio, já foi deixada, não nos cabe nesse posicionamento. Dessa forma, nos lancemos ao debate acerca do jovem e das políticas que nos atravessam, nas suas diversas dimensões, enclausurantes e afirmadoras da liberdade.

O estudo teve início nas experiências de minha trajetória de vida. A prática realizada como profissional de Psicologia, a formação acadêmica, onde se inclui a graduação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), as posturas adotadas, e outros inúmeros elementos que fizeram parte dessa trajetória, foram caminhando no sentido de um posicionamento condizente com o interesse na temática das políticas públicas para juventude.

Cabe ressaltar que esse tema é tão caro para mim. Trabalhei com jovens, apostei e aposto nos dispositivos e em políticas que afirmem os exercícios de autonomia desses jovens. Penso que dependendo do modo de organização desses serviços e dos trabalhadores possa-se escapar de modos hegemônicos de tutela dos jovens, repetição de modelos que aprisionam nossos jovens e que comparecem nos diversos espaços públicos como a escola. Acredito em encontros com a juventude que emanam alegria, produção de possíveis e escapes às armadilhas políticas que perpetuam condições subumanas de vida. A expressão dos jovens e a apropriação desses espaços por eles são formas de vida potentes.

Dessa forma, também alerto para o perigo que nós pesquisadores, mesmo críticos, somente ressaltar os aspectos trágicos da vida juvenil. Ao tentar descontruir a

---

[1] Sair do lugar aqui é no sentido de se permitir ao contato, ao diálogo, às transformações, de mudar de posição.

[2] Em nosso exercício de escrita e pesquisa tentaremos trazer à tona histórias que são invisibilizadas nas histórias oficiais ou oficiosas. Jovens, pobres, negros, pardos, brancos pobres, migrantes, interiores fora dos grandes centros, mecanismos políticos...

[3] Debateremos o conceito de linha de Gilles Deleuze mais adiante, no decorrer do texto.

relação pobreza, violência, risco, perigo, além de expor os mecanismos de controle presentes nas políticas para juventude, corremos o perigo de somente visibilizar essa realidade e deixar para trás os movimentos, as afirmações, escolhas e posicionamentos dos jovens, os escapes, a efetivação e os sonhos de uma vida mais livre. Nesse sentido, ressalto a importância do comparecimento do jovem na pesquisa e que estes possam falar por si, não precisando que alguém fale por ele.

A ESTRADA

Primeiramente, acho interessante demarcar alguns recortes de minha trajetória de vida. No ano de 2007 realizei concurso público para Psicólogo da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES (PMVNI), e fui nomeado no ano de 2008. Após a posse, a administração direcionou-me para ocupar a vaga referente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) e iniciei as atividades em abril do mesmo ano.

A partir daí cabe ressaltar novas vivências que se produziram: mudar para outra cidade, as viagens pela BR-262[4], o contato com a população do município, seu clima e geografia, seus costumes, tradições, modos de viver, o cenário político local, a relação da comunidade com um “forasteiro”, dificuldades da ordem da distância das pessoas próximas e o próprio trabalho de um psicólogo na área da educação.

Como psicólogo da SEMEC atendia a toda rede escolar municipal que compreendia na época 5 creches, 4 escolas de educação infantil e 3 escolas de ensino fundamental, que estavam localizadas nos distritos e na sede do município. A SEMEC contava com profissionais das áreas de psicologia, psicopedagogia, e nutricionista. A gestão da secretaria era realizada pelo secretário municipal de Educação e Cultura, coordenadores pedagógicos, coordenação de cultura e responsável pela parte administrativa e de pessoal da SEMEC.

[4]Deslocava-me de Vila Velha-ES (município da região metropolitana do Espírito Santo, Grande Vitória) até a rodoviária de Vitória-ES e depois para região de montanha do Estado ou o caminho contrário, utilizando ônibus intermunicipal ou interestadual. A BR-262 é rodovia federal que interliga os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul; Venda Nova do Imigrante-ES é cortada por essa via.

Alguns trabalhos que realizávamos eram de forma conjunta com outros profissionais, e outros individualmente por cada profissional. No encontro das formas de atuar de cada profissional existiam alguns embates devido aos diferentes posicionamentos e às práticas adotadas. Tais embates, por muitas vezes não se tornavam debates, pois não eram propiciados muitos espaços para discussão coletiva, como reuniões periódicas. Havia somente encontros esporádicos e com pouco espaço para os trabalhadores se colocarem, discutirem e questionarem. Dessa forma, por muitas vezes me senti isolado, defendendo uma prática que diferia da concepção hegemônica ali estabelecida.

A encomenda de trabalho feita ao profissional psicólogo na educação suscita várias problematizações em que me vi envolto. Tal profissional é chamado a responder ao foco aluno-problema ou aluno com dificuldade de aprendizagem e é visto como um mágico que teria a varinha de condão que solucionaria todas as dificuldades ali passadas. Tal pedido me gerava uma angústia, pois tentava trabalhá-la com outro olhar e isso era visto com certa desconsideração.

Utilizei-me do conceito de “encomenda” e não de “demanda” para as solicitações de trabalho na educação, pois estamos alinhados a uma diferenciação conceitual que parte do aparato conceitual da Análise Institucional. Para essa abordagem, a encomenda seria os pedidos de intervenção feitos pela organização de forma efêmera (RODRIGUES, 2006), e a análise desta seria um dos primeiros passos em direção a um desdobramento desse pedido (demanda), que mesmo de forma inicial exporia as forças contidas no primeiro pedido. É o início do trabalho, já que revela que junto ao pedido inicial há dinâmicas não observadas (LOURAU, 1975 *apud* COUTINHO, 2007).

Machado (2007, p. 119) afirma que:

> [...] ser psicólogo e estar na escola [...] é uma faca de dois gumes: produz-se a necessidade de atendimentos individuais, reforça-se a ideia de problemas emocionais, alimenta-se a ideia de patologias individuais, intensifica-se a ilusão de que o psicólogo pode convencer os alunos e familiares a agirem de uma maneira diferente. Isso tudo também depende de como o psicólogo ocupa o lugar, que, imaginariamente, lhe é atribuído pelos educadores. Ele pode, por meio de sua ação, confirmar ou não as crenças presentes no campo social e produzidas historicamente.

Nesse ponto é interessante indagar: como esse mandato social[5] da psicologia no campo da educação se constituiu?

A pergunta acima nos lança para uma análise histórica sobre como foi a entrada da Psicologia no ambiente escolar e a que ela serviu. Heckert (1992) aponta que essa entrada teve como marca principal a função de garantir a adaptação dos indivíduos ao sistema capitalista, utilizando-se de instrumentos "científicos" de medida – testes psicológicos – que objetivavam mensurar habilidades e classificar os sujeitos em mais ou menos capazes para a nova ordem social. Tanto essas técnicas de mensuração e a posterior entrada da psicologia com o chamado atendimento clínico no interior das escolas tiveram o objetivo de reforçar o mito da igualdade de oportunidades preconizado pelo ideário liberal e justificar a condição de classe dos vários sujeitos nas sociedades capitalísticas[6].

Além dessa primeira função-psi de selecionar e medir as habilidades acrescentou-se a necessidade de prevenir conflitos, antecipar "desvios" e aumentar a capacidade de adaptação dos indivíduos à sociedade, um foco preventivo. Após o pós-guerra tal questão se intensificou e a psicologia escolar foi novamente uma das áreas da Psicologia que mais se identificou com a ideia de prevenção (HECKERT, 1992).

> Diversos estudos têm demonstrado que a psicologia firmou compromissos com a produção do fracasso escolar ao atender a uma demanda de construção de explicações do baixo desempenho social de camadas empobrecidas da população [...] Por traz de um discurso igualitário e da afirmação de que a todos eram dadas as mesmas oportunidades foi se criando, ao longo do último século, um fosso cada vez maior entre as classes sociais. A psicologia foi chamada a participar da produção de teorias que, com base nas diferenças individuais, explicassem a alocação dos indivíduos de um lado ou de outro desse fosso [...].
>
> Na escola pública brasileira podem ser identificadas várias práticas que silenciam e petrificam as crianças das camadas empobrecidas atravessadas pela culpa do baixo desempenho escolar e social. As relações são autoritárias, burocratizadas e hierarquizadas e há a cobrança de um conhecimento que a criança pobre só poderá produzir na escola, sendo que esta não fornece condições adequadas para tal. Atualizam-se discursos e ideias preconcebidas sobre as famílias que, vítimas

[5]Para a Análise Institucional, mandato social é um conceito análogo ao de encomenda. Enquanto a encomenda estaria relacionada a situações específicas de pedido de intervenção, o mandato social é um pedido permanente, mas nem sempre audível (RODRIGUES, 2006).

[6] O termo capitalístico ao invés de capitalista é uma denominação que Guattari utiliza ao acrescentar o sufixo "ístico" para denominar as sociedades capitalistas, mas também o chamado "Terceiro Mundo" ou capitalismo "periférico", e as economias antes denominadas socialistas do leste europeu, que possuem dependência e contradependência com o capitalismo. Estas sociedades funcionam com o mesmo modo de produção de subjetividade e da relação com o outro (GUATTARI e ROLNIK, 2008).

> dessa mesma escola, se submetem ao processo de culpabilização (FERNANDES *et al*, 2007, p. 146-147).

Machado e Souza (1997) apontam que a partir da década de 80, vários estudos começaram a questionar a concepção que reforça a culpabilização do aluno pelo fracasso escolar, chamando atenção para a má qualidade de ensino oferecido e para presença, nas práticas escolares, de estereótipos e preconceitos existentes com relação à criança pobre.

No sentido da construção de uma nova forma de atuar no campo da educação, as autoras afirmam que as práticas de encaminhamentos de crianças para atendimentos psicológicos e/ou médicos selam destinos, trajetórias escolares. E que é necessário mudar as perguntas e as práticas em relação aos professores, crianças e pais de escola pública, ou seja, modificar as formas de intervir.

No campo da educação coexistem práticas ainda hegemônicas que focalizam o aluno–problema e práticas psi que não respondem a este mandato social, afirmando uma nova postura ético-política que problematiza o processo de produção deste objeto 'aluno-problema'.

Cabe assinalar, que estive nesse tempo, em contato com familiares, alunos, professores, profissionais da Secretaria Municipal e das escolas. Estive também com profissionais de outras Secretarias, do Conselho Tutelar, e tive conversas fora do âmbito do trabalho com moradores, colegas e amigos que construí. Toda essa troca de experiências e saberes ricos fizeram me aproximar da realidade local, e algumas falas eram recorrentes como as de que na sede de Venda Nova[7] não existiam projetos para crianças e adolescentes.

No meu dia-a-dia como profissional da educação estava lidando com esse público e com seus familiares. Muitas das ações desenvolvidas como psicólogo era justamente com crianças e adolescentes do município.

No ambiente escolar percebia-se uma produção de rótulos como "alunos-problema", falas de culpabilização familiar, altos índices de repetência, evasão escolar, muitas

[7] Estarei referindo ao município em alguns momentos somente pelo nome de Venda Nova. É uma forma abreviada de conhecimento popular para se referir ao município. Inclusive, antes da emancipação política era somente chamada por Venda Nova, tornando-se Venda Nova do Imigrante para diferenciar-se da região administrativa de Belo Horizonte, Venda Nova, no estado de Minas Gerais (FOLHA DA TERRA, 1996).

intervenções do Conselho Tutelar no âmbito da escola (conflitos entre alunos, ou alunos e profissionais) e externamente (já que muitos alunos viriam a abandonar a escola)[8]. A prática de encaminhamento por questões escolares, pela escola ou por parte do Conselho Tutelar, para a equipe da SEMEC ou para os serviços de saúde era recorrente. Havia discursos de que algumas regiões de Venda Nova eram mais problemáticas, e de que a escola de São João de Viçosa sempre fora um problema, mas que tinha melhorado muito. Tal escola recebe alunos de parte das regiões mais empobrecidas de Venda Nova.

Recebia encaminhamentos dos mais variados, e listas dos "problemas" que as escolas possuíam. Dentre tais listas, venho destacar as de alunos com histórico de reprovação, e os considerados com problemas de aprendizagem (cujo rótulo já estava demarcado *a priori*). Uma parte dessa lista era de crianças e jovens com históricos de muitas reprovações durante o ciclo escolar; e em conjunto com a psicopedagoga da SEMEC construímos algumas intervenções com esse público e a escola.

Dentre as atividades que desenvolvi, sendo que algumas foram em conjunto com parceiros de trabalho, posso enumerar estratégias como discussões coletivas com os professores, aproximação com os familiares, oficinas dentro da escola, discussão dos casos dito problemáticos, construção de propostas de política de Educação Especial juntamente com a psicopedagoga (Venda Nova não possuía um projeto de trabalho com crianças e jovens com deficiência, historicamente relegado à APAE) e articulação para conseguir formação em LIBRAS com a Escola Oral e Auditiva de Vitória para professores da rede municipal. Essas intervenções eram pensadas no intuito de intervir nos ciclos de práticas que produzem o aluno com problema de aprendizagem, o aluno com deficiência, o aluno rebelde e que responsabilizam o aluno e a família pelo insucesso escolar.

---

[8] Durante o período que trabalhei em Venda Nova percebia como o Conselho Tutelar intervinha na escola, tanto sendo utilizado como uma espécie de ameaça àqueles alunos considerados problema por parte da coordenação da escola e professores – *'vamos chamar o Conselho'* -, ou quando este era realmente acionado quando havia agressões entre alunos ou alunos e professores. O Conselho Tutelar também agia no caso de evasão, acionando os responsáveis para buscar o retorno dos jovens à escola sob a pena de responderem judicialmente. Notava-se que um dos efeitos de muitas práticas do Conselho era a produção de medo com relação à entidade, conferindo-lhe um caráter punitivo. Outra prática recorrente do Conselho Tutelar era o encaminhamento de crianças e jovens para atendimento psicológico na rede pública.

Heckert e Barros (2007) apontam que o fracasso escolar foi e ainda é tratado, por muitas vezes, segundo uma lógica que procura as causas do desempenho escolar na vida familiar dos alunos, abordada na maioria dos estudos como ambiente pobre de estímulos sociais, cognitivos e culturais, em uma causa biológica, ou, ainda, em fatores intra-escolares, não apreendendo esse processo em sua complexidade. Isto é, partir não do objeto, mas das práticas que o produzem.

Nesse sentido, Benevides (1997) *apud* Heckert e Barros (2007) trata o fracasso escolar como um analisador das redes de culpabilização, infantilização e desqualificação, nas quais se produzem subjetividades fracassadas e repetentes. Manter a discussão do desempenho escolar dentro dessas redes implica na exclusão dos fatores político-sociais que produzem as condições de repetência e não problematizam o que essa repetência tem a dizer e o que ela estaria questionando no sentido dos processos de aprendizagem, dos modos instituídos de aprender, ensinar e viver.

Estive na SEMEC durante pouco mais de dois anos. Lá, fiz amizades com vários profissionais da equipe, que também resultavam em um combustível para construir estratégias no âmbito de trabalho. Muitas experiências importantes nessa época e alguns recortes foram aqui apresentados. Ressalto que, também muitas dificuldades se passaram como debati no texto acima. Porém, surgiram após esse tempo novos rearranjos e dei continuidade ao trabalho como psicólogo em outro espaço e em outros ares, que seria a política de Assistência Social.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: NOVOS ARES, NOVOS ENCONTROS...

Em maio de 2010, surgiu a oportunidade para mudar de local de trabalho, no caso para a então Secretaria Municipal de Ação Social, que aceitei com muito entusiasmo. O direcionamento para trabalhar anteriormente na SEMEC foi feito por interesse da administração, pois a vaga que havia na época era somente para esse setor. Além disso, o cotidiano do trabalho na Educação, como afirmei acima, era um tanto quanto complicado, pois demandas por parte da gestão e das escolas e avaliações contrárias às propostas construídas que tinham como foco intervir nos ciclos de práticas ali estabelecidos geravam angústias e conflitos.

Muitas intervenções e encontros potentes se fizeram nessa época da SEMEC, porém a possibilidade de novos ares, uma área de maior afinidade como a assistência social, despertaram um sentimento de grande alegria. Além disso, a possibilidade de criar um novo espaço de atuação como psicólogo, e construir em conjunto com a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) o trabalho e nossa forma de atuar, já que era início das atividades deste equipamento. E lá no CRAS trabalhei até julho de 2011, quando retornei para a Grande Vitória devido a novo emprego. Havia sido aprovado em outros concursos.[9]

O município vivia o processo de estruturação da política de assistência social segundo as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e havia no mesmo ano implantado o CRAS da cidade (tardiamente se compararmos à maioria dos municípios do estado do Espírito Santo).

Cabe aqui ressaltar outros momentos de conversa que tive com moradores nos primeiros anos em que estive lá, que relatavam que em Venda Nova muitos afirmavam que a cidade não necessitava de um CRAS ou políticas de Assistência Social, pois não possuía população pobre. Contudo, ali se engendravam processos outros e era só movimentar os olhos para além do que se afirmava. Desigualdades sociais eram vivenciadas, mas eram silenciadas. Talvez tal atravessamento, juntamente com outros inúmeros como aspectos culturais e históricos possam ter contribuído pela implantação tardia do equipamento[10].

O CRAS, quando implantado, foi localizado em uma sede provisória, no segundo andar de um estabelecimento alugado pela Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante (PMVNI). O espaço não era adequado para a implantação de todos os serviços previstos pela política do SUAS, sofria com a estrutura pouco acessível (escadaria para se chegar), salas pequenas, dentre inúmeras dificuldades. Possuía uma equipe pequena, mas muito potente e amiga, onde fui muito bem recebido e integrado à equipe.

---

[9] De Venda Nova fui trabalhar no CRAS de Vale do Sol no município de Viana por pouco tempo. De lá fui convocado no concurso da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER) do Governo do Estado do Espírito Santo, o qual me encaminhou para a Secretaria de Justiça (SEJUS), onde trabalhei no Núcleo Educacional do sistema penitenciário por cerca de três meses. E desde 2012 estou na Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Estado do Espírito Santo, trabalhando com ações voltadas para a saúde do trabalhador.

[10] No Capítulo 3 debateremos sobre atravessamentos locais históricos-culturais que compõe o município de Venda Nova do Imigrante.

Entrava no CRAS, que estava em fase de implantação; vivia um processo constante de construção, desconstrução e reconstrução em todos os âmbitos, como nas estratégias de atuação e como dispositivo dentro da Política de Assistência Social local. Devido à dificuldade de espaço físico, alguns serviços eram ofertados e outros não, e por isso se esperava a inauguração da obra do "novo CRAS" para implantar todas as atividades.

Nessa época no CRAS era realizado o Cadastro Único *(*CadÚnico)[11] e o seu recadastramento, acompanhamento das famílias usuárias do Bolsa Família[12], informação e encaminhamento para requerer o Benefício de Prestação Continuada (BPC)[13], os acolhimentos e encaminhamentos das famílias por psicólogo e assistente social, e as visitas domiciliares. Também nesse período o município aderiu ao serviço Projovem Adolescente[14], para o qual fui chamado a ser o técnico de referência, ora referido como "Coordenador do Projovem".

Lembro-me do dia que a coordenação do CRAS anunciou a adesão ao programa (que até então não conhecia). O Projovem Adolescente, sendo um programa do Governo Federal, para ser implantado requeria um contrato de adesão entre o município e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS). Após essa etapa da adesão foram enviados ao CRAS os Cadernos de orientação do

---

[11]O **Cadastro Único** é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda (até 1/2 salário mínimo per capita ou até 3 salários mínimos de renda mensal total). Famílias com renda superior ao descrito podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais do Governo Federal. Permite conhecer a realidade socioeconômica, trazendo informações das famílias e dos seus componentes, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais. Podendo a partir desses dados ser implementado políticas específicas. É através dele que é realizada a seleção dos beneficiários de programa Bolsa Família (BRASIL, 2014d).

[12]O **Programa Bolsa Família (PBF)** é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R$ 77 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. (BRASIL, 2014c).

[13]O **BPC** é um benefício da Política de Assistência Social, e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício **individual, não vitalício e intransferível,** que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a ¼ do salário mínimo (BRASIL, 2014b).

[14] Trabalhei com o Projovem Adolescente, uma das modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. Referirei-me muitas vezes durante o texto somente com a designação Projovem quando fizer alusão ao serviço que pesquisei. Porém, mais adiante estarei explicitando melhor o que é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem e todas suas modalidades.

Projovem Adolescente, que foram objeto de análise e estudo por parte da equipe que atuava no CRAS.

O Projovem Adolescente seria implantado com várias dificuldades estruturais: falta de espaço, material e profissionais. Foi realizada a adesão do município ao programa, mas sem uma preparação para o início das atividades. E assim a equipe do CRAS teve que criar estratégias, em meio a esse cenário de dificuldades, para conseguir implantar e começar as atividades com os jovens no tempo estabelecido: conseguiu-se uma sala provisória no Centro de Eventos da cidade, alguns materiais deslocados do "estoque" do CRAS, de outros locais e até de doações.

A sala provisória em um dado momento, ao final de 2010, foi ocupada também com a implantação dos cursos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para oferta de cursos às famílias acompanhadas pelo CRAS. Quando se iniciou as aulas práticas do Curso de Elétrica foram instaladas, sem comunicação à equipe do Projovem, aparatos que tomavam grande parte do local e descaracterizavam o espaço destinado aos encontros e oficinas do programa. Nesse momento, ficamos sem a sala; era final de ano, viriam as férias e havia a promessa de inauguração do novo CRAS para fevereiro do outro ano, que não se realizou[15].

Como uma nova estratégia de retorno das atividades, o Projovem retomou o trabalho, sendo realizado agora no meio do CRAS, no sentido literal. Havia uma sala aberta localizada no meio da circulação do CRAS, um local que "não tinha condições" de receber o coletivo já que ao mesmo tempo em que havia os encontros do Projovem, a todo momento passavam as pessoas que viriam a ser atendidas e os profissionais que precisavam se deslocar no ambiente de trabalho. E ali realizávamos os encontros, na mesa de reuniões que havia nesse espaço, e às vezes utilizávamos as salas dos profissionais da equipe. Após a inauguração do novo CRAS, o Projovem passou a ter espaço específico e para as atividades. Coincide esse momento com a minha saída de Venda Nova do Imigrante.

[15]O novo CRAS foi inaugurado em 15 de julho de 2011, após vários anúncios de adiamento. O equipamento foi construído com recurso estadual, através de uma parceria com a Prefeitura Municipal. Conta com espaço mais adequado às ações e atualmente funciona várias atividades que eram impossibilitadas na sede provisória descrita anteriormente. O CRAS possui auditório, brinquedoteca, salas de oficina, salas para a equipe, cozinha ampla. Possui equipamento mobiliário e eletrônico próprio, além de material de consumo e alimentação.

A implantação do Projovem Adolescente era a oportunidade de um espaço aberto para jovens de 15 a 17 anos de Venda Nova do Imigrante, uma política para a juventude. E ali vivi muitos momentos importantes na minha trajetória de vida, de um serviço novo, que foi formulado e reformulado, mas pensando-se coletivamente em um dispositivo para a participação do jovem e suas expressões, um espaço de exercício de autonomia e discussões coletivas. O espaço para os jovens aqui é tido como um dispositivo, o que dispara invenções, realiza conexões.

O trabalho tinha como princípio uma forma de execução do Projovem Adolescente que tivesse como norte uma organização diferente do modo escolar tradicional, e uma reflexão contínua das práticas e o que elas estariam produzindo. Tentava-se deslocar os conteúdos disparadores das discussões para a realidade local e pensar com os jovens quanto às oficinas e decisões do coletivo[16].

Tínhamos discussões de planejamento em que eu como técnico de referência[17] e a orientadora social[18] (quando existia esse membro da equipe, já que o Projovem ficou alguns meses sem esse profissional) reuníamos para discutir e formular os encontros. Nessas reuniões debatíamos qual a dimensão e quais estratégias seriam utilizadas, reformulando-as caso verificássemos que estava em desacordo com o movimento do grupo ou distante da realidade dos jovens.

Pontuo também que muitas dificuldades foram passadas nesse período de implantação e efetivação do Projovem. Da ordem da falta de espaço físico e de equipe (fui ao mesmo tempo orientador social e técnico por um bom tempo), da

[16]Nesse momento estamos nos referindo à noção tratada pelas diretrizes do Projovem Adolescente de que os jovens são reunidos em grupos e cada um deles será chamado de coletivo. Não se trata de uma turma como na escola, nem em um núcleo como o antigo programa Agente Jovem (BRASIL, 2009).

[17] O Projovem Adolescente é referenciado a um profissional de ensino superior, responsável técnico pela oferta do serviço. Acompanha a execução do Projovem, através da participação no planejamento e assessoria ao Orientador Social (BRASIL, 2009). Em Venda Nova, no início das atividades além da função descrita, por muito tempo participei diretamente dos encontros com os jovens, coordenando-os juntamente com a primeira Orientadora Social e depois sozinho quando esta saiu. Com a chegada da nova Orientadora Social e a perspectiva de mudança de emprego, adotamos uma tentativa de modificação de estratégia mais próxima da descrição prescritiva dos cadernos do Projovem.

[18] Profissional com Ensino Médio como escolaridade mínima. Cabe ao Orientador Social planejar, organizar e executar as ações socioeducativas, com destaque para os encontros dos coletivos. Atua diretamente com os jovens (BRASIL, 2009). Cabe destacar que essa separação descrita nos documentos do Projovem, em Venda Nova, nunca foi uma aplicação direta do prescrito de forma linear, pois como descrito a atuação direta com os jovens, desde a época que trabalhei até à época da pesquisa, tinha a participação na maioria dos encontros dos dois profissionais.

máquina burocrática, da dificuldade de liberação e de acompanhamento do recurso financeiro, que nos fazia repensar a prática e as estratégias ali presentes.

Sobre os jovens do Projovem Adolescente de Venda Nova arrisco a dizer que o encontro com eles já havia acontecido bem antes. Muitos deles possuíam um trajeto de evasão escolar, de reprovações repetidas, de rótulos de aluno-problema, dentre outras dificuldades. O mesmo jovem que era público das políticas de educação do município, onde trabalhei anteriormente e era fruto de reflexões de minhas práticas profissionais, era o jovem que ali participava agora de um espaço na política de Assistência Social. Aqueles mesmos jovens advindos de camadas mais empobrecidas que sofriam com a produção de discursos preconceituosos, com o processo educacional tradicional marcado por redes de culpabilização, infantilização e desqualificação compareciam ali no Projovem. E a aposta seria de que no âmbito do Projovem se pudesse contribuir para colocar em xeque tais tentativas de produções hegemônicas acerca da juventude.

O trabalho realizado no CRAS, mais especificamente com o serviço socioeducativo, Projovem Adolescente, aliado ao interesse com a temática da juventude e das políticas públicas destinadas a esse público despertaram o caminho dessa pesquisa.

O estudo teve como objetivo acompanhar os efeitos que o Projovem Adolescente tem produzido na vida desses jovens que integraram o programa e como eles se apropriaram desse espaço. Quais as interferências e ressonâncias desse programa na trajetória de vida desses jovens que participaram do serviço?

O trajeto da pesquisa terá como norte o que esses jovens têm a dizer sobre a sua vida e sobre o seu processo de participação em uma política para a juventude integrante do Sistema Único de Assistência Social do município.

NOTAS AO LEITOR

Durante o decorrer do texto haverá falas dos jovens com quem traçamos conversas, e elas não virão com a mesma formatação das citações diretas. Apresentar-se-ão com o mesmo tamanho de fonte que o texto que escrevo, mas em itálico. As conversas realizadas com os jovens são centrais na construção e resultado da

pesquisa e foram suas falas que construiram e motivaram a pesquisa, portanto não se trata de igualá-las às citações. Além disso, é nosso posicionamento de que não estamos sós ao realizar a dissertação, e de que os jovens são protagonistas dela. Pontua-se que ao citar a fala de um jovem não estaremos privatizando a questão como individual, mas sim deflagrando processos da ordem do coletivo, de questões analisadoras[19] das políticas que incidem sobre a juventude.

Quanto à organização do texto, optamos por expô-las da seguinte forma: no primeiro capítulo discutiremos sobre a tentativa da produção de uma concepção hegemônica de adolescência, que tenta enquadrar certa faixa etária com certos atributos e comportamentos universais em uma fase do desenvolvimento em que todos passariam do mesmo modo. Problematizaremos os efeitos de tal invenção que tem uma gênese histórica e social com relação direta com o capitalismo e os mecanismos de produção de subjetividade. Será também discutido o mito da periculosidade da juventude pobre, a lógica menorista e seus efeitos que ressoam até os dias de hoje, sobretudo na população pobre do país. Apresentaremos a concepção de juventude como um terreno de possibilidade de escape, apesar de também ser alvo de tentativa de totalização.

No segundo capítulo colocaremos em análise as políticas públicas para a juventude. Apresentaremos como o jovem vem sendo constituído como alvo de política pública específica, trazendo a discussão sobre a biopolítica em Foucault como ferramenta. Problematizaremos como o jovem é visto como um problema, a partir do crescimento populacional - “onda jovem” - aliado aos mecanismos biopolíticos de controle da população. E por fim, apresentaremos o Projovem Adolescente, suas características contextualizadas dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e os aparatos conceituais que são utilizados dentro dessa política como vulnerabilidade social e risco social, problematizando tais concepções como a possibilidade de reforçar ainda mais os estigmas com relação aos jovens pobres.

Durante o terceiro capítulo, apresentaremos o campo de pesquisa, Venda Nova do Imigrante-ES, como um município com características locais. Dados geográficos, populacionais, econômicos, dentre outros. Evidenciaremos aspectos culturais e

[19] Analisador é um conceito da Análise Institucional que é um “acontecimento, indivíduo, prática, ou dispositivo que revela, em seu próprio funcionamento, o impensado de uma estrutura social” (RODRIGUES e SOUZA, 1987 *apud* Miranda, 2007, p.198).

históricos em que o serviço pesquisado é mergulhado. Demarcaremos histórias outras que são invisibilizadas na história oficial ou oficiosa e que tem relação direta com a juventude que participa do Projovem Adolescente: jovens negros, pardos, pobres, advindos de outras regiões.

Após, exporemos no quarto capítulo o modo como foi realizada a pesquisa de campo. Traremos discussões acerca da vida e sonhos dos jovens com quem conversamos e como as políticas desarticuladas e descontínuas possuem efeito em suas trajetórias. Discutiremos sobre as interferências que o Projovem tem produzido nas vidas dos jovens, apontando para o perigo do controle biopolítico. Apontaremos escapes e estratégias juvenis que se efetuaram. Ressaltaremos como foi a aproximação dos jovens com o Projovem e como se apropriaram do espaço, efetivando através de seus movimentos o Projovem Adolescente de Venda Nova.

1 POLÍTICAS DE INVENÇÃO DA ADOLESCÊNCIA

Vivemos em um mundo em que circulam discursos que apontam a necessidade de se olhar para os jovens. Afirmaria que há inúmeros interesses para esse olhar: sociais, de governo, jurídicos, acadêmicos, midiáticos, mercantis, científicos, dentre outros, alguns afirmadores da vida[20] outros não. Olhares esses dos mais diversos, que tem uma gênese histórica. Mas que olhares são esses? O que eles têm produzido? Essa dissertação surge de um caminho de pesquisa vinculado a um serviço socioeducativo integrante da Política de Assistência Social voltado a jovens, que possui em seu nome os termos jovem e adolescente: Projovem Adolescente.

Preferimos usar a palavra jovem, mas não é ao acaso que também coexista uma denominação "adolescente" referindo-se à parte da população. Vamos discutir a produção de um modo de vida adolescente no mundo atual para que cheguemos a nossa escolha de utilização de um termo diferenciado.

A adolescência é tida, pelo discurso majoritário no campo da ciência, como uma fase da vida, ou seja, uma etapa do desenvolvimento humano, que corresponderia a uma fase entre a infância e a adultícia. As concepções desenvolvimentistas, em geral, atribuem características a cada etapa da vida do ser humano; uma linha de continuidade evolutiva, como se cada fase tivesse seu tempo e fosse ultrapassada a fim de se chegar na próxima. Parte da premissa racionalista científica de um ideal adolescente, um ideal criança, um ideal adulto, um ideal idoso...

A ciência na sua face mais dura tenta explicar a realidade a partir de um paradigma racional que busca leis universais para dar conta do objeto que estuda. Afirma o uso da razão como uma forma única de se apreender a realidade e a explicá-la, uma busca de uma verdade absoluta sobre o objeto, que aqui no nosso caso seriam as etapas da vida nas quais se inseriria a adolescência.

---

[20] Falo afirmação da vida enquanto expansão, como criação de possíveis, conforme apontado por Zourabichvili (2000) ao discutir o possível no pensamento de Deleuze. Muitos olhares se afirmam a favor da vida, mas com uma outra apropriação da palavra que não a que lutamos; ora realiza-se uma redução da vida à biologia ora a eleição de certos modos de viver em detrimento de outros, tentando assujeitar a vida a redes de poder e submissão. Não se trata disso, aqui a vida não é redução; é expansão, é a liberdade de viver. Parafraseando Foucault (1991), por uma vida não-fascista.

A primazia da razão nessa sua dimensão totalizante é efeito de práticas históricas as quais podemos destacar desde o Iluminismo até os dias de hoje, com “uma busca compulsiva pelo saber e domínio absolutos sobre o universo, a natureza e o homem” (BOCCO, 2006, p. 32); e o positivismo, entre os séculos XVIII e XIX, que eleva o saber operativo da ciência aliada à técnica em detrimento a outros saberes, concebendo uma ciência “preocupada apenas com as verdades e com os descobrimentos comprováveis e replicáveis” e que possuía como projeto estender a aplicabilidade dos métodos das ciências exatas às ciências humanas, “consolidando uma forma de pensar guiada estritamente pelo racionalismo” (BOCCO, 2006, 35-36).

Nesse sentido, sobre a concepção desenvolvimentista tradicional, Coimbra, Bocco e Nascimento (2005, p.4) apontam que:

> Um dos pressupostos que embasa o pensamento desenvolvimentista é a crença na primazia da razão, fortemente enraizada no modo de ser ocidental a partir dos pressupostos cartesianos. De acordo com esse princípio, os sujeitos seriam guiados pela consciência, que teria como função permitir uma apreensão do mundo de forma cada vez mais elaborada. Assim, à medida que se percorrem as diferentes etapas do desenvolvimento, haveria aprimoramentos, em especial o racional, que dariam aos sujeitos mais domínio e conhecimento sobre si e sobre o mundo.

A construção de uma explicação universal sobre a adolescência é permeada por esse paradigma racionalista exposto. Baseado em explicações científicas elevou-se o adolescente a um objeto natural com características bem demarcadas. E essa identidade adolescente está no holofote e dela partiremos para nossa discussão.

Produz-se um processo de normalização, na qual se cria uma série de atributos inerentes a essa fase, o que dá margem para que tudo àquilo que aí não se enquadre seja tido como desordem, desvio. Ao se naturalizar a adolescência, cristaliza-se uma forma de se estar no mundo, uma espécie de prisão a um território definido, negando a heterogênese dos modos de existência.

> Quando se aceita a construção de uma identidade do sujeito na adolescência, além da produção de uma "identidade adolescente" [...] afirma-se um determinado jeito correto de ser e de estar no mundo, uma natureza intrínseca a essa fase do desenvolvimento humano. Ao colarmos uma etiqueta referendada por leis previamente fixadas e embasada nos discursos científico-racionalistas, pode-se criar um território específico e limitado para o jovem, uma identidade que pretende aprisioná-lo e localizá-lo, dificultando possíveis movimentos. Ao se reafirmar a homogeneidade, nega-se a multiplicidade e a diferença (COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO, 2005, p.6).

As concepções desenvolvimentistas também se utilizam da noção de fases, de etapas da vida como ordens bem delimitadas, um aprisionamento evolutivo a fim de se chegar a outro ideal, o adulto que também teria suas características próprias e as mesmas problemáticas expostas quanto a um “jeito correto de ser e estar no mundo”. Haveria um caminho a percorrer bem definido e toda tentativa de “saída do rumo” seria um “desenvolvimento anormal”.

A conceituação de que a adolescência é uma etapa entre a infância e a vida adulta, leva a uma abstração de comparação dos jovens com as gerações anteriores, sempre colocando-a em um patamar de desqualificação, falta, incompletude (ABRAMO, 1997 *apud* CORDEIRO, 2009). Essa questão é importantíssima ao se discutir as políticas públicas para a juventude e seus enfoques. Ao se conceber que o adolescente é um ser faltante, desqualificado e incompleto produz-se aparatos políticos que reforçam a tutela e o se falar pelos jovens. Como se este não tivesse condições de se expressar e se posicionar, precisando do adulto para guiá-lo.

Essa identidade é efeito de uma produção de realidade que tem contribuição do saber científico, que anda lado a lado com os interesses capitalistas modernos. O capitalismo funciona com estratégias de dominação em todos os campos relacionados ao humano, e se apropria e utiliza o conhecimento científico como forma de opressão. Guattari e Rolnik apontam como o capitalismo funciona num sistema que denominam dupla opressão:

> O CMI[21] afirma-se em modalidades que variam de acordo com o país ou com a camada social, através de uma dupla opressão. Primeiro, pela repressão direta no plano econômico e social – o controle da produção de bens e das relações sociais através de meios de coerção material externa e sugestão de conteúdos de significação. A segunda opressão, de igual ou maior intensidade que a primeira, consiste em o CMI instalar-se na própria produção de subjetividade: uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo [...] É desde a infância que se instaura a máquina de produção de subjetividade capitalística, desde a entrada da criança no mundo das línguas dominantes, com todos os modelos tanto imaginários quanto técnicos nos quais ela deve se inserir. (GUATTARI e ROLNIK, 2008, p. 48; 49)

[21] Capitalismo Mundial Integrado (CMI) é uma conceituação que Félix Guattari prefere utilizar ao invés de capitalismo pós-industrial (GUATTARI, 2001). Termo que segundo ele não engloba todas as faces da mundialização do capitalismo. Para Guattari, o capitalismo é mundial e integrado, pois colonizou todo o planeta, inclusive países como a China e o bloco soviético, antigos opositores do sistema capitalista e também porque tenta controlar toda atividade humana (GUATTARI e ROLNIK, 2008).

Nesse sentido, o capitalismo lança mão de artimanhas no campo da produção de subjetividade e certos saberes científicos, racionalistas e denominados “neutros” se encaixam perfeitamente nessa produção serializada de humanos segundo o capital. O ser humano caminharia rumo ao adulto responsável inserido na sociedade como força de trabalho, o homem útil à produção econômica e os que não se encaixariam nessa serialização humana seriam incluídos também, mas como os indesejáveis para a lógica capitalista.

Cabe-nos apontar e explicitar o que estamos chamando de produção de subjetividade. Primeiramente, não se trata de subjetividade no sentido de algo interno ao sujeito e sim do campo da produção de realidade social. Enquanto nos sistemas tradicionais a subjetividade é fabricada de modo mais territorializado (na escala de uma etnia, de uma casta, de uma corporação profissional), no sistema capitalista funciona como uma tentativa de dominação em escala industrial e global e isso implica não só em subjetividade individuada, “mas uma produção de subjetividade social que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo” (GUATTARI e ROLNIK, 2008, p.22). Não é intrínseca ao indivíduo, mas uma produção capitalística de subjetividades em série, produção de indivíduos “normais”, segundo a ordem e interesses do capital.

Guattari e Rolnik (2008) atentam que preferem utilizar o termo subjetivação, produção de subjetividade em vez de ideologia. A noção de ideologia não engloba a função produtiva da subjetividade, pois permanece no campo da representação e a produção do CMI não é apenas no âmbito representacional, mas também dos comportamentos, da memória, da percepção, das relações sociais, das relações sexuais, etc. Afirmam que a produção de subjetividade vai para além do registro ideológico, se instaurando dentro dos “corações dos indivíduos”, nas formas de perceber e de se articular com o mundo, com o trabalho e com a ordem social. A máquina capitalística tenta uma função hegemônica em todos os campos, tentando-se inserir nos desejos, sonhos, paixões, devaneios (GUATTARI e ROLNIK, 2008). Dão destaque a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, produzida, modelada, recebida e consumida segundo os moldes capitalistas.

Todavia, os autores afirmam que há sempre movimentos e produções de subjetividades singulares que contrapõem e resistem a essa tentativa totalizante de

se “encaixotar” os humanos, aprisioná-los em um determinado modo de ser e estar necessário para o funcionamento capitalista. Chamam-se processos de singularização: uma maneira de recusar todo esse processo de dominação para construir outros modos de vida, de relação com o outro e com o mundo que produzam uma subjetividade singular.

A nossa aposta com relação à juventude são esses movimentos e processos de singularizações que escapam às armadilhas da totalização e das prisões a que se tenta levá-la, problematizando o lugar em que o jovem é colocado nas malhas sociais.

> *É, a vida de adolescente não é... não é fácil né, porque a gente pensa que tá certo, acaba que tá errado... os pais falam uma coisa, a gente faz outra, né, mas a gente tem que saber lidar com isso, né, porque é uma fase que a gente tá pra evoluir, pra crescer, e a gente tá se habituando à fase adulta... então é a fase que a gente tem que acabar se acostumando. (Jovem 1)*

A fala acima sobre a fase da adolescência ao mesmo tempo em que indica a questão evolutiva presente na noção de desenvolvimento humano coloca algumas pistas para se indagar a naturalização desse processo. Revela uma tentativa de escape quando fala do questionamento frente aos pais com relação ao que pensar e fazer, mas que quando se cresce e evolui acaba “*se habituando à fase adulta*”, “*é a fase que a gente tem que acabar se acostumando*”. Se as fases do desenvolvimento fossem naturais precisaria se habituar ou se acostumar a elas? Habituar e “se acostumar” nos leva a analisar o desenvolvimento não como uma natureza, algo já dado e igual para todos, mas como um processo em que a vida tenta escapar a essa serialização, a essa tentativa de se fechar ao possível, de se acostumar a um lugar delimitado para o adolescente. Outros possíveis se fazem presentes, mas processos hegemônicos como a tentativa de “encaixotamento” em fases bem delimitadas incidem sobre a vida tentando direcioná-la a um território pré-determinado e a se acostumar com ele.

Com relação ao conceito de adolescência, destacamos que não haveria nada de uma adolescência universal, mas esse tem sua construção definida em um momento histórico relativamente recente. Na contemporaneidade a figura de adolescente difundida tem muito de uma tendência dos *teens* estadunidenses, um estilo de vida a

ser difundido e “comprado” pelo resto do mundo (COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO, 2005).

Uma intencionalidade de consumo própria do capital. Hoje se tem de tudo para o adolescente: música, moda, aparelhos eletroeletrônicos, programas televisivos, revistas, *games*, esportes. Uma tentativa de produzir uma juventude que consome produtos voltados para sua fase e perpetuar um lugar para ele na sociedade de consumo. Mas cabe apontar e demarcar novamente que a juventude é diversa e sempre escapa às tentativas universalizantes.

Guattari (2001, p.14) alerta:

> A juventude embora esmagada nas relações econômicas dominantes que lhe conferem um lugar cada vez mais precário, e mentalmente manipulada pela produção de subjetividade coletiva da mídia, nem por isso deixa de desenvolver suas próprias distâncias de singularização com relação à subjetividade normalizada.

A universalização do termo adolescente já é alvo de críticas e contrapontos há bastante tempo. Destacaremos algumas discussões com relação aos aspectos notadamente culturais e históricos da adolescência.

1.1 A ADOLESCÊNCIA UNIVERSAL FORJADA

Antropólogos norte-americanos da década de 20 e 30 da chamada Escola de Cultura e Personalidade realizaram estudos em que tentavam entender a criança e a adolescência em outras organizações socioculturais, contrapondo à sociedade norte-americana da época (COHN, 2009).

Destaca-se o estudo realizado pela antropóloga e psicóloga Margareth Mead em Samoa, onde foi verificar se os dilemas e rebeldias vividos pelos adolescentes norte-americanos eram características universais a essa fase da vida. Mead concluiu que tais características são culturais, não são universais e biológicas como se tentava afirmar, demonstrando que a própria ideia de adolescência não é universalizável (COHN, 2009). Em Samoa, essa fase é vivida de forma suave, um período de liberdade em uma cultura em que não é necessário realizar tantas escolhas, ao contrário das sociedades ocidentais em que o jovem é bombardeado de uma série

de obrigações e de escolhas centrais para a vida ocidental capitalista; exigências e expectativas para se alcançar à fase dita da responsabilidade, a adulta.

Estudo, trabalho, família, profissão, casamento, filhos, emprego, faculdade, escolha, pressão, decisão, mudança, responsabilidade são alguns dos dilemas que os jovens com quem dialogamos convivem. Uma série de obrigações e escolhas se impõe para o jovem ocidental, e muitas ao mesmo tempo. Como se de uma hora pra outra um corpo jovem tivesse que dar conta de todas essas questões e possíveis efeitos na vida destes são relatados como *stress*, “pressão na mente” e até mesmo depressão. A adolescência que assim como a criança continua tutelada, mas agora é bombardeada para deixar o infantil de lado e ter que decidir o rumo de sua vida adulta.

> *Ah, aí veio mais a responsabilidade né, cuidar da casa, ajudar os pais, estudar, né, ajudar sempre assim, num é aquela coisa... antigamente você só pensava em brincar, hoje... hoje em dia você pensa né em objetivos mais, mais adultos vamos dizer, em ajudar, estudar, querer um objetivo né, melhor pra frente...[...] Ah, o objetivo é sempre é estudar né, ter um bom emprego, um bom... uma família né, bem mais pra frente é claro, mas é isso, sempre estudar, não desistir nunca, mesmo que seja difícil né, tá conseguindo estudar como eu falei, só não pode desistir... e ter um bom emprego e fazer aquilo que gosta também. (Jovem 1)*
>
> *Mudou bastante. [...] Vaidade, responsabilidade, cada dia você tem uma coisa pra ser responsável, pra você olhar assim [...] (Jovem 3)*
>
> *É um período muito difícil. [...] No meu caso foi...[...] mais complicado ainda porque eu com 17 quase fazendo 18 anos, é, meu pai sempre me dava... me dá conselho e aí num período desse, num certo período eu parei de ouvir, já fui pra... andar com mal companhia, essas coisa assim... Aí na hora que aconteceu comigo, depois que eu olhei pra trás eu ouvi, parei e refleti, pensei no que meu pai tinha falado, depois fui botando a cabeça no lugar. Aí foi um período pra mim o mais complicado assim que eu passei. [...] Que... é, num ouvia o meu pai, não ouvia minha vó, não ouvia ninguém, eu queria saber de andar na rua, ficar com mal companhia, depois que aconteceu comigo tive que aprender e é... pra dizer: hoje eu tenho mais a cabeça no lugar... de quando eu tinha 16, 17 anos.[...] É complicado, assim, agora que eu tô ficando mais velho... é complicado é... ser adolescente, porque é um período de... vamos dizer de stress o adolescente, então é complicado você lidar é... com aquilo... muitas coisas é... é..e... ele fica com aquilo na mente, alguma uma coisa na mente, tipo uma pressão na mente. Então...[...]*

Eu no meu caso na época era escola, era, tipo assim serviço, outros falavam "ah, você tem que largar a escola pra ir trabalhar". Eu ficava com aquilo na mente, ficava [...] pensando, depois veio a acontecer, aconteceu coisa errada. Então uma coisa bem difícil. Aí depois o meu pai foi me aconselhando e já me adaptando [...] já fazia tudo certo. Então...[...] Eu acho que mais é ... o que você vai fazer na vida, tem que ter sempre um... cê sempre, sempre olhar pra frente o que você vai querer da vida... então eu acho que é mais ou menos isso... é [...] cê não vai ter um pai pra toda vida pra te dar comida, pra te dar roupa lavada, pra te dar casa. Você tem que procurar, aí você vai crescendo, você vai vendo o que você vai querer da vida. (Jovem 6)

Eu acho que na fase da adole... da juventude é aonde você começa a ter uma visão diferente das coisa. Com 18 anos principalmente, você... percebe que você não vai ser tão dependente dos seus pais, você vai ter que correr atrás, que você vai ter que ter responsabilidade. Até então você não tinha quando você era adolescente, porque seus pais te bancava né? Você era novo. Então eu vejo que a gente tem que... é uma decisão, é sempre, é tudo que vem sobre você assim, aquela pressão, é... por exemplo, é ali que você começa tipo a ver as coisa da vida. Igual agora é... eu tô na igreja, por exemplo, é... é...eu to falando de mim [...]Eu tô na igreja, agora com 18 anos, eu penso em final do ano que vem casar por exemplo, mas eu penso em fazer uma faculdade ainda, então é um deci... é tudo que você vê, entendeu. Você pode escolher é entre querer fazer uma faculdade ou ter um filho ou casar entendeu? Então é tudo duma vez só. A juventude é pra você pensar. Cê tem que amad... cê tem que ter tipo uma mente madura pra saber o que você quer realmente. [...]É uma fase muito difícil como ele falou, na minha opinião.[...] Então eu vejo na adolescência tanta, é tanta co... é tanto o que se pensar pra você decidir o que você quer do seu futuro, que cê acaba ficando em dúvida, cê acaba ficando às vezes ficando até depressiva assim. Fica sua mente assim muito cheia de ideia, muita coisa. Aí você não sabe o que fazer, então isso torna a gente mais estressado como ele falou, mais... não saber o que fazer, entendeu?[...] E aproveitar, por exemplo eu... eu penso fazer uma faculdade de Direi... de Psicologia, mas eu não tenho condições de pagar agora. Aí, entendeu... aí eu penso assim "ah, então acabou" assim. Eu acho que a gente tem que... pensar mais alto, mas também ver o que... as possibilidades, entendeu? O que eu posso fazer no momento. [...]E isso é tão difícil de saber assim, decidir algo pro seu futuro, entendeu? [...]Eu não sei. Eu acho muita coisa. (Jovem 5)

Sobre como historicamente surge a adolescência como a concebemos no discurso hegemônico atual, Ariés (1981) em sua obra História Social da Criança e da Família nos traz contribuições importantes. Quando debate acerca das idades da vida aponta através de pesquisa histórica que na Idade Média nos tratados

pseudocientíficos, os autores empregavam termos variados como infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade, mas que para o autor teria mais uma terminologia puramente verbal. Cada termo era usado para um diferente período da vida, relacionado à idade, porém com noção bem diferente da idade nos dias de hoje e eram termos mais ligados à erudição e ciência que depois foram tomando o dia da dia da experiência comum. O autor inclusive afirma a dificuldade de se explicar o que significaria as idades da vida naquela época, pois vivemos em um mundo com sentimentos de vida totalmente diferentes da Idade Média.

Nesse sentido, interessante a passagem referente à adolescência de um tratado em latim do século XIII de escritores do Império Bizantino *Le Grand Propriétaire de toutes choses* (quando traduzido para o francês):

> Depois segue-se a terceira idade, que é chamada de adolescência, que termina, segundo Constantino em seu viático, no vigésimo primeiro ano, mas, segundo Isidoro, dura até 28 anos... e pode estender-se até 30 ou 35 anos. Essa idade é chamada de adolescência porque a pessoa é bastante grande para procriar, disse Isidoro. Nessa idade os membros são moles e aptos a crescer e a receber força e vigor do calor natural. E por isso a pessoa cresce nessa idade toda a grandeza que lhe é devida pela natureza. (GLANVILLE, 1556 apud ARIÉS, 1981, p.36)

O autor também debate quando da tradução das terminologias do latim para o francês como que a diversidade de nomes relacionados às idades da vida não conseguiam correspondentes. Nesse sentido, não havia lugar para adolescência, que até o século XVIII foi confundida com a infância:

> Embora um vocabulário da primeira infância tivesse surgido e se ampliado, subsistia a ambiguidade entre a infância e a adolescência de um lado, e aquela categoria a que se dava o nome de juventude, do outro. Não se possuía a ideia do que hoje chamamos de adolescência, e essa ideia demoraria a se formar (ARIÈS, 1981, p.45).

Somente no século XVIII que se têm as primeiras iniciativas de definir o que seria a adolescência. Mas, somente no século XX que o termo ganharia definições do adolescente moderno. Ariès coloca a figura de Siegrified da ópera de Richard Wagner[22] como a inauguração do adolescente moderno: “mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver

[22] Richard Wagner foi um maestro, compositor, diretor de teatro e ensaista alemão do século XIX. Autor da ópera Siegrified a que Ariès destaca como um adolescente moderno.

que faria do adolescente o herói do nosso século XX, o século da adolescência" (ARIÈS, 1981, p.46).

Apesar de tais questionamentos histórico-culturais, cabe-nos apontar que o conhecimento científico das mais diversas "especialidades", e nele se inclui uma parte da psicologia, tem sido convocados a ajudar na perpetuação de uma construção adolescente universal. Há um contexto em que uma série de práticas e produções nos mais diversos campos tem forjado objetos naturalizados.

Ariès coloca o momento a partir do século XVIII com sedimentação no século XX para a consolidação do adolescente moderno. Haveria nesse momento uma série de práticas sociais objetivando esse campo, e daí a ciência emerge como um dos vetores de força que produz esse objeto. Nesse contexto, destacam-se as afirmações do psicólogo norte-americano Stanley Hall[23], que em 1904 lança a obra *Adolescence: its psychology and its relations to antrhropology, sociology, sex, crime, religion and education* (considerada em algumas leituras o momento quando a adolescência se torna objeto de estudo da Psicologia), na qual apresenta a adolescência com um marcante caráter de universalidade, como um fenômeno natural, definindo-a como um período de modificação e instabilidade (CUNHA e PAIVA-CRUZ, 2011).

Nesse sentido, como debatemos, conhecimentos de parte da psicologia e de outros saberes têm perpetuado a ideia de uma natureza adolescente. Coimbra e Nascimento (2008, p. 58) problematizam as características que são afirmadas como naturais a essa fase:

> Algumas práticas baseadas nos conhecimentos hegemônicos da Medicina e da Biologia, fazem associações entre mudanças corporais e determinadas etapas do desenvolvimento psíquico, afirmando formas específicas de estar no mundo. Esse modo biomédico de se pensar a infância e a adolescência como um todo universal e homogêneo tem construído modos naturalizados de vida. Com relação, por exemplo, ao jovem afirma-se que determinadas mudanças hormonais, glandulares e físicas, típicas dessa fase, são responsáveis por certas características psicológico-existenciais que seriam próprios da juventude. Descrevem, assim,

[23] Stanley Hall possui influência do darwinismo e da teoria da evolução. Não ignorando a importância dos estudos de Charles Darwin (que inclusive revolucionam certas crenças arraigadas e antropocêntricas), mas certas apropriações de sua obra, como a transposição dela para explicar as sociedades e o campo psicossocial, como o darwinismo social ou a idéia de fases com características definidas como nas teorias desenvolvimentistas mais tradicionais, foram utilizadas de uma forma a colocar as sociedades ocidentais capitalistas como mais evoluídas dos que as ditas "primitivas" e o ideal do homem adulto, produtivo e responsável como o que deveria ser almejado e único caminho.

> suas atitudes, comportamentos e formas de estar no mundo como manifestações dessas características, percebidas como essência e portanto, como imutáveis. Dessa maneira, “qualidades” e “defeitos” considerados típicos do jovem como entusiasmo, vigor, impulsividade, rebeldia, agressividade, alegria, introspecção, timidez, dentre outros, passam a ser sinônimos daquilo que é próprio de sua natureza.

Exemplos de publicações científicas no campo do saber médico e psicológico, aliados à produção midiática, reafirmam uma visão de adolescência universal e toda essa exposição tem guiado formas de ver o adolescente nos seus diversos contextos. A Revista Nova Escola de Setembro de 2004 traz o seguinte título de matéria: “Adolescentes – entender a cabeça dessa turma é a chave para obter um bom aprendizado” e complementa:

> Uns parecem estar no mundo da lua. Outros, num ringue de boxe. Para driblar essas atitudes que prejudicam suas aulas, é preciso conhecer e respeitar as mudanças que ocorrem na adolescência, ganhar a confiança da turma e aproximar o conteúdo escolar do cotidiano da garotada (CAVALCANTE, 2004, p.48).

Trata-se de uma matéria que tenta orientar a prática pedagógica com adolescentes, através de entendimentos de características próprias a esses jovens e com explicações das neurociências para os comportamentos destes:

> Tudo o que pode parecer estranho no comportamento dos adolescentes tem explicação neurológica. A falta de interesse pelas aulas, por exemplo, é conseqüência de uma revolução nas sinapses (conexões entre as células cerebrais — os neurônios). Nessa etapa da vida, uma série de alterações ocorre nas estruturas mentais do córtex pré-frontal — área responsável pelo planejamento de longo prazo e pelo controle das emoções —, daí a explicação para ações intempestivas e às vezes irresponsáveis (GIRARDI, 2004, p.49).

Apontemos aqui como uma visão naturalizada vai se embrenhando nos mais diversos campos da vida. Essas afirmações têm guiado práticas no campo da escola, local central na vida de crianças e jovens, e que pode funcionar como um dos aparelhos produtores de subjetividades dominantes, onde muitas práticas complicadas têm-se perpetuado historicamente, tentando definir destinos, separando os mais “adequados” ou “inadequeados” à ordem social.

Nesse sentido, alertamos para o que se tem produzido: além da concepção de adolescência, cria-se também uma forma de como os profissionais devem lidar com os que supostamente pertenceriam a essa fase. Trata-se de efeitos dessa invenção da adolescência moderna, produzindo prisões aos movimentos dos jovens quanto às possibilidades de ser e estar no mundo e das formas de como se deve se relacionar

com esses. Na matéria da Revista Nova Escola há um exemplo quanto ao campo da educação, mas não se trata de uma especificidade das escolas, pois as diversas políticas relacionadas à juventude podem estar caindo na armadilha do “qual a melhor forma de se trabalhar com um jovem”.

Com os ditos avanços do conhecimento e das tecnologias, novas formas de se afirmar uma identidade adolescente vão se constituindo. Hoje, a neurologia, os mapeamentos neuronais e cerebrais são a “bola da vez”. Se antes, o saber da psicologia inaugurada por Hall com explicações sobre a fisiologia e a puberdade eram usados para explicar o que é e como funciona a adolescência, hoje há também outros “saberes da moda”, mas que continuam perpetuando uma crença de determinação natural para a adolescência.

Outro exemplo é o recente estudo que orienta aos psicólogos britânicos a estender a faixa etária de adolescente para os 25 anos ou mais, também com explicações neurológicas e fisiológicas:

> Existem três fases da adolescência — a adolescência inicial, que vai dos 12 aos 14 anos; a adolescência intermediária, dos 15 aos 17 anos; e adolescência final, dos 18 anos para cima.
>
> A neurociência tem mostrado que o desenvolvimento cognitivo de um jovem segue adiante neste último estágio, e que sua maturidade emocional, autoimagem e julgamento serão afetados até o córtex pré-frontal do cérebro se desenvolver totalmente.
>
> Juntamente com o desenvolvimento do cérebro, a atividade hormonal também continua até os vinte e poucos anos, diz Antrobus. [...]
>
> Ela diz que alguns adolescentes podem querer ficar mais tempo com suas famílias porque eles precisam de mais apoio durante esses anos de formação, e que é importante que os pais percebam que nem todos os jovens se desenvolvem no mesmo ritmo (WALLIS, 2013).

Uma análise desse recente estudo é a de que fenômenos histórico-culturais são incrivelmente reduzidos a uma explicação biológica. Se hoje os jovens ficam mais tempo na casa dos pais, se entram no mercado de trabalho mais tardiamente, se demoram a se casar é porque ainda são adolescentes[24]. Aumenta-se a faixa etária do que abrangeria a adolescência e continua-se a buscar uma explicação pela via

[24] Todas essas características expostas são uma forma que tem se fortalecido atualmente com as demandas e construções sociais de uma forma majoritária, porém é uma realidade muito mais próxima das camadas mais abastadas. Ao jovem pobre, hegemonicamente, outras situações são delineadas: saída da escola, a busca pelo mercado de trabalho para a sobrevivência, e muitos o casamento mais cedo.

da maturação cerebral. As ciências duras[25] fecham-se na ilusão de uma explicação puramente racional e exata.

Problematizando o lugar que a ciência ocupa na sociedade, Bocco (2006) afirma que aqueles que fazem parte das elites científicas são grandes proprietários do contemporâneo, pois possuem privilégios e poderes por terem sob seu controle A informação. O “A” maiúsculo é para diferenciar das diversas outras informações que circulam no nosso dia-a-dia, mas que são rejeitadas por alguns círculos da ciência. Em nome de uma suposta superioridade dA informação, desconsideram qualquer outra concepção que escape de suas formulações.

1.2 DESCONTRUINDO A RELAÇÃO JOVEM-POBRE-PERIGO

Apesar da intenção universalizante é interessante apontar que as características tidas como normais a essa etapa curiosamente não são atribuídas a todos os segmentos sociais. Daí vem a noção debatida anteriormente de desvio: para a população pobre outras características são “coladas” aos jovens ou “adolescentes” pobres.

Acrescentam-se aos jovens pobres outras características no jogo de práticas de objetificação. São atribuídas além dos atributos comportamentais e fisiológicos tradicionais, outras associações como a de que o jovem pobre é correlato à violência, perigo e criminalidade. Configuram-se classificações como: a infância em perigo, pois ainda não veio a delinquir, mas tem a probabilidade de se tornar infratora e a juventude perigosa, aquela que já é definida como delinquente e ameaçadora da ordem social (COIMBRA e NASCIMENTO, 2008).

Historicamente, principalmente os jovens pobres foram denominados por uma outra categoria que tem suas implicações a serem debatidas: menor. Tal formulação apesar de esforços de setores com compromisso pela garantia de direitos para a abolição desta nomenclatura e da legislação atual, o Estatuto da Criança e do

[25] Chamamos ciências duras àquelas que pressupõe que através do rigor do método e da razão dos experimentos são capazes de apreender a verdade absoluta e universalizável sobre o seu objeto de estudo.

Adolescente (ECA),[26] não mais utilizar esse nome, ainda é veiculada em vários meios como a mídia, o próprio meio jurídico, em políticas de Estado, organizações não-governamentais e na vida cotidiana.

Coimbra e Nascimento (2003) nos apontam para o mito da periculosidade das comunidades pobres e como consequência das crianças e adolescentes jovens que foram denominados assim, por serem os futuros perigosos em potencial. As autoras nos trazem como que historicamente foi se forjando tal mito, dando destaque para práticas relativas à escravidão que era tida como natural no seu período de mais de trezentos anos, às teorias racistas e eugênicas que emergem no século XIX, ao movimento higienista no Brasil e à vigência do Código de Menores.

As condições para a criação do mito da periculosidade das camadas empobrecidas vão ao encontro das contribuições de Foucault (1984), quando debate sobre a sociedade disciplinar. Foucault ressalta que com a emergência do poder disciplinar, com o avanço do capitalismo moderno nos séculos XVII e XVIII, em suas instituições de captura, nota-se a preocupação não mais em somente corrigir os desvios sociais, mas sim em prever os perigos e "vícios" que fugiam ao que era denominado "normal" à ordem do capital. Atuar antes que os perigos viessem a acontecer, por meio da vigilância, da extração da força e do tempo de trabalho, produzindo corpos dóceis, adaptados e úteis à ordem social.

Conhecimentos ditos "científicos" e de cunho preconceituoso, como as teorias eugenistas[27] e o movimento higienista brasileiro[28] no fim do século XIX e início do século XX, reforçaram ideias e produziram efeitos e marcas cruéis em certas parcelas da sociedade, tidas como indesejadas para os interesses burgueses. Tais

---

[26] Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. No ECA a nomenclatura menor é abolida, e é utilizado os termos criança e adolescente. Não se trata de uma troca simples de nomes, mas sim uma conquista social. Apesar do ECA ter problemáticas a serem discutidas, não se pode negar que é um avanço legal na garantia de direitos para a juventude, que sofre há anos com práticas de tutela, menorização e violência instituída.

[27] A Eugenia foi criada no século XIX. "É um conjunto de ideias e práticas relativas a um 'melhoramento da raça humana' Nela a hereditariedade selaria o destino dos sujeitos, as condições de vida e o futuro já estariam demarcados (MACIEL, 1999).

[28] Movimento que teve força no Brasil no início do Século XX, que possui como princípios estabelecer normas e hábitos higiênicos em nome da saúde coletiva e individual. Convém destacar que trata-se de um movimento claramente das elites, que no Brasil vinculou o atraso nacional econômico e social à questões raciais, colocando por exemplo as características herdadas pelos índios e negros como obstáculo ao desenvolvimento da nação (GÓIS JUNIOR, 2000). Tais ideias higienistas são presentes e tem no momento atual se atualizado em práticas e discursos preconceituosos e em ações inclusive do Estado com relação às populações historicamente discriminadas.

formulações consideravam que existiriam características puras ao ser humano, atribuições novamente sempre ligadas às elites. Condenavam as misturas de raças, colocando-as num patamar de que seriam causadoras de doenças e enfermidades (COIMBRA e NASCIMENTO, 2003; 2005). Nesse sentido, os pobres seriam viciosos e desviados dessa pureza e teriam sua herança genética marcada pela patologia. Além de reforçarem a ideia de que as condições dos indivíduos eram dadas por sua natureza, ou seja, se o indivíduo é rico ou pobre é devida à sua determinação hereditária.

Dessa forma, justifica-se uma série de estratégias e medidas adotadas com relação à pobreza. Para os pobres não delinquentes, "dignos", que trabalham e mantém a "família unida" seria necessário fortalecer os valores morais, já que são "mais vulneráveis aos vícios e doenças". Para as crianças e adolescentes, filhos de pobres, a forma de "se salvarem" seria afastando-os das ruas e até dos lares. Já aos pobres viciosos e delinquentes caberiam a coerção e a erradicação (COIMBRA e NASCIMENTO, 2003; 2005; 2008)

No Brasil, o movimento higienista teve grande força no campo médico e jurídico, cuja inserção política chegou ao ponto de originar o Código de Menores em 1927[29] que possuía a "pretensão" de "consertar" as crianças e adolescentes, como se fosse uma chance de curar ou isolar tais perigosos em potencial à sociedade. Uma das medidas do Código, principalmente nos dois períodos ditatoriais brasileiros (Estado Novo e ditadura militar), foi a internação desmedida de crianças e adolescentes denominadas desassistidas, e que por isso deviam estar sobre o controle do Estado, em instituições como internatos, reformatórios, casas de correção (o nome fala por si), patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos, que se tornaram verdadeiros depósitos humanos.

Para ilustrar uma série de atributos naturalizados como inerentes ao denominado menor, e que denunciam claramente a associação do jovem pobre à periculosidade, trazemos como exemplo a revista Retrato do Brasil nº 26 de 1984. Nos recortes da revista que tive acesso há quadros com o perfil do menor infrator e sobre a família destes. Possuem inclusive a figura de um jovem negro de boné estampada com

[29] O Código de Menores foi a legislação que vigorou desde a década de 20 até 1990 com a promulgação do ECA.

setinhas e balões que destacam ditas características dos infratores. Nesse perfil há descrições que reforçam visões preconceituosas, inclusive com apoio de dados estatísticos[30], tais como:

> Família - Tem mais de três irmãos e nasceu na cidade grande. Sua família veio do campo ou de uma cidade menor. Seus pais exerciam trabalhos sem qualificação se separaram, como os pais de 60% dos jovens delinquentes. Como sua mãe trabalhava, um irmão mais velho cuidava das outras crianças. Escolaridade – É semi-analfabeto. Como 90% de seus colegas, abandonou a escola no início do primeiro grau para trabalhar ou para viver nas ruas Trabalho – Embora já tenha trabalhado, atualmente não tem nenhuma atividade ocupacional. Apenas 10% dos menores internados estavam trabalhando quando foram detidos. Renda familiar – Grupo racial – Ele e mais de 70% de seus companheiros são oriundos de famílias que vivam com menos de um salário mínimo. Geralmente são pardos ou negros. A sociedade discrimina estes menores responsabilizando-os por 70% dos delitos. Sexo – É um menino. A participação das meninas no conjunto dos menores infrantores caiu de 25% para menos de 10% em dez anos. Medidas como o reconhecimento legal do emprego de doméstica parecem ter contribuído para isso. Idade – Tem mais de 16 anos e menos de 18 anos. Os autores de cerca de 80% dos delitos praticados por menores são jovens nessa faixa de idade. Como estão às vésperas da incorporação ao serviço militar, não conseguem arranjar emprego. Crime – Furta ou rouba. Estes são cerca de 70% dos crimes praticados por menores. Depois de cometer o primeiro crime, a chance de que ele venha a reincidir é de mais de 50%. Moradia – Atualmente vive nas ruas, mas nasceu numa favela. Como mais de 70% dos menores infratores, vivia num pequeno barraco, em promiscuidade com pessoas de diversas idades (RETRATO DO BRASIL, 1984).

O Código de Menores perdurou por décadas (tendo tido duas edições – 1927 e 1979), sendo substituído somente em 1990 pelo ECA e até hoje atravessa os discursos jurídicos, o sistema socioeducativo e as práticas de políticas para crianças e jovens, apesar de avanços legislativos e no campo das políticas de assistência social.

Também não é novidade o noticiário dos jornais escritos, televisivos, de *internet* quando vão se referir a jovens pobres usam como “doce na boca” o termo menor sem critério algum e perpetuando a lógica menorista. Andando pela cidade é possível ver camisas de jovens que fazem parte do sistema de aprendizagem e inserção no mercado de trabalho[31] com a denominação “menor aprendiz” estampada ou ainda a placa de “juizado de menores” na rodoviária. Lembrando que esses são

---

[30] Como discutido, conhecimentos dito científicos aliados à veiculação midiática reforçam visões preconceituosas e o mito da periculosidade discutido.

[31] O programa Adolescente Aprendiz é a primeira forma de se entrar no mercado de trabalho através dos meios legais. Jovens a partir de 14 anos podem se inserir no mercado de trabalho, mas como aprendizes. Digo meios legais, pois sabemos outra questão que deve ser discutida que é a inserção de jovens e crianças no trabalho devido a realidade social, de forma precarizada, como mão-de-obra barata e subjugada, quase ou até mesmo escrava, fora das malhas legislativas.

só alguns dos exemplos que utilizamos para ilustrar essa política menorista que insiste em ser exercida.

A lógica menorista reafirma a ideia de que crianças e adolescentes pobres são sujeitos menores nos diversos campos da vida, ressaltando a binaridade menor-maior, tendo como resultado realidades que os colocam sempre inferiores em relação aos adultos produtivos, responsáveis e adaptados à ordem social. Atrela-se assim a uma noção de que se é menor, deve ser tutelado, pois não tem responsabilidades e direitos. Quantas vezes já ouvimos falas de que "criança não tem escolha", um efeito discursivo de práticas menoristas. É uma lógica que carrega o preconceito e o racismo com relação às camadas empobrecidas, tentando controlar e desqualificar os "indesejáveis" às elites.

Guattari e Rolnik (2008) ao destacar uma das funções da economia subjetiva captalística - a infantilização – nos trazem uma discussão importante para pensar esse processo. Ao tutelar crianças e adolescentes tidos como perigosos tenta-se colocar somente o Estado como aquele que pensa e organiza a vida social, infantilizando os setores sociais ou comportamentos dissidentes. Tudo que se faz, se pensa ou possa a vir a fazer ou pensar segundo esse processo de infantilização deve ser mediado pelo Estado.

Nesse sentido, Coimbra e Nascimento (2003; 2005; 2008) contribuem para pensarmos como foi forjado segundo interesses do capital a denominação menor, associada à prática disciplinar de que esses jovens devem ser controlados *a priori*, pois para essa lógica a juventude pobre é considerada um perigo em potencial. Coimbra e Nascimento (2003) nos alertam também que mesmos autores críticos acabam caindo na armadilha de associar pobreza à periculosidade/violência, a partir de estudos que denunciam a divisão da sociedade em classes sociais e na violência resultante dessa divisão.

Dessa forma, devemos fazer uma análise do que estamos produzindo com nossos estudos sobre a pobreza e sobre os jovens, a fim de não cairmos na perpetuação e visibilização de processos hegemônicos interessados em tais associações perversas. A intenção é fazer uma análise crítica em nossa pesquisa das formas de opressão presentes nas políticas sociais, problematizando a conexão com a

periculosidade, de forma a visibilizar processos que afirmam os jovens como sujeitos autônomos, que falam por si. Tal questão deve ser altamente levada em consideração ao se pensar as políticas públicas voltadas a essa parcela da sociedade. As práticas exercidas por essas políticas podem e estão em muitas situações fortificando esse mito da periculosidade historicamente construído.

Diante desse arranjo de uma tentativa de universalidade da adolescência, e a utilização do termo menor relacionado ao jovem pobre, preferimos utilizar as denominações jovem e juventude como Coimbra, Bocco e Nascimento (2005). Afirmaremos num terreno micropolítico uma intensidade juvenil em vez de uma identidade adolescente e a noção de desenvolvimento como uma construção e não um caminho definido a se chegar.

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005, p.8) alertam que essa escolha não garante a quebra das naturalizações, pois o conceito de juventude também emerge em um contexto histórico-cultural e também pode ser capturado. Porém, afirmam que:

> [...] a aposta nas multiplicidades e diferenças para questionar o conceito de adolescência pode funcionar como uma estratégia contra as capturas e produções impostas por saberes que se apoiam em uma realidade normatizada, que eliminam a possibilidade do acaso e que se pretendem neutros.

Firmar a intensidade juvenil é uma posição política que faz total diferença no momento de defendermos políticas que afirmem os jovens como sujeitos, e políticas abertas às possibilidades de ser e estar no mundo. Além disso, alinha-se à nossa proposta de pesquisa em que os jovens possam falar de sua vida e de seus processos de participação em uma política pública. Através dela pretendemos andar na contramão dos processos totalitários identitários[32], desconstruir estigmas, mitos como as associações forjadas de que jovens pobres são perigosos e violentos, rótulos sociais, aprisionamentos existenciais e comportamentais; evidenciar movimentos singulares e visibilizar histórias outras desses jovens.

A dificuldade de se conceituar os termos juventude e jovem, por si só, já falam das possibilidades e dos possíveis que elas produzem. O sentimento e a intensidade juvenil para além de características fixas e de faixa etárias pré-determinadas, desnaturalizam e subvertem, assim o conceito de adolescência que fora capturado e

[32] Segundo Guattari e Rolnik (2007, p.80) “a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável.”

forjado no sentido de perpetuar um território pré-determinado e produtor de processos de taxação e estigmatização dos jovens.

> Quando definimos alguém como adolescente, podemos estar colocando em suspenso suas multiplicidades de existência e construindo uma definição que impede que os desenhos de novos fluxos e de vida ganhem força de expansão. Por outro lado, ao operarmos, por exemplo, com o conceito de juventude em nossas práticas, constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças, talvez possamos perceber não mais um adolescente infrator, mas sim um jovem no qual a linha da infração é apenas uma a mais dentre tantas outras que o compõem. Isso permite a certa prática de psicologia um trabalho de intervenção que afirme a abertura de espaços para que, tanto os jovens com quem trabalhamos como nós, psicólogos, possamos criar outras vias de relação com a vida e com nós mesmos (COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO, 2005, p.8).

A juventude ameaça a ordem estabelecida à medida que tem adotado posicionamentos de confronto aos modos instituídos da sociedade nos vários campos da vida e afirmado modos de subjetivação singulares. Algumas das características a que se tenta reduzir à questão da fase são a rebeldia, a impulsividade e a agressividade. Interessante como expõe essas características distanciadas de contextos, apenas como características comportamentais-existenciais, descolando por exemplo que tais modos de se colocar e se relacionar serem efeitos de posturas críticas e questionamentos quanto às organizações e formas de se viver estabelecidas. Tenta-se atribuir a esses movimentos dos jovens um desmerecimento e até a criminalização de cada vez mais atos de “rebeldia” perante a sociedade que funciona através de mecanismos opressores e coercitivos cada vez mais fortes. Se há esse movimento de reduzir o questionamento juvenil a uma característica de fase adolescente, se tentam contê-los das mais diversas formas, e aí se incluem os extremismos como o aprisionamento e a morte, é porque tal potência juvenil incomoda.

Iulianelli (2003) traz um panorama histórico do Brasil e do mundo das concepções relacionadas à juventude. No início do século XX, o enfoque era a delinquência. A juventude era considerada um perigo social aos lares burgueses. Nas duas guerras europeias evidenciou-se que a juventude era subjugada a interesses adultos e nelas as mortes juvenis foram exorbitantes. No *front* de batalha eram todos jovens. Já nos anos 60, o enfoque era a juventude revolucionária. Os jovens que questionavam a sociedade, os costumes, os hábitos, a cultura e a política foi criticada por ser irracional e ingênua, colocando-as no patamar de inocente útil, massa de manobra.

Uma análise da contribuição de Iulianelli com relação aos entendimentos da juventude como delinquente, revolucionária ou rebelde que são presentes até o dia de hoje, mostram como historicamente os movimentos juvenis de questionamentos sociais são sempre presentes e disruptivos e sofrem com a tentativa de despotencialização de seus enunciados pelas políticas opressoras e defensoras de uma ordem produtiva, econômico- capitalista e que não possui interesse em transformações que possam arrancar do lugar cômodo dos interesses do capital.

Em um momento de questionamentos, e de lutas cotidianas diárias que estamos vivendo, que questionam as instituições políticas de estado, os poderes instituídos arraigados e marcados por práticas de corrupção, desmerecimento e fechados à participação da sociedade, presentes hoje no Brasil, mais do que nunca, a juventude é tomada por essa intensidade de transformação a fim de se construir uma sociedade mais afirmadora da vida e menos opressora.

2 SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO PLURAL E O RISCO BIOPOLÍTICO

A pesquisa que realizamos a fim de mapearmos como vem sendo debatido no meio acadêmico o tema das políticas públicas para a juventude permitiu perceber que há várias perspectivas de abordagem desta questão; não se trata de uma discussão homogênea. Destacaremos dois eixos de discussão que serão importantes nos debates a seguir.

Alguns pesquisadores partem da premissa que as políticas para a juventude são necessárias devido a uma situação de descaso para com esse público, como crescente violência, desemprego, evasão escolar, mortalidade juvenil e de que esses são sujeitos de direito, sem indagarem como essa necessidade surgiu. Já outros autores problematizam o surgimento dessas políticas, e como elas vêm sendo geridas, a que e a quem ela tem servido, trazendo aparatos conceituais aliados à noção de biopolítica[33]. Essas duas perspectivas de análise trouxeram elementos importantes para a discussão que se segue, pois não se trata de negar a situação do jovem, os indicadores sociais e o descaso do poder público, mas também discutir como essas políticas estão se constituindo e o que tem produzido.

Discutiremos essas várias perspectivas, não esquecendo o que debatemos anteriormente, de que a produção de um adolescente naturalizado, de uma identidade adolescente, a produção de subjetividade capitalística e os efeitos que elas têm no dia a dia nas micropolíticas[34] da juventude estarão sempre presentes e não serão dissociadas dessa discussão de políticas públicas seja no nível do Estado ou não. Nesse sentido, as políticas públicas são atravessadas completamente por essas produções, essas opressões capitalísticas, como a fôrma adolescente e a denominação menor, e também é terreno de criação para se produzir formas outras,

---

[33] Biopolítica e biopoder são conceitos formulados por Michel Foucault. Essa noção é usada pelo autor quando vem discutir as técnicas de exercício do poder a partir do século XVIII e XIX. Acrescenta-se às práticas disciplinares que agiam no indivíduo e seu corpo com o intuito de docilizá-los e torná-los adaptados à produção industrial, a prática do biopoder que tem como ação a espécie, através da gestão da vida como um todo, técnicas de poder sobre o biológico, o que permite o controle no nível da população (TRINDADE, 2008).

[34] Com essa noção não há uma dissociação entre macro e micro, o que desconstrói a ideia de que para mudar as formas opressoras de poder por parte do Governo é preciso tomá-lo para modificá-lo. Em ambos os níveis a luta é cotidiana e as transformações se fazem nesses dois domínios.

uma luta contra o aprisionamento, exercício de criações de um modo singular e afirmador das possibilidades.

Sposito e Carrano (2003) e Freitas e Papa (2008) afirmam que as políticas públicas voltadas à juventude são de sistematização recente. Datam do final da década de 90 e sua sedimentação se deu a década de 2000, momento em que iniciativas estatais são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil, e as instâncias do Poder Executivo – federal, estadual e municipal (SPOSITO e CARRANO, 2003). Antes dessa época ao se examinar, sobretudo na esfera federal, as políticas de educação, saúde e trabalho constata-se que nenhuma delas eram especialmente voltadas à juventude. Os jovens eram abrangidos por políticas destinadas a todas as demais faixas etárias (RUA, 1998 *apud* SPOSITO e CARRANO, 2003).

Raczynski (1995) apud Abad (2008) realiza nesse sentido uma classificação entre políticas setoriais/ por categorias de população/ focalizadas e políticas universais. As políticas de juventude se enquadrariam na primeira, pois as categorias a que estão destinadas são definidas a partir de um nível de necessidade, pobreza e risco. Outras políticas sociais de Estado seriam universais no sentido de que não são voltadas somente aos jovens, apesar de poderem afetar a situação destes.

Em termos de políticas públicas implantadas no Brasil, e como a complexidade destas é ampla, seria uma pretensão afirmar que somente as políticas voltadas especificamente aos jovens os afetariam. De acordo com o pensamento que defendemos, de que as relações de poder e resistência[35] são exercidas nas práticas sociais diárias, as políticas públicas sejam universais ou focalizadas teriam efeitos na juventude.

As políticas universais ou focalizadas seriam modos de intervenção política diferenciados, mas que todas elas atravessam e constituem as diversas formas de ser e estar no mundo dos mais variados públicos. Mas, claramente com a

[35] Foucault (1984) traz a noção de capilarização do poder. Para esse autor não há um centro de poder localizado em um Estado e que de lá se poderia exercê-lo; as relações de poder estão emaranhadas nos diversos âmbitos da vida e de nossas relações, sendo exercidas assim no nível microfísico. No jogo de forças, onde há poder também há resistência em confronto. Dessa forma, demonstra-se a importância das lutas cotidianas e exercícios de resistências aos poderes instituídos nos âmbitos microfísicos e as possibilidades de desmontagem de relações opressoras.

implantação de políticas mais voltadas ao jovem elege-se aí um foco de atuação. O que nos permite indagar que emergiu um interesse específico, que pode ser um espaço tanto para controle por parte do Estado de uma situação “problema”, como também a oportunidade desses jovens construírem um espaço afirmador da juventude disparado com a implantação de serviços ou focos de atuação em política pública especifica das peculiaridades desta nos diversos âmbitos relacionados ao jovem – educação, saúde, assistência social, dentre outros.

Nesse ponto, cabe-nos ressaltar que as políticas de juventude vivem em um “fio da navalha” entre práticas que promovem o controle da vida dos jovens produzindo tutela e práticas que criam dispositivos para o exercício da autonomia destes. A fronteira entre uma prática e outra é um tanto quanto escorregadia visto as artimanhas e os braços de tentativa de captura, mas sem deixar de evidenciar a resistência e as liberdades que driblam tais mecanismos hegemônicos.

Ao ressaltarmos a importância de políticas de juventude que engendrem exercícios de autonomia e ruptura com modos dominantes de controle da vida, nos aproximamos das discussões de Heckert (2004) em que afirma que a autonomia não é um estado, mas um processo de luta permanente:

> Como exercício permanente, a autonomia não tem como condição prévia a inexistência da dominação, pois sua ação reside exatamente no embate com as tecnologias de dominação, afirmando outras políticas de vida que escapem e desmontem o controle e a submissão. É desse modo que a autonomia não é um princípio que possa ser garantido e assegurado *a priori* nas formalizações que a prescrevem, ela se exerce nas ações que efetua. Esse exercício se faz quando criamos outras práticas que desafiam e interrogam os regimes de verdade que balizam nossa existência, quando mudam os procedimentos que utilizamos habitualmente ao designar o que pode/não pode ser feito, o que é aprender, o que é ensinar, o que é participar (HECKERT, 2004, p. 156).

Afirmar a liberdade de viver através do exercício de autonomia requer demarcar políticas em que os jovens se coloquem, constituam e apropriem dos espaços desmontando a tutela do se dizer, se pensar por eles, do se fazer por eles, da definição dos rumos de suas vidas que as políticas conservadoras tentam impor.

Sposito e Carrano (2003) também apontam que recentemente observa-se na sociedade brasileira um consenso inicial em torno da necessidade de implementação de políticas públicas destinada ao público jovem.

Contudo, do nosso ponto de vista, esse consenso é altamente discutível. Primeiramente, em um terreno tão turbulento como políticas públicas, além disso voltadas para a juventude, afirmar que é um terreno de consenso poderia produzir um olhar ingênuo ou apaziguador, que deixaria os embates que ocorrem colocados de lado. Os próprios autores afirmam que uma grande diversidade de orientações e pressupostos alimenta projetos e programas voltados aos jovens. As decisões de como essa política será implementada ou gerida, a discussão acerca da gestão dos recursos e onde serão aplicados geram conflitos e embates. As linhas e concepções mais duras coexistem com tendências mais libertadoras, e esse jogo de forças não deve ser desconsiderado. Além disso, não podemos deixar de discutir o modo que esse interesse se deu.

Qual o contexto desse surgimento de interesse em políticas direcionadas à juventude?

Uma ferramenta conceitual para entendermos a complexidade no que se refere as políticas com “s”, no plural, relacionadas aos jovens é o conceito de linha. Entenda-se linhas aqui como um conceito construído pelo filósofo Gilles Deleuze. O autor expõe que existem três espécies de linhas que constituem os indivíduos, os grupos, as sociedades: linhas duras, linhas flexíveis e linhas de fuga.

Deleuze (1998) expõe que as linhas duras são segmentárias, de contornos definidos, bem delimitadas e determinadas que atravessam as nossas vidas como a família-a profissão; o trabalho-as férias; a família-e depois a escola-e depois o exército-e depois a fábrica-e depois a aposentadoria. Já as linhas flexíveis são também precisas e segmentárias, porém não são tão fechadas, delineiam modificações, desvios, impulsos. O autor dá o exemplo da profissão como um segmento duro, porém o que acontece na profissão e a que ela se conecta é flexível e não coincide com a dureza de destinos traçados, delineando modificações, micro-devires. A terceira espécie de linha são as de fuga, as mais difíceis de definir, é como se fosse algo que nos levasse através dos segmentos e dos nossos limiares, em direção a algo imprevisível e desconhecido.

Deleuze (1998, p. 117) afirma ainda que a questão da micro-política, não consiste “jamais em interpretar, mas apenas em perguntar: quais são suas linhas, indivíduo

ou grupo, e quais os perigos sobre cada uma delas?" Nesse ponto indaga-se como as linhas duras, flexíveis e de fuga tem engendrado as diversas experiências de políticas relacionadas a juventude, considerando toda sua complexidade?

Nesse sentido, um emaranhado de linhas foi a primeira discussão sobre o uso de adolescente, menor, jovem. Não se trata de um simples uso de nomes; carregam enunciações discursivas atreladas a cada uma dessas designações. Os conceitos de adolescente e menor produzem tentativas de totalizações, produção de identidades fixas e aprisionantes, um predomínio de linhas duras. A opção por jovem e juventude seria uma tentativa de um rearranjo de forma que linhas flexíveis e de fuga possam operar desmontando a totalização. Linhas duras, flexíveis e de fuga atravessam todos os níveis políticos e produzem formas de se fazer política direcionada à juventude.

Levando-se em conta esse referencial, as políticas e suas ressonâncias não teriam só uma face dura (políticas implementadas e pensadas pelos aparelhos de estado de cima para baixo), mas também exercícios sempre singulares, ou seja, operamos fissuras que escapam e produzem afirmações no dia a dia, nos embates, nos encontros e no fazer de uma determinada política para juventude. Dependendo de como essas linhas estão entrelaçadas teríamos uma política para juventude mais rígida e aprisionante ou afirmadora da vida. Não seria só uma política, mas políticas.

Interessa agora nos lançarmos a um debate sobre como recentemente se dá a sistematização de políticas públicas para juventude como exposto acima, mas também como a questão dos jovens tem sido alvo de interesses por diversos setores da sociedade. Nesse sentido, Abramo (1997) pontua que a atenção dirigida aos jovens estava crescendo[36] no Brasil por parte da "opinião pública", fortemente pelos meios de comunicação de massa, mas também pela academia, por atores políticos e de instituições, governamentais e não governamentais voltadas aos serviços sociais.

> Entre os meios de comunicação de massa, da televisão à grande imprensa, passando pelas rádios, revistas etc, assistimos a uma avalanche de produtos especialmente dirigidos ao público adolescente e juvenil [...], mas também ao

[36] Artigo do final da década de 90, que nos dá uma dimensão do crescente interesse voltado aos jovens naquele momento histórico e que tem seus efeitos até os dias de hoje quando também vemos os meios de comunicação, a academia, e os interesses políticos crescerem com relação à juventude.

> crescimento de noticiário a respeito dos jovens. [...] No caso dos produtos diretamente dirigidos a esse público, os temas normalmente são cultura e comportamento [...]. Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados 'aos adultos', no noticiários [...] os temas mais comuns são aqueles relacionados aos 'problemas sociais', como violência, crime, exploração sexual, drogadicção, ou as mediadas para dirimir ou combater tais problemas (ABRAMO, 1997, p.25).

Abramo afirma que com relação à academia, depois de anos de quase ausência total de pesquisas e reflexões acerca da juventude, o tema voltava a ser foco, principalmente em dissertações de mestrado e teses de doutorado. Contudo, estes trabalhos focalizavam o debate acerca dos sistemas e instituições presentes na vida dos jovens (escola, família, sistema jurídico e penal) ou as estruturas sociais que conformam situações 'problemáticas' para os jovens. Somente em momento posterior que se viu aumentar os estudos que se voltavam aos próprios jovens e suas experiências, percepções, sociabilidade e atuação.

A autora aponta que era também naquele momento que surgiam algumas formulações de políticas governamentais direcionadas aos jovens: algumas prefeituras e governos estaduais e o início de uma movimentação no plano federal. Indica que as organizações não-governamentais voltavam sua atenção para este público já em momento anterior e em um número maior que as governamentais, mas com foco na juventude dita problemática.

Como debatido acima, os interesses diversos de vários setores da sociedade se voltaram em um momento recente para a juventude no Brasil e iremos discutir esse surgimento não como se a situação aparecesse e daí fosse necessário construir políticas para dar conta de algo já dado. Tentaremos discutir justamente como esse interesse foi-se constituindo e construído dentro de um percurso histórico, ou seja, como se criou a necessidade de se formular políticas voltadas para a juventude e como que esses diversos olhares sobre o jovem foram emergindo.

Sobre a juventude, alguns estudos estatísticos apontam um fenômeno ocorrido no Brasil na década de 90 – a onda jovem. É descrita como o resultado de uma dinâmica demográfica prévia, em que houve um crescimento excepcional – um *boom* - dos grupos de faixa etária entre 15 e 24 anos (DELLASOPPA, 2003).

Madeira e Rodrigues (1998) *apud* Cordeiro (2009) afirmavam que a população juvenil chegaria ao ápice em 2005, e começaria a partir daí um declínio. Analisando

dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constata-se que a população entre 15 e 24 anos (faixa etária utilizada nos estudos estatísticos ao falar em “onda jovem”) no ano de 2004 era de 34,8 milhões aproximadamente, e no censo de 2010 em torno 34,2 milhões, indo ao encontro dos estudos estatísticos sobre a onda jovem.

De acordo com as projeções do IBGE o segmento jovem deixará de crescer assim como afirmavam as autoras. Redução da fecundidade, queda da mortalidade apontam agora para uma transformação da estrutura etária no Brasil passando de uma composição jovem para mais envelhecida (CORDEIRO, 2009). Não devemos também esquecer os índices de mortalidade de jovens nas mesmas faixas etárias descritas, sobretudo da juventude negra, também é um indicador que colabora para esse segmento decrescer. Um indicador tenebroso e que precisa ser visibilizado.

Bercovich e Madeira (1990) afirmam que antes da “onda jovem” houve um refluxo populacional da faixa etária jovem[37] na década de 80 e não houve esforço especial do setor público para esta camada da população. Na mesma época os índices de violência e mortalidade juvenil e a ampliação da pobreza foram crescentes e tal realidade, aliada ao descaso no que se refere a políticas públicas, mostravam-se preocupantes.

Lembrando do que Sposito e Carrano (2003) e Abramo (1997) expuseram, nota-se que o foco em construção de políticas públicas destinadas aos jovens surge no momento em que já aconteceria essa “onda jovem” e as desigualdades sociais eram cada vez mais preocupantes e denunciavam uma política estatal precária no que se refere a lidar com tal situação.

> Ao mesmo tempo em que aumentava a proporção de jovens de 15 a 24 anos no conjunto da população nacional, eles eram afetados de forma particularmente intensa pelo aprofundamento das desigualdades econômico-sociais, enfrentando dificuldades das mais diversas ordens (FREITAS e PAPA, 2008, p.7).

Segundo Dellasopa (2003), nos anos 2000 (ápice da “onda jovem”), o aumento do número de jovens significava também insuficiente acesso aos serviços sociais,

[37] Para as pesquisas demográficas, os estudiosos sobre a onda jovem realizam o recorte etário de 15 a 24 anos para os grupos jovens. Convém pontuar que hoje essa faixa etária de denominação de juventude inclusive com relação a algumas políticas de juventude foi ampliada para até 29 anos. Mas, em nossa discussão tentamos nos descolar da questão etária a fim de não nos fecharmos em algo dado e natural sobre quem seria “o” jovem. Porém, atentos de que a distribuição etária é um atravessamento presente nas discussões políticas sobre a juventude.

baixos índices de educação e qualificação para o trabalho[38], maior risco de sofrer uma morte violenta. Além disso, mais da metade desses jovens pertenciam a famílias com renda familiar inferior ao salário mínimo.

Quanto a esses indicadores devemos ter uma leitura atenta para não utilizá-los de forma apressada sem discutir possíveis apropriações desses. Revelam o quadro de miséria que foi instalada no Brasil desde tempos remotos e a precarização das políticas públicas, mas também podem ser utilizados como justificativa de intervenção para o controle das massas e a criminalização da pobreza. Nesse ponto, mecanismos biopolíticos emergiriam como forma de gerir o "problema" populacional que se instalava baseada em dados estatísticos, como debateremos adiante.

Os jovens sofrem com várias tentativas de aprisionamentos. Uma delas seria, como foi discutido, a sua categorização como adolescente ou menor que pode produzir o controle das multiplicidades de existências, recaindo os estigmas de desviantes, delinquentes, rebeldes sem causa, dentre outros. Outras no que se referem às precarizações das próprias políticas públicas, as quais podemos exemplificar: um sistema educacional que possui alguns processos hegemônicos estigmatizadores e reprodutores de subjetividades individualistas, serializadas, normatizadas, produzindo efeitos como a alta evasão escolar com o avançar das idades e podendo selar destinos; os índices de violência e mortalidade de jovens negros e pobres, num sistema perverso que ocasiona a prisão ou morte nas malhas do crime ou pelo próprio Estado, visto a atuação policial de repressão aos eleitos "perigosos".

Aqui, trazemos a noção de biopoder em Foucault para pensar o interesse em criação de políticas para a juventude quando há um "boom" populacional dos grupos considerados jovens, paralelo a uma situação precária nos indicadores sociais.

Reis (2010) ao traçar a discussão sobre a velhice destaca o também "foco privilegiado" de interesse da agenda pública com relação a outro grupo etário, os idosos, em um momento recente. Também discute como foi se constituindo o interesse por parte de vários saberes, como também aconteceu com relação ao jovem. O estudo de Reis é ferramenta importante para nosso estudo, pois apresenta

[38] Que tipo de educação e qualificação para o trabalho se fala? Tais indicadores devem ser problematizados, pois podem carregar uma perspectiva capitalística de acumulação de "saber formal", tão exigida pelo mercado de trabalho.

a discussão de como os idosos foram se tornando um “risco”. Tornam-se perigo porque são destacados como uma faixa segmentada e diferenciada da sociedade que cresce na composição demográfica brasileira e por questionar no seu viver modos instituídos, padrões sociais capitalísticos estéticos, higiênicos, produtivistas e intervenções políticas instituídas e pré-formatadas. Dessa forma, é foco do biopoder, como também traçaremos na discussão sobre o jovem.

Foucault afirma que o biopoder emerge por volta do século XVIII conjugando práticas disciplinares e práticas de regulação da produção social. A vida passou a ser gerida, objetivada e regrada, junto da fabricação de um corpo útil e dócil. O exercício do poder começa a focar não somente o aprisionamento e disciplinamento dos corpos individualmente, mas também para a regulação dos modos de vida, estabelecendo ordens e valores. Enquanto a disciplina incide sobre o indivíduo para formatá-lo em um corpo útil e dócil à produção, o biopoder direciona-se para a população, a espécie humana a fim de regulá-la segundo certos moldes ideais para o funcionamento da ordem social vigente. Trata-se de uma transformação em relação ao exercício do poder soberano, antes destinado a “fazer morrer ou deixar viver” para um “deixar morrer e fazer viver”, ocorrida na transição do século XVIII para o XIX (REIS, 2010).

> A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se assim, a era de um “bio-poder” (FOUCAULT, 1999b, p. 131-132).

A biopolítica se constituiu em um momento histórico em que a população emerge como um problema político, econômico, científico e biológico; um problema de poder (FOUCAULT, 1999a), que produziu a necessidade de se instalar uma regularidade por meio de intervenções globais de controle (MACHADO e LAVRADOR, 2010).

As sociedades passaram a se preocupar enormemente com a elaboração de estatísticas, dados demográficos, dados epidemiológicos, como uma forma de pensar a gestão da população. Vários campos de saber começam a ser tomados

como alvo das políticas de Estado emergindo como temas centrais nas agendas políticas e produções sociais (REIS, 2010).

A “onda jovem” aparece como um problema para o Estado, pois há um crescimento em níveis populacionais, e este tenta controlar e gerir os modos de vida dentro de uma lógica hegemônica capitalista. Como Foucault (1999b, p.132) afirma: “Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo [...]”. E aí surgem formulações políticas que visam o controle das massas e não a afirmação e autonomia dos sujeitos. Daí a importância de questionar os focos das intervenções estatais e a que servem certos preceitos governamentais.

Foucault (2008) expande a discussão ao debater que essa nova arte liberal possui em seus princípios a gestão de liberdades. Pontuo que se trata de perversa utilização do que entendemos como liberdade, pois não se trata de ‘seja livre’ e sim a produção de um certo tipo de “liberdade”. O liberalismo produziria os meios para que tenhamos a liberdade de ser livre, e nesse sentido estaria sob seu controle o que a produz e o que a limita. Produz liberdade, e a gere no sentido de limitá-la quando conveniente e esse próprio gesto cria também os controles, as coerções, as obrigações impostas por ameaças.

Nesse ponto é importante ficar atento também às tecnologias biopolíticas de controle da população, que funcionam através de uma gestão dos perigos populacionais, como também do estabelecimento de limites “de liberdade” que incidem sobre os grupos eleitos como foco das políticas. Certa liberdade liberal é gestada, tentando controlar aquilo que põe em xeque o seu funcionamento que seriam os exercícios de autonomia.

Com relação ao crescimento dos grupos de faixa etária jovem, “essa onda é vista no Brasil como um risco: risco de marginalidade, de violência, risco de risco” (NOVAES, 2008, p.126). O crescimento de um grupo que historicamente foi forjado como um problema, e que justificaria o controle biopolítico por parte do Estado, e nesse sentido muitos enfoques de políticas reforçam exatamente essa face de tutela do jovem e não da afirmação de exercícios de autonomia.

O exercício do biopoder elege atuações no controle dos riscos, no esquadrinhamento daqueles jovens que nos seus modos de ser e estar no mundo

questionam o modo vigente, sem levar em conta processos históricos que resultaram em diversas situações de precarização da vida destes. Não se intervém na distribuição de renda, na organização dos serviços públicos como os de saúde, lazer, educação, assistência, dentre outros e no que produz a criminalidade, a violência e outros efeitos sociais. Deixam-se os jovens indesejados viverem a mercê de seu destino, reforçados pelo estigma produzido de que estes são delinquentes, revelando uma das faces do fazer viver e deixar morrer, marca da biopolítica.

O estado neoliberal funda-se em um arranjo que aumenta as desigualdades sócio-econômicas. O Estado nesse sentido tem responsabilidade na produção da miséria, que para o funcionamento de tais mecanismos dominantes é necessária. Nesse sentido, forja-se precarização de políticas públicas e de vida das camadas mais empobrecidas da sociedade, culpabiliza-as pelas suas condições, e as captura em mecanismos biopolíticos de controle das massas para manter a ordem social vigente. Fazem viver, no sentido de que são responsáveis e livres individualmente a alcançar os méritos e a ascensão social, mas estabelece mecanismos para controlar essa liberdade e os modos de vida.

Dentro de uma tecnologia biopolítica a atuação na população jovem eleita como “problema”, se faz pela gestão da vida destes de acordo com parâmetros universais e estatísticos do que é a norma para se viver. Foucault (1999a) afirma que a biopolítica é exercida através de mecanismos reguladores globais, que atuam no sentido da criação de estados globais de equilíbrio, uma espécie de homeostase dos fatores relacionados à vida, uma norma geral de vida.

Nesse sentido, faz-se viver um determinado modo de existência em detrimento de outros que podem cair no outro lado da equação do “deixar morrer”. O Estado não intervém nas condições de emergência da violência, abandonando as camadas empobrecidas - “deixando-os morrer” ou através do exercício biopolítico com outros modos de controle perversos, através da conexão da política estatal instituída com a criminalidade, apoio e fomento a programas de segurança pública com atuação racista e ao braço armado do estado - as polícias – que legalmente ou ilegalmente extermina a juventude pobre e negra ou a isola nos presídios.

Foucault (1999a) questiona como um poder que se fundamenta no fazer viver pode deixar morrer? Responde afirmando que a base do “deixar morrer”, funda-se na conexão estatal com o racismo. A partir do momento em que se estabelece uma segmentação racial e uma espécie de hierarquia das raças no nível biológico, se permite que o poder eleja diferenciações com relação a estas. Nesse sentido, se permite estabelecer uma relação do tipo quanto mais espécies consideradas inferiores desapareçam, mais forte serão as raças que se consideram superiores, puras e fortes; uma espécie de segurança de vida passando pela diminuição da outra, o que justificaria um poder sobre a vida (biopoder) coexistir com mecanismos de morte, segundo justificativas biológicas.

Importante também assinalar de que quando se fala de morte, alinhamo-nos ao que Foucault (1999a, p. 306) afirma de que não estamos apenas definindo-a como o assassino direto, mas também os indiretos, que também temos problematizado em nossa discussão acima como “o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.”

Abandonar a população a mercê da miséria e culpabilizá-la por sua situação, o não investimento em políticas públicas de qualidade, a produção de aprisionamentos existenciais ou físicos, o controle das liberdades, a não intervenção no que produz as precarizações de vida dos mais diversos âmbitos seriam algumas práticas que expressam, nesse sentido, perversidades, mortes reforçadas pelo Estado e em nossas relações cotidianas.

2.1 ENFOQUES HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE: FALANDO PELOS JOVENS

Dialogaremos agora com alguns autores que irão nos dar uma dimensão das políticas que incidem sobre a juventude historicamente. Afirmo que tais discussões são linhas importantes para discutirmos a realidade atual das políticas, como a juventude é tematizada e a forma como é vista na atualidade, pois as formulações atuais não são desatreladas de uma construção histórica. Fazem parte de um jogo de forças existentes no que tange às práticas nas políticas de juventude.

Abramo (1997, p.30) utilizando aqui as suas próprias palavras, “de um modo ligeiro e quase caricatural” traz a forma como a juventude foi sendo tematizada a partir da segunda metade do século XX para afirmar como sempre os jovens foram depositários de medo, uma categoria em que se pode (ou deve) criar mecanismos de contenção, intervenção ou salvação, mas um público que sempre historicamente foi colocada em um patamar de que não é possível estabelecer trocas, diálogos, intercâmbios.

Já Bango (2008) nos traz tendências operacionalizadas no desenvolvimento histórico das políticas de juventude na América Latina no mesmo período após a década de 50, não no sentido de efetuar uma tipologia e de demarcar que foram focos em um determinado tempo, mas para mostrar as dominâncias de pressupostos em períodos históricos com relação as políticas de juventude. São eles: incorporação dos jovens no processo de modernização; os enfoques do controle social; do “jovem problema” e dos jovens como capital humano.

Importante situar que o autor traz análises desde a década de 50, ou seja bem anterior ao momento que discutimos em que se elege a questão da juventude como presença nas agendas dos governos, a saber os anos 80. Não seria política enquanto uma preocupação na agenda pública moderna, mas formas e práticas que os estados tinham com relação aos jovens, ou seja fazeres políticos em relação à juventude. Nesse sentido, agora, para ilustrar a nossa concepção de política que é ligada às linhas que tecem as realidades, até o fato de que se eleja não focar esse segmento se configura em política para a juventude.

Abramo (1997, p.30) afirma que na década de 50, a juventude era categorizada como tendo uma predisposição para a transgressão e a delinquência, uma condição própria da idade, os “rebeldes sem causa”. Nesse momento se atualiza o que vinha sendo produzido desde o fim do século XIX de que a adolescência era uma fase da vida difícil e turbulenta, perturbadora, um momento em si patológico, que demandava cuidados especiais dos adultos para ‘pastorear’ os jovens rumo a “um lugar seguro, para uma integração normal e sadia à sociedade”.

Nesse sentido, as ações formuladas caminharam no sentido de controlar essa suposta delinquência juvenil, integrá-los à sociedade, contê-los. Na década de 50

buscava-se a incorporação dos jovens nos processos de modernização através das políticas educativas. Há a partir desse período na América Latina uma incorporação maciça de crianças, adolescentes e jovens no ensino fundamental e médio. Era o sistema educativo a forma que os jovens poderiam “construir itinerários de mobilidade social ascendente” (BANGO, 2008, p.41).

Porém, o autor expõe que com o tempo as possibilidades disponíveis pela educação para essa mobilidade social decaem, crescendo a precarização na qualidade da educação ofertada e cada vez mais claro o processo de segmentação, em que as maiores ofertas educacionais eram direcionadas aos jovens que pertenciam às camadas médias e altas. Nesse período além da expansão do sistema educacional, os Estados começaram a oferecer “boas oportunidades” de uso do tempo livre para os jovens, que devia ser utilizado adequadamente, “evitando cair em condutas censuradas pelo mundo adulto” (BANGO, 2008, p.42).

Bango complementa que na década de 50, ao mesmo tempo, enormes contingentes de jovens que ficavam fora dessas ações do Estado, eram alvo de medidas de controle social, já que eram rotulados como pobres, delinquentes de forma automática, efeito das políticas menoristas.

Com relação aos anos 60 e parte dos 70, este autor destaca que o jovem começa a ser considerado uma ameaça à ordem social, nos planos político, cultural e moral, devido a sua postura crítica à ordem estabelecida e por atos concretos com intuito de transformação – é a época dos movimentos estudantis e de oposição aos regimes autoritários, contra a tecnocracia e as formas de dominação, movimentos pacifistas, contracultura, movimento *hippie*. A juventude era denominada como agente de possível transformação, gerando um ‘pânico’ da revolução por grande parte da sociedade.

> O medo aqui era duplo: por um lado, o da reversão do ‘sistema’; por outro, o medo de que, não conseguindo mudar o sistema, os jovens condenavam a si próprios a jamais conseguirem se integrar ao funcionamento normal da sociedade, por sua própria recusa [...] de se adaptar, de se ‘enquadrar’. [...] Vale a pena lembrar que tal medo gerou, aqui, respostas violentas de defesa da ordem: os jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos, tanto pelo comportamento (o uso de drogas, o modo de se vestir etc) como por suas ideias e ações políticas (ABRAMO, 1997, p.31).

Nesse período houve uma crescente inserção dos jovens dos níveis médio e superior na organização estudantil que se associou a outras mobilizações populares como os sindicatos e em menor escala com o movimento camponês. O Estado em resposta elegeu então como pauta para a juventude o controle da mobilização, sua supressão e repressão (BANGO, 2008).

No decorrer dos anos é possível notar como o jovem vem se constituindo sempre como um “problema” e nesse sentido nos anos 80 não foi diferente. Nesse período há o início da transição democrática e os governos que se instalavam tiveram que enfrentar desafios de uma enorme quantidade de demandas sociais que foram postergadas durante os regimes militares como a expansão da pobreza que explodia nos anos 80. Os Estados começam a realizar políticas de “compensação social” no sentido de evitar estouros sociais que ameaçariam a estabilidade política e dar continuidade aos processos de ajuste estrutural e colocaram em prática programas de combate à pobreza, com transferência de recursos aos empobrecidos: programas alimentares, de empregos temporários ou de assistência sanitária. Não eram programas categorizados como “juvenis”, mas a maioria dos beneficiários eram jovens.

> No marco das definições de prioridades, os setores juvenis considerados como sendo os beneficiários das políticas são os setores excluídos socialmente, que apresentam condutas delinquentes, sendo um fator de insegurança cidadã. A aplicação desse enfoque contribuiu enormemente no estigma da condição juvenil, questão esta ainda hoje muito fortemente enraizada no imaginário social (BANGO, 2008, p.44).

Somado a essa associação jovem-delinquência nos anos 80, Abramo (1997) afirma que nessa década a juventude é categorizada como individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática. Meio que o oposto da juventude dos anos 60 e 70, já que nesse período atribuiu-se à juventude uma recusa no âmbito político e cultural, agora estigmatizada por aqueles que fizeram parte da luta nos anos 60.

Interessante apontar aqui que a forte repressão dos anos 60 e 70 tentava calar a juventude e sua potência transformadora e questionadora, e nos anos 80 aqueles que lutaram pela transformação político-social comparavam a juventude no período da abertura política como apática. É importante verificar que nas leituras dos autores fica forte as atribuições negativas, de incompletude da juventude, e a comparação

geracional, o adulto fala pelo jovem, é como se esse não pudesse se afirmar e falar por si mesmo e as políticas se constituem nesse meio.

A suposta apatia dos jovens é questionada por Sposito (2000) ao discutir sobre a presença de processos de luta emergentes, que se diferenciam das formas de organização presentes dos movimentos de luta contra a ditadura e pela abertura democrática. Expõe que o ceticismo, mesmo de setores não conservadores, quanto às movimentações sociais não só dos jovens, mas de vários campos pode ser traduzida pelo fortalecimento da ação do Estado no sentido de não dialogar e desconhecer as forças sociais, como também a uma dificuldade de observar as movimentações que podem possuir caráter mais fluidos ou pontuais. Tem-se atribuído à participação juvenil a um modelo baseado no movimento estudantil da década de 60.

Sposito (2000) enumera ações coletivas da população como as novas formas de presença juvenil, denominada cena juvenil por Helena Abramo como os darks, punks, clubbers, roqueiros, rappers, reggaeiros, funkeiros, dentre outros; o grande interesse dos jovens por interesses e práticas coletivas, como relação aos temas culturais ligada aos estilos musicais e outras expressões artísticas, ao invés de participações políticas tradicionais; trabalhos no âmbito da comunidade em interlocução com segmentos da sociedade civil; produção de fanzines, vídeos, participação em rádios comunitárias; apropriação dos espaços para lazer, entretenimento e esporte como o uso da bicicleta, caminhadas, o skate, escalada em viadutos e pontes; dentre outras ações.

Pontuo que todas essas movimentações falam de uma posição questionadora do jovem no âmbito micropolítico, no cotidiano de nossas relações diárias quanto a modos tradicionais, fixos e aprisionantes de se organizar, de se colocar e de se apropriar do espaço social e das cidades; são estratégias de resistência, às vezes desconsideradas ou despotencializadas por visões que reduzem as movimentações políticas aos modos instituídos e tradicionais.

Abramo (1997) coloca que na década de 90 a visibilidade social dos jovens não é mais a apatia e a desmobilização, pois nesse período há uma grande presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em muitas ações individuais e

coletivas. Só que continua a se atribuir essas ações ao individualismo, à violência, ao desregramento e ao desvio (meninos de rua, gangues, galeras, atos de vandalismo). Retoma-se um pouco dos anos 50 focando-se os “problemas de integração social” dos jovens: drogas, violência, criminalidade e comportamento anti-social.

Na década de 1990 surge um modelo de políticas públicas para juventude preocupadas em inserir os jovens “excluídos” no mercado de trabalho. Essa política tem ligação direta com a busca, a todo custo, por parte do Estado, pelo crescimento econômico, e para esse objetivo a formação dos recursos humanos é colocada como uma das metas prioritárias pelo governo. Soma-se a visão de que os jovens têm o potencial para aprender – o capital humano e a capacitação dos jovens passa a ocupar destaque na agenda (BANGO, 2008).

Aqui, pode-se ter a leitura de que se começa a pensar na potência juvenil, porém ela é pensada como instrumento para o crescimento econômico, ou seja, há um interesse político definido e a isso pode-se somar várias problemáticas. O jovem é aqui tratado como uma massa a ser usada para elevar a economia do país, dentro de uma lógica capitalista, ou seja se pode reforçar ainda mais o individualismo e a competição meritocrática: aqueles que se esforçaram para a formação e aqueles que não o fizeram. A própria nomenclatura capital humano revela a objetificação do humano como um material a ser usado para produzir lucro.

Foucault (2008) afirma que as teorias do capital humano são uma tentativa neoliberal de reinserir o trabalho em termos de análise econômica, o que não acontecia nas antigas perspectivas econômicas clássicas que apenas visibilizavam a variável quantitativa em relação ao tempo. Para isso, os comportamentos, aptidões, capacidades dos indivíduos seriam as variáveis qualitativas que teriam impacto na no trabalho e na economia. Nesse sentido, a ‘máquina humana’ é considerada instrumento para os objetivos de crescimento econômico das nações.

Segundo os teóricos do capital humano, o trabalhador possuiria um capital, visto que através dele alcançaria o salário que lhe tem um significado de renda, que seria uma renda de um capital, denominado humano. Dessa forma, o ser humano poderia ter características físicas e psicológicas que o tornaria capaz de alcançar esse salário

ou outro, produzindo assim uma divisão entre àqueles que são competentes ou não, quem deteria mais ou menos capital humano. A partir daí surgem teorias de que esse capital deve ser aprimorado e a ele se liga fatores inatos e aprendidos. Em termos inatos a questão da hereditariedade e da genética e em termos de aprendizado, a importância das relações e do investimento em políticas educacionais e sociais (FOUCAULT, 2008).

Heckert (2004), apoiando-se nos trabalhos de Gaudêncio Frigotto, introduz importante debate sobre a perspectiva do capital humano que até hoje permeia muitos processos de políticas no campo da educação. Afirma que a teoria do capital humano ao traçar uma linearidade entre investimento em recursos humanos, desenvolvimento econômico e aumento da capacidade do indivíduo intensifica a visão de que o desempenho dos indivíduos na escola e as condições de vida viriam da incapacidade e da falta de esforços dos indivíduos. Tais teorias contribuem para a manutenção do mito da igualdade de oportunidades, apaziguamento das lutas por educação pública e reforço de práticas tutelares.

Diante da implantação de políticas de juventude em que se preze a formação educacional de jovens de baixa renda segundo a perspectiva do capital humano, novamente a implantação da ação tem como objetivo o crescimento econômico e não como uma perspectiva voltada para o protagonismo da população jovem. Como afirmam os autores, tal estratégia pode aumentar a estigmatização das classes populares, visto que ao instalar um regime de competências pode-se levar a uma lógica de que os jovens que não conseguem ascender socialmente seria pela condição individual do não esforço ou de não possuir habilidades, capacidades e aptidões para esse fim. Naturalizando assim, uma visão de que os indivíduos pertencentes às elites teriam mais “capital humano” desenvolvido.

Nessa caminhada histórica nota-se como a juventude vem sendo forjada sempre como um problema a se controlar: delinquente, revolucionário, apático. Vai se constituindo associações da juventude como problemática e não como sujeito de direitos e aquela que pode falar por si mesmo, sempre visões a partir do adulto, políticas de adulto para jovens, de cima para baixo, do responsável para o denominado irresponsável, que deve ser tutelado, deve ser guiado, controlado.

Utilizamos aqui o enunciado sujeito de direitos como uma provocação, mas tal denominação também vive um embate. Com a afirmativa da infância e adolescência como sujeitos de direitos pretendia-se a torção de uma concepção que os tratava como menores a serem tutelados para outra em que se garantissem os direitos destes. Porém o estado liberal tem se apropriado dessa enunciação elevando outros mecanismos de controle como o direito somente adquirido via judicialização e prática judiciária invadindo as relações sociais, colocando a população na função de fiscalização, julgamento e punição de uns dos outros, no papel de vigilantes da norma e da lei, uma estratégia de controle político pela própria população, uma biopolítica com justificativa da garantia dos direitos (SCHEINVAR, 2009).

Os vários enfoques debatidos pelos autores acima são fortemente presentes nas políticas de juventude atuais. Ainda há diversas ações no sentido de integração de jovens “delinquentes”, oferta de utilização de tempo livre útil com esporte e outros, não como uma possibilidade de afirmação desse jovem, mas com a justificativa de “tirar o jovem da rua”. Hoje também vivemos o crescimento da repressão aos jovens nos tempos de mobilizações sociais na “democracia brasileira” vide as manifestações que estouram diariamente, mas que são repelidas cada vez mais duramente por aparelhos de estado e a produção de associação a uma juventude vândala e a-política.

Seguindo essa discussão, quanto às políticas direcionadas à juventude há algumas problematizações que devem ser levantadas. Fraga e Iulianelli (2003, p. 12) apontam para um possível equívoco de foco de formulação política bastante presente nos dias de hoje:

> A principal preocupação que alimenta as políticas públicas destinadas à juventude é prevenir e eliminar a violência, mas sempre segundo a perspectiva da segurança pública, como se a única questão de direitos humanos tivesse de passar pelo crivo da prestação de segurança. Essa atitude governamental também inspira uma série de organizações não-governamentais, muitas vezes centradas apenas na ideia da profissionalização, e não na perspectiva de promover novos espaços de sociabilidade e de convívio entre os jovens. Parece, entretanto, haver um equívoco nessa estratégia.

Nesse sentido, trazendo exemplos próximos, podemos nos referir ao programa governamental lançado no ano de 2011 no estado do Espírito Santo (ES), chamado Estado Presente. Programa que surge em meio às taxas de violência que aumentam absurdamente no ES. Segundo dados do Mapa da Violência referente ao ano de

2011, o Estado ocupa a segunda posição na lista nacional dos mais violentos; mesma posição com relação a homicídios de jovens. Com relação à violência contra as mulheres aparece na primeira posição (WAISELFISZ, 2013).

O Estado Presente é um pacote de ações com objetivo focado na segurança pública, de acordo com seus formuladores visa a reduzir a criminalidade e o número de homicídios no estado. Segundo o portal do Governo do Estado do Espírito Santo, sobre o Programa:

> O Governo do Estado lançou o Programa Estado Presente para levar às comunidades menos favorecidas ações de cidadania e combate à violência e criminalidade. O foco é concentrar esforços de todas as secretarias de governo nas áreas de educação, saúde, cidadania, esportes, lazer, cultura, segurança, além de qualificação profissional e novas oportunidades de emprego e renda.
>
> Com o Programa Estado Presente, o Governo do Estado pretende desenvolver respostas rápidas e permanentes, em parceria com municípios, ONGs e iniciativa privada, para reduzir os crescentes índices de criminalidade, na maior parte das vezes associados ao tráfico de drogas, além de democratizar o acesso aos serviços públicos, especialmente para a população residente em áreas de grande vulnerabilidade social. (ESPÍRITO SANTO, 2012)

O programa em si não é voltado somente para a juventude, porém pensando-se os atuais dados como o Mapa da Violência 2014 – os Jovens do Brasil - que denunciam o estado do Espírito Santo (ES) na triste cena de segundo colocado no país com maior taxa de homicídios de jovens (anos), com 101,7 homicídios por grupo de 100 mil habitantes no ano de 2012, quase o dobro da média já alta nacional (57,6) (WAISELFISZ, 2014), apontam que a redução de violência que objetiva o programa terá uma de suas facetas voltadas para esse público. Ainda com relação ao mapa da violência, os homícidios no Espírito Santo são principalmente de jovens negros. A taxa de homicídio na população negra jovem no ES foi de 155,0 e da população jovem branca 23,6 por 100 mil habitantes no ano de 2012.

Além disso, a fala oficial da secretaria de Assuntos Estratégicos do Estado em entrevista à rádio CBN Vitória ao comentar o Mapa da Violência aponta tal conexão:

> Nós estamos com um programa hoje estruturado já com um ano, que é o Estado Presente. Nós estamos com a dinâmica em que todos os envolvidos com a segurança pública e aqueles que não fazem parte são municiados de informações necessárias para que as intervenções sejam feitas com o foco nesses grupos mais vulneráveis, que estão esses adolescentes (FÉLIX, 2012).

A política adotada pelo governo do Estado apesar de colocar como diretriz investimentos em várias secretarias tem objetivo claramente delineado na

perspectiva da Segurança Pública, colocando o tráfico como o responsável central pela violência, e não em um *déficit* em outras políticas.

Vivemos em um momento delicado, pois se presencia o crescimento de visões conservadoras que fortalecem esse viés da segurança. Tais concepções pregam a punição como o que vai resolver questões complexas como a violência e, nesse sentido, defende-se a redução da maioridade penal. Lidamos com práticas em que os que cometem algum crime e os supostos autores de ações violentas são vistos como desnecessários, crescendo assim sentimentos que afirmam a eliminação desses sujeitos como resolução, vendo crescer um fascismo velado ou até mesmo declarado na sociedade brasileira.

Cabe-nos apontar que, com relação à juventude negra, a alta mortalidade desse público revela como essa política de eliminação dos oprimidos é crescente. Essa juventude é morta nas malhas da chamada criminalidade, mas também pelos aparelhos repressivos de estado, que no Brasil oficialmente ou oficiosamente lançam mão de práticas de atrocidades.

Há uma prática política de controle dos “desnecessários” e aí se inclui novamente a questão da produção econômica e do consumo presente no capitalismo e a noção de controle biopolítico das massas. Se antigamente havia uma utilidade no sentido de formação de um exército de reserva hoje são tidos como excedentes. Àqueles que são indesejados pelo sistema capitalista como jovens pobres e/ou jovens negros têm em muitos casos como destino a morte e a prisão. No Espírito Santo também presenciamos a expansão do sistema penitenciário com moldes altamente questionados de origem norte-americana, na última década e sua população carcerária é de maioria jovem.

> Ao se olhar os jovens desde uma perspectiva estritamente estrutural, sem nenhuma dúvida, pode-se falar de diferentes juventudes. No caso particular da América Latina, ocorrem sociedades que coincidem no espaço social mas crescentemente não o compartilham: jovens integrados que fazem uso de sua ‘moratória de papéis’ contrastam com jovens em situação de desintegração ‘dura’, excluídos e ‘desnecessários’, os chamados jovens problema. Há quem tenha a capacidade de incluir-se na lógica global. Os que não têm acesso a esse espaço global, na qualidade de protagonistas, ficam literalmente desligados e excluídos. [...] Antigamente, um elemento-chave nas economias centrais era constituído pela existência de contingentes de pessoas que, na lógica do capital, se constituíam, em mão-de-obra barata ou em ‘exército industrial de reserva’, para citar uma formulação já clássica. Hoje esse exército já não se faz tão necessário e os

> desnecessários estão em Montevidéu, São Paulo, Manágua, Manila, ou Nova Iorque (BANGO, 2008, p.38-39)

A noção de que o aumento da penalidade e da punição resolveria as questões de segurança pública é notoriamente reducionista, desconsiderando todas as linhas que constituem as políticas. Trata-se os efeitos como causas, sem visibilizar processos de precarização da vida que vem se forjando no mundo, reforçados pela posição do Estado que se alinha a processos que limitam a vida através de práticas elitistas e higienistas, que se atualizam como o Estado Presente do Estado do Espírito Santo que tem perpetuado estigmas antigos com relação à população pobre.

Iulianelli (2003) afirma que a violência não é uma questão exclusiva de segurança pública, é também um problema de saúde pública. Dessa forma, pensar na prevenção ou redução da violência requer a criação de políticas articuladas e que dialoguem com todos os envolvidos e sejam muito mais que uma questão de segurança. Afirmaria que além do exposto por Iulianelli a violência possui uma gama de atravessamentos e isso incluiria pensar políticas articuladas em educação, saúde, segurança, assistência social, trabalho, emprego, moradia, renda e inúmeras outras. E também discutir como essas políticas são operacionalizadas, para que e para quem elas servem.

Quanto às políticas para juventude, no Estado do Espírito Santo se tem demorado a implementar alguns dispositivos que já existem em outras esferas, como a regulamentação tardia do Conselho Estadual da Juventude, apenas em 2012. Interessante apontar que tal Conselho já existia por lei desde 2007 (Lei Estadual 8594/07, que inclusive sofreu por veto do Governador, e posterior derrubada de veto na Assembléia Legislativa), e só foi regulamentado depois de fortes pressões de movimentos sociais, após um período de 5 anos.

Atualmente, vêem-se ações em políticas públicas com a coexistência das várias perspectivas históricas debatidas e essa problemática da segurança pública como pano de fundo das ações é bem forte. Mesmo em setores como a Assistência Social o risco de se tratar o jovem como um problema de segurança é alto e presente.

Cabe-nos apontar que a construção de políticas para a juventude perpassa embates entre forças de poder e resistência, o que gera reformulações nas práticas adotadas

e nos eixos dessas estratégias, seja ao nível da formulação de políticas de Governo ou no dia a dia dessas políticas. Nos encontros com esses jovens se produzem a cristalização de formas hegemônicas e a afirmação de novas possibilidades de vida.

> Sem pretender racionalmente fazer revoluções, mudar o presente e preparar o futuro, muitos desses movimentos de resistência, sem dúvida, produzem revoluções moleculares, forjam mudanças micropolíticas em seus atores e nos cenários onde atuam, e apontam para novos caminhos, criações e invenções (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

Debateremos a seguir a política para a juventude que é central em nossa pesquisa, que é o Projovem Adolescente, um serviço do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que em suas formulações e práticas também pode incorrer nas problemáticas expostas acima. Mas, como debatemos, não é só isso que perpassam as formulações e os espaços voltados para a juventude, também se pode produzir potências, criações, novos caminhos, encontros, ampliações de liberdade.

2.2 PROJOVEM ADOLESCENTE: POLÍTICA PARA A JUVENTUDE NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de Assistência Social operacionalizada em seu funcionamento atual como um Sistema Único é de constituição recente (a partir do ano de 2004) e vive uma encruzilhada no que se refere às práticas que ela diz vir a combater como o assistencialismo e a caridade, bem como às práticas de libertação e autonomia dos sujeitos.

Programas de transferência de renda como o Bolsa-família têm efetuado algumas mudanças na sociedade brasileira, inclusive de certo modo incomodando as elites acostumadas no seu patamar histórico de mais de 500 anos como detentoras do *status* e padrões sociais. Porém, também são utilizados como forma de manter a governamentalidade, como um programa que administra uma capacidade de se manter no governo o grupo que o utiliza como bandeira eleitoreira. Nesse sentido, o programa é utilizado como uma forma de gestão das liberdades conforme pontuou Foucault (2008) ou seja utilizado como instrumento de controle para dar condições de mais ou menos liberdades de acordo com certa intensão governista.

Muitos avanços são notórios, porém novas formas de gestão da pobreza se atualizam, e as práticas diárias no fazer dessa política podem reproduzir velhas formas de clientelismo e assistencialismo, como também a estigmatização dos modos de vida das camadas empobrecidas.

É preciso ficar atento ao que se tem produzido nesse momento em que a política do SUAS se consolida, a fim de se manter a processualidade das lutas por políticas públicas de qualidade e produtoras de autonomia. Como afirmamos, é um campo aberto de luta permanente entre a atualização de velhas formas, a criação de novos mecanismos de controle e as práticas que produzem e engendram os exercícios de autonomia e de liberdade.

É nesse campo que se insere o serviço socioeducativo Projovem Adolescente que pesquisamos, mais especificamente no município de Venda Nova do Imigrante-ES. Nesse sentido, mais adiante discutiremos sobre o município, suas peculiaridades, suas linhas e políticas históricas, seus ares, seus lugares. Que também são pontos importantes para pensarmos como a política de Assistência Social de Venda Nova do Imigrante tem se organizado e o que tem produzido com relação à assistência social e à juventude.

Construiremos agora o cenário de implantação do serviço dentro desse campo de atuação em embate que é a política de Assistência Social. No ano de 2005 houve a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Essas três entidades foram instituídas em 2005, por meio da Medida Provisória n° 238, de 01/02/2005, transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005 (BRASIL, 2013).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem passou por uma reformulação em 2007, tornando-se Projovem Integrado, que foi o resultado da união de outros seis programas de juventude – Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, o próprio Projovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Com essa integração o Programa passou a atuar com quatro modalidades, cada uma com público e objetivos definidos: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, Projovem

Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo – Saberes da Terra (BRASIL, 2009).

Segundo o site da Secretaria Nacional de Juventude (BRASIL, 2014j), as principais características das quatro modalidades seriam:

> ProJovem Urbano – Destina-se a jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever. Tem por objetivo elevar a escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, além da qualificação profissional e participação em ações de cidadania. Tem duração de 18 meses e é executado pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República.
>
> ProJovem Adolescente – Executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destina-se a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que integrem as famílias beneficiárias do Bolsa Família. Com duração de 24 meses, a modalidade oferece proteção social básica, assistência às famílias, e visa elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.[39]
>
> ProJovem Campo – Sob a responsabilidade do Ministério da Educação, visa à elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, e a capacitação profissional de jovens de 18 a 29 anos que atuam na agricultura familiar. O curso tem duração de 24 meses e é ministrado conforme a alternância dos ciclos agrícolas, respeitando o período em que os alunos estão trabalhando no campo. Com isso, as aulas presenciais são alternadas com atividades educativas não presenciais.
>
> ProJovem Trabalhador – Executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tem por objetivo preparar o jovem de 18 a 29 anos para o mercado de trabalho. Podem participar jovens desempregados e que integram famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Os alunos recebem auxílio financeiro durante seis meses, mediante comprovação de freqüência, e os cursos de qualificação são de 600 horas/aula.

Nosso estudo esteve voltado para uma dessas modalidades, o Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. É um programa que faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo público alvo são jovens de 15 a 17 anos. É um serviço que nas suas diretrizes mostra-se vinculado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dispositivo da Política de Assistência Social direcionado à prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais. Cabe-nos esclarecer em linhas gerais o sistema no qual o Projovem Adolescente está inserido, o SUAS.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004), o SUAS é um sistema público que possui modelo de gestão descentralizado e participativo, e

---

[39] Fiquei surpreso quando em um dia no CRAS de Venda Nova, durante a pesquisa recebi a notícia por parte de uma integrante da equipe que o Projovem Adolescente como programa do Governo Federal teria acabado. Discutiremos quando falarmos do campo da pesquisa essa situação e seus desdobramentos.

constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco principal a atenção integral às famílias, seus membros e indivíduos e tem como base de organização o território, que são definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

Pressupõe-se gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas de cada esfera, com a participação e mobilização da sociedade civil e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação.

Pontua-se que o que é prescrito no PNAS como a participação da sociedade e sua efetividade é uma questão discutível, pois as políticas de governo em várias esferas possuem uma tendência verticalizada, em que as decisões se fazem no nível da administração e a participação popular cooptada pelos interesses desta. São notórios os exemplos em que os conselhos estão apenas no papel ou existem, mas não funcionam como se presumiria; as reivindicações populares são abafadas e as decisões estratégicas partem de uma minoria representante do governo.

Dentro da Política Nacional de Assistência Social (2004) se prevê duas esferas de atuação: a Proteção Social Básica (PSB) com função preventiva e a Proteção Social Especial (PSE) com foco protetivo:

> A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p.33).
>
> A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas. (BRASIL, 2014h)

Os serviços da PSB são ofertados, segundo as diretrizes da PNAS e do SUAS, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e em outras unidades básicas de assistência social. O CRAS funciona como porta de entrada do SUAS, e é

responsável pela oferta dos serviços de PSB nas áreas de vulnerabilidade e risco social e além disso, tem função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciados e o gerenciamento dos processos nele envolvidos (BRASIL, 2014f). Já os serviços da PSE possuem no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) a unidade pública e estatal, de oferta de serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça e violação de direitos. (BRASIL, 2014e).

2.3 PROBLEMATIZANDO OS CONCEITOS "QUE SUMIRAM" NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL

Dentro da formulação política dos programas e serviços integrantes do Sistema Único de Assistência Social algumas conceituações são centrais como as noções de vulnerabilidade e risco social. Conceitos presentes no âmbito do SUAS e do PNAS que precisam ser problematizados, devido ao uso dessas ferramentas e pelo que isso tem reproduzido com relação ao público abrangido pela política de Assistência Social.

É importante ressaltar que quando comecei a pesquisar[40] sobre os conceitos de vulnerabilidade e risco social, tive interesse de buscar nos documentos oficiais as bases que davam subsídio ao uso destes conceitos nos aparatos legislativos e prescritivos da política. Notei que não se encontrava de onde partiam tais noções, somente encontrando alguma referência desse tipo em minuta para revisão da Norma Operacional Básica - NOB SUAS datada de 2010, mas no momento da oficialização da nova NOB no ano de 2012 tais conceitos sumiram totalmente do documento oficial.

Tal constatação é problematizada por Viana (2013) que afirma que na PNAS não é colocada explicitamente a descrição do conceito de vulnerabilidade social; e que

[40] Posteriormente, com data de 2013, mas com publicação de 2014 no *site* do MDS lançou-se o documento "Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos", onde se há algumas discussões sobre as noções de vulnerabilidade e risco. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2013.

dele se parte como uma natureza. No decorrer do documento explicitam-se situações de vulnerabilidade e afirmativas decorrentes do conceito e não de onde parte a concepção. Trata-se a vulnerabilidade social como algo já dado e não como um conceito em construção, que tem atravessamentos históricos em sua constituição.

Nesse sentido, tentaremos justamente visibilizar bases conceituais da política oficial do governo, de forma a não naturalizar as ditas situações de vulnerabilidade e risco tão presentes nos aparatos legais, que tendem a cristalizar objetos demarcados, sem evidenciar processos que as constituíram.

Como afirmei, em texto da minuta para consulta pública no processo de revisão da NOB SUAS 2005, encontram-se algumas possíveis bases conceituais sobre os termos. Afirma-se que a operacionalização do conceito de risco social exige a definição dos eventos que compete à Assistência Social esforços para prevenção ou enfrentamento para reduzir agravos. Define também que segundo a PNAS constituiriam as seguintes situações como de risco:

> - violações de direitos pertinentes à proteção que deve ser assegurada pela política de Assistência Social, englobando: situações de violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia etc.
>
> - fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, englobando: famílias ou indivíduos em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; afastamento de adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos em instituições de acolhimento; indivíduos dependentes submetidos a privação do convívio comunitário, ainda que residindo com a própria família (BRASIL, 2010, p.72).

O mesmo documento conceitua, segundo a PNAS, que a vulnerabilidade:

> [...] se constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar a exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionista engendrados nas construções sociohistóricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros (BRASIL, 2010, p.73).

Afirma-se que a compreensão das vulnerabilidades sociais deve considerar as múltiplas interações entre a pobreza, acesso aos direitos e à rede de serviços e políticas públicas, e também a capacidade dos sujeitos e grupos sociais acessarem

e utilizarem desses direitos e serviços, através do exercício da cidadania. Ressalta que:

> Essa perspectiva possibilita reconhecer a descontinuidade ou mesmo a ausência de investimento estatal nos territórios e nos indivíduos, bem como as situações de estigma e desamparo que engendram ou reforçam condições de fragilidade. Por outro lado, possibilita também a compreensão das capacidades e potencialidades dos sujeitos para enfrentar as situações de risco e exclusão [...] (BILAC, 2007 *apud* BRASIL, 2010, p.73)

A minuta também sinaliza que a assistência social deve compreender as várias dimensões presentes neste conceito de vulnerabilidade social, não a igualando à percepção de pobreza, à questão financeira. Mas sim como multifatorial, envolvendo características do território, fragilidades das famílias, grupos ou indivíduos ou a deficiência de oferta e acesso às políticas públicas (BRANZO, 2009 *apud* BRASIL, 2010).

Encontra-se na definição acima uma das possíveis apropriações dos termos por parte da política oficial. Embora nesta formulação a vulnerabilidade social parece ser entendida como “a ausência de investimento estatal nos territórios e nos indivíduos, bem como as situações de estigma e desamparo que engendram ou reforçam condições de fragilidade”, considerando as construções sociohistóricas, nem sempre tal conceituação é apropriada dessa forma. No próprio documento há também um outro viés ao colocar termos como “capacidade dos sujeitos”, que podem produzir um efeito contrário. Ou seja, a vulnerabilidade ou o risco que seriam resultados de um processo histórico e político, volta-se para uma culpabilização de que esses sujeitos não teriam capacidades para acessar seus direitos e para sair dessa condição.

Além disso, o texto legal é apenas uma das faces que compõe o embate político e não é somente ele o definidor único do uso das diretrizes conceituais que constam na lei. Trata-se de uma disputa política também no campo semântico, nas políticas cotidianas que vivemos, em nossas relações, nos discursos midiáticos e políticos, nos fazeres diários dos trabalhadores do SUAS, dentre outros vetores de força que estão sempre em atualização e luta constante. Nesse sentido, as práticas das políticas de Assistência Social ‘na ponta’ podem (re) produzir outras apropriações aos conceitos de risco e vulnerabilidade social. Por muitas vezes há uma reprodução da associação da pobreza à vulnerabilidade e risco social. Tal prática pode ter um

efeito danoso, pois a pobreza pode ser percebida e tratada como uma classe “vulnerável” aos vícios e às doenças (TAVARES, CAPELINI e GUIDONI, 2012). Aqui, o risco de retomada de políticas higienistas e eugenistas com a noção de que os pobres possuíam características próprias e hereditárias que definiam suas condições materiais de vida.

Ou seja, cola-se uma identidade ao pobre, de que este pelas dificuldades financeiras, falta de emprego, dentre outros fatores, teria necessariamente, uma probabilidade maior de que ocorresse uma violação de direitos, uma situação de risco social.

A problematização do uso dos termos tem acontecido entre vários profissionais que atuam e integram as equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social. Em artigo da Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Martins (2012) traz a discussão de que a teoria do Risco Social tem se desdobrado na culpabilização do indivíduo por sua situação, a partir do entendimento neoliberal de que o indivíduo é livre e tem a responsabilidade de viver de seus esforços e de seu trabalho, o que torna a assistência pública um paliativo para os ‘incapazes’ de se manterem de maneira autônoma. Tal situação responsabiliza os indivíduos por sua condição e ignora os processos sociais que recortam as vidas dos sujeitos.

A autora aponta um possível desdobramento com relação a esta culpabilização dos pobres, que novamente deflagra um equívoco flagrante no foco das políticas públicas, deslocando-se da oferta de serviços de assistência, educação, saúde, lazer, emprego e renda para a segurança e o sistema penal.

> O entendimento de que existe um grupo de “desajustados, inúteis, ociosos e preguiçosos” (KOWARICK, 2003 *apud* MARTINS, 2012), para os quais as políticas públicas só servirão para estimular a dependência e o parasitismo social, tem como resposta o encolhimento da proteção estatal e paralelo aumento dos gastos com sistemas penais (WACQUANT, 2007 *apud* MARTINS, 2012), contribuindo para um política de exilamento e afastamento social dos pobres, em detrimento do atendimento de suas necessidades (MARTINS, 2012, p.94).

Como debatido, no que se refere aos jovens pertencentes às parcelas mais empobrecidas da população brasileira foram forjadas identidades relacionadas à noção de perigo e violência. A política de Assistência Social quando fala de risco social afirma que são programas voltados para àqueles que passaram por violação

de direitos. Como a política é voltada, principalmente, para ‘territórios de pobreza’ corre-se o perigo de associar tais locais como de risco em sua essência, ou seja maior probabilidade de que ocorram violações de direito.

As noções de risco social, vulnerabilidade e territórios de risco aliadas ao jogo do exercício do biopoder efetuam uma gestão da vida de forma a controlar os possíveis perigos, aquilo que pode vir a acontecer. Parte de uma premissa de que se for possível mapear áreas mais vulneráveis e probabilisticamente de maior incidência de risco, pode-se mapear as áreas de intervenção em uma dada população considerada como um problema.

Muitas apropriações da política acabam por afirmar duas possibilidades: que ali vivem pessoas em risco e pessoas que causam risco. Reproduz-se a noção de que os territórios onde habitam os mais pobres são perigosos e devem ser alvo de controle, podendo novamente culpabilizar a pobreza e criminalizá-la.

Nesse sentido, ao se falar de política para juventude no âmbito do SUAS, tais questões devem ser problematizadas, pois podem produzir práticas que reforçam dispositivos de controle e aí se insere o “fantasma” da perspectiva dominante de uma política cujo objetivo é a segurança pública; reforçando o mito da periculosidade dos jovens pobres.

É neste contexto do Sistema Único de Assistência Social e toda sua complexidade, que se insere o Projovem Adolescente, mais especificamente referenciado à unidade de proteção social básica – o CRAS – mas recebendo também encaminhamentos da proteção social especial para participação dos serviços no programa.

2.4 PROJOVEM ADOLESCENTE, ESCOLA E TRABALHO: ALGUNS ATRAVESSAMENTOS E ENTRELAÇAMENTOS POLÍTICOS

O Projovem Adolescente possui aparatos legais e documentos como os cadernos do Projovem, onde se encontra a visão de adolescente e jovem, ou melhor, juventudes e adolescentes, do programa; o traçado metodológico, as diretrizes e temáticas.

Segundo está apresentado no portal da internet do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

> O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (Projovem Adolescente) tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino. Isso é feito por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho (BRASIL, 2014g).

Observa-se acima objetivos do Projovem relacionados à escolarização dos jovens e ao mundo do trabalho. Os índices de jovens que saem da escola no Brasil, no chamado processo de evasão escolar, são altos. E é nesse cenário que se insere o Projovem.

Como estratégia de política é interessante indagarmos que o Projovem, como política de Assistência Social se insere em um terreno relativo à produção da precarização da escola. Abaixo gráfico de forma a visualizar a escolaridade dos jovens quando entraram no Projovem Adolescente de Venda Nova do Imigrante.

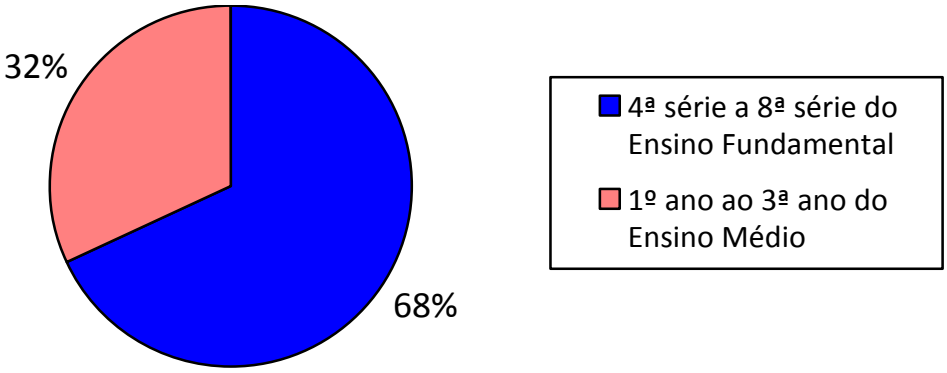


Figura 1: Gráfico da escolaridade dos jovens quando começaram a participar do Projovem Adolescente de Venda Nova do Imigrante nos coletivos 2010/2011 e 2012. FONTE: (CRAS de Venda Nova do Imigrante, 2013)

Considerando que a idade da maioria dos jovens ao entrar no Projovem de Venda Nova era de 15 a 17 anos, faixa de idade do Ensino Médio, através do gráfico presenciamos o alto índice de reprovações já que a maioria estava no Ensino Fundamental - 68% dos jovens (4ª série a 8ª série) quando começaram a participar das atividades do serviço.

Na época que trabalhei em Venda Nova, verificava-se que muitos jovens já havia “reprovado” por algumas vezes. Percebia-se que muitos mostravam o interesse pela entrada no mundo do trabalho, o que não era compatível com a escola. Alguns

jovens na época do Projovem pararam os estudos para trabalhar. Alguns diziam trabalhar na lavoura; outros chamados a ajudar em oficinas de mecânica, todos em regimes de trabalho precário e pesado.

O gráfico expressa o processo de produção da evasão escolar mostrando uma intensa descontinuidade entre as políticas municipais e estaduais de educação. Ao concluir o ensino fundamental, a escolarização mínima, os jovens estão sendo empurrados para o mercado de trabalho. A continuidade dos estudos esbarra em questões que não são enfrentadas pelas políticas estatais, tais como: transporte gratuito, distância entre escola e local de moradia, sentido da escola para os jovens, precariedade das condições de vida, sucateamento da escola e da vida. Ainda que a deserção via evasão escolar possa expressar uma alta potência instituinte, como apontava Lourau (1993), nos parece que esta evasão está conectada a um processo de gestão da miséria necessária, como apontou Oliveira (2010).

Atentos para não reduzir a problemática a uma questão quantitativa, mas é importante expô-la a fim de indagarmos a descontinuidade entre as políticas de educação. Em termos numéricos, há mais escolas de ensino fundamental do que de ensino médio. Em Venda Nova, são três escolas de ensino fundamental administradas pelo município (localizadas no interior: em São João de Viçosa, Alto Caxixe e Pindobas) e três escolas de ensino fundamental estaduais na sede de Venda Nova[41], totalizando assim seis instituições. Por outro lado, há apenas uma escola de Ensino Médio pública estadual, centralizada na sede do município[42]. Os jovens assim, ao chegar no Ensino Médio tem que enfrentar o deslocamento de suas regiões de moradia para a sede do município. Uma única escola pública necessariamente implica que não há vagas para todos os jovens na faixa de idade considerada de Ensino Médio, implantando mecanismos que impulsionam os jovens para evasão. Como estratégia há jovens da região de São João e Camargo que realizam o Ensino Médio no município vizinho, Conceição do Castelo, mas tal

[41] Pontua-se que o número de escolas de ensino fundamental em todo interior do município é o mesmo de apenas uma região: sede de Venda Nova. É um dado importante para pensar como em algumas regiões de Venda Nova há menor investimento em políticas públicas, enquanto se cria maiores oportunidades para outras. Debateremos mais sobre as dinâmicas sócio-históricas do município no próximo capítulo.

[42] Há duas instituições particulares que ofertam o Ensino Fundamental e Médio na sede de Venda Nova. Ou seja, no âmbito privado há mais escolas de Ensino Médio do que no público.

questão não desmonta a precarização instalada pela descontinuidade da política de educação em Venda Nova.

Abaixo o relato de um jovem que após o Projovem abandonou a escola para focar no trabalho que tem muito a dizer e compor a discussão sobre evasão escolar. Para muitos jovens pobres esse caminho é meio que desenhado desde tempos remotos da vida, visto o índice de evasão escolar que cresce à medida que a faixa etária aumenta. Mesmo com tal decisão o jovem revela vontade de retorno à escola dizendo querer batalhar por algo melhor, visto que a saída para o trabalho também é relatada como não ter surtido efeito.

> *É... aí depois do Projovem eu fui trabalhar numa granja de... de galinhas lá em... é... indo pra Castelo, fiquei lá cinco ou seis meses. Aí depois sai, vim fazer o curso de padeiro com a [...], depois do curso de padeiro fui trabalhar na padaria, na padaria também, na... no mesmo período que ela e depois nós saímos juntos. Eu trabalhei na padaria indo pro hospital, na padaria A e também na B.[...] Nesse meio tempo eu sai da escola. Parei na sexta série, depois eu vim pra cá fazer o curso.[...] No ano..., no meio do ano passado, na metade, no meio do ano. [...] Não. Eu num decidi... assim de rápido. Foi conversando com meu pai, com minha vó, eu conversando com eles, aí eu decidi parar. Mas, [...] eu conversei com ele, ano que vem eu vou voltar a estudar. [...] Penso em já voltar. O motivo foi mais pra trabalhar né, ajudar em casa. Aí eu fui, foi nesse período que eu fui trabalhar na...na granja. Aí de lá depois, depois eu vim fazer o curso. [...] Conversei com eles antes. Aí depois eu sai. [...] Mais pra trabalhar. [...]Não. Tava num... tava dando tudo certo, tava até já passando pra outra série. Aí depois eu conversei com meu pai, conversei com o diretor que é amigo do meu pai na época né... o diretor da escola era amigo do meu pai. Eles conversaram comigo, aí eu fui e [...] sair. [...] Não, vou voltar pra estudar no EJA à noite. [...] Aqui em Venda Nova mesmo. [...] Não, já vinha é... depois que eu vi que num tava dando muito certo é... ficar assim muito parado eu decidi voltar.[...] Trabalhar e estudar à noite. [...] Conciliar os dois. [...] Eu penso na... também voltar a estudar pra mim tentar fazer uma faculdade de Direito pra mim estudar, ajudar meu pai, ajudar minha família, lá na frente, poder também ajudar os meus amigos mais novo aí, aconselhar a vim fazer o Projovem. Porque tem muito é... colega meu de 12, 13 anos. Queria ajudar eles também. (Jovem 6)*

É necessário indagarmos o que essa grande evasão de jovens tem nos dito. Muitos jovens relatam querer abandonar os estudos para trabalhar, e sabe-se que as oportunidades de emprego geradas são relativas ao trabalho com vínculos informais, precários, sem carteira assinada, bicos, e com salários baixos. Outro dado é o de

que as práticas escolares de rotulação como aluno-problema ou com problema de aprendizagem dirigem-se cada vez mais a esse jovem que não consegue “avançar”. Esse sair da escola também pode nos dizer mais sobre as resistências quanto a essa escola que está aí, a um modo escolar que não se mostra atrativo para esses jovens e que historicamente tem reproduzido práticas de culpabilização dos indivíduos das camadas mais pobres.

Na fala acima, as condições de vida que fizeram o jovem sair da escola se somam a uma precarização crescente nos vínculos de trabalho oferecidos aos jovens sem a garantia de direitos trabalhistas, baixos salários e condições em trabalhos pesados, exaustivos, como na granja, que de longe resolvem os determinantes que o impulsionaram a buscar tais empregos informais. Longe de dizer o que é ideal, mas mesmo que os trabalhos precários parecem ser vistos como única escolha, a vida pode sair dessa definição prévia e traçar outras possibilidades, sonhos e realidades.

Na conversa que fizemos, o jovem diz que pensa em retornar aos estudos e também fala em cursar uma faculdade. Porém, é importante pontuar que os mesmos componentes que impulsionaram o jovem a sair da escola são os que comparecem no seu retorno em busca de uma graduação. Está em jogo uma relação presente na produção de subjetividade capitalística em que se coloca esses jovens como salvadores das condições socioeconômicas de suas famílias. Individualiza-se a situação como se diante de um esforço pessoal pode-se mudar toda uma série de desigualdades que foram produzidas historicamente. E assim naturaliza-se o não investimento em políticas públicas, a oferta de somente trabalhos precários sem uma política de geração de emprego e renda decente, e a própria escola que reforça o mito da ascensão social somente pela formação escolar e esforço individual. Sem contar que as oportunidades de acesso às universidades são restritas devido a uma política ainda elitista em que historicamente teve acesso prioritário a essas vagas uma pequena parcela da população. Hoje se presencia a política de cotas, porém se esbarra no baixo número de oferta de vagas públicas nas universidades brasileiras.

Toda essa realidade da juventude debatida no decorrer do texto e as questões como a escolarização, a entrada para o mundo do trabalho que se fazia, em muitos casos, com o abandono da escola se fazem presentes no Projovem Adolescente e são linhas que constituem a implantação desse espaço de política para jovens.

A escola que está aí é colocada em xeque pelos jovens em seus questionamentos e movimentos de resistência. Não se mostra atrativa, reproduzindo uma série de conteúdos distanciados da vida dos jovens. A seguir a fala de uma jovem sobre como vê a diferença entre Projovem e escola:

> *Não, porque escola os debates que a gente tem é questão de estudo mesmo né, de cada matéria, de cada assunto. No Projovem a gente abordava mais atualidade né, em relação... o que que essa atualidade tem a ver com o jovem, a gente abordava basicamente isso, era diferente tá ali né, com outros jovens da nossa idade, eram idades parecidas e a gente abordava... um perguntava, discutia a questão e era legal.[..] Bom, o Projovem visa mais né... o futuro do jovem né, o que a gen... o que eles podem falar pra gente tá seguindo como objetivo, pra ser bom futuramente né, e escola já é mais aprendizado pra gente né, aprender tudo um pouco, de tudo né... e tá levando pra frente também, mas o Projovem né... visava mais o o jovem e o futuro dele, levando sempre né, pro caminho certo, caminho bom. [...] Ah, por que nas escolas é separado né, cada professor tem a sua matéria pra tá dando né, não tem muito tempo pra tá discutindo sobre isso né. O certo seria ter uma matéria pra isso né, pra tá discutindo sobre isso, o futuro... porque Ensino Médio só tem os jovens também né e era uma coisa... seria uma coisa legal de tá, tá propondo no Ensino Médio.[...] Sim, a não ser que a gente peça, mas quando a gente pede eles sempre falam, mas não é da matéria né, tá explicando certas coisas.[...] Sim, sim, quando a gente tem dúvida, quando por exemplo eu tinha dúvida de alguma coisa né, sempre recorria a algum professor pra tá perguntando e ele explicava assim separadamente né. A questão é o jovem perguntar, ter interesse, porque se não ter eles não comentam, não falam nada né. Agora quando, por exemplo, eu fui e perguntei. Aí ele foi, me explicou tudo direitinho. Aí vai de questionar né, cada um.[...] Então, eu acho que deveria ter na verdade né. Eles sempre levam algumas vezes assim... palestras na escola pra tá falando de alguns assuntos como eu falei, de drogas, sexualidade, essas coisas, mas passam a palestra de mais ou menos uma hora e fica por aí né. Às vezes distribuem panfletos né, folders, mas questão de tá conversando com o jovem isso não tem nas escolas hoje em dia. Mas, é uma coisa que é necessário ter.[...]Não basta ter palestra de uma hora, tem que ter uma área específica pra tá debatendo né.[...] Então, aqui no caso já tinha né, e era legal por que tinha alguns assuntos que a gente não sabia certas coisas, acabamos levando né... como exemplo e foi legal... fazer parte, aprender mais. (Jovem 1)*

Questiona-se a escola e seu modo de operar serializado – matérias e conteúdos isolados – que impede uma aproximação com o saber do jovem e produzem a falta de tempo para discussões relacionadas às vidas desses. Os conteúdos são

demarcados como mais importantes que os jovens e suas expressões e não se constrói dispositivos para o diálogo coletivo, com processos que atualizam hegemonicamente um modo vertical que impede as conversas entre os diversos atores na escola, a fala e a expressão do jovem se discutindo somente o que na "matéria" está sendo passado. Palestras e distribuições de materiais impressos já demarcados *a priori* sem continuidades nas discussões sobre assuntos juvenis não produzem transformação na organização escolar, parece ser apenas um paliativo para não dizer que não se tenta dialogar com o jovem. A fala também faz-nos atentar como as questões sobre a vida do jovem na escola podem estar sendo debatidas em momentos pontuais, como questão individual, em que cada jovem que tivesse "dúvidas" procurasse o professor em separado para sanar suas dificuldades e como se isso fosse algo "estranho" à escola. Não se constrói de forma coletiva e permanente espaços de discussão sobre a vida do jovem.

Essa questão do Projovem se inserir no terreno da precarização das políticas de educação é apontado na fala de Jovem 1 evidenciando que as políticas são isoladas, mesmo sendo voltadas a um mesmo público: "*Ensino Médio só tem os jovens também".* Não há ações intersetoriais: o Projovem de Venda Nova se propõe a um espaço para os jovens e convívio destes, com diálogo, discutindo temas atuais e próximos ao jovem como afirma, mas a escola continua o seu distanciamento da realidade dos alunos com o mesmo público que acessa uma política de assistência social. Porém, com a organização isolada das políticas, continua-se perpetuando uma realidade em que não há transformação, como se o espaço para esses jovens fosse atribuição somente do Projovem. Nesse sentido outro jovem aponta como uma possibilidade de transformação na escola: ações intersetoriais e investimento na valorização dos professores, alunos e infraestrutura:

> *Ah, também educação . Educação aqui em Venda Nova eu acho que tá bem complicado.[...] Em questão de... de escola, muitos sai cedo pra trabalhar. Eu acho que a escola com algum projeto social podia agrupar isso pra... fazer que a escola ficasse melhor. Uma coisa assim, incentivar os alunos a estudar, alguma coisa assim.[...] Não, eu acho que... é, [...] na minha época é quem tá fazendo atletismo, você só fazia atletismo se você tivesse uma nota boa, é e hoje... eu era na época estimulado, eu estudava, gostava de estudar porque gostava de fazer aquilo, aquele esporte. Acho que é... devia juntar prefeitura, as escolas, assistência social e unir pra... o jovem, pra criança mesmo. Acho que podia ajudar um pouco*

> *mais.[...] Eu vendo a escola hoje tá bem complicado. É... não só os alunos, os professores, acho que eles podiam dar um... um salário melhor pros professores. Porque os professores ajuda bem, na época os professores me aconselharam... essas coisa assim, eu acho que sempre aju... procurar ajudar, não só os professores , os alunos com materiais bons, com as coisas boas assim. (Jovem 6)*

Na fala acima, o questionamento do jovem é no sentido justamente dessa necessidade da operacionalização de ações conjuntas e intersetoriais: "*prefeitura, as escolas, assistência social e unir*" e não isoladas. Relata algumas práticas complicadas que é se atrelar o acesso a uma atividade que deveria ser integrante das atividades escolares de acesso universal, como o atletismo, que os jovens se sentiam atraídos a uma meritocracia da "nota boa". Não se trata de "deixar" o jovem que tira nota boa participar de um projeto, mas sim de dinamizar a escola através de atividades que estimulem o conhecimento compartilhado, o acesso a atividades variadas, discussões e construções coletivas "dinamitando" as velhas estruturas arcaicas que insistem em se repetir nas escolas. Na fala o jovem também aponta para a necessidade de uma política de valorização dos professores, visto que os salários desses são muito baixos e também são parte dessa precarização da educação que no Brasil se presencia. Em Venda Nova, em outubro de 2013, os professores da rede municipal realizaram greve (FIDÉLIS, 2013) e o cartaz "Maior queijo. Maior polenta.[43] Menor salário" se destaca denunciando o modo de operacionalização da política local, onde a Festa da Polenta tem grande destaque estadual, porém o salário do professor municipal era o menor da região da montanha.

Importante destacar que quando defendemos ações intersetoriais e contínuas são no sentido da implantação de políticas públicas com participação e diálogo dos diversos atores envolvidos, na contramão da verticalização crescente, do controle e dos programas pontuais e descontínuos, ou de modo eleitoreiro. Defendemos políticas públicas articuladas que, desse modo, possam desmontar precarizações e desigualdades instaladas historicamente que promovem maiores oportunidades para as elites produzindo e naturalizando a pobreza. Políticas contínuas e atreladas nos diversos âmbitos: educação, assistência social, emprego, lazer, cultura, saúde,

[43] Referência à festa da Polenta, que ocorre todo ano em Venda Nova. O município é bastante famoso por essa festa tradicional. Nela há o desfile do queijo gigante e o tombo da polenta, alimento típico dos imigrantes italianos.

dentre outros, no sentido da superação dos fossos sociais e da hierarquização das vidas e dos saberes.

Ainda na fala da Jovem 1, o Projovem é percebido como um espaço de discussão próximo da vida do jovem, o que indica um dos prováveis fatores que aproxima os jovens do serviço. Discutiremos posteriormente como o Projovem é apropriado pelos jovens e os índices de participação que no interior é alta em relação à Grande Vitória relacionando-o a outros fatores que permitem a aproximação desses jovens. Tendo em mente que uma organização do Projovem repetindo os moldes escolares criticados, com palestras e cartilhas, conteúdos e relação verticalizada podem também ter um efeito de evasão, demonstrando a resistência dos jovens com relações de tutela tão presentes nos espaços que dizem ser criados para esses sujeitos.

Outro aspecto a ser debatido é quando a jovem fala sobre como o Projovem e a escola lidam com o futuro dos jovens. Usa o termo “caminho certo, caminho bom” para o futuro que é discutido no Projovem. Também temos que problematizar esse guiar para um caminho, pois aí há o perigo de perpetuar apenas um futuro ideal delineado e ensinado para o jovem, fechando às múltiplas conexões de vida que podem ser realizadas. Um perigo ao se produzir dentro do Projovem “O” caminho certo para os jovens. Devemos estar atentos para que futuro ideal é esse que tem-se perpetuado no espaço do serviço. Aqui, um controle biopolítico de definição de rumos juvenis demarcados, segundo padrões normatizantes dentro de uma perspectiva capitalista burguesa que deixa à margem todos os outros modos de existência que aí não se enquadrassem.

Nesse ponto, cabe indagarmos que política pública é essa que estamos falando? Segundo Rodrigues (2010) toda política pública seria um processo de subjetivação, ou seja, uma interferência no estar no mundo, podendo reafirmar práticas hegemônicas ou criar novas relações com o mundo.

Nesse sentido, questiona-se que política pública para os jovens está sendo criada e vivida por todos os envolvidos nesse processo. Cabe lembrar que a função de execução do serviço socioeducativo, Projovem Adolescente é atribuição do município, cabendo ao Governo Federal o repasse financeiro, como também as

diretrizes políticas. Porém o que se produz no encontro com esses jovens vai depender das práticas efetuadas.

Paul Veyne (1992), ao analisar a obra de Michel Foucault e seu método referente ao movimento da história, aponta o que pode ser nomeado como ponto revolucionário: contrariamente ao que afirma o pensamento ocidental hegemônico, de que os objetos são dotados de uma essência e uma natureza própria, e que caberia a nós conhecê-los para explicar e/ou compreender as práticas, Foucault propõe o inverso: são as práticas que forjam os objetos, ou seja, não há uma essência a ser descoberta, mas sim que os objetos são produzidos no entrecruzamento de práticas diversas.

Nesse sentido, as práticas sociais objetivam formas de estar e viver e dependendo do modo como se efetuam produzem relações mais potentes ou não. Pensando nisso que se indaga: as práticas realizadas no âmbito do Projovem Adolescente têm forjado quais objetos no que se refere à juventude?

Venda Nova do Imigrante implantou este serviço em 2010, durante a estruturação da política do município segundo o Sistema Único de Assistência Social, com o início das atividades do Centro de Referência de Assistência Social. E aqui cabe problematizar que interferências a implantação desses programas tem produzido com relação aos jovens do município.

Após ter participado, vivenciado e acompanhado a implantação do serviço no município, interessou-me a realização desse estudo voltado para o Projovem Adolescente do município. Cabe pontuar também que a execução do serviço no município é direta, ou seja, não há terceirização, sendo a esfera municipal totalmente responsável por suas articulações.

Sobre a execução direta cabe demarcar posicionamento contrário à crescente terceirização dos serviços de assistência social no Brasil, com destaque no Espírito Santo para a Grande Vitória. Em tais regimes se instala a precariedade de contratação, na qual os trabalhadores não possuem garantias, fechando ainda mais as possibilidades de movimentações e desenvolvimento de ações efetivas e contínuas.

Além disso, o enorme contingente de contratação por meio de contratos temporários demonstra o lugar que os governos têm colocado os serviços não só de assistência social, mas como os de saúde, educação, dentre outros. Nosso posicionamento é que esses regimes mostram como a prática estatal tem precarizado as políticas públicas, por um não interesse em investimento em tais áreas ou como forma de manter sua governabilidade através de seleções para designações temporárias, algumas com critérios questionáveis servindo para a contratação de adeptos ou apoiadores de campanhas eleitorais.

Outro ponto é a problemática da contratação de organizações não governamentais (ONGs) para realizarem a gestão de CRAS, CREAS ou outros aparelhos e serviços do SUAS. Muitas organizações são marcadas pela filantropia reascendendo antigas práticas assistencialistas, mostrando novamente o não interesse de intervenção na produção da miséria. Algumas ONGs ligadas a entidades religiosas podem, em suas práticas, injetar no público que utiliza os serviços orientações vinculadas às suas crenças. A própria contratação e vínculo da ONG com o poder instituído podem estar fazendo funcionar artimanhas para se manter a governabilidade, sem contar com possíveis ilegalidades nos processos de realização de alguns desses convênios.

O lidar da Assistência Social com o sistema de garantia de direitos, a prevenção de supostas situações de risco e vulnerabilidade nas comunidades requer atenção, pois esta é tecida por linhas e por perigos como uma possível reprodução de práticas aprisionantes. Surgem algumas questões quanto à participação do jovem na formulação das próprias políticas denominadas “de” ou “para” juventude e o pensar as políticas públicas voltadas a esses. Como que elas podem ser utilizadas de forma potencializadora e transformadora.

Várias perguntas despontaram para nortear o nosso estudo: Como se dá a participação do jovem no programa? Quais as estratégias e conexões possíveis são criadas a partir do espaço do Projovem Adolescente? Qual a interferência desse programa nas vidas desses jovens? Como a trajetória de vida desse jovem está sendo tecida e como o Projovem tem se inserido nela? Como o jovem tem se apropriado do serviço? O que tem se produzido a partir das práticas realizadas no programa? Quais interferências estes jovens têm efetuado no Projovem?

3 HISTÓRIAS OUTRAS – VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES

"A novidade é que o Brasil não é só litoral
É muito mais, é muito mais que qualquer zona sul
Tem gente boa espalhada por esse Brasil
Que vai fazer desse lugar um bom país

Uma notícia está chegando lá do interior
Não deu no rádio, no jornal ou na televisão
Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil
Não vai fazer desse lugar um bom país"

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

A pesquisa realizada não foi em um "grande centro", com o que todo esse enunciado pode trazer consigo. Aí já demarcamos uma história outra. O interior, seja no ES ou não, tem sido esquecido, e parafraseando Milton Nascimento e Fernando Brant estamos aqui para lembrar, expor, visibilizar. O Brasil não é só litoral, zona sul, é muito mais do que isso. Falaremos da singularidade do interior. Dos seus modos de vida singulares.

Esse "esquecimento" é produzido em um regime em que alguns lugares são mais "lembrados" do que outros. E isso necessariamente tem efeitos no jogo político-econômico, na produção de conhecimento, nas relações entre as pessoas, nos discursos sobre o interior e sua população. "Dar às costas" para o interior é desconsiderar toda uma série de histórias, culturas, tradições e realidades sociais que se engendram nesses municípios. "Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil/ Não vai fazer desse lugar um bom país."

Nesse sentido, o campo de nossa pesquisa se insere em um município do interior do Estado do Espírito Santo, onde trabalhei com políticas públicas e que agora teceremos uma paisagem de forma a também visibilizar na própria Venda Nova do Imigrante diversidade de histórias, ares, lugares. Já que ela também é permeada por esse movimento de se expor histórias oficiais que deixam de visibilizar outras, de se destacar mais certos aspectos em relação a outros. Tentaremos aqui traçar posições que apontem para a diversidade presente no município, para além de uma versão exposta como única.

Nessa perspectiva, é importante discutir o campo da pesquisa onde o Projovem Adolescente, política de assistência social voltada para jovens debatida na pesquisa,

foi implantado e está em processo constante de construção; onde se inserem as discussões que são suscitadas através do estudo. Os aspectos culturais, locais, históricos, econômicos, dentre outros compõem as políticas locais com relação à juventude e a vida destes jovens, tendo em vista a gama de atravessamentos que experimentamos em nossas vidas. Trata-se de uma cidade do interior do estado, que possui características próprias e locais a serem debatidas.

O município de Venda Nova do Imigrante está localizado na região serrana do estado do Espírito Santo (ES) a 103 km da capital Vitória através da BR-262. Limita-se com os municípios de Conceição do Castelo, Afonso Cláudio, Domingos Martins e Castelo. Devido à localização em região de altitude que varia entre 630 a 1550 metros de altitude (VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2014), seu clima é marcado por temperaturas mais baixas, com boa parte do ano marcada pelo frio. O ES é um estado de extensão pequena em relação a outros estados brasileiros, mas que tem uma grande diversidade de ambientes no que se refere à geografia, clima, culturas locais e tradições. Possui desde grandes planícies, litoral, região montanhosa que é a que faz parte Venda Nova, em que podemos se deslocar em um curto tempo e distância[44].

Figura 2: Mapas de localização de Venda Nova do Imigrante. FONTE: Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer da PMVNI

Venda Nova possui área de 185,909 km² e é constituída do distrito sede: Venda Nova do Imigrante (Figura 3); dois distritos: Alto Caxixe e São João de Viçosa e as

[44] Vitória a Venda Nova estão separadas por uma hora e meia via carro e duas horas e meia em média utilizando ônibus.

comunidades, cujo número nas fontes procuradas é incerto. No site da prefeitura municipal se afirma que são 12 sem as enumerar, já na dissertação de Verena Sevá Nogueira (2004) chegam a 16, sendo elas: Mário Lorenção, Tapera, Saúde, Providência, Bela Aurora, Sapucaia, Pindobas, Vargem Grande, São Roque, Viçosinha, Santo Antônio do Oriente, Bananeiras, Alto Bananeiras, Lavrinhas, Cachoeira Alegre e Camargo.

Figura 3: Mapa da Sede de Venda Nova do Imigrante. Fonte: (Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, 2014)

Os jovens que participaram ou ainda participam do Projovem Adolescente do município são moradores de toda extensão de Venda Nova, porém com maior proveniência de algumas regiões. Há uma certa distribuição geográfica predominante de público das atividades do CRAS que vai se constituindo e isso, com certeza não se deve a aleatoriedade, mas sim a aspectos históricos, políticos,

culturais, econômicos do local que configuraram no município regiões com moradores de baixa renda com maior predominância.

Abaixo a Figura 4, com gráfico da porcentagem de onde moravam os jovens por região. Realizei uma divisão de acordo com proximidade territorial das localidades onde os jovens moravam e não com uma divisão oficial do município. A primeira referente aos bairros que compõe a sede de Venda Nova com predominância de área urbana: Centro, Vila Betânea, Lavrinhas, São Miguel, Providência, Vila da Mata, São Pedro. A segunda região referente ao distrito de São João de Viçosa (Camargo, São João de Viçosa, Viçosinha, Bicuíba), a terceira se refere à São Roque, onde apenas uma jovem morava e a última a região próxima ao distrito de Alto Caxixe (Alto Caxixe, Alto Providência, Alto Viçosa). Foram avaliados formulários de inscrição de 26 jovens que participaram do primeiro coletivo e de 21 do segundo.

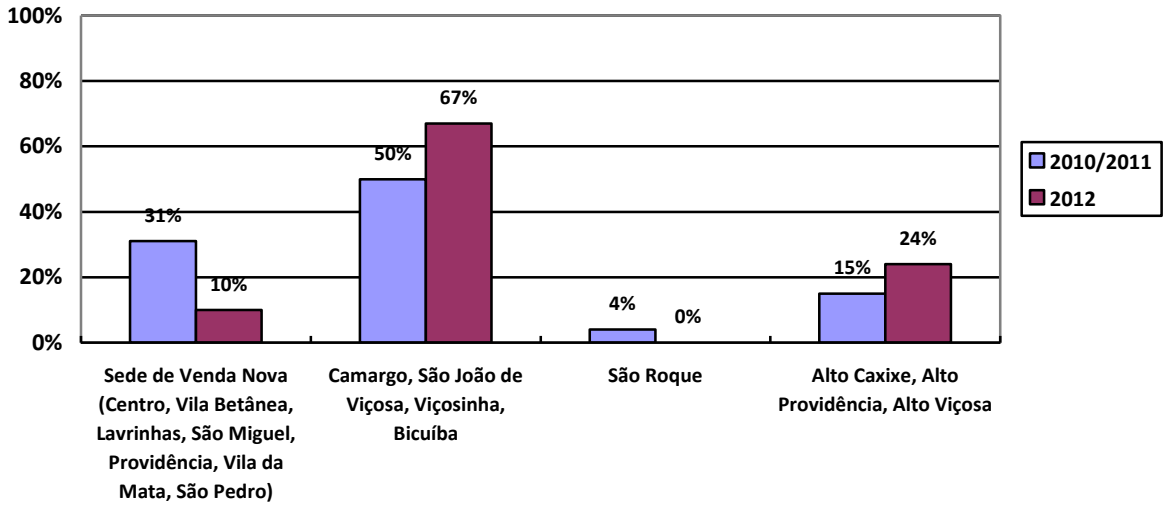


Figura 4: Gráfico de localização de moradia dos jovens que participaram do Projovem Adolescente de Venda Nova do Imigrante nos coletivos de 2010/2011 e de 2012. FONTE: (CRAS de Venda Nova do Imigrante, 2013)

A maioria dos jovens (50% no primeiro coletivo e 67% no segundo) morava na região referente ao Camargo, São João, Viçosinha e Bicuíba. A localidade de onde mais participantes eram provenientes foi a do Camargo (42% em 2010/2011 e 33% em 2012 do total de participantes). Há um decréscimo de participação de jovens da sede (31% para 10% dos participantes), apesar da maior proximidade do local de instalação do CRAS (em 2010 até metade de 2011 era localizado na Esplanada, próximo ao Centro de Venda Nova, e a partir daí se inaugurou a nova sede em Vila da Mata). E com relação à região de Alto Caxixe, Alto Providência e Alto Viçosa é a

segunda região de maior participação, ocorrendo um crescimento no número de participantes do Programa (15% em 2010/2011 e 24% em 2012).

Figura 5: Mapa das Comunidades de Venda Nova do Imigrante. Fonte: (Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, 2014)

Com a implantação do Projovem em 2010, usou-se como estratégia a busca ativa inicial, em que se priorizou a inscrição de jovens que viviam com maior proximidade da sede provisória do CRAS, devido a uma suposta maior facilidade para a gestão de um serviço que se iniciava e também devido a ser realizada em local provisório e as dificuldades estruturais e burocráticas. Tal tentativa acabou por ter dificuldades,

pois muitos jovens da região central acabaram por não ‘aderir’ à proposta do Programa, diferentemente de jovens de outras regiões que procuraram o CRAS espontaneamente a procura de cursos e foram chamando seus amigos ou quando a equipe do CRAS oferecia o serviço para as famílias que vinham até o CRAS devido à questões referentes ao Programa Bolsa Família. Apesar da tentativa que resultaria em maior participação de jovens da sede, que teve boa participação (31%), houve mesmo assim predominância de jovens de outras regiões (69%).

Não é a proximidade do local das atividades que tem definido o público do Projovem Adolescente: 69% e 90% dos jovens dos primeiro e segundo coletivos, respectivamente são de regiões mais afastadas da sede do CRAS. O Projovem, que tem como um dos condicionantes a participação de jovens cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família, vai priorizando as regiões ditas de “vulnerabilidade social” para o acesso ao serviço, mas somente isto não esgota a discussão, pois também há muitas famílias na sede que recebem o benefício. Camargo, São João e outras localidades próximas, e Alto Caxixe e região, de onde veio a maioria dos jovens são mais afastadas da sede. Historicamente esses locais foram se configurando como regiões onde a população vive com dificuldades das mais diversas ordens: maior disparidade de distribuição de renda (muitos dos usuários do Bolsa Família em Venda Nova são proveniente dessas regiões) e menor investimento por parte do governo local. Em contrapartida houve por parte dos jovens dessas regiões maior ‘adesão’. Uma análise pode ser a histórica baixa oferta de serviços nessas ou para esses locais, e também o fato desses jovens conseguirem por meio dela deslocar-se pela cidade, saindo de um possível isolamento sócio-geográfico devido à dificuldade instalada para o acesso ao direito de ir e vir das camadas empobrecidas. Com o decorrer da discussão sobre Venda Nova traremos mais elementos que vão compondo como algumas regiões de Venda Nova tornaram-se mais empobrecidas.

Com relação ao Alto Caxixe, é uma região de Venda Nova que tem como uma das principais atividades as lavouras de tomate. Muitas famílias trabalham como colonos nas propriedades rurais que se voltam para atividade de agricultura. Esse vínculo é muitas vezes precário, com salários baixos e trabalho exaustivo na roça. Trecho de matéria do jornal Gazeta Online demonstra as condições de muitas famílias da região:

> Cursando a 4ª série, dividem uma casa simples com os pais e um irmão. Vencem os sete quilômetros até o colégio em um ônibus escolar, depois de almoçar o que a mãe preparou de madrugada, antes de sair para a roça de tomate. Seus pais recebem mais de um salário mínimo como colonos, num trabalho que vai de domingo a domingo. (FERNANDES, 2011)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), produzidos pelo Censo de 2010, o município possui uma população de 20.447 habitantes. A População residente em situação do domicílio urbana atinge 72,4 % contra 27,6 % na área rural. Para o IBGE, a situação de domicílio urbana corresponde às áreas das cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas. Já a situação rural seria todas as outras áreas fora de tais limites.

Nogueira (2004) afirma que apesar dos índices de número de moradores serem maiores na área urbana, Venda Nova do Imigrante pode ser entendido como um município rural. O autor utiliza uma definição de urbano/rural para além da noção de espaço que é o critério utilizado pelo IBGE, e tal afirmação nos indica que tais conceitos não são universais e são alvo de disputa e ressignificação. Para Nogueira (2004), o caráter rural de Venda Nova é constituído em função das características das práticas sociais, dos costumes e dos símbolos de grande parte de sua população. O autor assinala, ainda, que a identidade étnica italiana de grande parte da população, ligada a origem camponesa dos antepassados, foi um fator que construiu ao longo do tempo a noção de que o caráter rural está ligado, sobretudo, à questão agrícola.

É importante demarcar que o deslocamento da população das áreas rurais para a área urbana é um fenômeno social que tem crescido nas metrópoles, mas também nas cidades do interior. Segundo Diagnóstico de Venda Nova do Imigrante a partir de fontes secundárias de informações (VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2011) que é um documento produzido para subsidiar a elaboração do Planejamento Estratégico do legislativo do município, expõe o município como polo atrativo do fluxo migratório, sobretudo para sua área urbana.

Pontuo que há o fenômeno de migração rural-urbano dentro do próprio município, mas há também a migração de pessoas que vêm de outros municípios para Venda Nova do Imigrante. As conversas com os jovens e o contato com a população mostram que o município tem recebido muitas famílias advindas de outras regiões.

Inclusive entre os que participaram do Projovem Adolescente entre 2010 e 2012 há uma ligeira maioria de jovens nascidos em outros municípios.

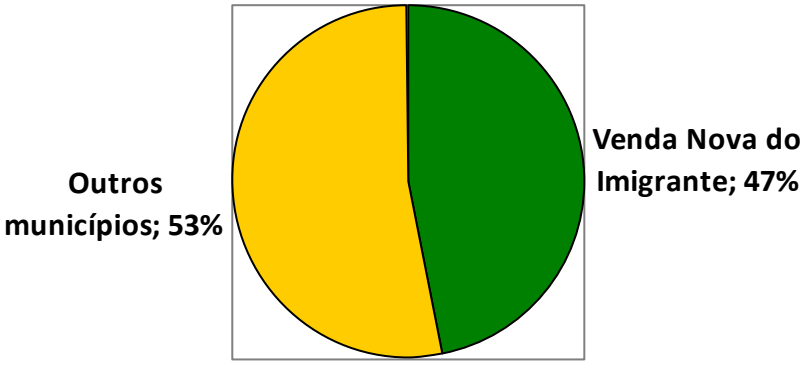


Figura 6: Gráfico de local de nascimento dos jovens que participaram do Projovem Adolescente de Venda Nova do Imigrante entre 2010 e 2012. FONTE: (CRAS de Venda Nova do Imigrante, 2013)

No gráfico na classificação "Outros municípios" podemos referir os seguintes municípios vizinhos: Afonso Cláudio, Castelo, Domingos Martins e Conceição do Castelo, mas também houveram jovens nascidos em Vitória, Vila Velha, Linhares, São José do Calçado, Marechal Floriano, Brejetuba, cidades do Espírito Santo e no estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro capital e Belford Roxo).

Ao analisar dados sobre onde os pais, mães e responsáveis dos jovens nasceram a grande maioria veio de outros municípios, inclusive os daqueles jovens que nasceram em Venda Nova. Alguns passando por outras cidades em fluxo migratório. A maioria das famílias dos jovens do Projovem migrou para o município.

> *Olha, minha mãe é de Afonso Claudio e meu pai nasceu em Conceição do Castelo. Ai eles se conheceram e vieram pra cá mesmo. [...]Aí vieram pra cá porque meus avós moravam aqui.[...]Sim, que eles estão aqui deve... acho que tem mais ou menos uns 30, 35 anos... isso, e ai no caso como minha mãe conheceu meu pai né, eles foram, se casaram e vieram pra Venda Nova e acabou que a minha mãe veio e ficou na casa onde a gente mora até hoje né, aí na época moravam os meus avós por parte de pai. (Jovem 1)*
>
> *Meus pais nasce... meu pai nasceu em Conceição, minha mãe aqui, mas só que aí eles mudaram pro Rio de Janeiro... ficaram um tempo lá, aí depois voltaram [...]A maioria. Só tem três, três irmãos que são daqui de Venda Nova. O resto é tudo de lá! L. e C... tudo de lá. (Jovem 4)*
>
> *Veio de Cachoeiro, [...] o pai do meu avô veio de Cachoeiro... Cachoeiro, Castelo, sempre moraram por ali, aí depois que eles*

> *vieram pra cá... [...] Nasci aqui. O meu pai na época depois que ele veio de Cachoeiro pra cá, ele veio com... 9 pra 10 anos ele veio de lá pra cá. (Jovem 6)*

Algumas conversas com os jovens mostram que Venda Nova é vista como um horizonte de possibilidade maior de emprego e para se viver com a família, e como possuindo educação de melhor qualidade que alguns municípios vizinhos.

> *Oh... o meu pai ele veio por causa do serviço... que ele arrumou um serviço no B., né, quando ele mudou pra Bicuíba, que ele arrumou um serviço melhor. Minha mãe também tinha arrumado um servicinho aqui e ficou melhor pros estudo nosso porque lá em Afonso Cláudio, Piracema, esses lugar é... assim, num local adequado pra criar família... criar crianças né. Então, meu pai tinha quatro, eu de moça e mais três homens... eu de moça, tinha três comigo, M. nasceu aqui em Venda Nova... e aí meu pai achou que num era muito apropriado né... criar nós... e aí veio nós todos e minha vó e meu vô... e aí ficou só a minha outra vó lá. Só que ela mora lá dentro de Afonso Claudio, a gente morava numa roça né. Meu pai achou assim que aqui teria mais, assim, facilidade de arrumar um emprego, de escola, de educação... e aí depois a gente veio pra Venda Nova... e quando veio pra Venda Nova eu peguei os meus 10 anos e comecei a trabalhar, aí depois dos meus 10 anos eu num parei nunca mais... tô até hoje trabalhando. (Jovem 2)*

Mais do que estudos demográficos com dados estatísticos, as conversas com a população local revelam certa visibilidade dos motivos para se procurar Venda Nova para viver. Historicamente, porém, o município tem características que geram um embate com as pessoas provenientes de outras regiões, que é um fechamento histórico na comunidade, sobretudo daqueles de origem italiana. Esse fechamento foi colocado por várias pessoas que tive contato na época em que relataram dificuldades de se relacionar e um sentimento de que eram discriminados. Ao se debruçar na história local, traremos elementos que compõe essa relação social estabelecida entre descendentes de italianos e outros migrantes[45].

Com relação à população jovem no Censo 2010 os dados do potencial público e atual público do Projovem Adolescente incluem: 1.690 (8,26%) da população residente está na faixa etária de 10 a 14 anos; e 1.845 entre 15 e 19 anos (9,02%). Totalizando 17,28% da população na faixa de 10 a 19 anos.

---

[45] Também fui migrante. Natural de Vila Velha, fui morar em Venda Nova devido a oferta de emprego. Também percebi algumas resistências com relação a “entrar” e se relacionar com pessoas sobretudo “de famílias mais tradicionais” do município.

Segundo o site oficial da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante (PMVNI, 2014), com relação à economia o município tem como foco a agricultura, principalmente do café (90% das propriedades locais), e a produção de hortifrutigranjeiros e uma pecuária ascendente. Porém, apresenta atualmente o agroturismo como uma atividade em plena expansão, sendo Venda Nova pioneira e referência no Brasil neste trabalho com início em 1987 - o “berço do agroturismo no Brasil”, com destaque para a confecção artesanal e caseira de produtos típicos, principalmente na culinária (geléias, doces, biscoitos, pães, café, fubá, socol[46], leite, queijo, ricota, iogurte, vinhos, licores, cachaças, dentre outros).

Aliás, quem anda pela cidade vê a referência com relação a esta atividade: o agroturismo. Inclusive sendo intitulada a “Capital Nacional do Agroturismo”, título conquistado em 2005 na II Feira Nacional do Turismo Rural em São Paulo[47] (ZANDONADI e FREIRE, 2012). Também há referência no site da PMVNI ao ano de 1993, quando a Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR) denomina Venda Nova como capital do setor[48]. O agroturismo tem ligação com a forma como se deu a ocupação da terra em Venda Nova do Imigrante pelos italianos, pois ele é desenvolvido em pequenas propriedades rurais, uma atividade com predominância à produção familiar dos alimentos, com abertura ao turismo para acompanhamento desse processo.

O município também é famoso pela Festa da Polenta, que ocorre anualmente no mês de outubro no Centro de Eventos Padre Cleto Caliman, conhecido como Polentão. Entre as atrações destacam-se o desfile do queijo gigante, das famílias, carros de boi, tropas e transporte de milho, eleição da Rainha e Princesas, além de shows nacionais, e o "Tombo da Polenta". O nome da festa é referência ao prato típico da culinária dos imigrantes italianos que se instalaram em Venda Nova. Desde 1991 é organizada pela Associação Festa da Polenta (AFEPOL), que em seu *site* pontua que o objetivo da festa é

---

[46] Socol é um embutido bem condimentado de carne de porco temperado com sal, pimenta e alho de origem italiana. O nome original é *ossocolo,* mas com o tempo e diferenças de pronúncias passou a ser chamado de socol (GUIMARÃES, 2012).

[48] Quando a prefeitura apresenta a cidade, não se deve desatrelar o sentido político que é o de demarcar alguns pontos da história de Venda Nova. Ao demarcar o agroturismo como ramo importante e pioneiro ao se descrever a região fomenta-se o turismo local, cujo efeito se vê no crescimento de pessoas que procuram a região para conhecer as propriedades produtoras e os produtos da região.

> [...] resgatar e manter viva a cultura do imigrante italiano que colonizou Venda Nova há mais de 100 anos.
>
> Ao festejar o alimento que até hoje faz parte da vida das famílias dos descendentes, enaltecemos a música, as danças, as vestes e outros aspetos. Também colocamos diante dos olhos da atual geração e dos visitantes todos os costumes de uma época muito difícil e que deixou muitos ensinamentos. (AFEPOL, 2014)

A festa iniciou em 1979, no Colégio Salesiano, entre as famílias de Venda Nova, onde degustaram polenta e demais pratos típicos italianos. Hoje, recebe milhares de pessoas durante a festa, dentre moradores e turistas. Tem um calendário que conta com o plantio do milho no mês de abril, a Serenata Italiana pelas ruas da cidade no mês de julho e a colheita uma semana antes da festa. Outro dado é de que os trabalhadores da festa são voluntários, justificado pela AFEPOL como também uma referência à tradição dos imigrantes que por meio do voluntariado que teria erguido "importantes obras comunitárias e transformou a história do lugar." Nota-se que a Festa da Polenta também compõe esse cenário histórico local de grande visibilização dos aspectos referentes à imigração italiana. É importante pontuar que essa naturalização do voluntariado como algo virtuoso também é alvo de críticas. Já ouvi muitas pessoas que criticavam esse modo de funcionamento da festa. Alguns pontuavam que não trabalhariam na festa porque era um trabalho bastante cansativo, exploratório e sem remuneração. E também pessoas que trabalharam na festa relatando que o trabalho era realmente muito exaustivo.

3.1 RESISTÊNCIA INDÍGENA, MINERAÇÃO E OS LATIFÚNDIOS ESCRAVOCRATAS NO ALTO CASTELO

Com relação à formação administrativa, Venda Nova é criada como distrito em 1963, sendo pertencente ao município de Conceição de Castelo. Em 1988 é realizada a emancipação política[49], desmembrando-se de Conceição do Castelo em 10 de maio de 1988, surgindo assim o município de Venda Nova do Imigrante (ex-Venda Nova). No que tange a aspectos culturais e tradicionais, é um município em que se dá grande visibilidade à descendência dos imigrantes italianos que colonizaram esta

[49] Venda Nova colaborava com quase 80% da arrecadação da então sede Conceição do Castelo e sempre teve vida independente com sua produção econômica (FOLHA DA TERRA, 1996). Diante de tal informação parece que Venda Nova foi se formando de forma separada, política e economicamente do antigo município sede.

região a partir do século XIX. E quanto as pesquisas sobre a história do município de Venda Nova do Imigrante, também é central a figura da construção da cidade por meio dos italianos.

Existem várias formas de se contar uma história. Dependendo do caminho que se percorre pode-se atualizar perspectivas triunfalistas e memorialistas em que se enaltecem os episódios, com um certo floreamento, apaziguando embates e tensionamentos. As histórias contadas são vetores importantes nos processos de produção de subjetividade. Ao se contar a história que é dada maior visibilidade, ressaltamos que esta produz/inventa uma certa Venda Nova, não à toa aquela em que se destaca os imigrantes italianos; brancos europeus. Existem outras inúmeras histórias, mas que são invisibilizadas através de uma política do esquecimento (HECKERT, 2004) que destacam certos marcos de ocupação e deixam tantos outros à margem.

Segundo os dados sobre a história do município, no site do IBGE (2014) e Prefeitura Municipal (VENDA NO DO IMIGRANTE, 2014): “Venda Nova começou a ser colonizada por volta de 1892, basicamente por imigrantes italianos, cuja cultura permanece viva em seus descendentes e na vida da comunidade vendenovense.” Outros recortes históricos da região perpassam momentos bem anteriores a esse. Inclusive a data do marco da chegada dos imigrantes italianos é controversa, neto do primeiro imigrante afirmara que o avô Amadeo Venturini[50] chegou na região em 1891 (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992).

A fim de conhecer a história anterior à chegada dos italianos em Venda Nova do Imigrante foi necessário expandir as fontes para a pesquisa com relação à história de Castelo e Conceição do Castelo, que hoje são municípios vizinhos, porém fazem parte, juntamente com Venda Nova, de uma mesma região (Alto Castelo). Além disso, a região em que hoje se localiza Venda Nova e Conceição do Castelo pertenceu a Castelo, quando este era distrito de Cachoeiro de Itapemirim. Pensando-se que fazem parte de uma mesma região, não podemos dissociar as histórias municipais como se fossem isoladas.

[50] Em outra fonte há diferente grafia: Amadeu Venturim (FOLHA DA TERRA, 1996)

Nessa pesquisa nos deparamos com uma diversidade de histórias que são pouco debatidas. No Espírito Santo têm-se uma tendência a se discutir as histórias da Grande Vitória, mas mesmo essas passam despercebidamente e são como grandes vagos que sua própria população desconhece. Com relação às histórias da região do Alto Castelo, muitas nos fazem surpreender e nos levam a colocar em análise essa apagão histórico que vive o Espírito Santo. Começaremos a debater justamente de um ponto pouco visibilizado que é a atividade de mineração que houve na região. Estamos acostumados a ouvir as histórias do ciclo do ouro em Minas Gerais, mas bem mais perto de nós tal atividade teria sido forte, porém com características que a fizeram ser escondida em relação ao centro de poder da colônia na época.

A região de Castelo foi alvo de atividade de mineração, cujo início é apresentado em duas versões históricas. A primeira afirma que os jesuítas iniciaram a povoação da região ainda no século XVI e XVII e auxiliados por fiéis e índios já teriam encontrado ouro e começado a mineração na região de Castelo em data pouco posterior a 1551, que é o ano em que se estabeleceram em Reritiba, hoje município de Anchieta. Porém, teriam sidos expulsos após desavenças com os índios aimorés (ARARIPE, 1963). Já a outra versão é a de que o povoamento da região e início das atividades de mineração se deram apenas no início do século XVIII quando houve a entrada de mineradores e bandeirantes na região do Alto Castelo (ZANDONADI, 1992).

É interessante demarcar que Casagrande e Barbiero (2002) apontam entendimento próximo do nosso, ressaltando que nenhuma história é neutra. Nesse sentido, os autores afirmam nas duas versões o pano de fundo são as práticas dos jesuítas. Enquanto Gomes Neto (historiador que expõe a primeira versão) afirma que os jesuítas se desviaram de suas funções de catequizar os índios, explorando ouro e outros minerais; Alberto Lamego e Tristão Alencar de Araripe (defensores da segunda hipótese) buscam enaltecer este mesmo trabalho, afirmando que os jesuítas não exploraram ouro nas minas do Castelo, “e ao contrário, foi através das mãos desses, principalmente Anchieta, que os gentios e a capitania do Espírito Santo tiveram contato com a luz da civilização” (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002, p. 21).

Casagrande e Barbiero (2002) defendem que o início do povoamento na região foi feita pelos jesuítas, e a construção da Igreja dedicada à Nossa Senhora do Amparo em 1625 no local chamado de Monte Castello é uma prova para essa hipótese. No mesmo ano o povoamento já contava com 3000 habitantes. Afirmam que o contato dos jesuítas com os indígenas permitia o acesso à fonte de informações privilegiadas, pois estes eram conhecedores das riquezas da região, e aí se incluem os minerais e sua localização. A descoberta de ouro na região do Alto Castelo explicaria os motivos de uma missão jesuítica se estabelecer no interior do estado em contrapartida às outras que ficavam no litoral do ES, como a de Reriritiba. Porém, caso tenha ocorrido mineração sob administração dos jesuítas, isso se deu de forma clandestina, dificultando assim a existência de documentos oficiais.

Com relação à chegada dos bandeirantes na região do Alto Castelo o ano de 1705 é dado como o pontapé inicial, quando o bandeirante Pedro Bueno Cacunda partiu de Taubaté em busca de ouro, provavelmente em Ouro Preto e Mariana e depois foi para os sertões de Cataguases, onde ficou sabendo que existira ouro mais próximo ao litoral. Então, desceu o Rio Doce e pelos seus afluentes chegou ao interior do Espírito Santo, onde se encontrou com Domingos Luiz Cabral que afirmou que existia ouro na região do Rio Manhuaçu. Diante de tais notícias, Pedro Bueno se deslocou para a Serra do Castelo, onde encontrou ouro. A partir desse momento, outros homens começaram a desbravar o local (ARARIPE, 1963).

Entre os bandeirantes e o poder público oriundo de Portugal havia um conflito de interesses, que fez com que os bandeirantes escondessem as descobertas. Porém, a notícia dos achados logo chegou aos ouvidos do vice-rei que ordenou que não continuassem com a atividade[51], porém os bandeirantes não seguiram as ordens e, pelo contrário avançaram ainda mais a exploração alargando a Serra do Guandu. Havia constante conflito entre os índios botocudos ou puris, mas mesmo assim Pedro Bueno fundou um arraial índigena de nome Santana (ARARIPE, 1963; ZANDONADI, 1992).

[51] A primeira proibição para a descoberta e exploração do ouro na região de Castelo é datada de 1710, pelo Governador Capitão Geral do Estado do Brasil, D. Lourenço de Almada. A ordem proibia também a construção de qualquer estrada para as Minas Gerais, pois a Coroa tinha a intensão de transformar a Capitania do Espírito Santo em uma grande cerca verde e desabitada para proteger as Minas Gerais dos piratas estrangeiros. (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002).

A exploração do ouro continuou, porém um fato preponderante contribuiu com o seu findar. Com a política do Marquês de Pombal, em 1759 os jesuítas tiveram que sair às pressas da colônia. Apesar da relação entre os garimpeiros e os índios ser sempre conflituosa, a presença da missão jesuítica conseguia um certo apaziguamento nesse embate. Com a sua saída, os conflitos se intensificaram e decorrente de diversos ataques dos índios os mineradores foram expulsos da região indo se refugiar no litoral, na vila de Itapemirim[52], na foz do rio de mesmo nome. O célebre ataque de 1771 selou a vitória indígena. Botocudos e Puris voltaram a reinar soberanos na região. (ARARIPE, 1963; ZANDONADI, 1992; CASAGRANDE e BARBIERO, 2002; LEAL, 2009).

Após tal processo, houve retomada das atividades de mineração na região, principalmente entre 1816 e 1830, naquele momento através de política oficial da colônia e do início do império[53]. Porém, tal atividade declinou com a crescente escassez do ouro (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002).

Nesse período, o Espírito Santo já não possuía a obrigação de se manter como uma barreira verde devido à decadência da mineração em Minas Gerais. Já não havia razão para o isolamento e despovoação do Espírito Santo; assim, institucionalizaram-se as minas de Castelo e iniciaram-se ações para tentar dinamizar a economia. Destaca-se, nesse sentido a construção da estrada do Rubim ou estrada de São Pedro de Alcântara entre 1814 e 1816, que dinamizou a saída do ouro das minas de Castelo para Vitória (pois passava relativamente perto, em Conceição do Castelo) e o tráfego de diversos produtos que eram transportados de Minas Gerais para Vitória (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002).

> A estrada nova do Rubim ou São Pedro de Alcântara[54] partia de Itacibá, na baía de Vitória, seguia pelas serras de Campinho, ia até a localidade de Barcelos, descia pela serra do Engano, atravessava a localidade de Lavrinhas, Bananeiras e São João de Viçosa, em Venda Nova do Imigrante, passava na sede de

[52] Conta-se que desde 1539, havia uma fazenda na foz do Itapemirim. Porém, a região permaneceu sem maior ocupação até a fuga dos mineradores após os ataques dos índios Puris na Serra do Castelo, em 1771. (ITAPEMIRIM, 2014).

[53] Em parte desse período houve companhias estrangeiras na região devido à extração do ouro. Dom Pedro I ordenou que se auxiliasse uma companhia inglesa em suas ‘pesquisas’ colocando as riquezas das minas do Castelo a disposição dos ingleses. Portugal tinha na época clara postura submissa aos interesses da Inglaterra (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002).

[54] Havia também um ramal da estrada que partia de São Miguel em Domingos Martins até Santa Leopoldina (LEAL, 2009). De Santa Leopoldina se seguia de canoa de tronco até o Porto de Vitória (FOLHA DA TERRA, 1996).

> Conceição do Castelo, ia para Muniz Freira, Iuna, e entrando no Estado de Minas Gerais, ia até Vila Rica, Ouro Preto (ZANDONADI, 1992, p.29).

De três em três léguas[55] da Estrada do Rubim, havia um quartel[56] povoado por açorianos (outra colônia portuguesa). Tais quartéis tinham como objetivo proteger a estrada de ataques indígenas e de bandoleiros. Os açorianos ali localizados realizavam lavouras, cuidavam da conservação da estrada e atendiam os passantes em suas necessidades (ARARIPE, 1963; LEAL, 2009).

Vale ressaltar que a estrada do Rubim atravessava justamente onde hoje se encontra o município de Venda Nova do Imigrante nas localidades de Lavrinhas, Bananeiras e com o quartel de Vila Viçosa instalado em São João de Viçosa, distrito do município.

Importante demarcar que os índios da região possuíam uma marca de resistência bastante grande. Desde os escritos sobre o período de mineração, até o ataque e perseguição dos mineradores que deram fim a um período de mineração no Alto Castelo, foram ressaltados os constantes conflitos com os índios, apesar de certo apaziguamento obtido quando os jesuítas estavam instalados neste território. Além da necessidade de instalar quartéis na estrada em distâncias pequenas para evitar os ataques destes, nos escritos pesquisados afirma-se que os índios que habitavam a região eram os Puris e Botocudos ou os Aimorés.

Objetivando acabar com o anterior cinturão verde no interior capixaba, a Carta Régia assinada por D. João VI em 1816 segundo Leal (2009) destinada ao governo do Espírito Santo, ordenou a abertura de outras estradas complementares sempre guarnecidas por tropas, para que se verificasse a navegação dos rios e promovesse a exploração das minas do Castelo, deixando a coroa sempre informada dos progressos da região. Este documento aponta claramente as estratégias usadas a

---

[55] Cerca de 20 km na medida usada atualmente.

[56] Os quartéis possuíam nomes de cidades portuguesas e no território do Espírito Santo eram: Quartel do Cachoeiro de Santa Maria (hoje Santa Leopoldina)[56], Quartel de Bragança, Quartel de Pinhel, Quartel de Serpa, Quartel de Melgaço, Quartel de Ourém e Quartel de Barcelos, distribuídos na rota que cruza os municípios de Santa Leopoldina e Domingos Martins. Na seqüência seguia o Quartel de Vila Viçosa (hoje São João de Viçosa, Venda Nova do Imigrante), Quartel de Monforte (no município de Conceição de Castelo), Quartel de Souzel (Tombos, no município de Muniz Freire), Quartel de Chavez (na cidade de Iuna), Quartel de Santa Cruz (no município de Irupi), Quartel de Vila do Príncipe (no município de Iuna). Houve também o Quartel de Borba em Viana, que posteriormente foi transferido para Biriricas (LEAL, 2009).

fim de coagir e enfrentar os índios da região, que foram também motivos centrais para o não povoamento da região, devido à sua bravura:

> Como aconteceu aos primeiros que lavraram as minas de Castelo e as cabeceiras do rio Itapemirim, pertencentes a essa capitania, e que foram obrigados a abandonar as quatro povoações que ali havia, para em proximidade da costa e sobre o mesmo rio Itapemirim se estabelecerem com mais segurança; tendo mostrado a experiência que um dos melhores meios de se conseguir a pacificação e civilização desta e de outras bárbaras raças de índios que tanto merecem o meu cuidado, consiste em se fazerem transitáveis por muitos e diferentes estradas, os extensos bosques em que se acham obrigados, afim de que por toda a parte hajam de encontrar os atrativos da civilização, sendo convidados com brandura ao reconhecimento e sujeição às minhas leis e castigados prontamente os que cometerem hostilidades (D. JOÃO VI, 1816)

E nesse contexto de pronunciamento oficial por parte da corte portuguesa no sentido de instituir meios de controle dos índios da região surge um fato novo. Conta-se que em 1820, Baltazar de Souza Botelho, então governador do Espírito Santo solicitou ao Rei Dom João VI, a regulamentação sobre os trabalhos das minas e a proteção dos índios, "que a esta altura não ofereciam muita resistência à presença do branco em seu antigo território" (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002, p.55). Somente em 1829 o Governo Federal institucionalizou por meio de lei o Aldeamento Imperial Afonsino[57], encarregando o futuro Barão de Itapemirim dessa missão. O Barão por sua vez, só executou tal ordem em 1845[58], após uma viagem em que teria ficado encantado com a região, assim fundando o aldeamento definitivo dos índios Puris (ARARIPE, 1963; ZANDONADI, 1992).

Por que o governo imperial se interessaria em "proteger" os indígenas? Por que os índios da região que há poucas décadas atrás teriam enfrentado e expulsado os bandeirantes e mineradores da região estariam agora menos resistentes à presença do homem branco na região? Alguns relatórios oficiais da época, como o de ITAPEMIRIM (1859) apud ROCHA (1979) indicam um conflito entre Puris e Botocudos como estopim para um enfraquecimento sobretudo dos Puris, como também efetivação de uma nova política, sem a presença dos jesuítas, em que os índios eram "empregados" em serviços braçais, com destaque para a construção de estradas e de milícia. Ressalto que no mesmo relatório se fala de fugas dos índios de tais trabalhos precários os quais eram obrigados a se assujeitar. A notificação de

---

[57] Homenagem ao Príncipe Imperial Dom Afonso, que nasceu em 1845 (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002)

[58] Novamente data controversa, Rocha (1979) defende o ano de 1846 após controvérsias em documentos do Barão de Itapemirim e do presidente da Província.

tais fugas parecia vir com um ar de preocupação em se “perder” tais índios, mas não por uma atitude humana; aponta-se uma preocupação com a resistência desses índios traduzidas em fugas em perda de mão de obra. Além disso, estabelecer quartéis na Estrada do Rubim para impedir esses ataques mostram que os indígenas ainda eram temidos e era preciso incluir meios de contê-los e nisso se inclui um Aldeamento regido pelo governo. O relato também deixa claro que o governo estava se aproveitando do enfraquecimento dos índios, esse fato é que faria com que se sujeitassem a essa política.

> Com a expulsão dos jesuítas do Brasil os índios foram declarados livres pelo alvará de 8 de maio de 1758, entrando assim ‘no pleno goso dos direitos de cidadão brasileiro’. Com o desaparecimento do regime especial a que estavam sujeitos, muitos indígenas passaram a ser empregados em serviços de milícia, em destacamentos e em trabalhos de estradas, ‘sem que nada percebessem’. Esse fato, segundo o barão de Itapemirim, motivou a fuga dos mesmos para as províncias limítrofes, ‘e á poucos ficarão reduzidos’. Ainda de acordo com os dois relatórios citados, existiam duas grandes hordas de indígenas no Espírito Santo – botocudos e puris – em lutas constantes entre si, sendo que os primeiros, ‘temíveis por serem antopophagos... forão ganhando terreno, e chegárão a lançar os puris para a margem do rio Itabapoanna... Desse modo, ‘já em 1820 alguns indivíduos da raça pury, talvez para escaparem á perseguição do seos terríveis inimigos, se sujeitarão a aldeamento procurando o lugar denominado Villa do Príncipe, nas cabeceiras do Rio Guandú’. O fato foi comunicado ao Governo Real pelo governador da Capitania, Balthasar de Souza Botelho de Vasconcellos, que recebeu como resposta, a 9 de outubro de 1820, a recomendação para que favorecesse, ‘o mais que fosse possível’, aqueles indígenas” (ITAPEMIRIM, 1859 apud ROCHA, 1979).

Tal aldeamento se localizava justamente onde hoje se encontra a sede do município de Conceição do Castelo. As pesquisas com relação ao Aldeamento Imperial Afonsino conta que este funcionou mais efetivamente somente até por volta de 1858[59], devido a possíveis conflitos com o Frei Bento de Genova, administrador do aldeamento, que efetuava uma administração com relatos de maus-tratos[60] aos índigenas ali estabelecidos. Contudo, Rocha (1979) questiona a responsabilidade que recaíra somente no frei, afirmando ser provável que ele serviu de bode expiatório para justificar o fracasso do estabelecimento, que desde o início já estava condenado.

---

[59] Em 1858 haviam apenas 28 índios no aldeamento. Em 1861, não passava de 18 índios, e estava completamente abandonado. Em 1871, é considerado Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Imperial Afonsino, hoje município de Conceição do Castelo. “As terras foram sendo ocupadas por invasores, e os poucos índios que restavam, buscavam sua sobrevivência cada vez mais mata adentro.” (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002, p.73).

[60] O Frei teria trancado os mantimentos, impedido as mulheres de ficarem com os maridos, queria que os índios falassem com boa pronúncia quando lhes ensinava a doutrina, e chegado a maltrata-los com pancadas (ITAPEMIRIM apud ROCHA, 1979).

Casagrande e Barbiero (2002) apresentam outra versão com relação à responsabilidade atribuída ao Frei Bento pelo fracasso do Aldeamento. Havia um conflito de interesses entre os religiosos e os representantes do Governo. Os missionários buscavam a conversão e a catequização indígena, enquanto os homens do Governo queriam a escravização dos índios para posterior uso de mão-de-obra, segundo seus interesses. Entre 1847 e 1849 outro religioso já havia administrado o Aldeamento, Dom Daniel. Este teria saído por revolta quanto à escravização indígena, que gerou desentendimento com o Barão de Itapemirim. Após tal fato o número de índios presentes no Aldeamento decaia cada vez mais devido aos maus tratos e a obrigação de atuar em trabalhos forçados. Notando que necessitavam de um religioso para manter o Aldeamento teriam nomeado Frei Bento. O missionário teria sido demitido pelo mesmo motivo que Frei Daniel, também expressara divergências quanto aos interesses que se polarizavam entre a catequização religiosa *versus* a escravização indígena.

Rocha (1979) em seu artigo sobre o Aldeamento ressalta que muitos dos documentos que falam sobre tal política com relação aos índios da região foram elaborados a partir da ótica dos governantes e, por isso, são documentos que devem ser estudados com a atenção desse viés. A maioria dos documentos é marcada por discursos prontos, demagógicos, cheios de exercícios de retórica, não diferente dos dias de hoje, porém em alguns desses que se referiam ao período final do Aldeamento deixava-se escapar os reais motivos dessa política para com os índios. Segundo a autora o objetivo real do Aldeamento Afonsino, que em documentos iniciais se propalava que visava proteger os índios Puris dos Botocudos e catequizá-los se revelou quando Barão de Itapemirim contrariado pelas constantes fugas e “deserções’ dos Puris mandou usar de força bruta e dar caça aos índios. Na verdade, tal força bruta deve ter sido utilizada desde sua fundação. O Aldeamento não passava de um instrumento para escravizar os Puris, considerados ‘menos poderosos’ que os botocudos ‘ferozes e antropófagos’.

> O fato é que nesta época os índios eram usados como soldados de milícia na construção de estradas, além de mão-de-obra barata na agricultura. Outra grande utlilidade dos índios para os fazendeiros era na perseguição aos escravos rebeldes e fugitivos, como ocorrera na importante Insurreição de Queimados (na Serra, no Espírito Santo) no ano de 1849. Sendo assim, os Aldeamentos funcionavam como estoques de mão-de-obra indígena para servir ao branco (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002, p.70).

As fugas, seja do trabalho forçado após a expulsão dos jesuítas ou do Aldeamento, eram um problema para os portugueses, pois não teriam sobre o seu controle esses indígenas que tanto lhes enfrentavam e temiam e que queriam utilizá-los como “braços produtores”. Os índios fugiam e se estabeleciam em regiões distantes da presença dos portugueses. Rocha (1979) relata que na fuga do Aldeamento em alguns momentos estes índios foram encontrados nas cabeceiras do rio Manhuaçu e em documentos datados de 1863 há relatos de que duas hordas de puris se estabeleceram nas matas entre o Itabapoana e o Itapemirim.

Convém fazermos uma discussão com relação à presença indígena relatada no território específico de Venda Nova. Através da contextualização que fizemos a região do Alto Castelo era habitada por Puris e Botocudos. Mas, como discutimos anteriormente, na história oficial contada especialmente de Venda Nova do Imigrante não há muitas fontes que façam referência à presença dos indígenas. Porém, mesmo ao destacar principalmente a história após a chegada dos imigrantes italianos na região, algumas informações não muito detalhadas escapam e aparecem em algumas fontes. No site da PMVNI (VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2014) há afirmação que se leva a entender que quando os italianos começaram a chegar a Venda Nova: “A região, na época, era habitada por índios, provavelmente Puris, dos quais foram encontrados muitos objetos pela primeira leva de imigrantes que aqui chegaram.”

Por tal informação pode-se ter um entendimento que os índios viveram na região até o momento próximo da época de chegada dos italianos ou pelo menos teriam sinais de que lá viviam. Nesse sentido, podem inclusive ter tido contato com a população imigrante que lá chegava. Certa vez, em conversa com uma moradora, essa disse que ouviu história de moradores mais antigos de que os primeiros moradores ouviam cantos vindos do mato e que seriam de indígenas.

Nesse mesmo sentido, o jornal Folha da Terra (1996) afirmava:

> Muitas pessoas da região contam fatos que permanecem da tradição e do contato dos primeiros moradores do Alto Castelo (como era chamado Venda Nova inicialmente), com os últimos índios que aqui viveram, porém ninguém possui documentação que comprove os fatos narrados. Resta-nos acreditar na tradição, que passa de pai para filho pelas gerações.

Vivemos uma história oficial eurocêntrica e com tendência cientificista de comprovação via documento escrito. Mesmo com utensílios encontrados ou falas da tradição que afirmam o contato com índios no local, coloca-se em dúvida a presença dos indígenas. Além disso, no Brasil a história dos povos indígenas não é visibilizada e quando colocada é por meio de documentos da época sob a ótica dos "brancos", que em muitos momentos os colocam como não civilizados, preguiçosos, hereges e promíscuos (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002). Tal questão contribui para historicamente produzir discursos preconceituosos sobre os primeiros povos que habitaram a América.

Os indígenas que viviam em Venda Nova seriam os Puris, os mesmos que foram escravizados no Aldeamento Afonsino. A distância entre a sede de Venda Nova e a sede Conceição do Castelo é de 12,65km em linha reta[61] e 17 km[62] utilizando as estradas atuais. Ou seja, do Aldeamento Afonsino dos índios do século XIX até o território que pertence hoje à Venda Nova é muito próximo. Além disso, como já exposto, a Estrada do Rubim atravessava terras que hoje pertencem ao município com quartel em São João de Viçosa, que como foi apontado tinha como uma das funções a proteção de ataques indígenas. Por essa linha de análise, também se comprovaria a presença indígena na região e que provavelmente os índios Puris de Venda Nova também foram alvo desse contato com os portugueses e de sua escravização no Aldeamento.

Há também que pontuar que mesmo com muitas dúvidas pairando, e a história não dando visibilidade a essa população, sempre há algo que escapa. Podemos utilizar como exemplos: na sede de Venda Nova há um bairro de nome Tapera, e há uma região no interior de nome Pindobas[63]. Nomes esses de clara origem indígena. No jornal Folha da Terra (1996) afirma que a Fazenda Tapera em Venda Nova possui esse nome porque lá foram encontradas várias malocas de índios. Sobre os utensílios, foram encontradas pedras de machadinha em propriedades na Tapera e Lavrinhas, e em vários outros pontos do município. Por meio de estudo

---

[61] http://br.distanciacidades.com/distancia-de-venda-nova-do-imigrante-a-conceicao-do-castelo

[62] Departamento de Estradas e Rodagens. Disponível em: < http://www.der.es.gov.br/download/TabelaDistancias.pdf> Acesso em 04 abr 2014.

[63] O nome Pindobas é devido a um tipo de coqueiro comum daquele local (FOLHA DA TERRA, 1996).

antropológico efetuado pela UFES foi comprovado que tais pedras eram de uso indígena.

Os indígenas na história oficial brasileira são relegados a pontos obscuros e não esclarecidos com relação ao seu desaparecimento histórico e físico. Nesse sentido, não está claro o que aconteceu com os indígenas da região ou até quando teriam vivido lá. Como debatido, há informações de que esses índios a medida que eram submetidos a escravidão, realizavam fugas para o interior como forma de isolar-se do contato com o homem branco. No jornal Folha da Terra (1996) há um relato de que os índios da região foram fugindo do contato com os portugueses e abandonando suas antigas áreas se isolavam, aos poucos iam mais para o interior se estabelecendo em terras que hoje pertencem aos municípios de Muniz Freire e de Iúna. Nesse sentido, seja em contato com os portugueses ou com os italianos de Venda Nova, pode ser que tenham criado estratégias para evitar esse contato e os conflitos. É sabido também que historicamente os grupos indígenas foram perseguidos e dizimados tanto por violência direta, como também por meio de doenças que não estavam habituados e que o contato com o branco trazia.

E desde quando havia presença indígena na região? Segundo Casagrande e Barbiero (2002) em Gironda, Cachoeiro de Itapemirim, às margens do rio Fruteiras foram encontrados artefatos e fósseis datados de 7, 5 mil anos atrás de povos "pré-históricos". Em Castelo, município vizinho a Venda Nova há vários locais de estudo arqueológico; na Gruta do Limoeiro[64]:

> Em 1979 foram feitas escavações arqueológicas na área da entrada da gruta sendo recolhidos uma série de elementos arqueológicos, como, pontas de flechas, colares e a mais ou menos 60 a 80 cm do solo, oito sepultamentos em posição fletida, tradição indígena comum nos sepultamentos, posição fetal, o indivíduo enterrado era colocado na mesma posição que o feto no ventre da mãe. Outra característica interessante e bastante peculiar dos índios da gruta do Limoeiro é a utilização de ocre vermelho sobre o cadáver. Através da radiometria obtida pelo carbono 14, comprovou-se que se tratava de fósseis de 4,5 mil anos a.C.. Esses fósseis têm traços idênticos aos encontrados em Gironda, de 7,5 mil anos a.C.. [...] Esses mesmos grupos que habitavam boa parte do sul do Estado, há milênios, são os que antecedem geneticamente os índios puris-coroados que se encontravam notadamente no Vale do Itapemirim e na região montanhosa dos

[64] Há outros locais como o Vale da Sombra da Tarde onde viveram puris, sendo que ali foi encontrada uma área em que enterravam os seus mortos. Já na comunidade de Estrela do Norte foi localizada uma antiga aldeia de puris-coroados de mais ou menos 1200, 300 anos antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Lá também foram encontrados cacos de cerâmica, que eram usados pelos índios para guarda de alimentos e de água, em recipientes dos mais diversos.

> municípios de Castelo, Conceição de Castelo, Muniz Freire, Iúna, Alegre, Guaçuí e toda a Serra do Caparaó (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002, p.14).

Nesse sentido, os índios que habitavam a região já viviam ali há milhares de anos antes da chegada do homem branco. E nesse sentido, a sede de Venda Nova que dista há mais ou menos 25km da Gruta do Limoeiro (distância esta que é muito menor considerando à área rural que se limita com Castelo), também teria em seu território a presença de indígenas há muito tempo, da ordem dos milhares de anos antes de Cristo. Os índigenas tem sua história marcada na região há muito mais tempo que as histórias oficiais que os invisibilizam tentam produzir.

E quando chegaram os portugueses ou descendentes destes (bandeirantes, mineradores já nascidos no Brasil) na região de Venda Nova? Seguindo os rastros da mineração no município de Venda Nova do Imigrante, novamente o nome de uma localidade apontam para tal marca histórica: a fazenda Lavras ou Lavrinhas. Utilizando o dicionário Michaelis (2014) podemos acompanhar que lavra designa[1:]

> **1** Ato de lavrar; lavrada. **2** Lavoura. ***3 Lugar e exploração de jazidas; mineração.*** **4** Autoria, composição, invenção: ***Poesias da sua lavra***. ***5 Terreno de mineração, lugar onde se extrai ouro ou diamante.*** **6** ***Reg*** (Rio Grande do Sul) Lavoura do algodão. ***sf pl*** Leiras, terras lavradias.

O próprio significado de lavra é direcionado para local voltado para mineração; terreno onde se extrai ouro. No jornal Folha da Terra (1996) ao tratar a chegada dos portugueses no território que hoje configura Venda afirma-se que: “Os portugueses plantaram muito café, mas vieram mesmo atraídos pelo ouro da Fazenda Lavras (Lavrinhas), que recebeu esse nome não por acaso.”

Não há uma exatidão de quando se iniciou a mineração em Venda Nova, mas seguindo relatos de Zandonadi (1992, p. 49) podemos demarcar se tratar de possível período anterior à expulsão dos jesuítas do Brasil, que foi no ano de 1759[65].

> Os mineradores deixaram poucos vestígios e não se sabe se eram muitos e quanto tempo exploraram minerais no lugar. Foram encontrados montes de cascalho lavrados que, na minha adolescência, papai gostava de tornar a lavrar com uma bateia por ele fabricada, encontrando boas pepitas de ouro. Deixaram para os futuros habitantes a lenda de que os jesuítas que vieram catequisar os índios – quando da perseguição de Pombal que os expulsou do país -, antes de deixarem o lugar, esconderam tesouros, como o sino de ouro, que nunca foram encontrados, em algumas furnas na mata da fazenda Lavrinhas.

---

[65] A construção da missão jesuítica do Castello é do século XVII e alguns autores apontam o século XVI. Pela proximidade pode ser que em algum momento tenham chegado a Venda Nova.

Nesse sentido, se os jesuítas realizaram mineração em Venda Nova e como estes estavam ligados à catequização de indígenas, os índios possivelmente foram mão de obra nessa mineração, inclusive em Lavras.

Interessante como os contos da tradição e os nomes dos locais são pistas que compõe a trajetória histórica da região. Os nomes que revelam a presença indígena e da mineração, apesar das poucas fontes documentais, além dos "causos" contados, como nesse caso dos jesuítas ou dos primeiros imigrantes sobre os cantos indígenas que se ouviam das matas, passíveis de serem desmerecidos por uma concepção triunfalista, factual e linear de história, para nós são pedaços que compõe e escrevem essa história. Não só de documentos escritos se constrói a história de uma região.

O naturalista Teodoro Descourvitz[66] redescobriu as jazidas auríferas do entorno do Aldeamento Afonsino com destaque para as imediações do povoado de Lavrinhas e Bananeira[67] (ARARIPE, 1963). Teria realizado esse trabalho a mando do Governo Imperial em 1848 ou 1851 (WIKIPEDIA, 2014). Como o trabalho de Descourtilz indicou onde haviam jazidas em Venda Nova que foram exploradas anteriormente. Deixam-nos indícios de que as jazidas podem ter sido exploradas em períodos do século XVIII e XIX.

Zandonadi (1992) conta que os imigrantes italianos encontraram na vargem próxima ao córrego Lavrinhas quatro esteios de braúna em pé, indicando uma casa habitada por mineradores de ouro. Montes de cascalho nas margens do córrego ressaltam que ele foi explorado em seu leito. Máximo Zandonadi afirma que como a estrada do Rubim passava na Fazenda Lavras, e no seu trajeto haviam quartéis, podia-se imaginar que a casa encontrada era um quartel, porém ressalta que ela estava muito deteriorada e, portanto, provavelmente era muito mais antiga. Também encontraram vistoso palmital bem maduro no morro a frente à casa, mostrando que já havia muitos anos de vida.

---

[66] Foram encontradas outras grafias: Teodoro Descartly (ZANDONADI, 1992); Teodoro Descourtilz (WIKIPEDIA, 2014).

[67] Apesar de não ser especificado no artigo de Araripe, mas a localidade de Bananeira leva-se a crer que também é em Venda Nova, pois hoje existe a região de Bananeiras no município.

Em documento escrito pelo farmacêutico[68] Antonio Roberto Feitosa[69] transcrito por Araripe (1963, p. 141), há indicações de outras regiões do atual município de Venda Nova, onde houve mineração devido a marcas[70] e onde ainda havia na época de Feitosa (primeira metade do século XX) riqueza mineral diversa: antiga Fazenda do Centro[71], São Roque, Santo Antônio, Vargem Grande, Pindobas, atual sede de Venda Nova, Tapera, Providência, em geral as montanhas de Venda Nova a Viçosinha. Trecho interessante do texto é: "Serra da Bananeira, Serra São João, Serra Camargo, nestes lugares, em vários trechos, as bússolas não funcionam bem. Os aviões, quando passam baixo, paralisam os rádios de bordo."

Em outro trecho do texto Feitosa reclama sobre o esquecimento do interior do estado e da riqueza mineral das montanhas, traçando paralelo sobre a tendência de apenas se falar das areias monazíticas e as praias do estado:

> Quem não acredita que venha para os Sertões de nossa Terra a fim de pesquisar com bateia que é o aparelho rudimentar mais positivo. Encontrará areia amarela junto da areia preta, em alguns lugares até de um metro de grossura; não visitem somente as praias!... Estou escandalizado por ler nos jornais sobre areia monazítica nas praias do Espírito Santo. Porque não abandonam as comodidades e vêm para os centros ver o que existe, de onde estão saindo estas areias?

Por que o nome Venda Nova? Os nomes das localidades como discutimos anteriormente, carregam em si curiosidades e atravessamentos históricos que revelam como se constituiu e o que se passou na região. E é justamente na Fazenda Lavrinhas, que como apontamos, carrega em seu nome a história relacionada à garimpagem que surgiria a denominação dada à região que hoje nomeia o município.

A sede da fazenda Lavras era uma moradia colonial que possuía ao lado uma casa e comércio da época dos mineradores. Esse é o local que era chamado de Venda Nova. Os italianos da família Zandonadi quando chegaram encontraram essas construções já bastante avariadas e se instalaram nelas enquanto aguardavam a construção de nova moradia (ZANDONADI, 1992). Se a venda já era antiga quando os imigrantes se instalaram porque a chamavam de Venda Nova?

---

[68] Araripe (1963) também descreve Antonio Roberto Feitosa, como prático de farmácia, farmacêutico por experiência ao atender em regiões aonde o médico vai raramente.
[69] Também famoso por ter sido líder integralista em Venda Nova, como debateremos a seguir.
[70] Devastações deixadas pelos bandeirantes e fazendeiros como corte nas rochas das cachoeiras, mudanças de leitos de rio, sulcos profundos nas montanhas, cascalhos lavados.
[71] Possuía sede em Castelo, mas englobava 1/3 do território rural da atual Venda Nova.

Na verdade a região já se chamava Venda Nova antes da chegada dos imigrantes italianos. A casa de comércio e armazém era utilizada pelos mineradores e é da época em que os portugueses eram donos das terras da região. Havia uma venda mais antiga em outra localidade. Quando precisavam ir à venda mais antiga a chamavam de ‘venda velha’ e quando utilizavam a outra venda diziam que iam até à ‘venda nova’ e assim surgiu o nome do local (CIRCOLO TRENTINO DI VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2014).

Antes das chegadas dos imigrantes italianos a região do Alto Castelo contava com grandes propriedades, verdadeiros latifúndios, cuja atividade principal eram as lavouras de café. Os donos das terras e das grandes fazendas eram portugueses, que exploravam a mão de obra escrava para o cultivo e posterior enriquecimento a custas do sangue e suor negro. Como se constituíram tais fazendas?

As notícias de existência de ouro na região de Castelo chamaram a atenção, no início do século XIX, de moradores da capitania da Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro. Acredita-se que a maioria tenha vindo de Campos dos Goitacases, Valença, Vassouras, Leopoldina e dos Campos de Cataguases. Porém, teriam se desiludido pelo declínio da extração do ouro e deixaram-se impressionar com a fertilidade das terras, as matas virgens, o clima e abundância de água. Assim, levaram as informações às terras de origem. Daí começou-se a migração nas 2ª, 3ª e 4ª décadas do século XIX para a região (ARARIPE, 1963). Outros vieram pela Estrada do Rubim oriundos de Mariana, Abre Campo e Itabira em Minas Gerais. Os fazendeiros haviam prosperado nas lavouras do café do Rio de Janeiro e Minas Gerais e estavam a procura da expansão das lavouras e de terras férteis como as do Alto Castelo (ZANDONADI, 1992). Vale ressaltar que eram em geral famílias que já haviam enriquecido em outras regiões e nesse sentido possuíam posses, escravos e status social por pertecerem às elites.

> Nessa época, fazendas houve [...] que chegaram a ostentar instalações faustosas, com escadas, peitoris e colunas de pedras cuidadosamente lavradas. Muitas tinham mobiliários feitos no Rio de Janeiro e na Europa. Abundavam as joias custosas, os ornatos em prata e ouro, os arreios enfeitados com peças desses metais, relógios de chão e carrilhões tipo suíço. Nesse tom faustoso, os fazendeiros e suas famílias apresentavam-se como verdadeiros nobres à semelhança de seus parentes, barões fluminenses e viscondes, do Rio das Flôres, de Ipiabas, de Pati do Alferes, de Almeida Ramos, de Madalena, etc. (ARARIPE, 1963, p.144).

Durante esse período as antigas regiões de mineração foram dando lugar a grandes fazendas de café, que pela natureza da atividade, expandiram as antigas fronteiras dos garimpos. As primeiras expedições em busca de terras férteis para agricultura começaram em 1822, porém não chegaram a resultar na construção de grandes fazendas de café, resultando em alguns poucos sítios povoados. Em Castelo, as primeiras fazendas foram construídas por volta de 1845. Os fazendeiros chegavam com grande estrutura contando com dinheiro e escravos. Vinham para morar na região e não somente usurfruir da produção[72] (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002).

Ao falar sobre as grandes fazendas portuguesas que ficavam no município de Castelo e o sistema de poder que as envolvia Casagrande e Barbiero (2002, p.73) chamam a atenção para a posição que os fazendeiros ocupavam dentro de suas terras. Os grandes fazendeiros portugueses se tornaram "senhores da vida e da morte não só de seus escravos e empregados, mas também dos membros de suas próprias famílias." Com a quase inexistência de comunicação e transporte entre os outros municípios e as outras fazendas produzia-se um isolamento em que influências externas eram diminuídas, aumentando-se assim o poder interno desses grandes fazendeiros em seus terrenos. Somava-se às extensões gigantescas de suas propriedades, que possuíam em média o dobro de tamanho das demais fazendas do sudeste.

> As fazendas eram o astro-rei, e em torno delas girava tudo que existia: mascates, escravos, padres, professores, médicos, políticos, etc. Os fazendeiros eram os donos da verdade. A lei existia para legitimar seus atos, pois a posse da terra, o único meio de produção de época, garantia-lhes direitos e poder ilimitado (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002, p. 73).

Vale lembrar que tal riqueza estonteante revelada pelo tamanho das fazendas se fez de forma predatória. Na época, os fazendeiros apenas chegavam no local e ocupavam as grandes extensões de terras "abandonadas" (devolutas)[73] e depois

---

[72] Os mineradores tinham a ambição de enriquecer e desfrutarem de sua riqueza em outros locais e não permanecer na região pela vida toda. Já a atividade cafeeira levou à região famílias que ali se estabeleciam. Seguindo esse raciocínio, nota-se que a extração do ouro na região do Alto Castelo não ficou marcada no desenvolvimento do local, provavelmente por ser considerada clandestina, ao contrário de Minas Gerais, onde hoje há cidades históricas que cresceram em meio ao ciclo do ouro. Já a atividade cafeeira, possui marca na região até os dias de hoje (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002).

[73] Algumas referências apontam datas diferentes, mas dão uma noção de que a compra da terra só foi regulamentada na segunda metade do século XIX. Somente a partir de 1860 que o Estado começou a vender as terras na região. Muitos fazendeiros chegaram antes e não pagaram pelas terras

regularizavam, quando já estavam produzindo, perante o Estado a preços irrisórios (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002).

“Abandonadas” entre aspas, pois muitas dessas terras eram local onde estavam fixadas comunidades indígenas e que eram expulsos por meio de força violenta ou através do genocídio direto. Além disso, coagiam devido a posição política e econômica e com favorecimentos do governo, aqueles que detinham pequenas parcelas de terra a venderem a esses. O direito à terra ficava assim nas mãos de pouquíssimas pessoas. Interessante trazermos essa discussão para os dias de hoje em que os fossos econômicos são marcas que prevalecem na sociedade brasileira e tem raiz na história de favorecimento às elites nesses mais de 500 anos. A questão da terra revela como as parcelas que a detém são minoritárias e até hoje produzem desigualdades enormes; em Venda Nova na parte rural, atualmente a grande maioria dos trabalhadores da colheita não possuem terra e são colonos.

Nos limites que hoje fazem parte do município de Venda Nova do Imigrante, o seu território era divido em algumas fazendas com essas características descritas. Quando da chegada dos imigrantes, a região do núcleo de São Pedro de Venda Nova possuía quatro grandes fazendas (Providência, Tapera, Bananeiras e Lavrinhas) de propriedade de quatro famílias portuguesas, e alguns ex-escravos negros que lá trabalhavam (NOGUEIRA, 2004).

Ao pesquisar sobre os limites dessas quatro fazendas descritas por Nogueira nota-se que elas englobam na verdade a região da sede de Venda Nova. Havia outras fazendas portuguesas onde hoje é território rural de Venda Nova, inclusive a região onde o primeiro italiano se instalou não fica na sede e sim em São João de Viçosa, cuja fazenda de origem não é nenhuma das quatro descritas. Ressalto esta informação, pois ao debater sobre o município e a política atual de assistência social, bem como onde residem os jovens que participaram ou participam dos serviços do CRAS, não estamos tratando apenas do centro da cidade, mas também de outras regiões que inclusive sofrem com esse afastamento da sede (menor investimento em políticas públicas, maior desigualdade social, falas preconceituosas com relação a algumas regiões, etc.).

(CASAGRANDE e BARBIERO, 2002). A lei de terras é de 1850, regulamentada em 1854; a partir dela o acesso à terra é somente via compra (CAMPOS JUNIOR, 2013).

Zandonadi (1992) acrescenta às quatro fazendas já descritas as de Franco, Sapucaia, Pindobas[74], Viçosa[75] e Viçosinha, totalizando assim 9 fazendas. Mas outras pesquisas apontam outras fazendas que compunham território do município, algumas de grande extensão e outras menores: Fazenda do Centro (englobava a região do atual Alto Caxixe, Nossa Senhora da Saúde, Santo Antônio do Oriente, Santa Luzia, São Roque, Bela Aurora, Montealverne, Sapucaia, Pindobas e Vargem Grande), e na atual São João com as fazendas São Domingos, Bicuíba, Tardinha, Oliveira, Fazenda Atividade do Camargo (FOLHA DA TERRA, 1996).

Com a abolição da escravatura, em Venda Nova as antigas fazendas portuguesas caíram em abandono até o momento em que chegaram os colonos, os imigrantes italianos (IBGE, 2012).

Segundo Ferreira (2008, p.82) as fazendas:

> Decadentes, em parte, devido ao fim da escravidão ou pela localização que as tornavam em uma região bastante isolada em relação às demais áreas do território capixaba, essas fazendas foram pulverizadas em pequenas glebas e vendidas, a partir do final do século XIX e início do século XX, a algumas dezenas de famílias italianas, em sua grande maioria provenientes do 6º território do núcleo colonial de Rio Novo[76]. Tais famílias acabaram dando origem à base do que, no futuro, se tornaria o município de Venda Nova do Imigrante, local que hoje tem grande destaque dentro do Estado do Espírito Santo, devido a sua estrutura econômica baseada, em grande parte, no agroturismo.

Os antigos latifúndios comandados pelas famílias portuguesas, e que ostentavam poder e riqueza sofreram a queda por meio de sua própria organização. Toda a mão-de-obra e a riqueza era gerada pela força dos negros, que sofriam de todos os castigos e pela inaceitável relação de escravidão que no Brasil demorou a se esvanecer. Com a abolição da escravidão em 1888, muitas das fazendas da região do Alto Castelo foram se desvanecendo e “provando do próprio veneno”. Os grandes latifundiários não usavam de suas próprias mãos na lavoura e não iria ser a partir dali que o fariam. Sem os negros, não havia mão de obra para continuar os rios de riqueza que eram produto dos esforços desses. Além disso, os negros eram como

[74] Falchetto (2012) disse que a Fazenda Pindobas é mais antiga que Venda Nova (hoje onde é a sede).
[75] Na mesma entrevista de Benjamim Falchetto afirma-se que a fazenda Viçosa ainda era ativa quando os italianos chegaram, pois ali era o antigo quartel da estrada do Rubim
[76] Colônia Castello, cuja importância para a fundação de Venda Nova será discutida posteriormente.

um bem material e tinham valor econômico; os fazendeiros perdiam em mão de obra e capital[77].

No Espírito Santo, a aristocracia formada pelos grandes fazendeiros diferentemente de outras regiões do Brasil, pareciam não se preocupar previamente com os sinais da abolição que já aconteciam[78] e não buscaram alternativas para a substituição da mão de obra escrava, o que resultou no fim das grandes propriedades e o começo das divisões das grandes terras em pequenas propriedades que viriam a ser vendidas para os imigrantes. Já haviam colônias de imigrantes no ES, mas até a abolição, não houve manifestação para conduzi-los para suas propriedades. Ao contrário, às vésperas da abolição, o número de escravos no ES aumentava; o isolamento da província e das áreas litorâneas desertas podem ter favorecido o tráfico (CAMPOS JUNIOR, 2013), explicando assim a “tranquilidade” e preocupação tardia dos fazendeiros, que não viam perigo de seu sistema de riquezas ser atingido.

Hoje em Venda Nova não há muitas construções da época dos portugueses, destaca-se a sede da Fazenda Pindobas cuja data de origem não encontrei, mas que segundo as referências utilizadas provavelmente seja da metade do século XIX. Muitas dos rastros das fazendas antigas foram apagados pelos imigrantes italianos (FOLHA DA TERRA, 1996).

3.2 POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

É nesse momento que chegam os imigrantes italianos em Venda Nova. Devemos discutir pontos importantes da história da imigração italiana como política oficial do governo. Havia interesse tanto dos europeus para vir para o Brasil como do Império para uma política de imigração ser efetivada aqui.

---

[77] Na época já haviam restrições ao tráfico de escravos. Com isso, antes da abolição, o preço dos escravos se elevava cada vez mais, sendo traduzido em mais recursos nas mãos dos “senhores”. O preço dos escravos era maior do que o da terra (CAMPOS JUNIOR, 2013). A ganância dos fazendeiros do sul do estado do ES foi assim, um dos motivos de sua própria decadência. Tinha capital em forma de escravos e terras e não se preparavam para o fim da escravidão.

[78] Restrições à escravidão foram iniciadas em 1831. Em 1850, foi proibida efetivamente o tráfico e estabeleu-se medidas para as trasgressões a essa lei; e a partir de 1871, com a lei que dava liberdade ais filhos de escravos nascidos e aos escravos sexagenários (ALMADA, 1981 apud CAMPOS JUNIOR, 2013). As fazendas da região do Alto Castelo nascem já em meio ao movimento abolicionista.

> A fome de mão de obra capaz de substituir o braço escravo, cuja libertação não poderia ser dilatada por tempos infindos, e o desejo de "branquear" a "raça" brasileira são dois fatores de peso que motivaram a política de imigração do Império de Pedro II, enquanto a parte italiana, de um país recentemente unificado (1861) e desejoso de se modernizar com a introdução do capitalismo, criou uma grande massa de excluídos sociais. As relações de parentesco entre as casas reinantes no Brasil, no Império Austro-Húngaro e na própria Itália, cuidaram de estabelecer os mecanismos facilitadores para a ocupação desse exército de banidos na América. Entre 1846 e 1932, portanto em quase cem anos, a "modernização" europeia gerou 51 milhões de imigrantes, dos quais mais de 10 milhões de italianos (segundo lugar, sendo o primeiro ocupado pelas Ilhas Britânicas (18 milhões) e o terceiro pelo Império Austro-Húngaro (5 milhões). (LACHINI, 2013, p. 57)

Um dos motivos por parte do governo brasileiro trata-se da política de branqueamento da raça brasileira. Tal enunciado não deve se deixar passar. Do que se trata tal política oficial e o que ela produz? A política de imigração traz em seu bojo alguns atravessamentos políticos que carregam enunciados de caráter preconceituoso e racista. A análise de como as práticas de tais políticas se engendrou e quais efeitos sociais produziram são importantes ser debatidos.

Segundo Ferreira (2008), o Brasil aliou a substituição da mão de obra escravista a um projeto de aumento populacional do Brasil. Era a oportunidade de se buscar naquele momento a construção de uma nação de brancos[79]. A vinda do imigrante branco por muitas vezes era vista como um bem que se infiltraria na cultura brasileira por assimilação.

Oliveira (2001) afirma que a identidade do Brasil era pensada, desde o século XIX como o resultado da fusão entre brancos, negros e índios. O negro era considerado inferior, era escravo, assim não tinha lugar na construção ideológica do país. Ao índio foi reservado um lugar na literatura romântica, o índio idealizado, porém o índio histórico era dizimado. A "ciência" do século XIX colocava a mestiçagem como um mal a ser sanado e seguindo essa crença racista o Brasil não teria lugar no mundo civilizado. Fora construída para além desse impasse a visão de que o brasileiro tinha a capacidade de se moldar, de se adaptar, era cordial, que aqui havia democracia racial, o que possibilitaria a criação de uma grande nação. Porém para isso se dar esse processo deveria ser guiado por um português, branco, latino e católico. Então,

[79] Houve muitas políticas oficiais que restringiram a imigração de povos não brancos no Brasil, para exemplificar, o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**,** sujeitava à autorização especial do Congresso a entrada de indígenas da Ásia e da África. Muitas teorias de caráter racista aliadas à entrada política tiveram claramente estratégia discriminatória com relação aos negros, índios e asiáticos.

fruto de ideias racistas, acreditava-se que com a inserção de brancos, os impactos da miscigenação se reduziriam dentre algumas gerações.

Portanto, a política de branqueamento nascia de uma crença “científica”. E nela está cravada a questão do preconceito e do racismo que historicamente se constituiu no Brasil e tem efeitos danosos até os dias de hoje, com discursos que negam o preconceito através do mito da democracia racial. Uma das linhas que compõe o preconceito presente no Brasil nasce desses mecanismos de produção de subjetividade que se infiltrava no âmbito político e científico, desde os idos do Império sendo perpetuado e fortificado na república.

Convém também analisar o outro motivo por parte do governo para efetuar a presença europeia no Brasil: substituir os escravos. O que isso significa para os imigrantes italianos? Pobres em seus países de origem buscavam novos horizontes e iriam ser usados no Brasil como substituição a um histórico de atrocidades que se deram no período de quase 400 anos de escravidão. A vida não se faria fácil para esses imigrantes, pois os grandes fazendeiros eram acostumados com relações de opressão violenta física e psicológica.

Ao falar sobre esta questão Castelo, Casagrande e Barbiero (2002, p. 94) apontam:

> Os fazendeiros de nossa região estavam acostumados a lidar com escravos, e para com esses tinham um tratamento semelhante ao dispensado aos animais, e esta realidade não mudaria de maneira rápida. Sendo assim, os imigrantes que se dirigissem às fazendas não teriam tratamento muito diferente ao dispensado aos escravos. Na verdade, os fazendeiros de nossa região não se prepararam para o fim da escravidão, e perderam o bonde da história, ou seja, não se adaptaram à nova realidade, onde teriam que remunerar o que antes era de graça.

Ressalta-se como que a intenção governista de branqueamento da nação se coloca em meio ao histórico de relações degradantes e violentas que eram a base da relação escravocrata. A relação de escravidão negra era “justificada” sob o pilar de que o negro era um ser inferior ao branco, e por isso, poderia ser caçado, tratado como mercadoria, como mão de obra gratuita. Recebia todos os tipos de castigo e perseguição em todos os âmbitos, era uma relação de poder e de violência atravessada por crenças preconceituosas. Havia um processo de subjetivação que produzia e naturalizava a relação de escravidão do negro. Nesse sentido, o processo de branqueamento subsidiando a substituição de mão de obra escrava nas fazendas teria também algumas resistências para sua efetivação e teria um

atravessamento conflituoso a se lidar. Como colocar europeus no lugar dos ditos inferiores negros?

> A ideia da substituição do trabalho pelos imigrantes europeus não era bem aceita pelos fazendeiros, que achavam que os europeus, por serem provenientes de onde eles consideravam uma civilização mais avançada, não se adaptaram ao regime de trabalho duro. Os fazendeiros preferiam os chineses e africanos, por considerarem os mesmos de raça inferior. Além disso, queriam que o Estado importasse os trabalhadores, construíssem casa de detenção e um forte aparelho de justiça para controlar os futuros trabalhadores. Todos os gastos do Estado neste processo seriam reembolsados pelos fazendeiros, que por sua vez, descontariam os valores dos imigrantes (africanos e chineses). Se esta proposta fosse aceita, os imigrantes trabalhariam, no mínimo, 5 anos de graça para pagarem seus patrões. Na prática, era a continuação da escravidão.
>
> Com o fim da escravidão e a rejeição, por parte do Estado, da proposta de imigração feita pelos fazendeiros, os mesmos não tiveram outra opção senão aceitar os italianos que aqui já se encontravam para substituir os escravos. Mas era uma relação que já havia nascido fadada ao fracasso por motivos óbvios, pois os dois lados envolvidos na questão não iriam atender às expectativas uns dos outros; nem os fazendeiros ficariam satisfeitos com o trabalho dos imigrantes (pois estavam acostumados com o trabalho escravo), nem os imigrantes se satisfariam com o tratamento dispensado pelos fazendeiros (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002, p. 94).

Os italianos que vieram para o Brasil viviam em um território muito pobre, eram vítimas da expansão burguesa e da desigualdade social instalada na Itália da época em que viviam. Na recém unificada Itália o poder continuou na mão dos antigos patrões:

> A libertação da Áustria e dos Bourbons não livrou os pobres do Rei, dos Generais, dos Bispos, dos patrões das terras e dos advogados. Isto é, não permitiu às massas a oportunidade de se tornar dona de seu próprio destino (DELISO, 1991 apud LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p.6)

O recém Reino da Itália adotou medidas como a venda de bens estatais e eclesiásticos dos mais variados e altas taxas cobradas ao povo. Sofriam com doenças como a malária, pelagra, cólera que matavam milhares de pessoas, sendo metade de crianças e com a falta de comida, higiene e escassez de assistência médica. Era um país pobre e dominantemente agrícola nas mãos de grandes arrendatários. Centenas de milhares de italianos viviam em grutas ou em cabanas de tojos e de barro, sem janelas. Dezenas de milhares viviam em casas miseráveis, úmidas e escuras. Era comum a venda de crianças em praças públicas como se fossem uma mercadoria. Somam-se o grande período em que o direito ao voto era reservado a poucos cidadãos, somente àqueles que tinham bens ou alguma renda. As massas populares não entravam nem no conceito de *popolo*, que na época era

reservado aos burgueses. “Quatro quintos da população não significavam nada”. Ficavam à margem da sociedade e só iriam conseguir se inserir na vida política depois de muitas crises e conflitos sanguinolentos (DELISO, 1991 *apud* LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p.6).

Os italianos viam a oportunidade de, no Brasil, conseguir melhores horizontes quanto à vida. O que era impossível em sua terra, o direito à terra era uma possibilidade que se abria. Porém, convém destacar que as políticas oficiais do governo brasileiro vendiam uma imagem totalmente diferente daquela que viria a acontecer. Muitos dos imigrantes viriam a penar e sofrer agora com a opressão do Estado brasileiro.

A política de imigração como forma de atrair os imigrantes, que viviam em geral em condições precárias nos seus países, se estabeleceu de forma a oferecer uma parcela de terra, mas ao mesmo tempo tinha como objetivo a substituição da mão de obra escrava. A política foi construída envolta nos interesses dos fazendeiros, que viam ameaçadas as possibilidades de assalariar os imigrantes, pois se esses prosperassem em suas próprias terras não iriam trabalhar nas terras de seus patrões (CAMPOS JUNIOR, 2013). Em meio a esse jogo de interesses, não é de se espantar que a política imigratória tentaria se fazer de forma a sanar os interesses da elite. Portanto manteria a oferta de terras para atrair os imigrantes, mas os colocariam em terras pouco produtivas e próximas de grandes fazendas, como foi o caso de São Paulo, o que posteriormente fariam estes abandonarem suas terras e se assalariar.

No Brasil, as famílias de imigrantes se instalavam em núcleos coloniais, onde recebiam uma propriedade ou iam ser trabalhadores assalariados diretamente nas grandes lavouras como substituição da mão de obra escrava. A maioria dos imigrantes escolhia os núcleos, pois nesse sistema recebiam parcela de terra, seriam proprietários, ao contrário do outro meio que teriam que trabalhar, acumular riquezas, para posterior compra. E, dependendo da relação de trabalho, os grandes proprietários poderiam “amarrar” os imigrantes de forma a nunca conseguirem alcançar renda para compra de terra, mantendo assim a sua hegemonia agrária.

No Espírito Santo não foi diferente, a maioria dos imigrantes escolheu se estabelecer nas colônias (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002) e há uma característica diferente de outras regiões do Brasil, pois havia muitas terras desocupadas, devido ao histórico cinturão verde. Então, a maioria dos italianos, devido à política local, ia direto para núcleos coloniais e não para as lavouras das grandes fazendas, que como foi discutido, se colocavam acima do movimento abolicionista que se instalava, não se “preparando” para a dissolução do sistema de latifúndios que ocorreu. Além disso, alguns fazendeiros posteriormente à abolição, como estratégia para não verem suas propriedades falidas por perderem a mão de obra escrava ofereceram condições para chamar a atenção dos imigrantes como a meação, que consistia em divisão do que se obtia com a produção. Dessa forma, os imigrantes conseguiram mais rapidamente recursos para adquirir suas terras.

Os imigrantes italianos que iriam se instalar na região do sul do Estado do ES em sua maioria se instalou nas colônias do Rio Novo e Castello. Convém destacar que a colônia do Rio Novo segundo Costa (1981) *apud* Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992) possui característica diferente das demais, pois foi fundada não somente com o interesse de povoação do ES.

A colônia de Rio Novo fundada em 1854, diferente de outras como a de Santa Isabel e de Santa Leopoldina era de caráter privado, comandada por uma associação. O dono da terra era esse grupo empresarial e os contratos com os imigrantes não promoviam a propriedade plena, somente parcial da terra. Ocuparam terrenos em meio a floresta, pedregosos e pantanosos o que os dificultava a sobrevivência e manutenção, obrigando-os a trabalhar de parceria nas fazendas da associação (muito semelhante à estratégia dos fazendeiros paulistas). As condições de vida eram péssimas, se desdobrando até em mortes, fugas e fome. Então, devido a essa característica de ser uma associação privada que os colonos se viam obrigados a trabalhar pra terceiros, confirma que essa colônia não tinha somente o objetivo de povoação do Estado. Porém, posteriormente cumpriu também a esse papel.

O dono da colônia do Rio Novo era um ex-traficante de escravos. Parece ter sido o primeiro empreendimento agrícola do Espírito Santo que percebeu o processo do fim da escravidão que se anunciava e a necessidade de se pensar alternativas para manter mão de obra para agricultura (COSTA, 1981 *apud* LAZZARO, COUTINHO e

FRANCESCHETTO, 1992). Um ex-traficante de escravos mudando de área de investimento e se tornando dono de uma colônia de imigrantes expressa novamente atravessamentos que poderiam resultar em práticas aviltantes no trato com os imigrantes. Até aqui foi dito que os grandes fazendeiros no ES não se prepararam para a abolição da escravatura, porém essa nova informação aponta que a colônia do Rio Novo contradiz um pouco tal noção. Mas o seguimento da própria colônia que não prosperou[80], ao contrário foi dissolvida e talvez por ser uma tentativa mais isolada de alguns fazendeiros e não em sua totalidade, pois se pensarmos as fazendas de Venda Nova do Imigrante, realmente, parece não ter tido nenhum esforço anterior à abolição para manter o funcionamento produtivo das fazendas.

Outro ponto interessante, os primeiros imigrantes a se instalarem na colônia do Rio Novo foram os chineses. Os italianos, mais especificamente os trentinos só chegariam em 1875, e outras levas chegaram até a década de 1880, quando ocorre a emancipação da colônia. Como foi dito, os fazendeiros tinham preferência por chineses e africanos para trabalharem em suas terras, pois consideravam esses menos civilizados e inferiores aos brancos europeus. A colônia do Rio Novo parece ter sido montada seguindo tais preceitos: com as más-condições da colônia os chineses sairiam e iriam trabalhar nas fazendas, porém Casagrande e Barbiero (2002) afirmam que poucos chineses se deslocaram para colônia, e tal tentativa não logrou êxito.

Em 1880, com a emancipação da antiga Colônia do Rio Novo se inaugura a Colônia Castello[81] (alguns autores tratam a colônia como o VI núcleo territorial da ex-colônia Rio Novo, uma expansão após a sua emancipação) que recebeu imigrantes sobretudo italianos. Os primeiros eram provenientes das províncias de Udine, Belluno e Treviso. A colônia teve vida breve, sendo emancipada em 1881, e pouco

---

[80] As condições das terras distribuídas, altos preços e tamanhos reduzidos dos lotes foram determinantes para o fracasso da colônia do Rio Novo. Também havia falta de rede de estradas e baixo investimento por parte da associação privada (COSTA, 1981 *apud* LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992). A colônia não era formada em sua totalidade de terras devolutas, grande parte dela era reinvidicada pelos índios, pois no século XVII o governo teria concedido aos indígenas tais terras. Havia indícios de financiamento por parte do Estado da colônia, que não estavam dando retorno e a colônia estava manchando a imagem da política de imigração devidos aos mecanismos na relação com o imigrante que eram estabelecidos. Em 1861, então passa para propriedade do Estado que recebe como herança todos os problemas da época da associação. A colônia foi emancipada em 1880 (GROSSELI, 1987 *apud* LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992).

[81] Não confundir com a região de Castelo. A colônia Castello ficava ao norte da antiga colônia Rio Novo, nas terras do rio Benevente, atual município de Alfredo Chaves.

conturbada, indicada como ‘modelo colonial do Espírito Santo’ e elogiada pelo vice-consul da Itália. Mesmo após a emancipação chegavam imigrantes italianos à ex-colônia, chamados pelos parentes (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992). Localizava-se nas regiões ao norte do antiga colônia Rio Novo, nas terras banhadas pelo rio Benevente: Cachoeirinha, Alexandria, Araguaia, Iracema, Carolina, Deserto, Guiomar, Virgínia (Jaciguá), Iracema, Maravilha, Matilde, Maravilha, Iriritimirim, Santa Júlia, Urânia e Vitor Hugo. Hoje compreende territórios dos municípios de Alfredo Chaves, Vargem Alta, Marechal Floriano e Domingos Martins (FERREIRA, 2008). Zandonadi (1992) cita outras localidades: Santo André, São Martinho, São Marcos.

A colônia Castello tem importância central para a formação do chamado núcleo de São Pedro de Venda Nova. De lá que sairiam a maioria das famílias italianas que iriam se estabelecer em Venda Nova. Segundo Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992) na primeira década de 1890 muitas famílias italianas estavam instatisfeitas e posteriormente abandonaram suas terras, principalmente as terras sediadas em São Pedro de Araguaia, próximas de Matilde e Araguaia[82]. Os italianos que saíram de Treviso e vieram para o ES chegaram quando as regiões de Alfredo Chaves mais férteis já estavam ocupadas por imigrantes de outras áreas da Itália (ZANDONADI, 1992). A localização dos lotes doados pelo governo e a qualidade da terra, que em sua maioria estava em relevos acidentados foram fatores que resultaram no abandono. Tal situação da região fez com que os imigrantes italianos apelidassem essa região de *La Terra Magra*, pois a terra era ruim e “pobre” para a agricultura, não produzindo alimentação suficiente para a população imigrada (FERREIRA, 2009). “[...] os primeiros anos foram de miséria e fome” (ZANDONADI, 1992, p. 47)

Convém demarcarmos aqui que os italianos que iriam fundar Venda Nova sofreram em seu país e novamente nas terras brasileiras. Tiveram que criar mecanismos para sobreviver e conseguir recursos para posteriormente investirem em outras regiões e dessa forma, conseguiram posses para sua posterior saída da região de Alfredo Chaves:

> [...] antes de chegarem aqui eles moram em Alfredo Chaves, vieram com destino a São Paulo, porém já deveria ter mão de obra suficiente nas fazendas então chegaram no Rio e foram deslocados para o Espírito Santo, receberam uns

[82] Zandonadi (1992) expõe o nome São Pedro de Matildes.

> pedacinhos de terra em Alfredo Chaves, pedaços de terras piores possíveis, montanhas de areia branca e não conseguiam sobreviver, para isso, trabalhavam para famílias que estavam instaladas em terras um pouco melhores, e tiravam madeira para os dormentes da estrada de ferro que estava sendo construída naquela época (FALCHETTO, 2012).
>
> Eram originários, em sua maioria, da província de Treviso. Desembarcaram no porto de Benevente, em 1882, peremanecendo nos lugares que lhes foram destinados, alguns, até 1908. Em Alfredo Chaves cultivaram café, feijão, milho, etc..., ou trabalharam na construção da estrada de ferro Vitória-Cachoeiro de Itapemirim com a diária de 1$500. [...] as propriedades de Venda Nova foram adquiridas com o fruto de quinze anos de economias e trabalho em Alfredo Chaves (NOVAES *apud* LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 19-20).

O depoimento de Benjamin Falchetto (2012) conta uma história bem interessante, de como os italianos souberam das terras de Venda Nova. Um carteiro passava na Estrada do Rubim que ligava Vitória a Ouro Preto levando cartas que vinham da corte. Tal carteiro teria levado a informação aos italianos de terras férteis nas cabeceiras do rio Castelo que estavam abandonadas com a abolição da escravatura, sugerindo que alguém fosse até lá e assim teriam se entusiasmado e iniciado a migração para Venda Nova.

O primeiro imigrante a chegar em Venda Nova, Amadeu Venturim, não escolheu a sede de Venda Nova, pois esta era uma região pantanosa e alagada. Venturim teria achado melhor não se instalar devido a possibilidade de doenças, que realmente ocorreu tempos depois com surtos de febre. Amadeu comprou terras na Fazenda Oliveira, em São João de Viçosa, que fazia divisa com a fazenda Atividade do Camargo. Saiu de Maravilha em Benevente, onde vendeu suas antigas terras até Venda Nova numa caminhada de três dias a pé passando fome, comendo só polenta. Depois realizou mais duas viagens, em que colocou laranja no embornal, e junto com a polenta não passou mais fome; na terceira viagem já era proprietário da terra e levou a família (FOLHA DA TERRA, 1996).

Após a vinda de Amadeu em 1891, outras famílias italianas chegariam em Venda Nova, comprando as terras abandonadas pelos portugueses em seguida à abolição. Lembrando que os antigos latifúndios foram repartidos em parcelas de terras menores, visto que os italianos não tinham posses para comprar grandes parcelas de terras e nesse sentido, várias famílias comprariam terrenos que outrora eram de apenas um donatário.

Na sede de Venda Nova mesmo somente em 1903 que chegariam as primeiras famílias como afirma Benjamin Falchetto (2012):

> Assim depois de Amadeu Venturim Chegaram os Carnielle, os Zorzal e os Mascarello que habitaram a Sapucaia e chegaram antes ou mais ou menos juntos com os Altoé que chegaram em 1892 e se instalaram pra lá do cemitério Padre Emílio onde hoje é do Pedro Altoé, tinha uma casa velha lá. E quando chegaram os primeiros aqui no núcleo mesmo de Venda Nova foi em 1903, foram os Zandonadi, os Caliman, os Falchetto e logos em seguida vieram Lorenção, Delpupo, Perim, veio mais ou menos umas vinte famílias nesse inicio e a primeira Igrejinha que eles frequentavam era Pindobas, aqui não tinha, então eles passavam a pé lá em frente aos Altoé que já moravam ali e a nona Altoé era muito generosa e distribuía verdura, ovos, porque o pessoal que chegou não tinha nada pra comer e ela já tinha sua horta, galinhas e ajudava as famílias que estavam se instalando aqui.

Parte do território rural de Venda Nova fazia parte da grande Fazenda do Centro (Pindobas, Vargem Grande, Sapucaia[83], Santo Antônio do Oriente, Alto Caxixe e Nossa Senhora da Saúde) que foi adquirida em 1909 pelos padres agostinianos que venderam grande parte a preços simbólicos a serem pagos no prazo de 10 anos em lotes pequenos para italianos vindos de Rio Novo do Sul e Alfredo Chaves, onde viviam com dificuldades (FOLHA DA TERRA, 1996). Havia um interesse religioso por parte dos padres agostinianos, já que os italianos traziam a religiosidade católica fortemente marcada em sua cultura.

Convém demarcar que em Venda Nova, parte dos italianos conseguiu se organizar, não sem dificuldade, e de certa forma obtiveram melhorias em suas condições de vida. Hoje, as camadas mais enriquecidas do município são descendentes desses italianos, que tiveram origem camponesa pobre em seus países, mas que de acordo com os atravessamentos históricos experimentaram algumas oportunidades, tais como: o acesso à terra, fertilidade do solo para o cultivo de café que ainda hoje é central na economia capixaba, passando por algumas fases de extração da madeira e o trabalho com avicultura (quando houve crise do café), ou seja se constituíram em uma elite na região. Através de uma organização comunitária fechada nas famílias ali se estabeleceram e, utilizando da organização por meio do cooperativismo, que até hoje é traço cultural forte no município se enriqueceram. Hoje são, em sua maioria os descendentes de italianos que são donos de lavouras ou de outros empreendimentos empresariais e de comércio rurais ou urbanos locais e que

[83] Fontes apontam que a parte de Sapucaia já havia sido comprada por italianos já em 1892.

assalariam trabalhadores de famílias pobres, às quais muitos jovens do Projovem Adolescente fazem parte.

3.3 ENCONTRO DE ITALIANOS E NEGROS EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES: EMBATES, ISOLAMENTO, PRECONCEITO

Um ponto vago ainda nessa história é: nos escritos sobre a história da região informações acerca dos ex-escravos são escassas. Diz-se que os ex-escravos após a abolição foram saindo, mas para onde?

Ao contrário da imigração que tinha, por exemplo, uma “garantia” de terra para se afixar, mesmo que em condições precárias, os negros com a “abolição” foram libertos à sua própria sorte. Não se tem notícia de nenhuma política que garantisse melhores condições de vida a esses escravos que sairiam da escravidão sem nenhum bem material, seja terra ou posse, e políticas que integrassem os negros como de trabalho, educação. Inclusive, essa realidade tem efeitos danosos até os dias de hoje, pois os negros ficaram à margem na criação de oportunidades sociais em relação aos brancos. Em um contexto histórico em que os negros eram tidos como menos civilizados e indesejados para composição social devido ao preconceito fortalecido inclusive com teorias de cunho racista, apesar de indignar não era se esperar outra política oficial que não a de não destinação de políticas sociais para abarcarem a liberdade destes.

Após a abolição muitos negros, devido ao histórico de atrocidades não se sentiam à vontade de ficar na região próxima de seus martírios. Ficar nas fazendas era a continuidade da condição de escravo, já que assim eram ainda vistos pelos proprietários (CASAGRANDE e BARBIERO, 2002). Nesse sentido, muitos negros podem realmente ter saído da região. Diz-se que os italianos encontraram nas fazendas poucos negros trabalhando, pois muitos teriam abandonado a região em busca de outras oportunidades e o seguinte trecho do jornal Folha da Terra parece ser uma possível saída para estes: “Uns foram procurar seus familiares em outras fazendas, muitos foram para o Rio de Janeiro e outros ficaram perambulando procurando terras para se apossar e nela cultivar” (FOLHA DA TERRA, 1996, p.7)

Sobre os negros que ficaram na região alguns dados encontrados em nossas pesquisas foram importantes a fim de traçar a história do povo negro após a abolição em Venda Nova do Imigrante e sua convivência com os italianos que ali se estabeleciam.

Ainda segundo o jornal Folha da Terra (1996) o maior núcleo de negros depois da abolição ficou na fazenda Atividade do Camargo, que possuía 100 alqueires e era propriedade de João Cláudio de Azevedo. Os descendentes de Cláudio não sabem dizer como a propriedade passou para a sua família, mas afirmam que antes da chegada dos imigrantes já eram proprietários. Um projeto de pesquisa realizado pelos alunos do 3º ano da Escola de Ensino Médio Fioravante Caliman (2010) sob a orientação da professora Celina Januário Moreira deu origem a um livro com relatos das famílias de origem negra de Venda Nova e, com relação à família Claudio Azevedo demarcam o ano de 1890 com a presença dos Claudio Azevedo no Camargo. A fazenda Atividade do Camargo[84] é a que dá origem à comunidade do Camargo, local de residência de grande parte dos jovens que participaram e participam do Projovem Adolescente em Venda Nova.

Com relação à antiga Fazenda Atividade do Camargo de propriedade de Claudio de Azevedo, a sede se localizava onde hoje é a creche local, e dos anteriores 100 alqueires restavam em 1996 (ano da matéria no Folha da Terra) apenas 2 alqueires com os descendentes de Claudio, o restante foi vendido às famílias dos imigrantes.

É interessante o fato de que os relatos de onde alguns negros trabalharam em fazendas dos italianos são em sua grande maioria longe da sede, como em fazendas da região de São João de Viçosa. Na Fazenda São Domingos, três negros teriam realizado “tarefas” para os primeiros imigrantes e na Tardinha trabalharam em parceria ou tocavam pequenas roças.

Em relato sobre São João de Viçosa no Folha da Terra (1997) se afirma que:

> a presença da raça negra, representada pelas famílias Claudio de Azevedo, Benedito Correia e outros é anterior à colonização dos imigrantes, tendo em vista

[84] Ainda no Folha da Terra (1996), Antonio Andreão (descentende de italiano), morador de Vargem Grande, onde muitos negros também viviam, afirma que com a abolição muitos negros partiram em busca de terras abandonadas para se apossar e cultivá-las e diz que João Cláudio de Azevedo teria se instalado na Atividade do Camargo que fora abandonada à época da abolição.

> que muitos ficaram nas propriedades abandonadas pelos portugueses e passaram a trabalhar para os imigrantes que chegaram pouco tempo mais de um ano depois da abolição.

Em outros lugares do interior de Venda Nova, como na Fazenda Santo Antônio do Oriente, até tempos antes da matéria do jornal havia resquícios do local onde os negros eram presos e açoitados. Em Vargem Grande, cerca de oito ou dez famílias de negros se fixaram: Bergamo, Gomes de Moraes, Gabriel, Vicente e Benedito, todos eles nomes de origem portuguesa explicada pelo motivo de que os negros eram batizados pelos nomes do padre local ou de seus donos. A família Bergamo na década de 50 tentou a sorte no Rio de Janeiro, atraída pela tentativa de melhores oportunidades.

Com relação à sede de Venda Nova parece que poucos negros ali se estabeleceram em comparação a outras regiões. Uma professora de Castelo, Dona Alcéa Rosa Marques foi para Venda Nova provavelmente por volta do início da década de 50[85] e relata (HISTÓRIA, 2010, p.40):

> Quando chegamos a Venda Nova havia poucos negros. Tinha a família do vendedor de palmitos que morava na localidade de Lavrinhas, mas era um pouco longe. Aqui nas redondezas éramos só nós mesmos. O resto eram todos italianos, de cor clara. Também tínhamos os cabelos meio ouriçados, o que diferenciava mais. Não sofremos preconceito por causa da igreja, que não deixava esse tipo de coisa acontecer, além do respeito que se tinha pelo fato de eu ser professora, o que era considerado uma autoridade.

Aqui cabe discutir como foi que a convivência entre italianos e negros foi se estabelecendo. No próximo trecho a presença dos termos como briguentos, bailes separados, duas raças, revelam práticas que tem como fundamento o preconceito que existia na relação entre brancos e negros:

> O Sr. Antônio Andreão conta que eles eram muito ‘briguentos’ entre eles. Segundo ele aconteceram poucos conflitos entre as duas raças, que tinham uma vida social separada. ‘Os bailes eram feitos separados: Baile de negro e baile de italianos. Assim se evitavam os conflitos’ (FOLHA DA TERRA, 1996, p;7).

Ainda sobre essa separação social em certos espaços, alguns depoimentos dos negros no projeto de pesquisa (2010, p.23;64) reafirmam esse caráter de divisão:

> “Um exemplo triste foi quando eu e minha família fomos barrados em uma festa de casamento de brancos.”

---

[85] O relato informa a época do prefeito de Castelo Antenor Bassini, que governou Castelo entre 1951 a 1954.

> "No início, nós passamos dificuldades, pois vivíamos isolados das outras pessoas de Venda Nova, por sermos negros e pobres. Mas com o passar dos dias, a vida foi melhorando."

Existir uma vida social em separado para evitar conflitos fala de mecanismos sociais que isolavam as duas comunidades devido às suas diferenças e relações fundadas no preconceito racial.

Outra passagem conta que havia um tropeiro[86] negro em Venda Nova que era bem recebido na comunidade italiana, "conquistou" a confiança destes. O seu nome era Leovegildo e se tornou uma figura lendária em Venda Nova, foi o tropeiro mais famoso da região. Certa vez, ao entrar na igreja, um grupo de italianos teria feito comentários sobre ele em dialeto, Leovegildo espantou a todos ao responder na mesma língua (FOLHA DA TERRA, 1996). Zandonadi (1992, p. 110-111) fala sobre um acontecimento envolvendo outro negro que convivia com os moradores de Venda Nova: Salomão. Tal fato tambem ocorreu na entrada da Igreja. Pode ser que as duas fontes possam ter algumas confusões e a história ser apenas uma e acontecido com um dos dois negros, mas o importante que este relato revela tanto em seu conteúdo escrito e na história exposta expressões ("alma branca", "alma negra e suja", dentre outras) e relações preconceituosas presentes na relação que se estabelecia com os negros:

> Nesta epopeia, não posso omitir o nome do Rei dos Tropeiros: Leovegildo dos Santos, dono de nove lotes de burro. Era um negro de alma branca que se tornou lendário pela sua honestidade. Todos confiavam nele. Transportava o café para o armazém, especulava o melhor preço, recebia, voltava, fazia as contas com o dono do café cobrando o frete e chegava, religiosamente, ao saldo da operação. Leovegildo não sabia ler. De musculatura impresionante, morreu relativamente jovem. A confiança dos Vendanovenses no negro Leovegildo era absoluta. Um outro, também de cor e lendário, foi o Salomão, cujo sobrenome ningué conheceu. Este não era tropeiro. Durate toda sua vida até a velhice, foi marinheiro. Dizia ter viajado e conhecido todos os países do mundo daquela época. Sabia falar sete idiomas. Infelizmente, deixou-se dominar pelo vício da bebida e depois dos 60 anos de idade foi dispensado pela Cia. Fluvial na qual trabalhava. Não gravei o nome da família que o acolheu em Aracê, Domingos Martins. Mas sempre aparecia em Venda Nova nas festas e funções religiosas. Era cercado por todos que queriam ouvir o que havia presenciado pelo mundo. A primeira vez que veio em Venda Nova, sóbrio, ao entrar na Igreja, um italiano o xingou no dialeto, pensando que ele não entendesse, por ser negro. Ele se virou para o italiano e num dialeto bem compreendido por ele, disse em voz alta: "*Si, si, son negro ma de anima branca, ma no come tu, que sei uno talian de anima negra e s'pôrca*".

[86] Do início da colonização italiana em Venda Nova até o início do transporte rodoviário a produção agrícola e de madeira de lei eram realizadas por meio das tropas, que eram lotes de burros. Foram muito importantes para o desenvolvimento da região até meados da década de 40, quando carros de carga chegaram. Também traziam mantimentos para serem comercializados em Venda Nova (ZANDONADI, 1992; FOLHA DA TERRA, 1996).

> Traduzindo: “Sim, sim sou negro mas de alma branca, mas não como você, que é um italiano de alma negra e suja”. O italiano quase não teve mais vontade de entrar na Igreja de vergonha.

Tanto Leovegildo quanto Salomão foram negros descritos como inteligentes e cultos, assim como Dona Alcéa Rosa Marques possuíam posição social de destaque devido a função que exerciam: tropeiro, marinheiro conhecedor do mundo, professora. A comunidade italiana mais tradicional parecia que aceitavam e convivia melhor com aqueles negros com certa inserção social. É como se o negro devesse conquistar o merecimento para ser bem tratado.

Alguns outros relatos apontam o inevitável convívio à medida que os anos se passavam. Muitas famílias foram de outras regiões para morar em Venda Nova em busca de trabalho, a construção de estradas aumentou o intercâmbio de Venda Nova com outras áreas do estado, entre elas a BR-262 (a partir de 1951 muitos trabalhadores da estrada vieram e ficaram na região e após a inauguração da estrada muitas famílias procuraram lotes em Venda Nova), que segundo relatos da história da região foi um marco no desenvolvimento local tanto econômico como cultural. As construções das escolas, a fundação da Vila Betânea em área da antiga Fazenda Lavrinhas, dentre outros motivos abriram a antiga comunidade “fechada” para o convívio, apesar de algumas resistências que podem ser percebidas em alguns depoimentos das famílias negras que lá se instalaram na década de 60 e 70:

> Nós buscávamos a nossa independência trabalhando muito, mesmo sendo vítimas de preconceito, muitas vezes, nos comércios, escola e até na igreja, que frequentávamos. Eu só consegui sustentar minha família porque já vim empregado para a cidade e por ser jogador de futebol. Assim, não precisava depender e nem trabalhar para os imigrantes que aqui moravam. [...]
>
> Quando a Gracinda passou para a 5ª série, ela se matriculou no colégio Salesiano. Mas lá era triste, porque se sentia discriminada, não só pelos alunos, mas também pelos pais dos alunos, que não gostavam de afrodescendentes. Essas pessoas que não gostavam de minha irmã, achavam que por ser uma escola particular só deveria estudar pessoas brancas, e isso me entristecia muito. Foi por falta de dinheiro que Gracinda parou de estudar na 6ª série do ensino fundamental.
>
> Lembro-me, como se fosse hoje, os dias que íamos à igreja e ficávamos lá atrás de pé, bem no fundo da igreja, e só saíamos no momento da comunhão. Era nesse instante que sentia todos olhando com uma cara feia, com um jeito de quem se perguntava: o que eles estão fazendo aqui? [...]
>
> Ficamos meio apreensivos, pois sabíamos que as famílias de Venda Nova não gostavam de negros. Nós, da família Fagundes, fomos uma das primeiras da cidade de Vila Betanea. Já tinha uma família negra, era de um senhor apelidado de Pelé. Embora houvesse preconceito, os brancos nos tratavam bem e gostavam do nosso trabalho, mas não trabalhávamos como escravos.[...]

> A Vila era composta por famílias italianas tradicionais, como por exemplo os Caliman e os Falqueto, entre outros. A nossa família Batista é negra, e por ser dessa descendência, fomos menosprezados por algumas famílias, superamos tudo isso nos mostrando superiores ao preconceito (HISTÓRIA, 2010, p. 55; 89; 106; 111.

Através de análise dos relatos encontrados no projeto de pesquisa (HISTÓRIA, 2010) sobre os negros há alguns indicadores das mais diversas atividades exercidas pelos negros. Alguns como os Claudio de Azevedo possuíam pequenas propriedades, outros trabalharam como colonos nas lavouras, também há várias falas relativas à produção de farinha por famílias negras. Também com o crescimento da cidade, houve famílias que vieram para a construção civil e de estradas (BR-262), dentre elas algumas nordestinas e negras que se instalaram a partir daí, algumas adquirindo lotes num dos primeiros loteamentos que originou o bairro da Vila Betânea.

Através dessa pesquisa histórica pode-se ver que não se trata de uma relação isolada sem uma gênese. A comunidade italiana de Venda Nova parece que se constituiu com relações entre as famílias italianas desde a sua chegada ao Brasil e em Venda Nova, devido à localização e às poucas estradas, havia pouco intercâmbio e os descendentes de italianos parecem ter se fechado. A resistência às famílias advindas de fora tem um lugar construído nesse fechamento da comunidade. A relação para com o negro, como já discutimos em vários momentos, se estabelece com o preconceito racial que subsidiou a escravidão no Brasil, e também por meio das crenças de que os negros eram inferiores espalhadas pela Europa que se sentia superior em todos os âmbitos. Nesse âmbito os brancos italianos que viriam para o Brasil, apesar de também sofrerem por outros mecanismos de exclusão social que produziram a pobreza em seu país, a vida no ES que não foi fácil como debatido, também reproduziram esse preconceito que tem efeitos até os dias de hoje.

As conversas com os jovens nesta pesquisa apontaram que apesar de avanços nas relações no que se refere à convivência com descendentes de italianos, negros e famílias advindas de outras regiões, ainda há mecanismos de preconceito presentes na comunidade de Venda Nova:

> *Por causa da convivência né... convivência... os pais também ensinam bastante: “Ah, você não se mistura com aquela neguinha lá,*

> *porque tal tal, porque ela pode tá te roubando...” Isso pra mim é um preconceito. Essa pessoa... se ela não conhece porque vai julgar, a gente tem que conhecer a pessoa pra julgar depois... entao assim, eu... eu realmente, vou falar a verdade, eu fazia assim... eu julgava as pessoas sem conhecer, mas depois de eu conhecer as pessoas eu achava... nossa, pessoa muito gente boa, porque que eu fiz isso? Ai eu parei e pensei, agora eu faço isso, primeiro tem que conhecer a pessoa primeiro, chegar e cumprimentar , oi tudo bom... aí depois você tá julgando... mas assim, bastante amigos meus de Venda Nova que são tudo gente boa. [...]Que eu já conheci, fiz amizade. Eu não sou muito amiga dessas patricinha de Venda Nova não... sou mais assim na minha e tal, tranquilona...[...] Tem muito preconceito aqui em Venda Nova. Eu acho que tem bastante. Não só em Venda Nova, mas no mundo todo. [...] Ah... de dinheiro, de cor, de idade também, ah você é muito novinha, eu gosto de gente mais velha... ah num sei...porque é assim... mais de dinheiro e de cor. Muita gente não entende as cor das pessoas... [...]Comigo já. Onde que eu trabalhava na C., até me chamaram de... assim, vieram... D. me chamou de preta, me chamou de incompetente, e tal, por isso que eu sai da C... porque eu desanimei né, trabalhar assim? Patroa que fala isso com você te desanima [...] Poxa, ela falar assim, “poxa A., dá o seu máximo”, pô, você tá dando o seu máximo e tal, anima a gente dá o máximo pra aprender as coisas, mas ela falando isso a gente desanima total, eu vou falar a verdade, eu não ia alegre pro serviço, eu trabalhava... trabalhava porque eu precisava de receber o salário no final do mês para eu ajudar os meus pais a comprar minhas coisas... porque o que eu queria o meu pai não podia comprar o que eu queria... então eu decidi começar a trabalhar para comprar as minhas coisas. Ali no P. é totalmente diferente, o R. “muito bem, parabéns e tal”, assim, me elogia e tudo o que eu faço... ótimo e tal, para, olha, e tal, se você precisa conversar ele chama você, conversa no lugar... ela não, ali na C... ela brigava com você na frente de cliente , humilhava você na frente de cliente... isso totalmente, te... desanima, baixa sua [...] totalmente. (Jovem 2)*

Não se pode negar que com o passar do tempo a convivência entre os povos, as trocas e a constituição atual da cidade tem engendrado processos outros que se apoiam em uma relação sem preconceito marcada pela diferença, que inclusive acredito que já existia mesmo no início do contato entre negros e italianos no fim do século XIX, mas talvez não como um processo hegemônico. Porém, não podemos fechar os olhos para mecanismos atuais que revelam o preconceito que por muitas vezes é justificado por discursos que dizem aceitar a diferença.

Os jovens que moram na região do Camargo falam de um preconceito com relação ao local e para mecanismos discriminatórios com àqueles que ali moram. Apontam para uma relação construída historicamente em que se atrela a região ao perigo.

Cabe novamente explicitar que não é coincidência o fato do Camargo, região com população de maioria negra, ser assim avaliada, visto o histórico de preconceitos que fundavam a relação com o italiano e o convívio social em separado. Aproxima-se de nossa discussão sobre o mito da periculosidade das camadas mais empobrecidas e tal atravessamento em Venda Nova produz uma série de efeitos como julgar os moradores como mal educados e perigosos. Uma das atualizações de tal discurso se revela na dificuldade dos moradores do Camargo conseguirem emprego em Venda Nova. Preconceito, baixo investimento em infraestrutura e políticas públicas reproduzem a relação discriminatória que incide nesta região, naturalizando as desigualdades e os fossos sociais construídos historicamente.

> *Eu gosto, é uma comunidade tranquila. Muitos falam mal, mas eu não ligo não é, eu nasci ali e vou ficar ali. [...] sair daqui não... mesmo se eu tivesse numa situação boa de vida num penso em largar ali... eu fui criado ali desde pequeno, sempre andei ali, todo mundo me conhece, não tenho nada a reclamar dali não.[...] Ah...Boatos! Fala... ás vezes, as vezes nem é um boato, mas às vezes é... eles aumentam[...]Passado... coisas do passado, eles pega e deixa ainda, [...] do passado eles fica relembrando agora. Aí é...[...] E Muitos, é... colegas meus ficaram revoltado e entraram no caminho do mal. Hoje eles, pra eles é... que falaram demais , fica mal, entraram pro caminho do mal e hoje já não tão mais morando ali por causa de, desse negocio que eles entraram, só teve que sair e mudar...[...] Muitos se revoltaram porque é discriminação, eu acho que é mais preconceito também das pessoas...[...] Ah, social mesmo. Social, um pouco também racial também tem muitos... da cor morena que mora lá. Ah, roubou porque é... tal [...], ah, matou porque é tal coisa assim. Isso é coisa do passado, ficou lá no passado e eles fica relembrando agora.[...] teve um período lá que teve muita violência também, que eu era pequeno, convivi muito na rua, vi muita coisa errada e tinha isso também... muitas coisa errada. Aí as pessoas viam aquilo, já saíram comentando. (Jovem 6)*

> *No meu ponto de vista também. Eu vejo que é um lugar bom, sempre morei, nunca vi nada demais. É... as coisas ruins acontecem em qualquer lugar, em qualquer momento. E também não tem problema nenhum.[...] Mesmo que, eu não sei né...do meu futuro, mas... não sei se eu vou morar ali né. Mas até então eu não tenho nada a reclamar a respeito do lugar.[..] É por causa...[...] é sobre os acontecimentos que passaram...[...] Só que parece que é tipo uma discriminação. Qualquer lugar que cê ouvir falar nesse nome vão falar mal.[...] Por causa das mortes também [...]Acha que é um lugar perigoso...[...] Olha... eu diria que uma forma geral. Que só do fato de você falar que mora no Camargo, você não consegue serviço... aqui em Venda Nova é muito difícil. Cê você disser que é do Camargo, eles vão dizer que você, cê é mal educado por causa da*

> *fama... que existe realmente muitas mal influencia assim né... então eu acho que é uma discriminação forma geral. Do lugar, o lugar que tem um nome mal falado... que as pessoas falam mal demais..[...] Mas nem tudo que eles falam realmente é... eu acho que eles fala muito exagerado... não é tudo isso. Não é um lugar perigoso. Eu ando na rua 10 e meia não tem ninguém na rua. Não vou falar pra você que não tem droga não, porque todo lugar tem. Tem... mas essa questão de... ser perigoso, é... não concordo, porque não é.[...] É um lugar tranquilo. É só cê saber conviver![...] Mas eu acho que eles não devia olhar no sentido... porque você morar lá é... cê num ter oportunidade pra fazer as coisas. De não poder trabalhar talvez, por causa de morar lá.[...] Aham. Até mesmo as pessoas de lá. Por exemplo, é... nessa, nessa empresa que eu, eu sou alguma coisa, eu sou... vamos supor gerente né... é então eu moro lá... e as pessoas de lá eu não é... permite vamos dizer assim, que as pessoas que ela mora naquele lugar, também trabalhe naquela empresa. Fala mal.[...] Eu conheço pessoa de lá assim. [...]E que trabalha assim, vamos supor, no Conselho tutelar, nesses lugares assim que mexe com... questão social entendeu, mas então quando fala do Camargo eu vejo essa discriminação de um modo geral.(Jovem 5)*

Venda Nova passou por um período histórico que me foi atentado na primeira vez em que fui à biblioteca municipal a procura de fontes sobre a história local. Um funcionário quando perguntei acerca de livros sobre Venda Nova me sugeriu dar uma olhada em um livro chamado Anauê, um romance sobre o integralismo que se passa na região de Burarama em Cachoeiro de Itapemirim. Ele me disse que ajudaria a entender um dos motivos da comunidade de Venda Nova ser conservadora, pois foi um movimento que teve grande adesão também nessa região.

Segundo Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992) o integralismo foi um movimento de cunho facista que ocorreu no Brasil na década de 30 com bases anti-comunista e anti-liberal de grande penetração no Espírito Santo, sobretudo nas regiões onde viviam imigrantes italianos e descendentes. Em Venda Nova houve adesão em massa pois viam o comunismo[87] como uma ameaça. A vida dos imigrantes era intimamente ligada ao capitalismo do campo; haviam sido expulsos da terra na Itália e viam o comunismo como a possibilidade da perda de terra que conseguiram no Brasil, que foi o grande motivo pelo qual vieram para cá: a luta pela posse da terra.

[87] Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992) diz que o comunismo que Venda Nova temia não era o Partido Comunista Brasileiro e sim o Partido Social Democrático, que era chamado de Partido Sem Deus, com partidários em Castelo e Conceição do Castelo.

Acrescenta-se também a simpatia pelo fascismo, embora não conhecendo suas ideias, pois de certa forma se viam ligadas à sua terra pátria.

A ideologia do partido integralista coincidia com valores dos imigrantes italianos e descendentes: Deus, Pátria e Família. Trabalhadores, religiosos, tementes a Deus e à autoridade paterna, os italianos viam a ligação da Igreja Católica com o movimento como um atrativo a aderir. Também eram atraídos pelo espírito comunitário e solidariedade como na construção de estradas e escolas que ajudaram no desenvolvimento do local. (FOLHA DA TERRA, 1996). Muitos que aderiram não o fizeram pela comunhão de tais ideais:

> Mas a grande maioria que não tinha consciência do que representava o integralismo se inscreveu no partido pela alegria, pela festa, pelo fato de poder vestir uma roupa vistosa, diferente. Os imigrantes e seus descendentes eram pobres, economizavam tudo que podiam, eram verdadeiros ascetas. O único objetivo deles era conseguir a tarra, motivo pelo qual emigraram. Não podemos nos esquecer que até bem pouco tempo, eles eram criticados por seu modo de falar, colocando apenas um “erre” onde a letra é dobrada; falando “non”, em vez de não; mamãe, em lugar de mamãe, misturando o dialeto com o português, como podemos constatar em vários depoimentos. Muitos só possuíam uma muda de roupa para irem à missa e às festas durante todo o ano. Esta roupa era comprada em Castelo por ocasião da venda do café. E os integralistas vieram com uma roupa nova, alegre, diferente das que eles estavam acostumados a usar. Eles passaram a se sentir bonitos, notados na comunidade. Embora não tivesse consciência disso, eles estavam se submetendo a uma ideologia (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p.30).

Houve repressão ao integralismo no Brasil e em Venda Nova não foi diferente, há relatos de que os integralistas tiveram suas casas invadidas por policiais, armas apreendidas, dirigentes presos, alguns espancados e tiveram suas camisas verdes retiradas à força e queimadas. O Governo Vargas em 1938 baixou um decreto que proibia aos estrangeiros a atividade política no Brasil. Quem infringia tal lei era punido ou expulso do país. Com base em tal instrumento legal, o governo avançou sobre as comunidades italianas com repressão violenta. “A partir daí era crime ser italiano” (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p.33).

Um dos motivos à adesão ao integralismo foi a ligação desta corrente com a religião católica. Cabe apontar que a religiosidade sobretudo católica é ainda hoje traço cultural forte na cultura local. Os dados do IBGE (2014) apontam 82,70% de católicos apostólicos romanos.

O movimento integralista mostra como Venda Nova foi atravessada em sua história por correntes políticas conservadoras e aliada a um fechamento da comunidade italiana, falam muito das relações e práticas sociais estabelecidas na região.

A população da região de São João de Viçosa em sua maioria não aderiu ao movimento. Pedro Perim, político influente na região e de orientação progressista, teria através de sua liderança local influenciado à região a não aderir. Além disso, segundo relato de Euzaudino Venturim a mistura com os negros tornou a comunidade de São João mais aberta e “que não se deixava levar pelas paixões”. Euzadino disse que a adesão de Venda Nova ao movimento era como se fosse uma religião e quem não era integralista era chamado de comunista (FOLHA DA TERRA, 1996, p.6).

São João até hoje tem uma comunidade marcada por maior diversidade étnica, negros, descentes de italianos, e descendentes de portugueses advindos de Conceição do Castelo. Como debatido também em São João e Camargo estavam um dos locais onde se havia maior número de negros desde o início da chegada dos imigrantes. E tal fato é debatido aqui como um dos motivos para a não adesão ao movimento integralista.

Segundo Cristina Paste Perim (HISTÓRIA, 2010, p.180):

> São João, apesar de ter a maioria de famílias descendentes de italianos, foi o lugar que mais recebeu e conviveu com negros, demonstrando a partir desses exemplos que é possível a convivência entre diferentes culturas, sem desrespeito ou violência.

Cabe uma discussão sobre a região, que até a construção da BR-262 a partir de 1951 e o início de loteamentos na sede, foi uma vila maior e mais destacada que Venda Nova, porém a partir daí começou a viver dificuldades, visto que maiores investimentos eram voltados para a sede. A região tem sofrido pela falta de investimento em políticas públicas e, historicamente, foi sofrendo com o processo de criação de regiões com menos oportunidades econômicas e de vida, e grande parte das camadas mais empobrecidas foi se constituindo nesse local que historicamente marcou-se pela diversidade étnica. Os mecanismos de isolamento que emergem da relação negra e italiana também são elementos que podem ter contribuído para tal. Parece que historicamente foi se constituindo uma região que se contrapunha

politicamente, ideologicamente e etnicamente à sede de Venda Nova, gerando discursos preconceituosos com relação à região.

Sobre o marco dado como central para o desenvolvimento e abertura da comunidade de Venda Nova, a chegada da BR-262 colocou Venda Nova na rota Vitória-Belo Horizonte, havendo a partir daí um grande crescimento da região (IBGE, 2014). Hoje o fluxo de pessoas que passam ou se estabelecem em Venda Nova tornou-se grande. Muitas pessoas a procura de emprego, de educação e de melhores condições de vida tem buscado a cidade. Soma-se o potencial turístico que vem crescendo aliado à questão da localização montanhosa, as festas, os produtos do agroturismo e as regiões com belezas naturais.

Após breve histórico sobre alguns aspectos que compuseram a história do município cabe explicitar os dados com relação a auto-declaração de cor ou etnia[88] no Censo 2010, a população local se auto-denomina: branca (61,90%), preta (4,86%), parda (32,49%), amarela (0,59%), indígena (0,16%).

Realizando o recorte de jovens que futuramente possa participar do Projovem Adolescente, 10 a 14 anos a distribuição de cor ou etnia no Censo é: branca (56,21%), preta (3,73%), parda (39,41%), amarela (0,65%), indígena (0%).

No recorte etário que se enquadra nos participantes do serviço, 15 a 19 anos: branca (58,32%), preta (3,63%), parda (37,07%), amarela (0,81%), indígena (0,16%).

Porém, ao realizar o recorte de cor ou etnia dos jovens que participaram do Projovem Adolescente de Venda Nova, os dados são completamente diferentes:

[88] Utilizaremos cor ou etnia ao invés da nomenclatura adotada pelo IBGE, cor ou raça. A denominação raça é de cunho biológico e foi utilizada historicamente como uma forma de justificar a existência de raças superiores. Etnia trata-se de uma noção histórico-cultural, considerando os modos de viver, de se comunicar e costumes de um povo.

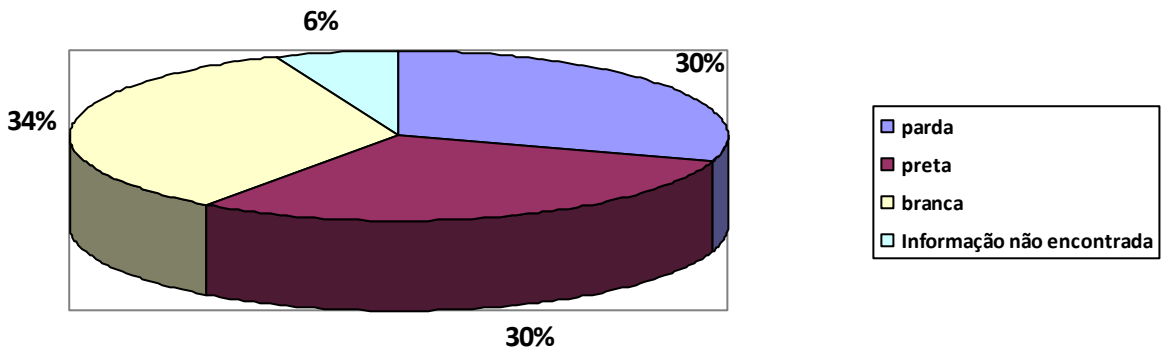


Figura 7: Gráfico de porcentagem dos jovens que participaram do Projovem Adolescente de acordo com cor ou etnia de Venda Nova do Imigrante entre 2010 e 2012. FONTE: (CADúnico e CRAS de Venda Nova do Imigrante, 2013)

Através do gráfico acima podemos verificar que o recorte de jovens que participaram do Projovem Adolescente difere percentualmente daquele referente à totalidade dos jovens da região exposta no IBGE. Os dados de jovens de cor preta saltam de apenas 3,63 para 30%, ao mesmo tempo em que a de cor branca decai de 58,32% para 34%. Enquanto a soma de jovens com cor preta e parda é inferior (40,7%) a de branca (58,32%) nos dados do município do IBGE, no Projovem Adolescente se inverte - cor parda mais preta (60%) e branca (34%).

Novamente alertamos para um público que vai se constituindo: maioria de algumas regiões da cidade, pobre, de predominância de cor preta e parda, advindos de outras regiões. Aquele mesmo público que historicamente sofreu com preconceito, que tiveram menores oportunidades e que moram em regiões com menor infraestrutura e investimento em políticas públicas do município. Não é uma distribuição aleatória.

A maioria do público do Projovem Adolescente em Venda Nova também não é de descendência italiana. Justamente um público que não é dada grande visibilidade na maioria das fontes históricas encontradas e que, como discutido sofre com mecanismos sociais discriminatórios.

Cabe também pontuar o discurso que ouvi quando morei na cidade de que Venda Nova não possuía pobres. Tal discurso fomentou por grande tempo o não investimento em políticas de assistência social, refletindo na tardia inauguração de um CRAS, apenas em 2010, um dos últimos a ser implantado no Estado. Basta circular pelo município e conhecer os seus diferentes espaços para contrapor tal discurso. Alguns motivos expostos eram de que Venda Nova gostava de esconder

os seus problemas, mas tal discurso também deve ter produzido uma invisibilidade cada vez maior das camadas mais empobrecidas do local.

Zandonadi (1992, p. 84) confirma tal fato ao debater sobre o progresso que Venda Nova alcançou em seu livro, e nos faz pensar como esse discurso oficial foi fomentado no decorrer da histórica local, inclusive como a fala que fazia destacar o município em relação aos outros:

> Naquela época, a população era pouco mais de 1000 habitantes, dos quais 35% estavam em colégios de formação de boa cultura e continuavam suas atividades no campo e, mais tarde, no comércio, na indústria, no setor social ou político, sendo que alguns até fundaram empresas. E foi através desse processo positivo e eficiente que o pequeno e novo município de Venda Nova do Imigrante se emancipou tão diferenciadamente de outros no Estado, destacando sua divisão em pequenas propriedades bem conduzidas, sua cultura, renda per capta homogênea e a ausência de pobreza e de pessoas passando fome.

O discurso da não existência de pobreza é um dar as costas a uma grande parte da população que hoje é público alvo de atividades da política de assistência local, como o CRAS, e o Projovem Adolescente, no qual quase todos os jovens que participaram pertencem às camadas empobrecidas, sendo usuários do Bolsa Família.

Jovens com quem conversamos que moram no Camargo vivem na pele esse processo de invisibilização e o denuncia em suas falas:

> *Eu assim pra... pra pessoa poder julgar o lugar, julgar as pessoas... devia conhecer as pessoas, que muitas pessoas dali trabalham. É... saem cedo, volta tarde, tem filho pra criar. Eu acho que as pessoas deviam olhar mais pra lá. Vão lá dar... olhar como que é lá mesmo pra ver se é isso mesmo que eles falam. Eles podia aproximar pra conhecer as pessoas e não julgar e virar as costas.[...]Isso é... eu acho isso é muito errado.[...] Parte política, né! [...] Igual questão de... é. muitas ruas quando chove dá barro, lá eles, eles num... só fizeram um asfaltinho pequeno ainda. Num fizeram tudo, eu acho que eles podia fazer isso, podia é, poder a polícia rodasse 24 horas, não só lá! Em todos lugares de Venda Nova pra dar mais segurança ao povo, que eles falam que em Venda Nova não tem violência, mas tem. Todo lugar tem! Eles ficam escondendo as coisas que acontecem. Ficam tampando os olhos. Eu acho que eles fazem muito errado. (Jovem 6)*
>
> *Eu também vejo um pouco assim, é... é... questão que eles não dão muita assistência também não... a Prefeitura vamos dizer assim. Eles deixam muito a desejar... o Camargo é como se não fizesse parte de Venda Nova. Entendeu? Eles não liga muito pra lá não.[...]*

> *Num to falando que são as pessoas, quero dizer também a parte da... da prefeitura, dessa...[...] Não dão muita assistência não. Eles poderiam fazer mais. Vamos dizer assim...[...] às vezes eles fazem alguma coisa pra dizer que faz, mas não é o suficiente, o que realmente a comunidade precisa.[...] Entende?[...] Eu acho...[...] Na minha opinião, eles não deviam fazer nem o que é preciso, mas o que é necessário. Por exemplo, lá tem uma necessidade de fazer um asfal...asfaltamento perto da creche porque, devido a poeira, entendeu? E é há anos isso. Aí, as crianças tem algumas tem é... alérgica a poeira porque é demais. Desce aqueles caminhão de pedra, então eu acho que eles tinha que ver isso. Calçar, cal... num precisa ser calçado não, asfaltado mesmo, num tem? Alguma coisa assim que eles visse que é necessário pra comunidade . Só que não eles deixa a desejar e... (Jovem 5)*

As conversas apontam para mecanismos biopolíticos. Falam de região de Venda Nova, onde muitos jovens que participaram do Projovem moravam e que sofrem com histórico de estigmas, preconceitos, precarização dos serviços públicos e infraestrutura. "*Julgar e virar as costas*", "*Ficam tampando os olhos*", "*é como se não fizesse parte de Venda Nova*", "*Eles não liga muito pra lá não*" revelam o fazer viver e deixar morrer. A população ali vive sem o que os jovens chamam de assistência da prefeitura, do Estado, que faz uma administração que literalmente os tem como invisíveis, sem investimento nem no que seria um mínimo como um asfaltamento no bairro, ou perto da creche. Faz-se uma gestão da pobreza realizando algumas ações descontínuas ou pontuais que não resultam em transformações na realidade vivida, perpetuando a situação. Fomenta-se o discurso da não existência da pobreza, dando as costas a esta, como se as regiões empobrecidas não fizessem parte de Venda Nova. Como falam os jovens não fazem nem o que é necessário o que dirá o que é preciso.

Apresentamos um cenário onde se insere o campo desta pesquisa. Toda essa discussão acerca de Venda Nova do Imigrante, e seus dados populacionais, culturais e históricos constituem-se como dados importantes para conhecermos o espaço que estamos debatendo, mas também como elementos que atravessam a vida dos jovens e as políticas no município. E a Venda Nova de hoje? Nada melhor para falar sobre ela do que os jovens que moram na cidade e participaram da pesquisa. Nota-se algumas falas sobre o aumento do tráfico e de crimes, que pode sinalizar o perigo de se reduzir a crescente violência a uma questão de segurança pública, como discutimos. O que fortalece a justificativa do controle por meio de

políticas de repressão, reforçando a necessidade de “tirar da rua” os jovens como a solução para tais questões, como debateremos no próximo capítulo.

> *Então... no município de Venda Nova o ensino é muito bom... as escolas, os professores né, tudo muito bem organizado, agora fora eu já não sei né, porque eu só, só estudei por aqui, mas não tenho nada a reclamar, tudo muito bom. [...] Então... Minha vida sempre foi bacana assim...Venda Nova é um município muito tranquilo para se viver. É... Desde criança tive bastante, bastante amigos na minha rua, brincava bastante, num é como hoje em dia né que o pessoal só fica no computador, essa coisa mais virtual e sempre estudei em escolas públicas como eu falei, mas a cidade é um lugar muito bacana pra viver, muito tranquilo, tem pessoas muito bacanas e sempre foi uma vida bastante legal né... até hoje, até então. [...] Sim, em Venda Nova tem esse grande problema, né. É uma cidade boa, tem pessoas boas, mas tem umas que gostam de se elevar, né. É, por estar em escola particular, pensa que né, podem ser superiores, mas a questão num é essa né, temos que ser amigos de todo mundo, independente da classe social né, de cada um, mas infelizmente a gente vê isso por aqui bastante. (Jovem 1)*
>
> *Venda Nova? Pra mim é um lugar bom. É... lugar tranquilo, num tá... num tá muita tranquilidade igual antes, mas eu acho que é bom. Em comparação com outros lugares, aqui cuida... cidade bem, bem... as pessoas cuidam bem da cidade, tem várias coisas boas aqui, é isso! Eu gosto. [...] É... igual, é... antiga... antes, como eu posso dizer... igual negocio de roubo, esses negocio assim, nunca ouvi falar quando era pequeno. Aí agora tem ...do... esses tempos agora, tem assalto em banco, pessoas de tráfico de droga aí... e... roubo a mão armada também, já ouvi falar aqui... e... por causa disso. [...]Tem aumentado. (Jovem 4)*
>
> *Que é muito bom aqui né. É uma cidade assim que tá crescendo... só muda de prefeito, tá aumentando a violência, também tá aumentando, aqui num tinha violência antigamente, mas tá dando muita oportunidade pra quem tá vindo de longe né, muita oportunidade tá tendo... bastante oportunidade. Eu acho assim muito legal. [...]Bom demais, porque dependendo dos lugares o ensino é muito fraco, é muito assim, lento, devagar... aqui em Venda Nova não, já é um ensino mais assim confiável, mais rígido, muitas pessoas vem assim, de... da roça, Pedra Azul, vem de outros lugares pra estudar. (Jovem 2)*

4 PROJOVEM ADOLESCENTE E A VIDA DOS JOVENS: CONEXÕES, RESISTÊNCIAS, APROPRIAÇÕES E INTERFERÊNCIAS

4.1 UM ATALHO-MÉTODO: A JUVENTUDE FALA POR SI

Desde o momento que entrei no mestrado, passando pelas discussões das aulas e o início da pesquisa de campo, a definição de Venda Nova do Imigrante como campo de análise da pesquisa foi motivo de questionamentos e perguntas do tipo: por que Venda Nova? Você terá condições de realizar a pesquisa em Venda Nova? Será preciso mergulho no campo, você tem disponibilidade para isso? Muitas de tais questões emergem da situação de que atualmente vivo na Grande Vitória[89], local onde moro, trabalho e fiz a formação de mestrado.

Cabe assinalar que não é uma escolha aleatória. Vivi no município por pouco mais de três anos como trabalhador e morador, sendo momento importante de minha trajetória de vida, onde vivi muitos momentos de alegria, mas também momentos de aflição. O “mergulho” na cidade, o trabalho, as amizades, os cheiros, os sabores, os lugares por onde passei e me relacionei durante esse tempo são experiências importantes que delinearam a escolha de campo e comparecem nessa pesquisa. Nossa escolha metodológica não é baseada em racionalismos experimentais estritamente atualizados e visíveis, busca de leis, neutralidade ou recortes atuais.

Para mim, realizar a pesquisa em Venda Nova, mesmo com a dificuldade de não poder viver na cidade integralmente, fisicamente falando, de corpo, morando a mais de 100 km da cidade; não era e não foi um problema. A experiência e todas conexões que ainda tenho, os momentos de visita que faço, os contatos que tenho e as viagens que fiz para a realização do campo foram ferramentas e elementos que compuseram a pesquisa e tal situação foi vivida, e será analisada e exposta.

Ao se embrenhar no caminho da produção de conhecimento é preciso demarcar um posicionamento. O fazer a pesquisa é fruto de uma escolha, um tipo de política de se realizar pesquisa. Tendo como base esse princípio, o método utilizado foi

[89] Região Metropolitana próxima à capital do Estado do Espírito Santo que compreende os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

construído de forma a delinear um processo metodológico que afirmasse a potência nos encontros realizados com os jovens.

Parafraseando Cordeiro (2009, p. 63):

> Busco refletir sobre um atalho-método em meu estudo que permita falar também de outras formas de produção de conhecimento. Talvez o desafio seja persistir em ter a pesquisa, a construção de conceitos e análises, como uma caixa de ferramentas [...]

O nosso atalho-método consistiu em criar instrumentos e estabelecer encontros abertos ao que viria a surgir sem querer fazer generalizações sobre o que é ser um jovem, um adolescente, ou uma avaliação geral do Projovem Adolescente, da política de Assistência Social ou qualquer outra totalização. Nossa aposta não é um "encaixotamento" do objeto, mas sim o campo de possíveis que comparecem e se atualizam nesses encontros.

A perspectiva de pesquisa aqui adotada, aponta para o conceito de implicação formulado por Lourau, saindo de um posicionamento do pesquisador-neutro, para a análise de nossas relações, pertencimentos, atravessamentos:

> Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas implicações) é ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc. Com o saber científico anulo o saber das mulheres, das crianças, dos loucos – o saber social, cada vez mais reprimido como culpado e inferior. (LOURAU, 1980 *apud* COIMBRA e NASCIMENTO, 2003, p. 34)

De tal forma, é coerente dizer que não há neutralidade desde a escolha de qual pesquisa fazer e o como realiza-la. Com nossa pesquisa objetivamos analisar como o serviço Projovem Adolescente de Venda Nova do Imigrante tem se inserido na vida de jovens que participaram dele. Quais as transformações nas relações com o mundo tem se produzido? Quais as interferências na vida dos jovens participantes?

A proposta metodológica foi efetuar conversações para que os jovens pudessem falar do seu processo; suas impressões, experiências, idéias, encontros, afetos, pensamentos, sentimentos com relação ao serviço. Criar questões conjuntamente com os jovens, trilhar caminhos, construir possibilidades, questionar e refletir a própria política adotada para ele.

A estratégia metodológica aqui é alinhada à afirmação de Foucault (1984) de que as massas não precisam dos intelectuais para saber; elas sabem muito melhor do que eles, mas que existe um sistema de poder, uma relação de forças, que impede esse discurso e esse saber. Dessa forma, a aposta metodológica foi a de reverter essa lógica hegemônica, e os jovens falariam por si mesmos.

Nesse sentido, outra questão que se levantou foi também problematizar a posição colocada para o adolescente nos discursos naturalizados, que acabam por “calar” os múltiplos modos de existência juvenis; a de que o adolescente é objeto exacerbado de uma série de atributos psicologizantes e biologizantes, marcado por mudanças hormonais, físicas, glandulares, causando rebeldia, entusiasmo, timidez e introspecção, uma espécie de identidade adolescente.

Para realizar a discussão proposta foi eleito como público-alvo da pesquisa os jovens que já haviam participado do serviço socioeducativo Projovem Adolescente e e já haviam finalizado as atividades no programa.

A fim de se operacionalizar a pesquisa foi-se delineado dois momentos que foram realizados em paralelo. Um deles foi algumas visitas realizadas ao CRAS de Venda Nova, um retorno ao equipamento que havia trabalhado, onde realizei conversas com os profissionais e estive acompanhando algumas atividades que são desenvolvidas, e também analisei documentos variados relativos ao Projovem Adolescente, de forma a conseguir dados sobre os jovens que participaram do serviço. E o segundo ponto foram os encontros realizados com os jovens para conversas acerca das questões que permeavam esta pesquisa e abertas às indagações formuladas pelos jovens.

Ressalta-se que no mês de setembro de 2012[90] e fevereiro de 2013, em contato com a coordenação do CRAS e com a equipe do Projovem Adolescente fora pactuado a viabilidade de realizar a pesquisa documental no CRAS. Nas conversas realizadas acenou-se positivamente pela realização e pela contribuição no que for necessário para o desenvolvimento das atividades planejadas.

---

[90] Também explicitei a proposta da pesquisa para a Secretária de Assistência Social de Venda Nova do Imigrante.

Realizei visitas durante o ano de 2013 ao CRAS com periodicidade de cerca de quinze dias – de maio a novembro - e analisei os formulários de inscrição do Projovem, dados do CADúnico dos jovens que participaram do serviço, fichas de presença, relatórios, anotações sobre as atividades desenvolvidas. Muitos dados não foram usados diretamente na pesquisa, pois nosso foco principal nesta pesquisa são as conversas estabelecidas com os jovens, mas deram subsídios juntamente com a experiência que tive quando trabalhei na equipe, para entender como o Projovem vem sendo desenvolvido. Durante o mesmo período foram realizados os encontros com os jovens em lugares diversos, de acordo com o que cada um deles nos acenava, a maioria foi realizada no próprio CRAS, um deles em um bar/restaurante de um hotel/posto de gasolina da cidade.

A proposta era um local em que o jovem se sentisse à vontade e caso quisesse poderia propor onde seria a conversa, para além de espaços formais como o CRAS; o encontro no restaurante foi à noite após jornada de trabalho das jovens. Outro encontro seria na praça da Vila Betânea em um sábado, mas acabou não ocorrendo. No dia esperei a jovem no local e esta não compareceu. Tentei contatá-la via telefone, mas não obtive resposta. Depois descobri que tinha dois números celulares anotados e o que enviei a mensagem era antigo e alguns dias depois, já na Grande Vitória, quando consegui enviar mensagem via *internet*, esta não respondeu o motivo de não ter ido ao encontro.

É importante expor como me contatei com os jovens que participaram do Projovem. Com alguns jovens tive contato quando, ao circular pela cidade, os encontrava e revia, assim propunha outros momentos marcados para conversarmos sobre a pesquisa; com um deles reforcei a proposta quanto o encontrei no CRAS, pois ainda participava de algumas atividades no equipamento. Com muita alegria, ao andar pela cidade no período de pesquisa “esbarrei” com várias pessoas que conheci na época que lá morei e estabeleci bons encontros e conversas, às vezes mesmo que rápidas, seja na calçada, nas ruas, na rodoviária, nos supermercados. Também fiz visitas a uma escola, biblioteca, prefeitura, secretária de educação e de assistência social e pude encontrar rostos conhecidos. Nesse circular encontrei com alguns jovens que pude rever após dois anos que já havia ido para Grande Vitória.

Com outros jovens, a princípio, a estratégia seria de estabelecer contatos via telefone, mas como os formulários de inscrição do Projovem – ficha que continha os contatos – eram antigas, resolvi tentar uma outra alternativa. Contribuiu também para essa mudança de estratégia uma conversa com a atual técnica de referência do programa quando assinalou que o próprio CRAS às vezes tem dificuldade para contatar as famílias, devido a cadastros antigos. Nesse sentido, pensei em utilizar uma ferramenta de comunicação, que podemos analisar como mais atual e que possui uma certa adesão de jovens – a *internet*. Muitos contatos foram realizados via rede social *Facebook*. Já tinha alguns jovens em minha rede de amigos e fui adicionando novos jovens, entrando em contato, explicando o propósito da pesquisa e propondo os encontros. Vale destacar e analisar que conseguir encontros com os jovens que ao finalizar o Projovem em sua grande maioria não participaram mais de atividades no CRAS foi mais complicado, e a *internet* foi ferramenta importante para a reaproximação dos jovens.

Essa marcação de encontros se mostrou por muitas vezes com dificuldade, pois tivemos que alinhar minha agenda com as dos jovens, que viviam uma diversidade de atividades após terminarem o Projovem. Inclusive, alguns encontros não foram realizados, devido a desencontros, esquecimentos, alguns em que não tive resposta do não comparecimento e outros em que prontamente os jovens explicavam o porquê do desencontro. Alguns jovens se propuseram a conversar, mas tinham possibilidade de horário reduzido, e quando tentávamos marcar não conseguimos. Com outros não consegui resposta da proposta de conversa a se realizar. É importante pontuar que essa reaproximação com jovens que já não tinha contato a um tempo, acrescido do fato de exercerem atividades em locais variados, além do local de moradia também ser diverso era um dificultador e, aos poucos, tive que ir trabalhando para delinear a melhor forma de reaproximação e marcação dos encontros.

Foi elaborado um roteiro com as seguintes perguntas disparadoras: Como estava a vida? Como vê o Projovem na sua vida? Como procurou aproximação com o Programa? Como foi estar no Projovem? Como essa experiência de participação no Projovem interferiu na vida? As conversas foram realizadas de forma aberta em uma relação dialógica, atenta aos passos para onde as conversas caminhavam. Foram

feitas conversas com seis jovens que participaram do primeiro coletivo (2010/2011), sendo que com dois jovens individualmente e os outros quatro em duas duplas.

Com relação às conversas em duplas, o contato foi com apenas um dos jovens. Para realizar uma das duplas, uma jovem perguntou se a conversa podia ser em grupo e convidou algumas amigas, sendo que uma dessas compareceu. Com relação à outra dupla, expliquei a possibilidade da conversa em grupo e a jovem convidou um amigo. Assim, como na época de Projovem Adolescente em que convidavam seus amigos a participar, os jovens foram compondo como que poderia ser o método da pesquisa.

As conversas individuais e em grupo produziram discussões coletivas em que estes puderam falar de sua vida e do processo de participação em uma política para juventude.

Partiremos das discussões e dos direcionamentos enunciados pelos jovens nas conversas que traçamos, estabelecendo novos diálogos com os jovens no texto, trazendo linhas de análise que são levantadas pelas suas falas. Não se trata do pesquisador isolado em seu texto como se os jovens estivessem em um local e esse em outro, mas sim todos os encontros com esses jovens presentes aqui. Lembro-me do amigo de orientação de mestrado Antônio, quando disse que eu também era jovem. Dessa forma não há uma separação estrita entre pesquisador e objeto, há uma mistura.

4.2 VIDAS E SONHOS JUVENIS

> [...] pode-se pensar que as políticas que incidem sobre a vida abarcam tanto dispositivos de poder quanto exercícios de resistências. Tensão que se faz na gestão cotidiana de cada uma de nossas vidas. Assim, coloca-se uma necessidade incessante de avaliarmos o quanto se contribui para a mortificação ou para a expansão da vida (MACHADO e LAVRADOR, 2010, p.118).

Um dos pontos abordados nas conversas com os jovens foi sobre como estavam, o que estavam fazendo, como foi a vida após a participação no Projovem Adolescente. A vida em sua multiplicidade, os diversos caminhos trilhados e apostas. Quais trajetórias de vida haviam construído.

Algumas conversas com os trabalhadores do CRAS assinalavam um pouco sobre como os jovens que participaram do Programa estariam vivendo: alguns estariam mais rebeldes, outros mais “soltos” socialmente, outros trabalhando, alguns ainda participaram de algumas atividades como oficina de violão, informática ou cursos no CRAS, um havia passado por episódio de conflito com a lei. São informações que nos dão certa noção, mas ainda são falas de alguém sobre o jovem, e nossa intenção é a de que eles falem sobre a sua própria vida.

Eu mesmo, nesse período também havia tido notícias de alguns jovens por meio de notícias na *internet*. Vi jovens que participaram do Projovem ganhando prêmios no atletismo[91], representando o município em competições nacionais e o Brasil em torneios internacionais. Assisti um vídeo de uma jovem fazendo uma declaração de amor ao marido que passou em um programa de TV. Li texto de uma jovem que participou do Projovem ser publicado no jornal A Gazeta sobre sua preocupação com as causas ambientais.

Todas essas notícias e movimentos dos jovens que tive conhecimento me bateram com um misto de alegria e satisfação. Quando trabalhei no CRAS tinha algumas apostas com relação à juventude. Uma delas era a possibilidade do equipamento poder compor essa vida do jovem no sentido de disparar exercícios de autonomia, como também ser um espaço de transformação e expressão do jovem. Ficava alegre ao ver a infinidade de conexões de vida que esse jovens poderiam traçar para além de espaços definidos, processos marcados pelo preconceito e estigmatização e rótulos como o do “aluno-problema”, “família desestruturada”, “pessoal do Camargo”. Algo me dizia que o Projovem era para incomodar. Esses jovens circularem pela cidade e traçarem seus caminhos de vida eram interferências no modo de funcionamento do município que invisibilizava aqueles que moravam em regiões mais empobrecidas.

Estavam circulando pela cidade e sendo notícia. É a aposta e a alegria de ver esses jovens ocupando espaços nas diversas possibilidades de vida, desde na participação em um esporte, aparecendo na TV, ou escrevendo uma carta para um

[91] Há um projeto já há bastante tempo em Venda Nova voltado ao Atletismo e muitos jovens que participaram do Projovem Adolecente o integraram. Hoje, alguns tem o esporte como atividade integrante de suas vidas.

jornal. A alegria de “ver” novamente esses jovens e perceber como a vida pulsa e traça caminhos potentes.

Os jovens que falamos, como debatido no capítulo anterior, eram à época da participação em sua maioria de regiões mais empobrecidas do município de Venda Nova do Imigrante, de famílias que recebiam o Bolsa Família, de escola pública e muitos com histórico de repetências. Com relação aos aspectos étnicos a maioria não é de origem italiana, cuja história oficial dá grande visibilidade, são jovens em que a maioria das famílias são de outros municípios e com declaração de cor/etnia preta ou parda. A invisibilização aliada a mecanismos de preconceito racial, social e territorial são aspectos que tem permeado a relação com a população dessas regiões.

Diante desse contexto como as vidas desses jovens foram traçadas, tanto com relação às dificuldades apontadas e quanto aos escapes dessa precarização, quais os caminhos e diversidades de vida que os jovens entrevistados traçaram?

Um ponto que permeia a vida dos jovens e que compareceu em todas as conversas foi a questão da escolarização. Vale relembrar a conexão que o Projovem tem com esse tema ao traçar com um dos seus objetivos o retorno e a permanência dos jovens na escola. Alguns haviam terminado ou ainda cursavam o Ensino Médio, outros estavam no Ensino Fundamental ou saído da escola, mas em todas as ocasiões apontam a escola ao falar da vida após o Projovem. Relataram que buscavam continuar os estudos e a maioria citava o desejo de fazer uma faculdade. Em uma das falas evidencia-se a experiência desses jovens na participação de processos seletivos de bolsas em instituições particulares, vestibulares e como esse caminho é marcado por entraves:

> *Então, por causa de questão de bolsa. Hoje em dia, o curso que você quer, que você pretende, igual no meu caso, é um preço mais... mais... bem mais caro, difícil de tá pagando né, e como todo mundo assim... temos bolsa, é bom a gente procurar, entendeu? E... mas só que tá bem difícil essa questão porque com a nota do ENEM, dependendo da sua nota você consegue ou não passar no curso que você deseja. No meu caso eu consegui no caso de suplência, né, e aí eu estou aguardando e vamos ver se eu vou conseguir até o... pro segundo semestre no caso.[...] O curso é Ciências Biológicas. Tem como eles chamarem no próximo semestre, né, no caso se a faculdade se inscrever no processo pro*

> *segundo semestre, se num se inscrever e ai no caso eu to descartada. [...] Sim, e aí no ano que vem tentaria novamente, só que nesse meio tempo assim, nessa questão do ano, é... tem também o Sisu que vai sair agora, é... acho que o Prouni também vai sair, vestibular de inverno na UFES... e tem que ir tentando né... pra se conseguir esse ano, melhor ainda, se não...[...] No curso? Ah, é porque eu sempre gostei muito de natureza, sempre gostei de árvore, essas coisas assim, animais, e sempre me dei bem né, na matéria Biologia... aí eu pensei, analisei... é isso mesmo que eu quero fazer, no entanto eu queria fazer Engenharia Ambiental ou Florestal, mas só que como eu posso tá fazendo a Biológicas e depois tá fazendo a Ambiental assim, num curto período né... aí eu decidi fazer as Biológicas primeiro. (Jovem 1)*

A fala expressa uma problemática com relação ao acesso à universidade e traz várias faces da política de educação superior instalada no Brasil atualmente. Enquanto a criação de vagas ou novas universidades públicas cresce a “passos de formiga” ou são iniciativas postergadas, presencia-se uma política de expansão do acesso ao ensino superior com um viés privatizante. Tal política investe em financiamento através de dinheiro público de vagas na rede particular de ensino superior, enquanto a precarização das universidades públicas brasileiras se instala. Há um crescimento do financiamento de bolsas em instituições privadas de ensino superior em programas oficiais do governo por intermédio do Ministério da Educação (MEC) como o Programa Universidade para Todos (Prouni). Nesse modelo há um limite de bolsas financiadas pelo governo, gerando uma disputa entre os que querem acessá-la em um modelo de prova – Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é “vendido” como uma forma de superação do vestibular. Mas que, reproduz ainda o modelo de avaliação meritocrática por meio de uma nota para o acesso à vaga e como Jovem 1 afirma “descarta” tantos outros jovens que gostariam de acessar a universidade.

Outra face da política educacional, como veremos em várias falas dos jovens, é o impulsionamento destes para cursos que seriam de mais fácil acesso devido ao maior número de bolsas (pois são mais baratos). Muitos jovens se vêem obrigados a mudar de opção de curso pela dificuldade para se conseguir bolsas em alguns cursos que ainda são muito elitizados. Há uma expansão de vagas na rede particular, mas direcionadas a determinados cursos. O Prouni dentre seus pré-requisitos afirma que: para concorrer às bolsas integrais os candidatos devem ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio per capita e, para as

bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos por pessoa (BRASIL, 2014a), ou seja, é destinado às pessoas de baixa renda. Nesse sentido, o aumento de bolsas para determinados cursos em detrimento de outros mais elitizados reproduz uma divisão: profissões de pobres e profissões de ricos.

> *Eu queria fazer Arquitetura, mas só que... como tá meio longe ao meu al... alcance no momento, eu vou tentar fazer Pedagogia primeiro pra depois fazer Arquitetura. [...] Pedagogia no caso seria aqui mesmo em Venda Nova e... se eu conseguir arrumar um emprego bom, conseguir um bom dinheiro pra... pagar outra faculdade, eu vou pra Vitória... estudar lá... [...]*Não, eu vou tentar ganhar bolsa. [...] *Olha, pela nota do ENEM. Tem que tirar mais que 450, aí as maiores notas concorrentes à bolsa, a que foi maior ganha. Aí no caso, acho que é 5 bolsas que tem... [...]Pedagogia eu acho que é 5. [...] Tentei. [...]Vou fazer de novo esse ano. (Jovem 3)*

> *Olha, no início eu pensava muito assim, eu gostaria muito, se eu tivesse uma oportunidade de fazer uma faculdade de Direito. Mas eu... eu fiquei meio em dúvida assim e acabei querendo Psicologia. Eu acho muito interessante e eu vou... lutar muito, num tem...é... pra conseguir talvez uma bolsa de estudo, eu acho que... num é impossível pra ninguém. Tem que se esforçar é lógico né, mas se eu tiver uma oportunidade eu quero fazer Psicologia.[...] Se não for possível, talvez seja muito caro, alguma coisa assim... fazer alguma coisa que tiver ao meu alcance. Ah, num, num tenho condição Psicologia, então faço uma Pedagogia, alguma coisa, mas não assim, só porque não consigo é parar assim, esperar o tempo passar e não fazer nada. [...]Se não foi conseguir Psicologia, uma Pedagogia, qualquer outra... qualquer outra coisa, desde que não fique do jeito que tá. [...] Não, ENEM eu fiz. Só que eu nem olhei o resultado...rsrs... eu nem olhei o resultado. [...]É. Aham. Eu não sei como eu fui no ENEM.[...] E aproveitar, por exemplo eu... eu penso fazer uma faculdade de Direi... de Psicologia, mas eu não tenho condições de pagar agora. Aí, entendeu... aí eu penso assim "ah, então acabou" assim. Eu acho que a gente tem que... pensar mais alto, mas também ver o que... as possibilidades, entendeu? O que eu posso fazer no momento.(Jovem 5)*

No funcionamento do capitalismo fatores como a competição meritocrática e a privatização das questões sociais são bem marcantes. Isso implica em que os embates do campo socio-político da ordem do coletivo são abafados e esvaziados ao reduzi-los ao âmbito individual. Nesse sentido, adotar um sistema de notas para se chegar à graduação instalaria uma competição entre as pessoas tornando a questão individualizada, excluindo do debate o fato de não haver, por exemplo, um número significativo de vagas públicas criadas. Essa individualização produz como

um dos seus efeitos uma noção de que os indivíduos alcançarem ou não a faculdade seria porque não se esforçaram para tal ou porque não possuem condições para isso.

O impulsionamento dos jovens para cursos de “mais fácil acesso” que é produzido por mecanismos políticos instalados no Brasil, como debatido, também tem sido reduzido a uma questão privada. É como se a dificuldade de cursar uma faculdade que desejam fosse fruto de esforço ou não para alcança-la. Todas as condições que não são criadas por meio de uma política pública recaem na culpabilização dos sujeitos, como se conseguir acessar um curso “mais difícil” e “mais caro” fosse fruto do suor de cada um. Nesse sentido, naturalizam-se as desigualdades de oportunidades criadas, culpabilizando os pobres por não conseguirem transformar sua realidade e não alçar melhores condições de vida devido a uma dita natureza faltante.

Tal situação também é visível na universidade pública. O sistema de vestibular ou do ENEM produz uma competição que tem privilegiado há anos as instituições particulares “especialistas” em cursinhos pré-vestibulares que treinam as pessoas para “sugarem” os conteúdos do vestibular e ficarem supostamente “mais preparados” para passar na prova. Tal situação privilegia claramente àqueles que possuem poder financeiro para pagar tais serviços, e tiveram sua formação em escolas particulares gerando uma universidade pública elitizada. Devemos evidenciar que, historicamente, várias camadas da sociedade foram dificultadas de terem acesso à universidade como os negros e pobres. Hoje, tenta-se a partir da política de cotas diminuírem um pouco o impacto histórico do déficit de oportunidades que se produziram. É uma iniciativa importante, mas não é somente tal ação que resolverá as inúmeras relações preconceituosas, a precarização da escola pública e as práticas sociais perpetuadoras da desigualdade social

O sistema de Seleção Unificada (Sisu) programa do Governo Federal também citado por Jovem 1 é baseado em um cadastro de instituições públicas, pelo qual o aluno ingressa na faculdade por meio da nota do ENEM. Mesmo no sistema público em que o vestibular também vem sido abolido, a competição em se alcançar notas altas no exame é o que decide a vaga em um curso e a baixa oferta de vagas também impulsiona os jovens a tentarem adequar seus desejos de curso, de acordo com

uma nota emitida pelo ENEM, visto que assim como afirmam a nota necessária em determinados cursos é alta.

Os jovens de parcelas mais empobrecidas e do interior do Estado sofrem mais ainda, frente à dificuldades que é se manter às vezes em regiões que estão longe de sua moradia, redundando em gastos de outras ordens como aluguel, transporte, alimentação, material de estudo. Apresenta-se um terreno em que as condições para a permanência destes não foram criadas. No Espírito Santo, só há 01 universidade pública, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com seus campi em Vitória, Alegre e São Mateus, porém muitos cursos são exclusivos de algum campus. Ainda há os IFES (houve uma franca expansão dos IFES no estado) que oferecem alguns cursos superiores, mas nem todos ofertam ensino superior e muitos são voltados à área de exatas e aos cursos técnicos de nível médio, deixando muitas escolhas a mercê das tentativas de bolsa de estudos. Vale também citar a luta de vários movimentos sociais pela criação da Universidade Estadual do Espírito Santo, há anos, mostrando a não prioridade nesse campo por parte do governo estadual.

O governo federal tem criado pólos de educação à distância (EAD) no interior (há um em Venda Nova), ofertando vagas em cursos superiores à distância através do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Parece ser uma iniciativa “mais fácil” para o governo, que ao invés de criar vagas públicas presenciais, relegam aos que moram no interior os cursos à distância. Por intermédio desse acesso ao ensino superior vai-se produzindo também certo fosso elitista, privilegiando ainda certas regiões do país e dificultando outras, sem contar que nesses cursos à distância as possibilidade de escolha de graduação também são diminutas em relação às presenciais. Também se configura novamente a oferta de determinados cursos como os de licenciatura. Novamente vê-se que a política de educação superior do Brasil tem reproduzido a elitização de certas profissões, e no caso do interior com a não criação de condições para a realização de cursos presenciais, seja próximo de seus municípios ou se precisarem permanecer em outras cidades distantes.

No sentido da dificuldade que é um jovem de Venda Nova do Imigrante mudar para a Grande Vitória, por exemplo, para realizar uma faculdade, a próxima fala traz a

experiência dos irmãos do Jovem 3 demonstrando como essa dificuldade é vivenciada:

> *Mas só que meus dois irmãos há uns... três meses, quatro meses atrás, eles tinham ido pra Vitória morar lá, tentar estudar, mas só que aí não deu certo e aí eles voltaram. [...] Eles voltaram agora. Semana passada que eles voltaram.[...] Começaram a estudar lá na FAESA[92]. [...] Foram fazer faculdade...[...]Olha, eles não tavam conseguindo fiador... e porque também num tavam conseguindo manter a casa. [...] Era muito custo. Aluguel lá é super caro. Aluguel lá é super caro.* Comida também. Tudo [...] *(Jovem 3)*

Tal mecanismo impulsiona muitos jovens de Venda Nova do Imigrante a tentarem fazer as graduações em locais mais próximos, dessa forma restariam algumas opções mais restritas de formação em faculdades particulares no próprio município; ou através da política de bolsas que reserva um número diminuto de vagas ou pagando as mensalidades dos cursos. Dessa forma, o sonho dos jovens, em alguns casos, é dificultado por uma política de curso superior que privilegia as camadas mais abastadas e que não dá subsídios aos jovens do interior para realizarem seus estudos. Mesmo na UFES, onde já se passaram 60 anos de sua fundação, não há moradia estudantil, bandeira de luta da comunidade universitária há anos. Nesse sentido o acesso à universidade não se faz somente abrindo vagas, mas criando condições para que os alunos permaneçam e aí se inclui a moradia, a alimentação, o acesso aos materiais de estudo como livros, de consumo, internet e material de consumo.

> *Eu penso...Eu penso em tentar uma bolsa, mas sempre assim com a minha opção de continuar trabalhando e tá pagando né, porque pedagogia não é muito pesado prum bolso de uma pessoa. Pedagogia é 395 reais por mês, assim... tirando fora os negócio que tem que comprar mas você pode tá pagando depois, parcelamento, que eles parcela ali... direitinho. Aí se fosse tentando né, conciliando os dois, porque seus sonhos, continua com seus sonhos e a gente vai atrás né, larga, larga, a gente larga mão de várias coisas pra correr atrás dos seus sonhos. [...]Eu queria uma coisa assim mais perto, ficar mais perto da minha família, não longe assim... porque eu tenho medo e tal... (Jovem 2)*

---

[92] A Faculdades Integradas Espírito Santenses (FAESA) é uma instituição de ensino superior particular localizada no município de Vitória-ES.

Interessante também pontuar como para se conseguir o que era para ser um direito à formação, que é negado pelos entraves da própria política de educação adotada no Brasil, os jovens criam alguns mecanismos para viabilizar as possibilidades que possam surgir. Diante do fechamento das oportunidades que os impulsiona para formação em universidades particulares, muitas de nossas conversas revelaram que para tal situação se torna necessário criar algumas alternativas e o trabalho concomitante à faculdade seria uma das soluções. É importante expor como o trabalho aqui é descrito como um meio para se alcançar o sonho, como apontou um dos jovens dizendo que conseguindo "um bom dinheiro" fará sua faculdade em Vitória, ou seja, trabalha-se para conseguir continuar os estudos. Outra estratégia que presenciamos foi a realização de concursos públicos para um vínculo provisório para ajudar nas mensalidades e depois seguir carreira naquilo que o jovem deseja que é a sua formação em ensino superior. Essa noção de trabalho enquanto um meio para se alcançar a formação universitária não é um dado novo, já que em várias discussões sobre o trabalho na vida dos jovens das camadas empobrecidas se discute a evasão escolar ou o trabalho como um complemento à renda familiar.

> *Pedagogia, depois uma de Direito, poder subir na vida né... penso entrar na PM também, se eu não conseguir uma faculdade de Pedagogia, tal coisa, não conseguir pagar, fazer a prova da PM, tá entrando e tal... conseguindo né...um dinheiro pra tá conciliando os dois [...] pra mim tá fazendo. [...]Tenho, nossa, adoro, adoro Pedagogia, adoro assim, mexer com criança, adoro criança. Eu penso assim fazer Filosofia, Sociologia se eu não for fazer... entrar numa coisa assim, eu gosto de discutir sobre as coisas, consequência da vida, nossa... eu falo demais da conta... deu pra perceber já... rsrs, né Jovem 3... [...]mas assim eu gosto, tipo eu gosto, bola... bola pra frente né... tentar né, conseguir, ter fé em Deus que uma hora eu chego lá, um dia eu chego lá (Jovem 2)*

> *Hoje? Ah... sair com os amigos né, por enquanto, hum... estudar também nas horas vagas, estudar pra concursos também, que tá sendo bom, é isso... [...] eu fiz o do BANESTES, que saiu... semana passada... [...] Então, concurso né, serve igual pra arrumar um emprego temporário né, enquanto, pode ser até ser um emprego se, no caso não conseguir bolsa de estudo pra tá ajudando no pagamento do, do, da faculdade, então, é, mas... é uma coisa temporária né, enquanto você estuda, porque depois que você termina, você vai visar né, o que você se formou, o que você pretende. [...]Isso, um trabalho temporário, mas que possa me ajudar né, na conclusão dos meus estudos (Jovem 1)*

Assim, na vida dos jovens entrevistados a escola e o trabalho se encontram em diversas possibilidades de caminhos e uma delas é aliar os dois: um exercício de esforço e cansaço:

> *Não, é... eu continuo estudando né, e tô trabalhando no S... o dia todo né, trabalho das 7 e meia às 5 e meia e estudo das... 6, cinco e meia... 6 e meia até as 10 e meia da noite. – Ah, é muito puxado, nossa eu chego na escola morto... rs... às vezes você dorme até na mesa... rs... eu já cochilei vários, nossa, cochilo ainda várias vezes na mesa. Ah, mas os professores entendem que a gente trabalha, que... no dia a dia é pesado, mais S. que é pesado, é um corre-corre, mais começo de mês, final de mês é um corre-corre lá de compras, no balcão. Igual hoje, hoje teve que vim cá fazer reunião, mas eu avisei lá o pessoal, eles entende né... saí hoje até um pouquinho mais tarde lá, sai era 6 e 10... (Jovem 2)*

O Jovem 2 está no Ensino Médio, tem histórico de algumas “reprovações” e possui uma jornada intensa, conciliando um trabalho integral com o estudo noturno. Fala de algumas dificuldades no âmbito escolar, onde ora há o entendimento de tal situação, ora uma visão da escola que não leva em conta o cansaço de jovens que aliam trabalho e escola. Novamente a noção do esforço pessoal e individual vem à tona. A concepção de pobreza como fruto dos vícios, como conceituaram várias teorias “ditas científicas” preconceituosas de cunho higienista e eugenista, torna os jovens culpados pelas suas condições, e tais noções ainda circulam em nosso dia a dia, o que naturaliza uma série de processos produzidos historicamente.

O fato de jovens terem que aliar escola e trabalho produz um corpo cansado, que é muitas vezes enaltecido como expressão do esforço individual: para se “vencer” e conseguir os seus sonhos é preciso se cansar, suar e, caso “durma”, “feche o olhos” seria um sinal de fraqueza e de não estar focado no seu objetivo. Ao não se criar condições de permanência do jovem com uma escola pouco atrativa, e ao tornar os indivíduos que pertencem às camadas mais empobrecidas como os responsáveis para mudar sua situação deixa-se de se visibilizar o processo de produção destas desigualdades. Um dos efeitos desse processo é justamente os jovens dessas camadas terem que se dedicar ao trabalho, produzindo tanto a evasão quanto o cansaço, aliado ao esforço às vezes “sobrehumano” de nossos jovens em jornadas duplas para continuar na escola. Se só estes teriam o poder de mudar a situação e a escola é tematizada como o caminho para a salvação; persistir nela mesmo em condições precárias vai se tornando um imperativo.

> *Aí depois puxou, Matemática, noh, matemática puxou bastante, começou a entrar negocio de delta, é uma... uma equação em cima da outra, uma matéria em cima da outra, os professores dizendo muito ignorante e tal, aí no ano passado no primeiro ano até que entrou professores gente boa, legal, ajudou bastante, muito a gente, muito a gente, aí eu graças a Deus consegui passar né... pro segundo ano esse ano, vão ver né! Professor falou que eu vou passar né, que pelo esforço que eu to tendo e tal, indo à escola todo dia sem faltar, prestando atenção na aula, porque é sono demais... pesado demais, ainda mais que eles fica passando filme pra fazer resumo, dá um sono, aí pesa meu olhinho, começa a fechar, aí o professor sempre do lado me cutucando... mas assim, eu gosto de estudar ali no F. , tirando uns professores e uma coordenadora, tem a diretora tb, rsrs... que Deus me livre, aquilo lá é cobra, cobra[...]Tão mais rígidas, eles acham assim que... que a gente tão... em tal lugar assim, a gente num levam nada a sério... né, a gente tão levando a sério, mas a gente tão ali, a gente tão estudando, trabalhando, estudando a noite, a gente sabe o que a gente que quer, eles não precisam tá todo... todo dia, toda hora, assim... relembrando o que que a gente tão fazendo ali, assim, num quer estudar, fica em casa, vai dormir, é melhor! Porque é atrapalhar as pessoas querem estar estudando... eu acho assim... (Jovem 2)*

Para muitos jovens pobres a entrada no mercado de trabalho se efetua muito cedo. Contribuir financeiramente para a família é uma situação posta desde tenra idade. Nesse sentido, muitas crianças (apesar de não ser uma prática legalizada) começam a trabalhar em empregos informais e bicos a fim de ajudar seus responsáveis. Aliado a um sistema escolar que está permeado por práticas autoritárias, burocratizadas e hierarquizadas a evasão escolar aumenta. Quando alguns jovens permanecem estudando o cansaço de trabalhar e estudar comparece diariamente. Práticas tutelares e moralizantes presentes na escola, marcadas por punições e repetição de “conselhos”, sermões e “esporros” tendem a dificultar ainda mais o caminho do jovem na escola, sendo mais um obstáculo à sua formação. Nesse sentido, permanecer na escola ou sair dela configurariam em possíveis escapes: um pela recusa de um sistema tutelador e estigmatizador, o outro pelo enfrentamento de práticas que produzem o desistir. O Jovem 2 fala de uma prática da direção escolar de relembrar diariamente o porquê de estarem na escola, o que funciona como uma dupla punição, além de estar cansado da jornada de trabalho é alvo de avaliações taxativas ao se mostrar cansado.

> *Tipo assim, minha mãe na “panha” de café agora. Ela tá panhando... ela trabalha na casa de família, toma conta de uma menininha, faz tudo lá e toma conta da menina até meio dia. Meu*

> *pai trabalha na roça o dia todo, faz tudo na roça. Aí depois de meio dia o meu pai vem na hora do almoço, busca minha mãe, leva minha mãe na roça pra panhar café. E ai no período de panha de café ela trabalha na roça também. Assim, eu acho assim, é muito bonito o que eles tão fazendo né, porque meu pai já tá com 45, minha mãe já tá com 40 anos, tem pais, mães aí, que fica o dia inteiro de bunda pra cima né, porque já tem a vida ganha... eu acho assim que eu pretendo crescer na vida pra dar uma vida melhor pra eles. [...]Tirar meu pai e minha mãe, assim, desses negocio, porque acho que eles não merece mais não né, já passou da hora deles curtir a vida, cuidar da saúde deles, cuidar da vida deles...[...] Desde os meus 10 anos. Tomando conta de criança comecei, depois comecei a trabalhar em casa de família também... aí depois eu comecei em loja né, de... pedi uma oportunidade em loja [...]Ah, eu penso assim, eu... igual eu falo pra todo mundo, estudo é muito importante pra todo mundo, eu nunca vou parar de estudar... eu já pensei várias vezes em parar de estudar... aí, mas sempre vem na minha cabeça, "ah eu vou parar de estudar porque eu acho que..." "ah, eu num to aguentando mais" tal, mas eu penso em primeiramente... não "ni" mim, mas sim na minha família que me criou até hoje... eu posso dar um futuro melhor pros meus pais, pra minha mãe no dia de amanhã. Eu posso ser alguém, não assim, não ter dinheiro, ter uma mansão... e tal, mas assim, ajudar eles né, ajudar a comprar as coisas dele, a tirar meu pai e minha mãe da roça, assim, seria muito bom... eu ter um futuro bom, eu penso fazer uma faculdade... (Jovem 2)*

O cansaço e a dificuldade de conjugar trabalho e escola são relatados como um dilema: parar os estudos para seguir trabalhando devido a necessidade ou continuar estudando devido à aposta de ter melhores condições de vida, realização de uma faculdade, emprego melhor. Tal dilema surge na vida de diversos jovens das parcelas empobrecidas brasileiras e muitas vidas são delineadas para a desistência por não aguentar a rotina diária integral trabalho e escola. E acabam por deixar pra trás alguns sonhos de vida pela escolha da sobrevivência.

Devemos também discutir a compreensão da escolarização como o caminho para a ascensão social. Discursos circulam elevando a escola como o caminho para a salvação das famílias pobres, colando o esforço individual a um futuro melhor. Trata-se de uma ilusão construída, visto que a realização de uma faculdade, por exemplo, por si só não resolve a questão das desigualdades sociais. Inúmeros fatores instalados pelo capitalismo se baseiam justamente na manutenção das disparidades: não existir vagas de emprego para todos, postos de trabalhos precarizados e com salários baixos, seleções de vagas de emprego fundadas no preconceito a várias parcelas da sociedade, a chamada oferta de trabalho cheia de

pré-requisitos de formação e experiência que tanto incide na vida dos mais jovens. Condições não naturais, como os fossos sociais construídos historicamente e mantidos durante anos, as políticas de educação e emprego em vigor empurram os jovens pobres para a repetição de um lugar precário construído para os pobres.

Com relação à entrada e a busca pelo trabalho tão presente nos discursos dos jovens que conversamos, podemos mapear que alguns dos trabalhos que os jovens estavam realizando a época eram sem vínculos formais como o “trabalho em casa de família” e em empregos temporários que não tiveram continuidade, como em granjas, em substituições em creche e em padaria (após realização de curso no CRAS). Saltam aos olhos as ‘oportunidades’ que são oferecidas para esses jovens: vínculos rápidos, muitos sem garantias trabalhistas e de modo informal. Aqui nos deparamos com o tipo de oportunidade que lhes são oferecidas. As garantias trabalhistas são negadas a uma grande massa de trabalhadores em uma relação que se aproveita da necessidade de sobrevivência de grande parte dos brasileiros, que acabam por se agarrar a estes vínculos, mesmo precários. Tal fato reproduz ainda mais as desigualdades sociais, aumentando as disparidades de distribuição de renda, onde se produz uma elite empregadora que utiliza a mão de obra advinda das parcelas empobrecidas de forma barata. O emprego com carteira assinada parece ser uma exceção em um caminho em que as oportunidades precarizadas, algumas até não remuneradas são ofertadas no que se chama mercado de trabalho:

> *Bem, eu sai da C. né, trabalhei na C. ali um ano, sai dali da C., aí comecei a trabalhar lá com um amigo, que ele queria [...] com nós, negócio ali de lan house, secretária né...com ele, aí eu fiquei sabendo do serviço lá no Pizzol, achei melhor assim, é um lugar mais conhecido, mais apropriado para mim trabalhar, um lugar... coisa mais segura né, carteira assinada... e ali eles não iam assinar minha carteira né, e era meio expediente, meio salário só o que eles iam pagar, me prometeram uma coisa, afinal das contas era outra... nem me pagaram né... que eu to agora oito... vai fazer sete... oito meses sem receber um tostão dele, trabalhei um mês de graça. Aí o R. me chamou depois de uns 15 dias que eu fui lá conversar com ele, ele me ligou e falou, pediu para eu começar na segunda-feira... no... finalzinho do ano passado, dia 10 de dezembro. (Jovem 2)*

Com relação à continuidade de atividades no CRAS alguns jovens realizaram cursos ofertados no equipamento como o de padeiro e pintura, que são estratégias de formação técnica, principalmente para famílias que se enquadram no que se nomeia

como situação de vulnerabilidade social. Tais cursos têm um claro objetivo que é a tentativa de aprimorar mão de obra para o mercado de trabalho. Não se modifica questões estruturais como política de oferta de emprego aos jovens, e questões como os “perfis” para ocupar vagas como experiência e a obrigação de formação escolar cada vez mais exigente.

Nesse sentido, o Projovem Adolescente se insere no âmbito da formação para o mundo do trabalho, pautada numa perspectiva individualista da competição instalada pelo mercado de trabalho e pela desarticulação de diversas outras políticas. Vide as oportunidades que a maioria dos jovens teve após a participação no serviço como discutimos. No CRAS de Venda Nova, houve algumas tentativas de traçar parcerias com empresas ou organizações ligadas à oferta de estágios no intuito de tentar inseri-los em vagas de emprego ou estágio, que esbarram em tantos outros mecanismos instalados como o preconceito com relação a certos territórios de Venda Nova e a baixa oferta de vagas permitindo o acesso de poucos jovens às mesmas (alguns jovens conseguiram via encaminhamento e parceria do CRAS a inserção em estágios e programa de aprendizagem).

Outras inúmeras atividades fazem parte da vida dos jovens. A ocupação de diversos espaços e âmbitos da vida falam de uma intensidade juvenil, um fluxo de vida que se expande para além de caminhos pré-estabelecidos e territórios pré-definidos. Esse movimento juvenil de circular e ocupar os espaços da cidade em múltiplos possíveis aponta para uma produção singular de subjetividade que vai contra as tentativas de controle da vida. Inclusive tal processo é alvo de tentativas totalizantes quando se indaga, por exemplo, sobre o jovem que está na rua, como se tal situação fosse o sinônimo de perigo e risco. “Tirar da rua”, pano de fundo de várias políticas para a juventude, tenta calar essa afirmação da juventude nos diversos espaços da vida relacionando-a a uma situação que deve ser evitada. Nem só de escola e trabalho se resume os caminhos juvenis. Tais âmbitos fazem parte dela, mas não a esgotam. Nesse sentido, a conversa com Jovem 4 nos traz elementos para a análise da dificuldade de se aliar trabalho, estudos e outras atividades que desempenha como esporte, oficinas no CRAS e o lazer de fim de semana:

> *Graças a Deus, a vida tá boa! Continuei vindo aqui no CRAS, aí... com a ajuda aqui eu consegui um estágio... e to levando. [...]Faço salto em altura! [...]Desde 2009. [...]Gosto! Eu... a coisa que*

> *eu mais amo é atletismo. [...]Eu treino todos os dias à noite! Aí acabo... saio do Banestes e vou treinar lá no Polentão! Aí o treino de oito e... de 5 e meia até as 8 e meia, 9. Aí depois eu vou embora. [...]Venho aqui... só que a N. me dá o almoço porque não dá pra mim ir em casa de vez em quando e aí eu venho aqui e almoço. E aí to sempre participando, faço a aula de violão e... o que dá pra fazer! [...] É difícil, mais tem que fazer um esforço né porque... Maioria do tempo não tenho tempo pra estudar em casa, aí tem que tirar um tempo. Fora o final de semana tem que ter diversão também, às vezes também não tem, mas... é complicado! [...] Não! Mas... que eu tipo assim eu não tenho costume de tirar o final de semana pra estudar, mas se fosse pensar bem atrapalhava o que eu teria que estudar.[...]Final de semana eu gosto de andar de bicicleta. [...]No meio das mata. Faço downhill (Jovem 4)*

A dificuldade para se garantir direitos da juventude como o lazer e o esporte ficam evidentes em um processo em que as máquinas capitalísticas teimam em traçar para esses jovens caminhos tortuosos como o imperativo de “focar nos estudos”, “buscar um emprego para ajudar em casa”, de forma incompatível com outros possíveis e exercícios de liberdade. Aliar tais situações é cansativo para muitos jovens, ainda mais em políticas que são desatreladas: esporte, trabalho, educação, assistência social e dessa forma o jovem para acessá-las tem que realizar um esforço muito grande. Imagine que corpo jovem é esse que conseguiria aliar atividades na política de assistência social, educação, esportes que são desatreladas e que uma tende a impedir o acesso a outro. O Jovem 4 tem em sua vida a presença de vários equipamentos sociais, porém afirma que não é fácil conseguir tal acesso e relata que sempre uma parte fica “prejudicada”. Uma fala moralizante diria que o tempo deveria se voltar estritamente para o estudo, mas o lazer e o esporte não seria um direito e não poderia estar presente na vida do jovem? O escape se evidencia quando demarca a importância que o atletismo tem em sua vida e o amor que tem ao esporte, ao insistir na participação das oficinas de violão no CRAS e em momentos de lazer e diversão no final de semana, em meio a caminhos duros que as políticas isoladas teimam em produzir.

Neves (1997, p.8) se aproxima de nossa aposta nos escapes dos jovens e na perspectiva de inventar outros modos de articulações entre as políticas, escola, trabalho, família...

> Nosso desafio é, portanto, escapar das máquinas sociais produtoras de paralisia, percorrendo as linhas nômades habitadas pelo devir, pelo inesperado e conectadas com o desejo e a expansão da vida. Inventando outros territórios,

> fluidos e temporários, para a escola, para o mundo do trabalho, para a família,... nos aliando com as máquinas de guerra que funcionam para evitar a captura do desejo pelas máquinas produtoras de subjetividades serializadas e subjetividades metástases.

No trecho da conversa abaixo podemos ter uma noção da descontinuidade, desarticulação e precarização das políticas implantadas com relação à juventude. Projetos como o de atletismo, futsal que teriam existido em algumas regiões de Venda Nova e não tiveram continuidade. Também se presencia como tais iniciativas podem estar sendo implantadas segundo um viés da segurança pública, comparecendo no discurso dos próprios jovens - "*tirar eles da rua, porque muitos fica na rua fazendo coisa que não deve*" – e não como um espaço de convívio. Partindo de tais enfoques reproduz-se o mito da periculosidade do jovem pobre, mantendo a discussão nas malhas da criminalização da pobreza.

A fala também evidencia uma denúncia com relação a não oferta de "oportunidades" para esses jovens, que possui como um dos seus efeitos a produção da violência. A concepção do esforço individual como forma de mudar as condições de vida naturaliza a não existência de políticas públicas articuladas, produzindo uma discrepância de oportunidades dos pobres em relação às elites. O posicionamento do jovem é na direção da oferta de políticas públicas e no acesso a essas iniciativas, através de uma divulgação ampla. Dialogamos aqui com essa fala, ao reforçar que a questão não é somente de implantação de ações e projetos, mas sim de publicizá-las de uma forma radical, promovendo o acesso a elas pelos mais diversos atores juvenis.

> *Igual tem muitos meninos novo que podia aproveitar eles. Fazer algum pro... algum projeto pra é, é, colocar eles eles em convívio e [...]É... em alguma coisa, em algum esporte, algum é coisa de dança, alguma coisa assim pra tirar eles da rua, porque muitos fica na rua fazendo coisa que não deve, acabam entrando em coisa errada, podia aproveitar eles.[...] Esses menino aí. Alguma coisa assim. [...]Lá tinha. Mas agora não tem mais.[...]Eu na época... eu participava do atletismo, fiquei de 4 ano pra 5 ano e agora acabou. Tinha aulas de futsal, eu fiquei muito tempo também. E agora não tem. É uma coisa que ... é...assim falta isso, é... colocar pra tirar os [...]Projeto social[...] E eu acho também que eles podia também dar uma oportunidade pra nós jovens. Não só do Camargo, São João, Bicuíba, pra tu... em geral... pra dar oportunidade porque muitos fica... "ah, não consegui isso", aí vai desistindo, aí vem, vamos dizer o mal elemento, "ô fulano vem cá, vou te ajudar" , aí entra no caminho do mal, aí depois sai falando daquela pessoa, aí*

> *depois ele chega "oh, eles não me deram oportunidade". Acho isso... num tem... eles podia dar mais oportunidade, é, emprego, cursos técnicos, igual tá tendo... entao... também divulgar esses cursos mais, é divulgar em cada comunidade, "olha tem um curso no CRAS, em tal lugar". Então eles podiam também ajudar. (Jovem 6)*

Ao falar sobre suas vidas os jovens trouxeram à tona a continuidade dos estudos, os trabalhos que estavam realizando e as atividades esportivas e de lazer. Tais questões são marcadas por políticas muitas vezes descontínuas, isoladas e desatreladas. De um lado a escola, do outro a dificuldade dos jovens conseguirem empregos dignos, do outro a política de assistência social, as oficinas e cursos ofertados e os projetos de Esporte. A vida dos jovens escapa e se constitui num horizonte de possíveis, mas é importante apontar como as políticas públicas são precárias com relação à juventude. Quando existem são isoladas, marcadas pela descontinuidade e falta de articulação entre elas.

4.3 SURPRESA! O PROJOVEM ADOLESCENTE ACABOU? PRO JOVEM?

O Projovem Adolescente – serviço socioeducativo integra a política de Assistência Social, cujos moldes que se apresentam hoje, com a estrutura de proteção social básica e especial são relativamente atuais, com uma década de funcionamento. Os CRAS e CREAS estão em franca expansão como equipamentos da PNAS em todo território brasileiro, assim como os serviços de fortalecimentos de vínculos, como o Projovem.

O serviço quando criado possuía como principal justificativa que viria substituir antigos programas que eram voltados a jovens, sem conexão entre si. O Projovem e outras ações relacionadas à juventude durante a gestão do presidente Lula foram veiculados pelo governo e também por muitos estudiosos como um momento em que o Brasil começaria a pensar uma política de juventude de forma integrada. Assim, o Projovem Adolescente integraria esse plano nacional, que o Brasil não teria criado até a década de 2000, data tardia em comparação com outras iniciativas na América Latina.

Segundo Bango (2008) desde a década de 80 a questão dos jovens foi ganhando terreno na agenda dos governos latinos de língua espanhola. Elenca como fatores que incluíram nessa época a juventude na agenda pública a visibilidade que os jovens ganharam nos processos de democratização na América Latina no final da década de 80. Adiciona-se também a designação do ano de 1985, por parte das Nações Unidas, como o Ano Internacional da Juventude, colocando o tema em um patamar de mais interesse dos organismos internacionais e nacionais.

Convém também pontuar que a questão juvenil na agenda governamental brasileira é bem mais recente em comparação a outros países da América Latina que já contam a bem mais tempo (início da década de 90) com organismos governamentais criados para serem exclusivos para as políticas de juventude (BANGO, 2008).

ABRAMO (1997, p. 26) afirma que:

> [...] no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal. Nos Europa e Estados Unidos a formulação de políticas para jovens e a designação de instituições governamentais responsáveis por sua implementação têm se desenvolvido ao longo do século; nos países de língua espanhola da América Latina, esse fenômeno, de modo geral, ganha significação a partir dos anos 80, principalmente estimulado por organismos como a CEPAL, ONU e o governo da Espanha, gerando algumas iniciativas de cooperação regional e Ibero-americana, com intercâmbio de informações e experiências, promoção de capacitação técnica, de encontros para realização de diagnósticos e discussão de políticas. O Brasil, no entanto, passou ao largo desse movimento.

Desde a década de 80 os indicadores sociais já demonstravam a precariedade e a pobreza que se instalava no Brasil e consequentemente aos jovens pobres, e o país que é marcado por uma distribuição de renda “excludente” não se esforçou no sentido de reverter esse quadro. Historicamente, os enfoques eram sempre do controle e adaptação dos jovens à ordem social como iniciativas de incorporação dos jovens no processo de modernização; o controle social na ditadura; a concepção de “jovem problema” e como capital humano (BANGO, 2008). As práticas menoristas-higienistas e de repressão durante a ditadura militar colocaram os jovens pobres como um problema a ser sanado, isolado ou “calado” em uma política conservadora e preconceituosa, que não tinha pretensão alguma de intervir na precarização da vida produzida pelas malhas do capitalismo.

Uma curiosidade quanto à sistematização de algumas iniciativas relacionadas à juventude durante o governo Lula, é que elas parecem ter origem em um projeto em que o então Presidente da República era engajado. Lula foi um das lideranças de uma ONG, criada para a proposição de políticas públicas, chamada Instituto Cidadania que elaborou um documento chamado “Projeto Juventude” entre os anos de 2003 e 2004:

> O Projeto Juventude nasceu de uma proposta do presidente Lula ao deixar a coordenação do Instituto Cidadania para assumir a presidência da República. O objetivo da iniciativa é projetar o tema juventude na agenda política do país, identificando a conjuntura dos jovens na sociedade brasileira e apontando alternativas e propostas que garantam novos patamares para a efetivação dos direitos dessa população (AÇÃO EDUCATIVA, 2004).

Já em seu mandato como presidente, Lula recebeu o documento de conclusão do “Projeto Juventude” em 16 de junho de 2004 no Palácio do Planalto. No ano posterior criou-se a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Tal documento, segundo Goulart e Souza (2012) tematiza a juventude de forma alinhada com as discussões da ONU ainda da década de 80, o que desembocaria nas diretrizes que implantaram o Projovem Adolescente, somente na década de 2000. Nesse sentido, indaga-se qual a participação que os diversos atores, dentre eles os jovens, tiveram na elaboração do Projeto Juventude, como afirmou a ONG Instituto Cidadania, já que o documento é permeado por preconizações das Nações Unidas (SOUZA, 2009).

Lançamos mão dessa discussão como forma de pensar como se operacionalizam algumas ações de governo no Brasil de forma descontínua. Rua (1998) *apud* Sposito (2008) destaca cinco regularidades na execução de políticas no Brasil: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, ações a partir da oferta e não da demanda e a existência de uma separação entre a formulação/decisão e a implantação.

Políticas que partem como bandeira de um grupo de governo específico, em muitas ocasiões com a mudança de gestão não são mais priorizadas ou até mesmo excluídas da agenda do governo. É um modo de operar a política de estado, baseado nos interesses eleitoreiros que promovem a descontinuidade de muitas ações. Nesse sentido, a continuidade se dará quando a questão não for considerada

de um presidente, grupo, ou partido específico, mas sim uma política pública com a participação popular.

O Projovem foi oficializado através de mecanismos legais, os quais podemos citar a sua instituição pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, pelo qual é regido. É regulamentado pelo Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008 e por disposições complementares estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela sua coordenação. Possui uma série de cadernos com bases teóricas e que sinalizam temas e atividades a serem realizados com os jovens, uma espécie de guia para a implantação e operacionalização. Tais legislações estabelecem as prescrições para participação, piso de financiamento específico diretamente ligado com as condicionalidades e o número de jovens participantes.

Porém, a implantação no município não é uma reprodução direta dos moldes prescritos. Por mais que diretrizes legislativas e os cadernos de orientação indiquem "como se deve ser o Projovem", uma infinidade de linhas tecem naquele município específico como tal política será efetuada. Nesse sentido, o prescrito, as resistências a este, as invenções diárias nas práticas do Projovem, o jogo de forças entre políticas duras e conservadoras e linhas de fuga que "dinamitam" as concepções hegemônicas convivem e se atualizam no exercício diário de uma política, e assim não seria diferente no município de Venda Nova do Imigrante.

Alguns modos de se fazer uma política para a juventude poderiam levar o Projovem Adolescente para caminhos cada vez mais enrijecidos, por exemplo, como uma cópia de um modelo escolar tradicional, em que alguém seria o detentor do saber a ser apenas copiado por esses jovens ou para modos de participação e construção coletiva em que esses jovens pudessem construir, se apropriar e traçar desvios nesse espaço. É nesse fio da navalha que o Projovem se lança.

Nesse sentido, nos direcionamos a estes jovens a fim de que falem sobre como foi participar do Projovem. Como foi se apropriar desse espaço, quais os sentimentos e como puderam (re)construir essa política que é recente no município, e que ainda hoje se mostra em construção, pois é um exercício diário.

Em uma de minhas visitas ao CRAS, os profissionais relataram suas angústias quanto a alguns mecanismos da política prescrita do CRAS, como o número mínimo de participantes para conseguir o financiamento, as dificuldades na relação com os jovens em alguns coletivos, as expectativas de atuação nestas dificuldades por parte de gestão, dentre outras. E uma questão central, que também debatemos ao falar sobre a vida dos jovens após a participação no serviço, é: como ter um dispositivo na assistência social para jovens, porém sofrer com a falta de continuidade de ações para os mesmos e a desarticulação com outras políticas como a de geração de emprego, educação e esporte?

Um ponto que se apresenta tanto para profissionais do CRAS e para os jovens é a inserção destes no mercado de trabalho e a oferta de oportunidade de empregos. Uma angústia relatada é, mesmo que algumas ações foram tentadas pelo CRAS como a aproximação com algumas empresas ou instituições que ofertam estágio e programa adolescente aprendiz, é muito difícil inserir os jovens nessas vagas. Lembro-me de discussões da época que trabalhei, de que jovens, principalmente da região do Camargo e São João, conseguem poucas vagas de estágio, indicando uma relação de preconceito com relação a estas regiões por parte dos empregadores. As oportunidades de emprego parecem ser mais facilitadas de acordo com parâmetros como o local de moradia. E jovens de outras regiões de Venda Nova teriam mais facilidade de conseguir as vagas, que já são muito disputadas, em empregos e estágios.

> *Eu foi na época que eu fui pedir um emprego. O emprego... aí eu falei q era de lá... aí o...o rapaz na época que era o encarregado do serviço falou que num tinha vaga porque a equipe que ele tinha montado já tava completa e se... e o... tinha gente que trabalhava lá que me conhecia que falou que num tava, que tava precisando. Foi uma coisa pra mim que eu num, assim, inclusive... eu num fiquei muito chateado não porque aí depois eu conversei com meu pai e meu pai falou "levanta a cabeça e segue... nem tudo que acontecer com você tem que abaixar a cabeça " levantar a cabeça e seguir em frente. Então , [...] aconteceu, mas deixei pra lá, ficou pra lá...(Jovem 6)*

> *Como eu falei aqui é meio ruim de s.. de arrumar serviço. Só que eu já sofri assim, na escola, e, as, os alunos começava zoar "ah, você é do Camargo" num sei o que né, e apelidava a gente, mas enfim e também acho que hoje por exemplo, você não chega lá e pede o serviço. Você entrega o currículo e tal, então só às vezes o*

> *fato dele olhar "Camargo" ele já até tipo assim, não dão muita importância àquele currículo. [...]Até porque eu falo isso que eu já coloquei vários currículos aí, nenhum lugar me chamou. Entendeu? Num é... Às vezes num é por falta de procurar não, eu vejo que essa questão de... do lugar é... atrapalha bastante a gente arrumar um serviço. (Jovem 5)*

Novaes (2008, p. 122-123) traz uma discussão voltada principalmente para favelas de grandes centros, visto os exemplos que utiliza estarem relacionados aos grandes conflitos entre tráfico e polícia, que não se presencia em Venda Nova, mas que se aproxima de nossa discussão ao afirmar que o "endereço" tem se tornado um critério de seleção. Assinala três justificativas que podem ser utilizadas por um empregador para não aceitar jovens de certas regiões da cidade. Primeiro, 'o jovem que mora em tal lugar de bandidos é um bandido em potencial: melhor não empregar'. Segunda situação: o empregador reconheceria que apenas parte dos jovens se envolvecom o tráfico de drogas, mas se o jovem contratado 'mora ali, ele não vai poder sair para trabalhar quando houver um conflito entre grupos de traficantes ou entre os traficantes e a polícia: melhor não empregar'. Terceira situação: o empregador reconheceria que o jovem que busca o emprego pode não se tornar um bandido, pode não conseguir faltar durante os conflitos na favela, porém só por ter crescido naquele local, conhecer e ser conhecido de todos de lá, ele poderia realizar alguma "falta" com o empregador: desviar alguma mercadoria para alguém que da comunidade que necessita ou por coação de bandidos. Dessa forma, "melhor não arriscar". A autora também sinaliza que muitos jovens, diante das discriminações de endereço buscam estratégias como ocultar o lugar onde vivem, ou utilizam endereços de terceiros e bairros próximos.

O Projovem tem em um dos seus eixos a discussão sobre o mercado de trabalho, e uma formação para a entrada neste. Esse objetivo insere o Projovem em meio a um um fosso de políticas de geração de emprego para jovens e as falas destes e dos profissionais revelam a angústia com relação a uma continuidade da atividade na assistência social com a inserção no trabalho. É importante ressaltar que os valores capitalistas como a competição meritocrática e a acumulação seja de experiência ou de currículo formal são sérios dificultadores para os jovens conseguirem emprego. Como conseguir um emprego sendo jovem e a crescente exigência de experiência?

> *Eu acho Ricardo, que aqui em Venda Nova é um pouco... é pouco difi... é um pouco difícil de arrumar serviço, essas coisas assim, porque... porque as empresas pede hoje é... pergunta primeira coisa se tem experiência, você pode ter certeza disso. E como a gente que tá começando agora é... entrando no mercado de trabalho, num tem experiência né, mas eu acho que a gente mesmo assim não deve perder é... aproveitar as oportunidades o máximo possível. (Jovem 5)*

Cabe problematizarmos a tendência de acumulação de formação para o mercado que se instala no Brasil. Cada vez mais, se cobram mais pré-requisitos de formação educacional e técnica e a chamada "experiência na área" para conseguir um emprego. Uma população com baixa qualificação para esse tipo de trabalho significaria em uma formação deficiente para o desenvolvimento do mercado, ou seja, um indicador que revelaria um problema para o setor empresarial. Tal processo descrito instala outro indicador que revela tais mecanismos de reserva de mercado e políticas de governo que não intervém nesse processo que aumenta ainda mais as desigualdades: o alto desemprego de jovens com a dita "falta de experiência".

A desarticulação das políticas de emprego, assistência social e a descontinuidade das políticas são sérios empecilhos, que não colocam em discussão essas exigências que somente perpetuam a situação de desigualdade social e naturalizam o discurso de que a pobreza é fruto do não esforço individual em se adquirir experiência ou formação educacional. Em Venda Nova, como descrito no capítulo anterior, a invisibilização da pobreza e o preconceito com relação ao negro e alguns territórios como o Camargo são desafios que devem se lançar nas discussões no sentido de enfrentamento a essa realidade.

Construir uma política de assistência e um Projovem que possa se colocar nesse jogo de dificuldades, em uma luta por traçar escapes frente a esse cenário de políticas públicas desatreladas, descontínuas e aos mecanismos sociais que geram preconceito, isolamento e invisibilização da pobreza é um desafio. Nunca é tarde apontar que o investimento em políticas públicas é preponderante para se efetivar espaços mais democráticos e questionar os modos instituídos que perpetuam certas produções de vida precarizadas que a Assistência Social lida diariamente. Tal investimento passa por uma atenção especial aos trabalhadores do CRAS e do SUAS como um todo, quanto a condições de trabalho, remuneração e exercícios de

autonomia no sentido de enfrentamento dos desafios, além do reconhecimento das práticas de trabalho como centrais para a construção da política local.

Dentro dessa linha de análise, Novaes (2008, p.141) aponta a importância da articulação e continuidade das políticas públicas:

> O desafio de hoje é combinar mecanismos de transferência de renda, acesso à educação de qualidade, expedientes que facilitem o ingresso no mercado de trabalho, capacitação e apoio para diversas novas ocupações de geração de renda e, ainda, atividades comunitárias que favoreçam a construção de laços identitários e afetivos. A questão é como inscrever cada um desses aspectos no horizonte dos direitos desta geração. Transformar programas e projetos em políticas públicas significaria sua continuidade, tão rara nos dias de hoje.

Em uma das visitas fui surpreendido com a notícia de que o Projovem Adolescente haveria acabado e não com surpresa, sem a comunicação por parte do MDS aos trabalhadores do CRAS de Venda Nova. De última hora, tiveram que começar a pensar e estudar o novo panorama que o MDS estaria implantando. Tal informação teria se conseguido através do “acaso” de uma ligação para Brasília em que ligaram por não conseguir acesso ao Sisjovem[93]. No telefonema, o profissional do MDS informou que o Projovem tinha acabado e que o Sisjovem iria fechar, não conseguindo mais vincular, lançar frequência e outras atividades que o sistema oferecia.

Após tal fato, a equipe do CRAS e da Secretaria de Assistência Social foram pesquisar e buscar mais informações sobre o que estaria acontecendo, realizando reuniões. Tratava-se do Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV – Reordenamento), uma mudança na política de Assistência Social. No caso do município de Venda Nova, e arriscaria que em muitos outros municípios, podemos dizer que foram pegos de surpresa, tendo que assinar o aceite, caso contrário perderiam o financiamento relativo aos serviços.

Após pesquisa sobre o que seria o Reordenamento (BRASIL, 2014i), ele é descrito pelo site do MDS não como o fim do Projovem Adolescente como o profissional do Sisjovem teria dito, mas numa mudança no que se refere a uma unificação da oferta

---

[93] Sistema de Informação do Projovem Adolescente. Por ele se registrava a vinculação, desvinculação e frequência dos jovens. Bem como a partir dele se tem acesso a lista de jovens que se enquadram nos pré-requisitos de participação. Através das informações lançadas no Sisjovem que o financiamento do piso financeiro era repassado ou não, de acordo com regra de participação mínima e frequência no serviço.

de serviços de fortalecimento de vínculos com relação às regras e unificação dos pisos que antes eram específicos para cada serviço: PROJOVEM Adolescente, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e serviço para criança/idoso. Tais pisos de financiamento se unificariam em apenas um, e as regras para o financiamento estavam em fase de implantação. Provavelmente um sistema único de informação será implantado de forma que os CRAS possam alimentar com informações dentro das condicionalidades para receber os valores do piso descrito.[94]

Sobre as Informações desencontradas ou pouco explicadas são uma problemática a se assinalar. Tal questão vem a dificultar ainda mais uma situação que são as mudanças sem aviso prévio nas políticas. Os trabalhadores e usuários dos serviços, não só da assistência social como de outros equipamentos públicos, sofrem diariamente com a "desinformação" sobre a real situação que se passa. Produz –se devido o funcionamento burocrático e eleitoreiro (algumas informações não ganham voto) um vazio informativo que impede maior clareza. Não dizer algo ou informar de forma atravessada revela muito do funcionamento das políticas de governo.

Com o Reordamento as regras antigas de financiamento do Projovem Adolescente não mais valeriam e o Sisjovem, mecanismo que verificava a situação de cada município não mais existiria. O Reordenamento é descrito como uma decisão "consensuada e pactuada com instâncias representativas das gestões da Assistência Social dos Municípios e Estados (Comissão Integestores Tripartite - CIT e Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS" (BRASIL, 2014i). Uma ironia, pois profissionais da equipe relatam que só ficaram sabendo de forma eventual e sem uma prévia preparação e discussão. Cabe-nos apontar o quanto tal prática é comum na gestão política brasileira, mostrando novamente a desarticulação e o modo como são pensadas a participação na construção de uma política.

Tal mudança é argumentada como uma necessidade de que cada município possa adequar a oferta dos serviços para jovens, crianças e idosos mais próximos à realidade local, o que avalio como uma tentativa de descentralização. Dessa forma, o Projovem Adolescente de cada município poderia ter a "liberdade", a partir do

[94] Tal sistema de informação é o SISC - Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos lançado em 2014 e ainda em início de funcionamento.

Reordenadmento, de ampliar a oferta para jovens não necessariamente na faixa etária de 15 a 17 anos, por exemplo, que era um dos pré-requisitos antigos caso fosse essa a realidade que o CRAS vivenciasse. O município poderia também avaliar como deveria ser o tempo de participação dos usuários em tais serviços, podendo contribuir para a continuidade das ações, já que antes o tempo de participação no Projovem era bem restrito e definido (até 2011 com dois anos de duração para cada coletivo e a partir de 2012, um ano de duração para cada coletivo de jovens). Outra justificativa seria não ter mais o pré-requisito de frequência, que anteriormente era de 70% para cada jovem, fator que impactava no recebimento integral ou não do piso repassado para o serviço. O município estabeleceria o funcionamento de seus coletivos, de acordo com a realidade local. De acordo com as conversas realizadas, a decisão da equipe de Venda Nova era continuar com o Projovem nos moldes atuais, e nesse percurso pensariam como fariam a partir do ano de 2014.

Tal mudança é relatada pelos profissionais da equipe do Projovem com angústia, pois surge sem uma discussão anterior, apenas como uma imposição a ser seguida. Algumas conversas apontavam para um ponto benéfico, pois retiraria algumas obrigações que emperravam o serviço como uma obrigação de número mínimo de jovens, de dias da semana para oferta do serviço, dentre outros para uma mudança em direção à adequação do serviço, de acordo com a realidade local e também para uma programação das atividades levando em conta a demanda de trabalho crescente que o CRAS de Venda Nova tem com os demais serviços de fortalecimento de vínculos, atendimentos psicossociais, oficinas, cursos e atividades.

Esse fato é um analisador de uma forma de fazer política que pega de surpresa os trabalhadores da “ponta”, mostrando-nos que parece haver um grupo gestor pensante dissociado de quem executa. Revela novamente uma possibilidade de descontinuidade das ações políticas com relação à juventude, fato que é descrito tanto pelos jovens e pelos profissionais em várias falas. Novamente, um programa sofre certas mudanças que colocam o que estava sendo construído até ali, até mesmo em perigo de existência, pois implanta uma necessidade de mudança que pode descontinuar as conquistas já realizadas nos moldes do Projovem anterior.

O Projovem já vinha com mudanças desde 2012, quando houve uma redução do período que o jovem permanecia no serviço, anteriormente os jovens ficavam dois anos e a partir de 2012 apenas um ano. Parece que se já anunciava certa precarização do serviço através de uma mudança em que o governo federal aos poucos já não focava mais a questão do jovem aos moldes que tanto divulgou quando implantou o Projovem. Ou uma tentativa de abarcar cada vez mais um quantitativo de jovens em menos tempo, o que pode afetar qualitativamente as ações. Através do Reordenamento podemos também ter tal efeito, visto que com a flexibilização de faixa etária também se pode eleger um maior número de jovens participantes, porém agora com uma descentralização do serviço. Tal questão pode ser benéfica como relatada em algumas conversas no CRAS, mas também pode gerar um certo “amornamento” de atividades, visto que agora não se tem mais certos pré-requisitos a seguir, uma ausência de prescrição, já que agora cada município tem que pensar o serviço. Não pretendemos esgotar a discussão, mas problematizar os perigos de tais ações. Como o Projovem seguirá só o seu exercício diário político vai dizer, em meio às linhas duras, flexíveis e de fuga que o compõe.

Durante o processo de reformulação e reconstrução do Projovem realizávamos nossas conversas, justamente para pensar como esse jovem avalia sua participação no programa, como foi participar e tal avaliação nos parece que não tem sido muito ouvida nessas mudanças gerais ditadas pelo MDS com relação ao serviço. O Projovem tem sido um serviço pro jovem?

4.4 PROJOVEM ADOLESCENTE E CONTROLE BIOPOLÍTICO EM QUESTÃO

A implantação de uma política para juventude no âmbito da assistência social, como o Projovem Adolescente, é atravessada por um jogo de forças, entre mecanismos de controle e de expansão da vida. Isso quer dizer que ao se criar tal dispositivo pode-se estar afirmando a expressão juvenil e suas inúmeras conexões com o mundo tanto como o controle da massa que se apresentaria como um potencial perigo à vida capitalista contemporânea.

A questão do biopoder voltado às populações através da criação de regras gerais, médias estatísticas e formulações sobre como deve ser a vida, incide de modo a gerir os múltiplos modos de existência. Como discutimos, a juventude emerge como um problema populacional em termos demográficos quando questiona em seus modos de vida políticas instituídas arraigadas. Além disso, a juventude pobre foi historicamente forjada como um problema social, um perigo, futuros desviantes. Noções de que a juventude pobre é potencial perigo aos interesses capitalistas burgueses e aos seus valores como o trabalho, o comprometimento e a produção estabelecem mecanismos no âmbito da política de estado voltados para o controle desses jovens. Políticas permeadas pelo paradigma da segurança pública, que estabelecem a punição e a moralização da vida juvenil são cada vez mais crescentes.

Diante dessa contextualização, convém problematizarmos as políticas implantadas pelo Estado direcionadas ao público jovem. A que interesses tem servido? E como foram se dando a necessidade de suas criações? Diante de tais questões faz-se necessário estar atento às produções que tais políticas têm engendrado em relação à parcela jovem da sociedade. E nesse terreno se insere o serviço socioeducativo que estamos analisando em Venda Nova Imigrante.

Nossa discussão aponta para pensarmos que jovem tem sido afirmado pela Projovem em Venda Nova. Que configurações têm sido implantadas? Sempre atentos ao perigo com relação ao controle que tem sido efetuado com relação à juventude das camadas mais empobrecidas.

Algumas conversas com os jovens sinalizam para uma interferência do Projovem à adequação a “regras de comportamento”. Como se comportar no meio social, no trabalho, como se vestir, como conversar... Uma série de padronizações que podem carregar aprisionamento existencial em que qualquer modo de se relacionar, vestir, trabalhar que difira de tais regras seja um ponto fora da “curva normal”.

> *[...]eu aprendi a me com... comportar no meio dos outros, a me comportar no serviço, mais assim, teve várias palestras assim, no trabalho... de unha e tal, coisa...maquiagem, cabelo e tal, a gente aprendeu a fazer um pouquinho né, pra... pra tá vivendo a nossa vida, eu falo assim, muito impacto na minha vida, o jeito de falar com as pessoas, ignorância e falar... ensinaram bastante a gente assim a*

> *conversar com pessoas, a tratar com a pessoas do jeito que elas são, não tá abusando das pessoas, assim, sempre tentando compreender, conversando com as pessoas... compreendia... [...]Mais que tão começando a vida de adolescente agora né, aprender a se comportar no meio de todo mundo, assim, acho legal Veio de lá! Não...A maioria assim, se... eu falo a verdade, meu pai me deu bastante respeito, bastante postura, e meus amigos também, com as pessoas que... mas, a maioria veio lá do CRAS porque eu... falar a verdade era muito criançona mesmo, a minha postura, amaduração de pra hoje veio de lá do curso[...] eu acho assim que eu tirei bastante coisa lá e minha postura mudou bastante depois que eu entrei lá![...] Dentro de casa primeiramente. Assim, no local, convivendo com a sociedade, na escola, eu converso, eu era mais quieta, era mais calada, eu acho que eu soltei mais da conta né! Rs. Pouquinho da conta mais! eu me soltei bastante! Aí assim, eu acho que eu peguei bastante conhecimento lá! [...] Foi de lá! [...]Ah, educação, as palestras que a gente teve né! Tipo, teve palestra lá que eu tive que eu falo a verdade... se eu num tivesse eu não sabia que ia ter [...] assim, sabia assim da boca do povo, mas não sabia assim completamente certo, mais... como se comportar no trabalho... já é uma diferença ... a roupa pra você, adequada pra você ir ao trabalho , tem gente que vai quase pelado pro serviço, dependendo do serviço e tal vai pelado... eu acho assim, a pessoa tem que tá... na casa... tá na casa de família, tá num local público, cê tem que ir numa roupa mais adequada, mais discreta. Eu acho que assim, cada um tem o seu, tem que ter um toque né, na visão, no seu visual... e também a higiene né, higiene ajudou bastante a gente [...] Ajudou, falou sobre higiene, como lavar as mãos, tirar as sujeiras das unhas e tal, [...] assim, uma higiene é sempre bom, um visual novo .... ah, assim, logo a pessoa olha, olha assim sua higiene, sua roupa tá limpa, tá lavadinha e tal... a higiene da pessoa é importante. (Jovem 2)*

As sociedades capitalísticas são marcadas por regras que tem como balizamento uma vida burguesa: um jeito correto de ser e estar no mercado de trabalho, na convivência social, nos modos de vestir, no falar, na aparência. Uma produção de indivíduos serializados de acordo com uma ótica elitista estabelecendo uma comparação hierárquica entre as vidas: aqueles que se enquadram ou não em tais parâmetros. Daí, trazemos Foucault (1999b) que afirma que o biopoder produz uma distribuição das vidas em domínio de valor e utilidade, qualificando, medindo, avaliando e as hierarquizando.

Atenta-se também para uma definição de que as camadas mais empobrecidas seriam mal educadas, não saberiam falar, não seriam “limpas”. Tal concepção instalaria mecanismos de atuação junto a tal público de forma a sanar tais vícios da

dita “natureza” da pobreza. Dessa forma, instalar-se-iam mecanismos para ensinar a estes como se portar, se comunicar e se tornarem mais asseados, como se fosse uma forma de prevenir e consertar tais condutas “errantes”.

> *[...]é também eu f... é na época eu era assim, vamos dizer, meio revoltado com a minha mãe, era brigão, aí eu cheguei e fui mudando, fui aprendendo a saber o limite e... coisa assim, aí depois fui aprendendo é, conversando, aprendendo a conversar com as pessoas, coisa assim...[...] (Jovem 6)*

É importante expor que trazer as discussões sobre as variadas temáticas como trabalho, construir regras de convivência no Projovem em si não necessariamente seriam apenas da ordem do controle dos jovens. O modo como as linhas estão tecendo tal política é que teriam um predomínio de relações de controle e/ou de liberdade. Trazer à tona discussões em que os jovens possam se posicionar, discutir, refletir, traçar desvios com relação as suas relações com o mundo afirmando os exercícios de autonomia falariam de uma ética nas relações humanas e de uma avaliação em que as singularidades teriam caminho de modo a desmontar modos de controle. Porém, atenta-se para práticas que pelo contrário, estariam produzindo um aprisionamento dos jovens e seus movimentos de vida que questionam a ordem vigente.

Outra afirmação de um jovem com quem conversamos traz à tona uma discussão sobre regras aprendidas no Projovem e padrão de regras “suas” que seguia anteriomente à sua participação no serviço.

> *O Projovem, o Projovem [...] pra mim foi muito bom porque antes de entrar no Projovem eu era, eu era muito... rebelde, sei lá,e depois que eu entrei no Projovem eu aprendi a lidar com as pessoas, aprendi a melhorar a fala e... ter respeito, pra mim antes eu num tinha e é isso. E [...]mais algumas coisas que eu num lembro de cabeça agora.[...] Antes eu brigava à toa. Xingava as pessoas. É, qualquer coisinha tava, tava de mal. Eu não sabia tratar as pessoas bem.[...] Mudou.[...] Mudou porque eu teve um contato com pessoas diferente, aprendi a conhecer e tipo... as regras [...], era totalmente diferente do meu padrão que eu seguia, aí começou, foi aprendendo a... a obedecer as pessoas, a ter regras, que antes eu não tinha, aí isso que tanto me ajudaram.[...] O que eu seguia era diferente, tipo o que eu seguia era meu, eu que fazia as regras.[...] Isso, pra mim...[...] Tipo... também, mas, igual... as minhas regra era: eu faço o que eu quiser e tal, ninguém manda em mim, mas depois que eu entrei no Projovem eu aprendi que eu tenho que obedecer não só a*

> *mim, mas a outras pessoas que... em torno de mim tem várias outras coisas que não [...], que eu não posso fazer, que... eu posso fazer! Mas sempre vão há..., sempre haverão consequências, aí.. isso.[...] Mas [...] que ajudou mais foi o Projovem.[...] Hum... minha mãe, meu pai né... sempre vão conversar comigo, a escola também... e isso daí.[...] É bem melhor.[...] Sim... deixa eu ver... é... igual, exemplo dentro do ônibus. Dentro do ônibus num pode ficar em pé, num pode tocar cabeça pro lado de fora da janela e pra mim eu fazia isso, o motorista falava, eu xingava o motorista, falava que ele tava errado e hoje... igual, se a pessoa falar que eu não posso, igual, ouvir música dentro do ônibus no transporte, igual Transprimo, ouvir música alta no... sem fone de ouvido, se a pessoa fala eu sei que não pode fazer, então eu vou respeitar né, que é regra, aí... tipo isso. Igual na escola, na escola eu brigava muito, igual, regra da escola não pode brigar, hoje eu não, não brigo, não xingo professor.[...] Bom... eu...na minha opinião, que aqui vocês teve que falaram pra mim, palavrão não podia, aí eu era um cara que falava muito palavrão, aí nunca... depois que eu entrei aqui era difícil eu falar palavrão, deixa eu ver mais o que... saber lidar com as pessoas também, eu não sabia, aí eu entrei aqui tambem e aprendi a isso e [...] alguma coisinha aqui também [...]. (Jovem 4)*

Não se trata de negarmos a importância de se promover um espaço em que ocorra transformações no sentido do contágio na relação com o outro e o contato com outros modos de se relacionar, uma discussão sobre a convivência como lembro que ocorriam nas discussões do Projovem. O caso é de discutir as totalizações e o “calar” de uma rebeldia. Obediência estrita produz uma relação em que se deve “baixar” a cabeça para toda e qualquer relação com alguém que teria a “razão”. Presume-se uma relação hierárquica verticalizada e uma totalização das regras de forma a sempre obedecê-las. Esse é o risco de uma relação de obediência em contraste com uma relação rebelde que questiona imposições arbitrárias e controles. Pode-se produzir um silêncio do incômodo, o calar dos questionamentos, o apaziguamento e aceitação das condições impostas. Fortalecia a relação de que é preciso um adulto falar por e para eles sobre o que seguir.

Como discutimos, tem-se incidido sobre a juventude o controle de suas posturas que questionam a ordem estabelecida e muitas políticas foram construídas historicamente nesse sentido. E aqui, que discutimos o risco de estabelecer totalizações, pois tais conformações estariam lado a lado com essa tentativa de dominação dos modos singulares de subjetivação juvenis. Utilizando a situação contada pelo Jovem 4, sobre um xingamento na escola, este pode estar sinalizando uma resistência a modos verticalizados na organização da instituição-escola que

colocam de um lado o professor e do outro os alunos. Questiona-se um modo organização de um aparato público, mas tenta-se reduzir a discussão atribuindo a questão à rebeldia, insubordinação, desrespeito ou a reprodução de discursos de que os jovens pobres não possuem educação e não sabem se relacionar com os outros.

Algumas outras discussões sobre as interferências do Projovem na vida dos jovens que participaram do serviço levam-nos para uma produção de um jovem mais persistente, que insiste perante as dificuldades. É ressaltada na fala como uma transformação a partir da participação no Projovem Adolescente. Persistência nos objetivos de vida, para não desistir, acreditar que é possível, “correr atrás”.

> *Eu pessoalmente mais o convívio familiar. Assim... eu aprendi que... pra você ter alguma coisa na vida você tem que ter uma base que é a família. Família, amigos, sempre , coisa assim e também é... é procurar sempre melhorar, nunca desistir de nada é, tudo o que você fazer nunca desistir. Então foi mais é... assim, pessoalmente, assim.[...] Tipo assim, mudou a vida da gente... praticamente, depois é... [...] Começamos a pensar diferente, começamos a agir diferente.[...] Por... sinal o que foi passado pra gente, eu acho que muitos que ficaram até o final não esqueceu.(Jovem 6)*

> *Depois que eu fiz o Projovem assim, é um... eu diria que não era muito animada, assim... não. Só que depois é... eu percebi que a gente num tem que fazer as coisas só por interesse. É... acho que conhecimento, nunca é demais. Então eu... num trabalhei fixo, mas aí eu comecei a... a ver que a gente tem que procurar fazer alguma coisa. Então, quando eu tava na creche eu vi que eu tinha capacidade, que eu levava jeito, e eu já trabalhei oh... na cozinha, trabalhei na sala do 1, do 2 do 3, já substitui até como professora assim, consigo dominar muito bem. Então às vezes a gente acha que não é capaz de fazer as coisa, talvez pela idade ou por não ter experiência. E eu vi que a gente é possível sim, entendeu e eu comecei a ter, ter essa visão depois que eu fiz o Projovem.[...] A ter essa visão! De... de procurar algo diferente. De acreditar em nós mesmos. [...] Eu comecei a acreditar mais em mim [...] Foi um pouco, eu acho que foi é.... foi no caso, foi assim, algumas oficinas, algumas coisas que era falada assim que às vezes a gente... igual eu que sempre foi uma pessoa meio distraída, uma pessoa assim que... num tinha muito conhecimento, que brigava muito e tal. Então através do... das dinâmicas e tal é... eu fui tendo uma visão diferente assim e vendo que qu realmente é... é possível sim a gente conseguir as coisas [...] que correr atrás.[...]E no dia a dia também, porque igual minha mãe trabalha lá. Então ela sempre também, ela incentivou... assim, sempre, ah, cê consegue sim. Então eu tenho apoio da... da minha família também.[...]Mas, é... eu também aprendi*

> *a não desistir de cara das coisas, é persistir em algo num tem? É não desistir na primeira vez. E às vezes a gente não consegue alguma coisa e desiste. Ah, não consigo mais, não vou correr mais atrás. Eu acho que não é bem assim, se ela não conseguiu, cê tenta de novo, por fim até que você consegue alguma coisa. [...] Não, antes eu [...] pensava assim, só vou terminar o ensino médio, vou ficar em casa sem fazer nada. Pensava... em nada. [...] Então, então eu acho importante também um pouco é... é o desempenho, é a .. é a força de vontade. Por exemplo, eu saia da escola, vinha pro Projovem, então todos os dias eu ia, quando a gente não conseguia pegar o ônibus das quatro, a gente pegava às cinco. [...] Mas eu não me importava de estudar de manhã, ficar aqui, ir embora cinco horas, quatro horas.[...] Porque eu tinha interesse em continuar o curso. Então eu acho que na vida nem tudo é fácil. A gente tem que esforçar, correr atrás, ter força de vontade e é assim até hoje, assim, se eu puder... igual tem dias que mesmo assim, eu pego substituição até 11 horas, tomo um banho, e venho pro curso, mas eu não ... eu tenho esse compromisso, mas se eu puder de alguma forma é... melhorar isso , se eu puder substituir e tal, eu venho[...] Entendeu? Eu vou e fácil e venho pro curso.[...] Então eu acho bem interessante essa questão de ter força de vontade pra... abrir mão de certas coisas, eu poderia tá em casa dormindo, vamos dizer assim, igual hoje, cheguei de Cachoeiro onze e meia... eu almocei e vim pra cá, num deu nem tempo de eu tomar banho, só que como eu sabia que tinha um compromisso de tá aqui [...] então eu vim sem problema[...] questão da Responsabilidade, compromisso. [...]Ah [...] muito eu acho. Porque se eu não tivesse o Projovem, não tivesse feito o Projovem, ah, eu acho que eu não teria assim aquela, aquela esperança, entende? Eu acho que eu não conseguiria assim, pensar dessa forma, então... pra mim foi, foi muito bom. Foi no... foi novas oportunidades, novos conhecimentos, foi muito bom. [...]Mas assim, principalmente na, no psicológico, em pensar diferente . Foi bom! A gente começou a pensar diferente, né. [...]Igual eu , mesmo que, é... as... é... pelo assim, pela assistência que eles dava assim eu diria que ... que a gente, por exemplo, tudo o que a gente passa eu acho, serve como experiência né? E aprendizem, então isso ficou marcado eu acho, na nossa vida , desde que nós... desde o Projovem pra cá. (Jovem 5)*

Tal fator é importante ser destacado, pois o persistir pode falar de uma mudança de uma postura paralisada diante de dificuldades, de um permanecer num local definido para uma outra de enfrentamento. Persistir, resistir às precarizações, aos caminhos tortuosos e dificuldades construídas para a juventude pobre. Tomada enquanto dimensão coletiva de enfrentamento a um jogo de forças que produziriam as paralisações e a gestão de uma miséria necessária, uma aceitação das condições instaladas.

Por outro lado, persistir pode também fortalecer um processo de individualização, como se cada pessoa fosse responsável por si, por gerir e superar as dificuldades, e que mesmo diante delas é preciso suar, se esforçar, reforçando aí o individualismo e a competição. A persistência, portanto está em um terreno de disputa entre a resistência às condições instaladas e a naturalização destas.

Outro ponto a se discutir é que o Projovem também é relatado como um local de se aprender “coisas boas” e “não se envolver em coisas erradas”. Presume-se aqui uma possível interferência prescritiva na vida dos jovens que podem recair em uma série de atributos ideais e moralizantes para a vida juvenil. Não se trata de negar a importância de se discutir as questões que permeiam a vida dos jovens e colocar em análise aspectos como a saúde, a educação, a violência, dentre outras temáticas. Indaga-se sobre o perigo de se traçar uma juventude única a ser seguida, que seria o caminho bom e outra que corre à margem e desviante, que andaria no caminho do mal. O perigo de relacionar a juventude com risco como se houvesse uma essência do mal, e que a pobreza é passível de cair nos vícios devido à sua vulnerabilidade. Retoma-se a questão do biopoder pela possível utilização dos dispositivos com a juventude para o controle destas, pois essas seriam um risco aos interesses do capital.

> *Ah, É um programa que incentiva a gente na verdade a estudar também, buscar objetivos né, [...].Ah, eu ouvi falar que era um lugar né, que visava muito ajudar as pessoas né.[...] Ah, hoje , como a gente entrou né, que eu percebi né, pelo Projovem, além de ajudar as pessoas, também os jovens né, buscam sempre incentivar pelo bom caminho né, estudar né, levar uma boa vida.[...] Então, foi basicamente isso né, e... e também as conversas que a gente tinha, eram bem, bastante interessantes, falavam de assuntos atuais né, que mostravam realmente o caminho certo pra gente, porque jovem tem aquela coisa né, que sempre tem alguma coisa que interfere na vida dele. Aí mostrava como que são, eram as coisas, ajudava a gente bastante alguns assuntos que jovem vai acabar passando né...[...] Ah, eu lembro uma que foi bem interessante que foi o caso das drogas né... por que muitos entram por influências ou não... por que entrar por influencia é uma coisa assim que é falada, mas a gente entra por que quer na verdade. Mas, eles abordavam né, muito esse assunto também em algumas conversas e mostravam como é que era, pra gente não entrar nisso né, e levava a gente sempre num caminho bom.[...] E falavam também sobre coisas de higiene também, como os dentes, levavam gente para dar palestra, era bastante interessante.[...] Contribuiu. (Jovem 1)*

> *E eu acho também que o Cras e o Projovem dá oportunidade pros novos meninos é seguir na na vida. Dá... abre os olhos deles pras coisas boas e abre os olhos deles pras coisas ruins. Mostra a eles o melhor caminho. É... evita também é, tira elas da rua... que.. na rua tem muitas coisas erradas , que se eles ficarem eles não vão seguir um caminho bom... então eu acho que o Projovem é... é mais pra ajudar mesmo os jovens.[...] Eles dão oportunidade pra gente crescer...[...] A boas são o convívio social, você saber respeitar as pessoas, saber é... é... olhar o que a outra pessoa tem de bom, você saber é... é um.. lugar certo pra você ir, é respeitar família. Amigos e é... pessoas que não são amigas, pessoas conhecidas, cê aprende a mudar seu jeito... então a coisa bem legal nessa parte. E as coisas ruins é... livra você de tá na rua, contato com tráfico de drogas, é... roubar as coisas dos outros. Tomar? coisa assim, é tirando essa parte aí e mostra o caminho certo pro jovem. Por que hoje é muito difícil é você recuperar um jovem que entra no mundo das drogas. [...] porque muitos jovens hoje tá pensando em ganhar dinheiro fácil. Aí vou entrar no traficando que vou ganhar dinheiro fácil. Vou entrar na boca que eu vou vender e ganhar dinheiro fácil, mas eu acho que isso não é bom né, porque tudo que vem fácil, vai sair fácil de você. O bom do Projovem que mostra que quanto mais você caminha no caminho certo vai ser melhor pra você. Num corre o risco né... de é... fazer a sua família sofrer, fazer amigos também. É coisa boa! (Jovem 6)*

Oportunizar um conjunto de políticas públicas articuladas, contínuas e democráticas, como o acesso à saúde, à educação, à assistência social, ao esporte, ao lazer, geração de emprego e renda, diminuição das desigualdades são centrais para se intervir na produção da violência. Os mecanismos de biopoder operam de modo a “fazer viver e deixar morrer”, o que implica em uma organização de não intervenção em certas precarizações em relação a algumas vidas consideradas menos dignas de serem vividas como as das pessoas pertencentes às camadas mais empobrecidas.

A criação de espaços juvenis em que os jovens possam se afirmar e falar por si de seus processos, traçar desvios com relação aos controles e precarizações impostas pelas conjunturas políticas hegemônicas são um fator importantíssimo de modo a se pensar um mundo mais livre e potente e o Projovem funcionar como um espaço que dispara tais deslocamentos precisa ser destacado.

O que discutimos é a antecipação e o controle das virtualidades que afirma que o jovem que está na rua seria propício a cometer atos violentos como se este fosse um potencial criminoso e desviante. Reproduzir tal situação somente perpetua um mito forjado que justificaria os controles da juventude e de todas suas formas de

expressão, criminalizando a pobreza “fazendo-a viver e deixando-a morrer”. E é tal funcionamento perverso da biopolítica que comparece nas políticas para juventude que colocamos em debate neste trabalho.

4.5 A APROPRIAÇÃO/ INTERFERÊNCIA DO/NO PROJOVEM PELOS JOVENS

O serviço socioeducativo debatido nesta pesquisa tem, na nossa concepção de política, sua efetivação na participação dos jovens e na forma como estes se apropriam desse espaço. O prescrito da política instituída pode estabelecer certas regras como os perfis do jovem participante, mas como vai se dar a participação é o cotidiano das práticas do serviço que darão forma.

Ao falar sobre como se aproximaram do Projovem Adolescente um processo de apropriação do espaço que pontuo como um dos principais fatores que teve efeito direto na participação dos jovens no serviço foi o modo como realizavam uma rede de amizades. Estabeleceram vínculos no grupo e chamavam mais amigos por iniciativa própria, e por meio de tal prática disseminavam a informação sobre o que era o Projovem Adolescente, como o avaliavam e o que encontrariam ao participar.

> *Lá na época eu tava fazendo atletismo[...] Eu fui... na época fui.... tinha, foi eu, meu primo e um colega meu do atletismo. Aí depois eu topava com um amigo meu na rua e começava a chamar. Aí eles vinham, conversavam junto comigo .[...] Não, é... porque eu , é... aí eles me explicava, eu falei vou chamar eles porque, vou chamar eles pra fazer junto comigo. Se eu fazer sozinho eu não vou ficar muito tempo. Aí comecei a chamar eles, também fui, fui explicando pra eles, foi gostando e vieram.[...]Aí que uns... período pra cá uns amigos meus foi saindo. Um foi trabalhando na... na serraria de mármore, um saiu pra... pra estudar,outro... foi assim.[...] É... Igual o meu primo, é.. o...ele mora perto da minha casa desde pequeno, eu topava com ele direto, o meu outro amigo o T. fez pouco tempo, topava com ele, conversava, eles vinham. (Jovem 6)*

> *Lembro, eu entrei com mais duas amigas né, F. e G.. Nós entramos porque ouvimos falar né... uma amiga nossa a G., ela já tava fazendo o projeto, comentou com a gente que era muito bacana, um projeto muito legal e a gente se interessou, demos o nome e começamos a participar também junto com ela.[...] É, ela comentou com a gente, e a gente se interessou também. [...]Na*

> *escola...[...]Logo no inicio a gente já gostou assim, logo de cara né, tinham pessoas muito bacanas, simples, igual nós, né, mas que eram bacanas, nos damos super bem com todo mundo...[...] Foi né... mesmo por questão de... da amiga falar né, porque se não fosse ela eu também não saberia do Projovem. [...] O CRAS eu já ouvi falar né, mas o Projovem conheci por ela.[...] Ah, eu achei uma coisa bacana da parte dela. Porque, como ela havia gostado, ela chamou a gente pra tá participando, que nós éramos mais próximos a ela né. Ela fez amizades aqui sim, logo de cara também, como nós, mas só que como éramos muito unidas, ela achou legal tá chamando a gente para participar né, e acabou que a gente adorou o Projovem também. (Jovem 1)*

A divulgação do serviço e seu processo de gestão são colocados em análise. Somente via amiga viria a conhecer o Projovem. Alguns fatores podem contribuir para isso como a recente implantação do serviço, mas é fator importante a ser pensado. O “planejamento” corrido, já que muitos programas são implantados sem prévia discussão coletiva, através de uma ordem hierárquica superior e às pressas geram atropelamentos na divulgação do serviço. Desse modo, pode dificultar o acesso a muitos jovens que acabam por não ter a informação de que tal serviço público é disponíbilizado e que é um direito para jovens de famílias beneficiárias do PBF e encaminhadas do PSE, como descreve a política prescrita. Aponto tal questão, pois a informação por parte dos equipamentos públicos das possibilidades de ofertas de serviço e de como estão organizados são como uma “caixa preta” para diversas camadas da população, sobretudo, as mais empobrecidas. Há todo um funcionamento que tende a se omitir informações imprescindíveis a quem é usuário dos serviços. Por exemplo, em uma unidade de saúde ou um CRAS, é comum não se saber ao certo todos os serviços ofertados, a real disponibilidade, as dificuldades que ocorrem como falta de pessoal e omissão de informações como o tempo de espera para acesso e a emissão de informações distorcidas ou mal explicadas, que agoniam o cotidiano dos que acessam tais serviços.

Não é uma questão de dissociar uma divulgação formal que seria feito pelos próprios mecanismos do CRAS, da Secretaria de Assistência Social ou da Prefeitura Municipal e uma outra divulgação “informal” feita pelos jovens. Mas de demarcar que faces da política como a implantação às pressas e sem discussão coletiva de um programa pode ter efeito direto no funcionamento dos serviços. A divulgação do serviço é um processo constante e tem sido aprimorada cada vez mais, visto que com o passar do tempo o próprio CRAS fica mais conhecido como um equipamento

que pode ser acessado pela população. Nesse sentido, o movimento dos jovens de convidar novos jovens a conhecer e participar do Projovem funciona também como divulgação, porém pra além disso significa uma apropriação do espaço pelo próprio jovem, de acordo com suas estratégias e cria um modo de organização do espaço que os tem como protagonistas.

Em Venda Nova, os jovens começaram a convidar amigos que conheciam de outros espaços como o bairro e escola “espalhando” a informação sobre o que os atraia, o que aprendiam, as oficinas, as visitas que realizavam, o lanche e por meio desse movimento questionavam a própria definição do MDS de que o Projovem era para participantes entre 15 e 17 anos. Afirmavam o direito dos jovens participarem. Chamar novos amigos para participar não tinha o limite de uma legislação, ou de um planejamento do qual não haviam participado:

> *Eu entrei através dos meninos porque eu não tinha idade ainda, aí os meninos que tinha idade tavam falando que o Projovem era muito bom, aí eu queria entrar. G., ele tava na minha idade, ele tava fazendo, aí eu vim, fui no Polentão, que na época era lá no Polentão, conversei com você, aí você falou que eu poderia tá fazendo mas só que eu não ia receber o diploma, aí eu comecei a ir, participar. [...] Falavam que aqui era bom, por que lá eles aprendiam muitas coisas, tinha oficina de dança, tinha oficina de música, se eu não me engano, de rádio e tinha... tinha o, aquele negocio dos esportes, oficina de esporte, ai eles gostava muito disso, ai falava, falava também sobre a comida que era boa. Aí eu me interessei nesse ramo aí. (Jovem 4)*

Lembro-me que o sistema do Projovem, Sisjovem, só aceitava a inscrição de jovens de 15 a 17 anos. Sem o nome no sistema não era gerado o certificado de conclusão. Me lembro que três jovens com idade inferior, dentre eles Jovem 4, que tinha 13 anos para 14 anos. Chegaram até o local onde eram realizados os encontros do coletivo e solicitaram a entrada. Conversando com a equipe, apesar do prescrito, aceitamos a participação desses jovens, mas sempre informando essa questão burocrática. Ao final, Jovem 4 e os outros dois jovens acabaram por serem inscritos no programa, como no ano posterior fariam 15 anos, o sistema aceitou a inscrição destes mesmo com 14 anos. Dois desses chegaram ao final e receberam o certificado de participação. Caso, o prescrito fosse levado ao pé da letra não haveria aceitação de participação, nem tão pouco a possibilidade do próprio sistema liberar posteriormente a inscrição.

A postura dos jovens de quererem participar mesmo com idade inferior, e seus movimentos de chamarem os amigos foram preponderantes para o grupo tomar forma e se consolidar como espaço pro jovem e não para adultos que falam pelos jovens. Apesar de toda uma prescrição legislativa e planejamentos de divulgação como a busca ativa, por exemplo, o que se tornou como estratégia efetiva para a consolidação do coletivo foram movimentos deflagrados pelos próprios jovens.

Também há falas em que diziam que esse processo de convidar amigos é uma maneira de se sentirem à vontade no espaço e como um elemento importante para prosseguir nas atividades:

> *Eu entrei por causa que a minha mãe recebe Bolsa Família né, aí eu acho que eles fizeram uma seleção das pessoas que moram aqui, aí me chamaram, aí eu fui lá, conversei e tal, minha mãe falou assim "ah entra e tal e coisa"... a gente começou até aqui em cima da sorveteria, primeiro... primeira vez o CRAS, foi aqui! Aí eu... comentei com ela, aí a tia dela foi atrás, aí o... acabou ela entrando também junto comigo fazer parceria... aí eu chamei a R., chamei outras meninas que eu conhecia, aí algumas pararam né, foram uma vez, duas vez e tal e pararam, mais eu e mais ela a gente falou assim "ah não, bola pra frente", não tem nada pra fazer em casa depois da escola... a gente estudava de manhã... não tem nada pra fazer em casa, bola pra frente, vamo lá fazer o curso mesmo.[...] Chamei, amigos né, amigas ... [...]V. e a R[...] é...que ela fez, ela fez até o... final né Tb R... fez até o finalzinho, até o final... que ela deu uma paradinha, depois ela voltou. (Jovem 2)*

> *Eu me lembro é... que eu recebi um... tipo um convite do CRAS né... eu tava estudando , aí eu achei muito interessante e quis vim. Eu recebi esse convite na verdade. [...] Na minha opinião é... quando a gente tem pelo menos uma companhia de uma pessoa que a gente conhece...é, parece que dá mais incentivo, encoraja a mais pra fazer o curso né e é... o Projovem na minha opinião assim, o coletivo ele... a gente vê, a gente aprende muito, inclusive é na, nosso cotidiano, no servi... num, no mercado de trabalho, a gente convive com as pessoas o tempo todo e eu vejo que o Projovem ele abriu assim, esse, essa visão pra que a gente tenha novos desafios, tal, e a gente aprendeu isso no coletivo.[...] Aham. E igual eu falei, com pessoas diferentes, mas se tiver pelo menos um conhecido, uma companhia incentiva mais a gente a continuar. [...]Não, no meu caso foi assim: eu igual eu falei que recebi o convite aí depois... é... se eu num me en... me engano chamei sim, o V. né [...]W, eu convidei também alguns, chamei e eu animei porque tinha o nome a maioria eu já conhecia. (Jovem 5)*

Falamos de aproximação com o Projovem por meio de convite feito pelo próprio CRAS pela busca ativa e por meio dos convites feitos pelos próprios jovens participantes, porém outras meios de aproximação também se deram. Destaca-se a fala de Jovem 6, que fala de um certo “acaso” para a entrada no serviço. Relata que chegou ao CRAS, pois este daria “*oportunidade do jovem trabalhar*”.

> *No meu caso foi diferente. A minha tia tinha... na época eu tinha 15 pra 16 anos e aí meu primo é o A. né, nós viemos pra Venda Nova fazer atletismo. Aí eu conversando com ele, e ele me falando comigo ... que tinha um serviço de ir pro CRAS..., e se o CRAS vem aí vão dar oportunidade do jovem trabalhar. Aí eu fui com ele lá no CRAS, na época era quase perto da prefeitura, ali perto da Caixa, subi a escadaria e fui lá. Aí chegamo lá, meu primo e alguns colegas meus... aí a gente foi e falou que na época era... tinha que ter 18 ano... aí falaram com... do Projovem, explicaram como é que era, aí fui e falei “vou fazer”, e aí outros colegas por lá também, chamei eles depois pra fazer e eles vieram comigo. (Jovem 6)*

> *Ah! Não... V. , eu falei assim “vamo V., vão, vão, vai ser legal”, ela “ah não, não sei o que, não sei o que”. Aí eu falei com a tia D., falei com a tia D. que era negocio de Bolsa Familia e tal, que ajudar negocio de... negocio de Bolsa Familia... que ia ajudar V. a arrumar um emprego e tal, aí tia D. gostou, aí tia D. colocou, aí eu falei, “ah V. não tem nada pra você fazer, ficar à toa em casa”, aí a gente começou, a V. nem morava aqui, morava lá em[...] é, em Viçosinha... nem morava aqui em Venda Nova... depois que ela começou a morar aqui... (Jovem 2)*

Importante apontar como os discursos acerca do CRAS vão criando certas definições da função que ele desempenha. Tal discurso produz a chegada dos usuários que buscam o equipamento para acesso à série de programas que são ofertados, mas também para o que é veiculado que será proporcionado. Nos CRAS, há uma série de atividades, dentre elas cursos de formação técnica, encaminhamento para possíveis vagas de emprego, mas, geralmente, não há um elo direto da participação em uma atividade e a entrada no mercado de trabalho. Pontuamos que tal discurso por muitas vezes é fomentado pela administração e pelos próprios equipamentos ao difundir e divulgar as ações de uma forma sedutora para aumentar a participação dos usuários. Algumas enunciações de que a assistência social trará mais oportunidades de formação para a juventude e de inserção no mercado do trabalho não surgem do nada, são produções que têm circulado.

Como discutimos, o próprio Projovem se insere nessa discussão do trabalho, porém a desarticulação entre as variadas políticas setoriais e a não intervenção do estado nos mecanismos de mercado de oferta de emprego, perpetuam concepções meritocráticas para o acesso. Cabe-nos apontar também a reprodução do mito de que pelo acesso a um emprego se conseguiria a salvação para as condições de vida que historicamente foram construídas e naturalizadas para a pobreza. Questões como os postos precarizados de trabalho, as desigualdades sociais que são efeito do modo de produção capitalista, a não oferta de empregos dignos, dentre outras passam longe de tal discurso.

Além disso, cabe-nos explicitar que alguns encaminhamentos para certas oportunidades de empregos são muitas vezes para trabalhos ofertados por empresas locais em postos precarizados. A oferta de cursos no âmbito da assistência social não traz uma modificação nos condicionantes do desemprego, o que ocorre, em geral, é uma oferta de formação que fará os sujeitos individualmente disputarem uma vaga. De iniciativas que atrelam a participação no Projovem com a oferta de estágio lembro-me do programa de estágio do Governo do Estado do Espírito Santo ‘Jovens Valores’, mas mesmo assim, são poucas vagas ofertadas.

Sobre a adesão de jovens aos coletivos do Projovem, lanço mão de dois gráficos referentes ao coletivo de 2010/2011 e o de 2012. Através da análise das folhas de frequência mensal considerei como participante efetivo do Projovem os jovens que possuíam pelo menos uma presença no mês, excluindo da contagem os jovens que não compareciam no mesmo período. A média de participação no Projovem de Venda Nova é alta, sobretudo se compararmos com outros municípios como da Grande Vitória que relatam ter baixíssima participação. Chegaram ao fim do primeiro coletivo 17 jovens e do segundo 18, existindo picos de participação de 26 e 24 respectivamente. A realidade da organização do Projovem de cada município e a apropriação do espaço pelos jovens são fatores importantes para a participação dos jovens.

Não querendo se guiar pelas prescrições do MDS, mas a fim de apresenta-las: segundo as diretrizes do ministério o Projovem Adolescente deveria ter em cada coletivo o número mínimo de 15 (corte mínimo para recebimento do piso de

financiamento integral) e máximo 25 jovens, quando ultrapassando o máximo de 30 participantes. De 7 a 14 participantes o município recebia o piso pela metade.

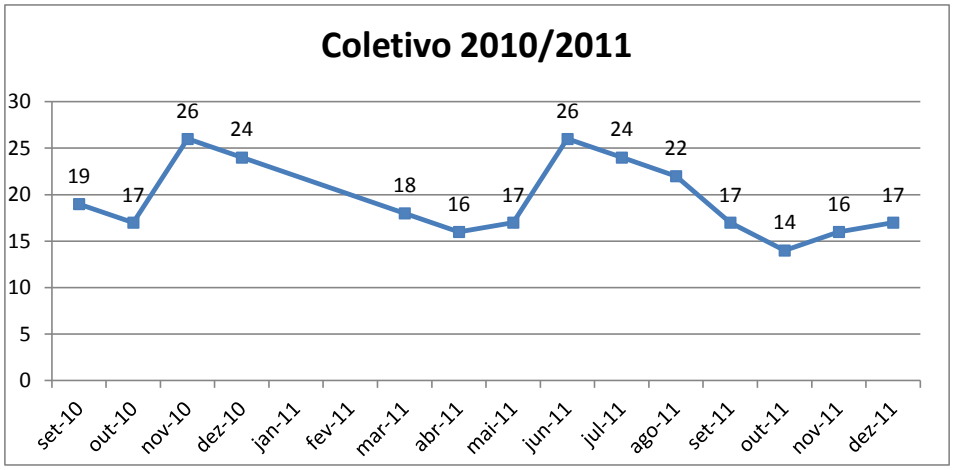


Figura 8: Gráfico de número de jovens participantes por mês no Projovem Adolescente de Venda Nova do Imigrante no coletivo 2010/2011. FONTE: (CRAS de Venda Nova do Imigrante, 2013)

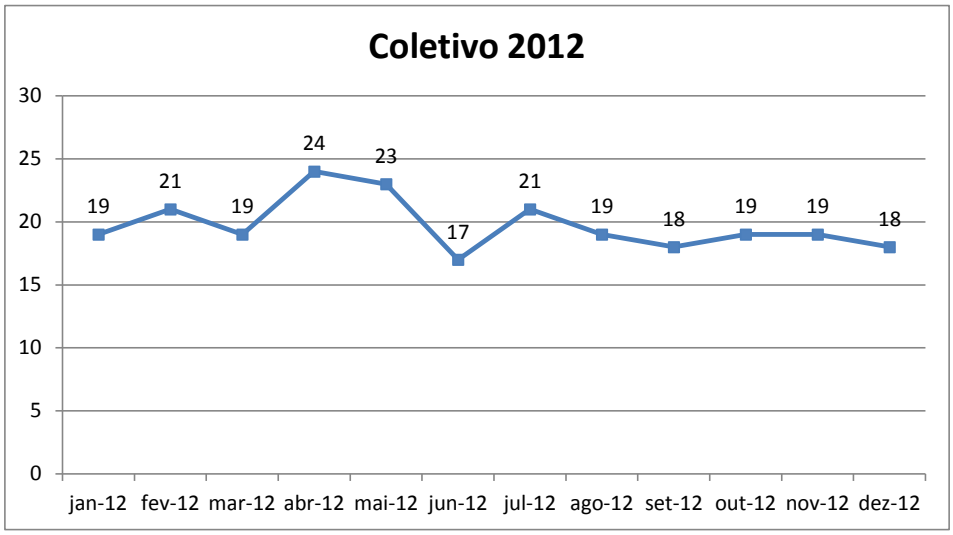


Figura 9: Gráfico de número de jovens participantes por mês no Projovem Adolescente de Venda Nova do Imigrante no coletivo 2012. FONTE: (CRAS de Venda Nova do Imigrante, 2013)

Um alerta que se apresenta é o atrelamento de participação de jovens para recebimento de piso de financiamento. Nesse sentido, há também um jogo em que se impõe para os CRAS, a gestão de certo número de jovens para conseguir alcançar financeiramente o repasse de tal verba por parte do Governo Federal. Há um perigo nesse sentido, de que tal questão possa produzir uma pressão para os

profissionais dos CRAS priorizarem uma produtividade quantitativa, o que afeta as ações com os jovens e a protagonização destes. A própria busca ativa inicial do programa era atrelada a uma imposição prescritiva de que era necessário certo número de jovens para se iniciar as atividades e, consequentemente, o recebimento do piso integral. De tal forma, relembramos os perigos dos discursos sedutores para se alçar a participação dos usuários, mas que não são garantidos pela política instituída como a certeza na modificação das condições de vida por meio de capacitação, formação educacional e acesso ao emprego. Porém, pontuamos que com o SCV – Reordenamento está em processo uma modificação com relação às condicionalidades para cofinanciamento dos serviços pelo governo federal.

A apropriação do espaço pelo jovem, a rede de amizades que construíram, a relação com os profissionais e o modo de organização dos coletivos são fatores importantes para uma grande adesão dos jovens. Outro ponto importante é que através do Projovem, jovens de regiões mais distantes da sede conseguiam circular pela cidade (era ofertado passe para utilizar ônibus para o deslocamento), saindo de um possível isolamento geográfico que as camadas mais empobrecidas sofrem em um processo de guetificação. Soma-se também uma possível participação maior no interior do estado, e aqui, no caso específico de Venda Nova do Imigrante, a possibilidade de um espaço para jovens, uma política para estes, visto que por muitas vezes ouvia dizer que o município sofria com relação a não oferta de projetos para esse público.

Como os jovens se sentiam estando no Projovem e o sentido que construíram para o Programa sinalizam os motivos de sua participação. É claro que muitos jovens abandonaram as atividades em meio ao Projovem, por vários motivos, um deles devido à incompatibilidade com o trabalho integral que muitos começaram a desempenhar. Outro ponto importante é um modo de funcionamento com relações menos verticalizadas e mais horizontalizadas, que difere da escola tradicional. Outro ponto a ser considerado é que o Projovem Adolescente em Venda Nova se organizava em dois a três encontros semanais, e apesar de ter uma frequência mínima obrigatória, muitos jovens não se viam na obrigação de estarem comparecendo diariamente gerando faltas, mas não uma desistência, o que na escola poderia ser convertido em uma reprovação por falta.

Mas era bom porque era três vezes por semana, era pouquinho, era gostoso, era de segunda, quarta e sexta!(Jovem 2)

Não, no caso a gente só estudava né e chegava em casa, ajudava a mãe com os afazeres de casa, e quando tinha que estudar para alguma prova, a gente estudava, tinha aquele tempo mais livre né pra tá fazendo o que quisesse assim. E aí com o Projovem a gente tinha né, duas... acho que eram duas vezes por semana, a gente já tinha um compromisso né e além de estudar, a gente tinha a parte de estudo né, e também a gente vinha pro Projovem e debatia os assuntos e tudo mais, mas dava pra levar tudo, tudo certinho, estudo, Projovem... casa. (Jovem 1)

4.6 ESTRATÉGIAS JUVENIS, AFIRMAÇÃO MICROPOLÍTICA DAS RELAÇÕES DE AMIZADE E A INTERFERÊNCIA NO ESPAÇO-MUNICÍPIO - CIRCULAR, OCUPAR, INCOMODAR

A fim de iniciar um debate sobre como os jovens avaliam o momento em que estavam no Projovem parto das suas falas sobre a participação. As lembranças sobre a época de Projovem trouxeram à tona a saudade, a alegria e falas com relação aos esforços ao que designam como ajuda da equipe do CRAS. Houve um momento em que tais lembranças encheram os olhos de lágrimas de uma jovem. Nesse sentido, é importante também colocar esses sentimentos como analisadores do processo de participação que engloba as relações que estabeleceram, as atividades que desempenharam, e as interferências na trajetória de vida.

Ricardo, o Projovem pra mim era, era bom, eu me sentia b... bem beneficiada, me sentia uma pessoa que tinha.. é tive uma oportunidade de.. de ter uma visão diferente igual eu falei né, eu me sentia bem "ah o que você faz lá" "eu fazia isso, isso isso", então eu falava com o maior prazer, entendeu, é... poderia... tava em casa fazendo nada, mas não, eu tava lá...aprendendo é... tendo uma visão diferente hoje, tendo aprendendo coisas que eu não pensava. Entendeu? Mesmo que... não teja fazendo nada no momento, mas e... é ..estar no projovem serviu alguma coisa. Eu aprendi algo em minha vida. Foi uma lição de moral, alguma coisa assim, foi uma, abriu minha a mente em relação assim as coisas que eu pensava que eu não era capaz.[...]A gente sentia bem recebido.[...] Sempre, eu tenho certeza que cada um trouxe algo de bom. Né![...] É algo novo, é algo que... as pessoas gostam de coração. Eu acho que é ótimo é... essa questão do Projovem! [...]Em cada ocasião, é... a gente se sentia muito bem! [...]Aproveitamos o máximo [...]Com certeza! (Jovem 5)

> *Eu acho que... todo mundo que tava em volta da gente ali dava um motivo da gente sentir feliz, todo mundo da... tipo assim, dava uma contribuição pra gente se sentir especial num,... na no Projovem.[...] Ah, Todo mundo , vamos dizer, a [...], a [...], [...], todo mundo que tava lá fazia a gente é... se sentir bem, é... se sentir alegre, todo mundo. (Jovem 6)*

Convém demarcar dois vieses: se sentir acolhido, bem recebido, os relacionamentos construídos com os profissionais e as conexões ali estabelecidas falam de uma relação potente em termos de encontros coletivos mais horizontais e que promovem uma troca entre os diversos atores ali presentes. Por outro lado, devemos indagar sobre o sentimento de benefício e gratidão, quando a participação em uma política para a juventude é um direito. O cuidado se impõe, pois a questão não é beneficiar os jovens porque eles tiveram a "sorte" para estar ali ou porque estão recebendo algo em troca, um esforço feito pelo outro para ajudá-lo (podendo aproximar de uma prática assistencialista e de caridade), uma oportunidade diferenciada, mas sim a afirmação de um espaço que é um direito a ser exercido.

Algumas falas dos jovens expressam um estar em casa não fazendo nada. Aponta-se para uma certa desqualificação do cotidiano de suas vidas, como se o Projovem se apresentasse de uma forma mais "produtiva" para ocupação desse tempo. O perigo aqui é a construção do Projovem como um local "ideal", "caminho correto" e "lição de moral" para os jovens, gerindo a vida destes de um modo biopolítico, que colocaria as outras apropriações juvenis como não possíveis ou com menos importância. Por outro lado, também tem que se destacar o déficit em políticas públicas e a precarização de espaços juvenis na cidade seja por meio da escola, do lazer, do esporte, da cultura, da ocupação dos espaços, das ruas...

Algumas falas indicam que o Projovem é utilizado como um local em que os jovens poderiam propiciar alguns escapes ou pelo menos tentativas de se produzir alguns desvios em relação às pressões que comparecem na vida de muitos, o que retoma a nossa discussão acerca da adolescência na sociedade capitalista ocidental. As pressões relacionadas à escola, ao conflito entre gerações, ao trabalho, dentre outros âmbitos, atravessam a vida de muitos jovens e estes relatam utilizarem a participação no Projovem como um local para "desestressar", "aliviar", um local em que não se sentiam pressionados. Aponta-se também a outra face que é o perigo de esse alívio produzir um certo apaziguamento das questões expostas, ao somente

reproduzir um "*esfriar a cabeça*" ou um "*sempre os pais estão certos"*, caso não se promova discussão e enfrentamento sobre tais conflitos que incidem sobre a juventude.

> *Sim, sim, ajudou bastante né. No caso do tempo mesmo que eu falei, porque às vezes a gente acabava dando prioridade para coisas mais, assim... do dia a dia que a gente gosta de fazer, mas que não tem muita importância né. O Projovem serviu pra incentivar a gente a coisas boas, levar pra gente conhecer lugares novos, passear, e isso ajudava né, é... esfriava um pouco a cabeça, era um projeto bacana por conta disso.[...] É, esfriar a cabeça da escola, dos problemas. Porque jovem também tem problema né...rs[...]Ah, mau interpretação por uns, é... problemas em casa a maioria tem, escola, stress, tudo o jovem já começa a ter...[...] Por que às vezes a gente pensa que tá com a razão né, jovem, adolescente pensa que tá com a razão mas não é assim, sempre os pais estão certos, quando a gente vai analisar e acaba que acontece alguns desentendimentos por conta da família, com assuntos que a gente pensa estar certo, mas não está... é nesse... nesse caso...[...] Ah, muitos trabalhos, às vezes acumulava trabalhos, provas, tudo na mesma semana né, e a gente ficava com a cabeça muito estressante, ficava muito um caos assim, e com o Projovem a gente né, desestressava, aliviava isso, conversava, era isso...[...] Sim, sim. Tinha semana que era direto, todo dia, duas ou três provas num dia... semana de provas, era muito estressante. (Jovem 1)*

> *Eu achei bom também, conhecer pessoas novas, eles ensinava muita coisa a gente, igual a gente tava na idade dos jovens, eles ensinavam a gente como lidar com... [...] a fase de adolescência.(Jovem 3)*

> *No começo foi meio difícil, mas foi bom, nós vinha de bicicleta do Camargo pra cá, saia da escola, chegava em casa e almoçava rápido e vinha de bicicleta pra cá[...]Aí depois Foi tranquilo... [...] E também é, na época eu estudava, mas... estudava, mas... fazia de conta que eu tava dentro da sala, eu ficava olhando o relógio pra eu tá aqui porque chegava aqui, ficava mais alegre, conversava, brincava, é... eles me davam é... muitos conselhos, pra nós jovens não se envolver com coisas erradas. É... eu me sentia mais tranquilo, uma parte de mim ficava mais aliviada, quando chegava assim... ficava mais...[...] tipo assim, mais calmo.(Jovem 6)*

Importante apontar que a escola e o Projovem devem ser colocados em análise, com relação às pressões nas vidas dos jovens. A organização escolar baseada em um sistema de avaliações, recheadas de provas e trabalhos baseados na acumulação de conteúdos, muitas vezes dissociados da vida dos alunos e em métodos punitivos produzem uma relação de medo de "reprovar", culpabilização

individual por não alcançar as metas das avaliações, de “não saber” e o impacto que terá para sua vida caso não consiga alcançar o “avanço” das série escolares. Devido a um sistema de avaliação que hegemonicamente permeia a escola baseado na mensuração da memorização de conteúdos dissociados da vida se tem como efeito uma pressão sobre esses jovens, que tem que lidar com uma quantidade crescente de provas e trabalhos, às vezes concentrados no que se denomina “semana de provas”. A prescrição do MDS no tocante ao objetivo do Projovem para o retorno e permanência dos jovens na escola, coloca o serviço da assistência social em um dilema: a aceitação de tais condições ou o desvio com relação a estas?

É importante evidenciar que o Projovem foi descrito como um local em que os jovens poderiam vivenciar experiências de estarem alegres, poderem brincar e conversar, se sentirem mais tranquilos e aliviados. E surgem algumas questões: Porque tais experiências não podem ser vivenciadas no ambiente escolar? Que escola tem sido afirmada?

A presença de debates sobre diversos assuntos também é destacada em diversas falas dos jovens. Promover a discussão de temáticas relacionadas à vida da juventude, juntamente com estes, promove um espaço que em outros âmbitos podem não estar ocorrendo. Presencia-se em diversos âmbitos da vida juvenil o sufocamento e silenciamento da conversa, do diálogo, do saber destes através de uma relação que impede a sua expressão, colocando-os em uma posição de apenas receber e ser guiado, tutelado. Poder socializar as discussões de forma aberta é um modo de escape a tentativas de privatizar algumas questões que são tematizadas de forma moralista. Porém, alerta-se para o modo como essas discussões tem acontecido no Projovem, se de uma forma que os jovens possam se expressar e posicionar ou de forma vertical, reproduzindo a moralização das questões.

> *[...]como eu te disse nós fazíamos vários debates e falávamos sobre atualidades, assuntos do dia a dia, sobre até mesmo drogas, essas coisas né, que temos que saber né, que são alvo, que pode, podem ser alvos de nossas vidas, só que a gente tem uma forma de desviar né, e o Projovem incentivou a gente a isso, é... a... procurar saber melhor sobre os assuntos, e tudo mais. (Jovem 1)*

> *Pra mim, pessoalmente foi maravilhoso, porque é, tipo assim e... eu... a gente aprende coisas que eu num tinha conhecimento... é... como reciclar um... um...alguma coisa, tipo um... algum*

> *material... é... um lixo, jogava lixo assim, na rua assim, essas coisas assim eu fui aprendendo (Jovem 6)*

A participação nas oficinas é destacada como uma experiência nova e importante. É interessante relembrar que a escolha das oficinas, na época que trabalhei no Projovem, foram feitas com a participação dos jovens que foram pontuando algumas como de maior interesse violão, teatro, dança. Algumas dificuldades na época eram a burocracia para a contratação e pagamento de profissionais facilitadores de oficina, a falta de espaço e materiais adequados que eram empecilhos para implantação e continuidade de algumas oficinas, o que dificultava tal movimento decisório.

Ressalto tal discussão coletiva e participação dos jovens na construção das atividades, como fator importante para atividades destinadas e construídas pelos próprios participantes. Aumentar os espaços de construção das políticas com os usuários destas falam também de uma postura que promove uma torção nas velhas configurações decisórias centralizadas nas mãos de uma equipe gestora. Promove desvios em sistemas de poder e relações de forças que impedem a atuação dos diversos atores nas decisões dos rumos das políticas como o Projovem Adolescente. O que deve se atentar é para tal funcionamento não recair em um participacionismo dentro de moldes já instituídos de controle, em que somente haveria decisões em uma lógica já decidida e instituída previamente, apenas como um paliativo em que se diz que há participação ativa de todos.

> *Eu mais é... o espaço que foi aprendido foi é... pra mim foi, di.. dizer assim, uma coisa nova né, que teve aula de violão... é, a gente aprendemo a tocar, teve aula de dança também, dançar um pouco; uma coisa diferente né que pra nós é..., vamos dizer assim, nós não tava acostumado com aquilo. Foi uma coisa bem diferente. (Jovem 6)*

> *É... [...] foi algo novo. Apesar que...eu participava e tinha coisa que eu... que eu não me interessava muito, mas outras assim eu via que é tão, é tão bom você aprender sabe, saber as coisa. Ah, as aulas de... de, nós tivemos poucas aulas de teatro por exemplo, mas cada um ficou marcado até hoje, num tem? Porque serviu como lição, foi... foi ótimo! Num tem? Então é..., a gente relembra esse tempo assim, e das pessoas... a gente sente até saudade! Foi muito bom! (Jovem 5)*

Outra estratégia dos jovens a utilização do Projovem como curso realizado. Ao finalizar as atividades, o jovem recebe um certificado de participação e muitos jovens o utilizam no currículo como formação e referência.

> *[...] Foi importante sim! Eu posso... eu posso tá colocando o meu currículo no dia de hoje, que eu fiz um curso de dois anos lá no CRAS... foi de anos né, dois anos certinho... posso tá colocando, posso tá incluindo né...no meu coisa... eles sempre perguntam, ah ce tem um curso e tal, aí eu sempre comento, ah eu tenho um curso lá no CRAS, tal, foi a [...], o [...], a [...] e tal que me deu, [...]... que me deu o curso e tal... eles sempre conhece né, os pessoal lá do CRAS, liga, perguntam de nós e tal, é sempre uma referencia boa lá...[...] Sempre referência! Eu falo assim pra todas os jovens que participou lá sempre colocar né, que fez o curso lá no CRAS e tal, a gente tem o diploma, tira xerox, eu tenho ainda lá em casa... tenho as cópias deles, que eu fiz varias copias, quando precisa eu levo, igual lá no Paggoto, no Pizzol, ele tem cópia do meu diploma de lá...(Jovem 2)*

Tal estratégia é um modo criado de apresentar a tal formação que se cobra dos jovens, por meio da participação que se teve no Projovem Adolescente. Diante das inúmeras dificuldades que se impõe à vida juvenil, esta inventa mecanismos mesmo que pontuais para tentar acessar os postos de trabalho.

Outro ponto importante a se pontuar é que nas conversas traçadas ao falar sobre como foi estar no Projovem de Venda Nova do Imigrante a relação entre os jovens, equipe do CRAS, pessoas novas que conheceram por intermédio das atividades e visitas que faziam e com outros usuários dos serviços é destacada. O convívio experienciado é discutido como um fator importante no Projovem Adolescente.

> *Nossa, foi muito bom! Eu conheci bastante gente[...] Eu aprendi bastante coisa, assim, eu gosto, ainda até sinto falta de lá, de vez em quando eu vou lá, tal, topo as meninas, [...], a [...], na rua, elas param, conversam comigo e tal... teve até a quadrilha lá, eu falei que eu ia, acabei esquecendo no dia... aí num fui, mas eu topei com ela, falei que não deu pra eu ir e tal... eu gosto de lá![...] Sempre quando a gente precisa de ajuda, por ajuda lá, eles sempre me ajudam, muito bom lá! Um local muito bom pra adolescentes. [...]Não, assim, não só do Projovem, mas sim dos parceiros que a gente teve, dos parceiros que a gente teve lá do São Roque, onde a gente foi, a gente foi mais aonde? Ah, a gente foi em vários lugares assim, não dá pra relembrar muito não! Mas, a gente se conheceu bastante gente nova, não só lá no Projovem, gente que ia lá também pra pedir conselho, fazer outros cursos e tal, a gente sempre batia de cara a cara, começamo a conversar e tal, fizemos amizade com o nosso*

> *grupo lá, grupo de adolescente. [...]Amizade e conhecimento![...] A gente tamo levando no dia a dia, na nossa vida... (Jovem 2)*

As redes de relações podem tanto ser da ordem do formalismo estrito, sem contágio, sem troca, como podem ultrapassar tais barreiras. As formações de vínculos e relações entre as pessoas em um dado dispositivo podem fazer emergir os múltiplos modos de se postar no mundo para além de processos hegemônicos que produzem a guetificação, o isolamento, o preconceito e os estigmas. Como debatido, o município de Venda Nova possui atravessamentos históricos que produziram conflitos fundados na relação de preconceito, que permeiam até os dias de hoje o convívio entre descendentes de italianos, negros e pessoas advindas de outras regiões. Tal ação micropolítica pode instalar desvios nesse processo quando promove novas formas de vínculos e trocas entre as pessoas, em contraste às configurações históricas das relações entre as pessoas no município.

Dessa forma, concebemos ação micropolítica alinhada com a definição de Rolnik (2008), como uma intervenção na dinâmica entre os modos hegemônicos, sua relativa estabilidade e a realidade sensível em constante mudança, fundada na alteridade como campo de forças que afetam nossos corpos. Rolnik afirma que tais mudanças provocam mudanças irreversíveis na cartografia vigente e ao tomar corpo em criações artísticas, teóricas e/ou existenciais, as tornam portadoras de um poder de contágio em seu entorno.

> *Pra mim o Projovem eu acho que aproximou é... a gente não conhecia às vezes os outros menino, aproximou a convivência e... entre os outros meninos, entre as pessoas... é... chegava um menino novo, a gente já tipo abraçava ele no grupo. Eu acho que... a gente aprendeu muita coisa ali, tipo uma união. (Jovem 6)*

Destaca-se nas falas dos jovens, quando referem àquele espaço como um local de compartilhamento de conhecimento e sem preconceito. Convém expor tal questão, visto que como já discutimos muitos desses jovens relataram experiências em que foram alvos de atitudes racistas e preconceituosas. Estar em um espaço de convivência aberto à expressão e ao saber do jovem é um ponto a ser destacado. Afirma-se assim no terreno micropolítico, novos modos de se relacionar. Não que sejamos ingênuos de afirmar que as relações estabelecidas eram processos homogêneos e sem embates, visto que os atravessamentos históricos, os modos

individualizados de se relacionar também comparecem ali, mas demarcar um espaço aberto a produções singulares no relacionar precisa ser visibilizada.

> *É, o grupo, os profissionais que trabalhavam com a gente. [...] Sim, eu gostava assim, sempre tinha uns que pegava uma gracinha também como sempre. [...] Rsrs (Jovem 3)*
>
> *é... sempre tinha um que fazia gracinha pra gente rir! [...]Nossa, é muito bom! Num era problema não, porque assim sempre tem um bobinho pra descontrair a turma. [...]que era assim, era um pouqui..., era bastante, era, mas era muito bom, todo mundo assim ajudava um, compartilhava o que tinha, conhecimento... num tinha assim aquele des...desrespeito, preconceito, todo mundo assim... no primeiro dia assim, ficou calado né, mas depois foi se soltando, um aqui outro ali... no esporte, teve aula de dança também, teve esporte, aprendi bastante coisas. (Jovem 2)*
>
> *[...] foi no convívio com o pessoal do Projovem que eu fui olhando que... todo mundo era capaz de realizar algo que desejava, mas só que com é... convivendo com eles é... aprendendo com eles, dialogando com [...] os meninos, com as meninas lá. Aí eu fui aprendendo que a gente tem que correr atrás do que a gente quer, deseja, ter um emprego, é... com a família mesmo é... dialogando, conversando, sabendo, é o limite também, é tipo no que eles conversa com a gente... [...] ... então, não tem é... nada assim pra dizer, "ah, foi ruim"... num foi, pra todo mundo foi bom. De aprender o convívio so...social com as pessoas, é... aprendeu a respeitar o próximo, que muitos dali na época ficava mais na rua né, ficava mais perdido pras outras coisas erradas e aí foi e aprendeu e hoje tá tá guiando no caminho certo. [...] No coletivo sim! Eu acho que foi importante pra cada um. Pra descobrir a diferença de cada um, o respeito, ter um limite... e muitos ali se conheciam desde pequeno né A., muitos ali é... conhecido desde pequeno, foi aprendendo com outras pessoas que não conheciam... o convívio, é... ficando amigas e tão... o essencial pra cada um... é.. crescer aí, assim, pessoalmente.[...] (Jovem 6)*

Há um relato importante para pensarmos o modo de convivência que os jovens do Projovem estabeleceram e o tensionamento que ocorreu no encontro desses com outros jovens, quando foi implantada no CRAS a oficina de violão. O embate emerge quando nesta oficina são matriculados jovens advindos de escolas particulares produzindo um ponto de conflito analisador das relações que se dão no município entre as elites e as camadas mais empobrecidas[95]. A fala do Jovem 1 aponta para uma

[95] O método utilizado na pesquisa abrangeu conversas com os jovens que colocaram em análise modos de organização e implantação de ações por parte do CRAS. Nesse sentido, não foi objetivo da

desconforto ao tentar se relacionar com tais jovens, visto que o Projovem teria um modo de operar diferente desses. Algumas enunciações no discurso como: que se sentiram excluídos com a entrada destes, que eram desagradáveis, rigorosos, pessoas são simples como eles; atualizam relações cotidianas da vida desses jovens, colocam em análise o convívio entre as camadas sociais.

> *Uhum...então, a gente acabou saindo porque primeiro a gente estava atrás né, de mais coisas pra tá incluindo no Projovem, né, aulas diferenciadas e tudo mais, e aí fomos atrás de aula de violão né, só que aí... acabou dando que vieram outras pessoas, meio que desagradáveis pro proje... pro Projovem e a gente acabou meio que se afastando, mas foi por isso, não por ninguém, nem daqui né, mas foi pelas pessoas que acabaram entrando que não agradaram a gente. [...]Então, a gente conversava com todo mundo né, porque uns queriam uma coisa, outros queriam outra, mas uma aula diferenciada seria na verdade o violão né, das que estavam inseridas pra gente. E aí a gente conversou com todo mundo, com os alunos do Projovem, conversamos com o pessoal do CRAS também, até que eles foram atrás e conseguiram o professor né, pra tá vindo au... dar aula, e além do professor os violões né, pra quem não tinha violão em casa pra tá trazendo.[...]É, cada um tinha uma ideia diferenciada... e como a gente queria muito porque era a mais diferente de todas né, algo bacana assim que... e não só nós também tínhamos que tavam gostando, também que queriam a aula de violão, mas nós não éramos a maioria, mas a gente foi atrás e conseguiu.[...] Sim, então, porque não eram pessoas como nós né, porque todo mundo que tava ali no Projovem era bem simples, bem amigo já, tava habituados a um com os outros, aí as pessoas novas que chegaram acabaram entrando... tomando a frente e isso meio que desagradou. [...]Não. Não eram. Eram pessoas bem mais rigorosas.[...] Rigorosos de não ser simples, não agir com simplicidade e querer tomar a frente né, do nosso projeto que a gente sempre batalhou né, pra ter as coisas diferentes.[...] É, simplicidade no caso, é você chegar, já saber, né, o tipo de pessoa, contornar situações, é você saber fazer amizades logo de cara, saber né tratar as pessoas bem né, como deveriam ser tratadas, essa é a simplicidade no caso de nós, do Projovem.[...] No caso saiu eu e F. né. G. tinha parado um pouco antes também, porque ela começou a trabalhar e eu e F. acabamos saindo juntas porque nós duas mesmos, é, vimos que tava meio bagunçado, essa questão das aulas de violão. Aí Decidimos sair...[...]Ah, foi, foi meio triste porque*

---

pesquisa acompanhar como foram pensadas as estratégias de implantação das oficinas por parte da gestão do equipamento após a inauguração do CRAS. A decisão do CRAS de realizar uma oficina de violão não específica para o Projovem, mas abrangendo jovens que não participavam do serviço e de camadas mais abastadas é questionada e problematizada como uma ação que teve como um dos efeitos a insatisfação dos jovens do Projovem que haviam trabalhado para a sua implantação.

a gente gostava muito do projeto e acabar saindo por um motivo assim né, meio, num sei... mas foi, foi triste, deixamos amigos aqui que a gente tinha feito, mas aí a gente seguiu em frente né...[...] Não, a gente chegou a conversar, falou que não tinha aprovado né a entrada daqueles novos participantes e falamos que a gente tinha dado tudo, batalhado pra conseguir as aulas e eles simplesmente chegaram assim, sem mais nem menos, já tomaram a frente do projeto né, a gente falou que não tinha gostado. Só que não havia jeito né... de mandarem eles assim embora e então a gente acabou saindo né.[...] Sim, a gente chegou a conversar mas, falaram que não havia jeito. Então pra não dar né confusão a gente achou melhor sair. [...]tomando lugar.[...] Ah, eles chegaram, os vio... eles também não tinham violões né, e... não deram prioridade à gente né, que já estava a mais tempo, aí já pegaram, já começaram a usar e a gente teve que ficar pro próximo, pro próximo horário. Então, já tomaram a frente logo de cara, assim... nesse sentido.[...] De vista sim. Algumas e outras eu não conhecia, mas na hora você vê que num era aquele tipo de pessoa que estava ali, que você é habituado né, igual nós do Projovem a gente se sentiu meio que excluído.[...] Por que como eu já havia dito, eles tomaram a frente né do pro... do projeto, sendo que eles haviam acabado de chegar e tomaram a frente, a gente ficou meio pra trás, isso ficou meio chato.[...] Uma delas é pela escola né, hum, essa... esse novo grupo que entrou, eles já eram de escolas particulares, e nós todos do Projovem, já eram de escolas públicas, essa já era uma diferença grande né. Por que muitos da particular né, gostam de levar a frente e quer de ser superiores, não todos né, claro, mas, a maio... assim, grande parte digamos né, e isso que a gente acabou achando da parte deles... uma diferença muito grande. [...]É, e classe social também bem diferente.[...] É, aí a gente percebeu as diferenças né, aí a gente achou meio, meio sem graça da nossa parte, aí a gente ficou meio né... restringido a isso... aí a gente achou melhor sair por causa disso mesmo.[...]Então, nós do Projovem a gente sempre se deu, se deu muito bem né, só que eles não iam atrás de fazer amizades com a gente, eles ficavam bem na deles, conversavam entre eles, né, aquela coisa, num vai pra frente. Só ficava entre eles e não... não faziam amizades com a gente e a gente querendo tentar né, a gente era bem legal assim digamos, rs. [...]Não, além disso, a postura e a escola particular influenciaram muito na nossa saída né, e da saída, acho que de outros que depois saíram também, porque não se deram bem, mas eu acho que só essa questão mesmo.[...] Não, todo mundo se dava bem ali , todo mundo conversava, ria, brincava, era bom, ,era bacana, nunca tive desentendimento com ninguém.[...] Foi a única dificuldade porque já não eram do Projovem né, já não eram da turma e aí pra fazer amizade foi difícil e a gente achamos melhor, acabar saindo mesmo.[...] Eles não se aproximavam.[...] Isso e mesmo assim, não tinha convívio, não conversava, mas ficavam distantes, não davam conversa pra gente e aí ficou meio assim né, bem dividido essa turma.(Jovem 1)

A entrada desses jovens na oficina em questão fez emergir uma dinâmica em que não se conseguia ter mistura, contágio e vínculo entre os dois grupos. Pode-se ter uma leitura apressada de que o grupo do Projovem poderia estar se fechando e resistente a essa entrada de novos jovens, mas outros processos precisam ser analisados que são justamente as relações que se estabelecem entre as elites e as camadas mais empobrecidas no município. Como discutimos, muitas relações de preconceito e a invisibilização da pobreza foi se constituindo no município e a atualização de tais processos que ocorrem no cotidiano da vida desses jovens comparecem na dinâmica das relações construídas naquele espaço. Jovem 1 fala de uma tentativa de construir amizades, que não era recíproca. Arriscamos afirmar que tais processos tem muito a ver com as relações em que colocam de um lado as elites e as camadas mais empobrecidas produzindo o isolamento e a guetificação da pobreza.

O tensionamento também põe em análise momento em que construção do espaço por parte dos jovens parece não ter sido afirmado. Jovem 1 fala de um “correr atrás” de novas oficinas, conseguir violões e quando ela é implantada os jovens que entravam pareciam ser priorizados em relação aos que estavam no Projovem. É um dado importante para pensar as relações que se estabelecem no serviço. A participação dos jovens na construção do espaço falam de um modo de organizar diferente de um espaço somente pensado pela gestão da equipe do Projovem. Algumas indagações e perguntas são importantes a fim de pensar como se tem organizado tal política. Afirma-se um Projovem, onde há a lateralização e a horizontalização nas decisões dos rumos do serviço ou a verticalização e imposição de planejamentos sem a presença dos jovens?

No trecho acima fala-se de uma tentativa de dialogo sobre o incômodo, e uma sensação de não ser ouvido que produziu a recusa de alguns jovens àquele modo de funcionamento que parecia já estar posto e decidido. A protagonização da juventude que afirmamos é através de um enfrentamento a relações de saber-poder hegemônicos que colocariam a equipe do CRAS de um lado e os jovens do outro. A construção coletiva e lateral é no sentido de trazer mais atores para pensar a política lado a lado; publicizar o Projovem.

> *É, ser superior, querer mandar, ser a pessoa im... mais importante da turma, era assim.[...] É, tem alguns casos que são assim, não todos né, porque tem muitas pessoas de escolas particulares que são ótimas pessoas, são simples, sabem conversar, sabem ser amigas, mas tem umas que gostam de se elevar , tá se elevando como eu disse, querer mandar, ser superior...[...] Ah, acho que questão de dinheiro também... a maioria né, porque tem dinheiro pode mandar, pode tudo, pode ter o que quer, isso acaba sendo chato pra pessoa mesmo né, não pra gente.[...] Não, de vez em quando, quando você está num grupo quando as pessoas todas são de uma classe social acima da sua, bate aquela insegurança, aquela... inferioridade, mas... não tive problemas assim, só questão de analisar mesmo e outros casos, mas não comigo. (Jovem 1)*

Tal conformação da oficina em que tais jovens pertencentes a camadas mais abastadas de Venda Nova parecem ser beneficiados reproduzem relações históricas de saber-poder instituídas em que colocam as elites em uma posição “superior” às camadas mais empobrecidas. Os jovens das camadas mais abastadas teriam entrado depois do trabalho de jovens do Projovem para a implantação de tal oficina e de conseguir os violões para que ela acontecesse e “tomado à frente” usufruindo do trabalho anterior. A recusa a essa situação se deu através da saída de alguns jovens do Projovem. Recusar esse não ser ouvido e esse modo de funcionamento em que se sentiram “excluídos” fala de uma resistência à verticalização das decisões nesse episódio e a aos modos hegemônicos que traçam uma hierarquia social dentro de malhas de saber-poder.

É importante apontar que o Projovem não pode passar à margem da discussão entre a oposição burguesia-pobreza, visto que é uma questão que se apresenta diariamente com relação ao público do CRAS. As questões históricas do município que fomentam tal oposição e segmentaridade, as desigualdades instaladas pelo modo de produção capitalista devem ser tema de análise. A recusa dos jovens fala de uma não aceitação aos processos de subjugação que se atualizam em diversos âmbitos do cotidiano dos usuários do CRAS. A não análise de tais questões por parte dos profissionais pode promover uma naturalização das relações desiguais e do lugar que as camadas sociais menos abastadas ocupam.

Através da participação no Projovem, há uma circulação de jovens de várias partes do município pela cidade em espaços que anteriormente não tinham acesso, principalmente daqueles que moravam no interior do município. O CRAS localizava-

se no bairro Esplanada, até 2011, e a partir daí mudou-se para Vila da Mata, bairros da sede de Venda Nova. Tal fato promove a circulação de jovens pela cidade, lembrando que anteriormente estavam no seu dia a dia, principalmente, no circuito casa-escola. Uma passagem de uma de nossas conversas fala de um sonho de um jovem de estudar na sede de Venda Nova, único local do município que possui escola pública de ensino médio, o que produziria justamente essa mudança no circuito habitual de deslocamento desses jovens que fizeram sua formação escolar nas escolas regionais.

> *Isso... aí eu... [...] eles falam que é bom [...] mas eu quero o Fioravante, porque eu sempre quis ir pra lá, um sonho, e eles falam que o ensino aqui também é bom. Aí eu quero vim pra cá.[...] Sempre. Desde pequeno.[...] É, tipo... todas pessoas que eu conhecia mais velha que eu, vinha pra cá, gostava, falava que aqui era bom. Aí eu ficava aqui com... com... curiosidade de ver como é que é... ai sempre quis vim pra cá, sempre quis terminar logo pra poder vim. (Jovem 4)*

Novas configurações e novos contatos se fazem a partir da participação no Projovem. Um certo desvio nas relações instituídas que promovem o isolamento das famílias das regiões mais empobrecidas. O deslocamento desses jovens até o CRAS promovem uma mudança nessa dinâmica, deslocamentos, incômodos nas relações instituídas que produziram o “aprisionamento” geográfico de muitas famílias do município.

Segundo as diretrizes do MDS, o CRAS deve ser instalado nas regiões de “vulnerabilidade social”. Em Venda Nova, não é exatamente essa prescrição que foi levada ao pé da letra, e justamente esse fato promoveu tal situação. É claro, que o CRAS ficar distante da moradia dessas famílias pode dificultar o acesso dos usuários aos serviços, como acontece com muitas famílias de Venda Nova, porém é papel do município também oferecer as condições de tal acesso.

Ao mesmo tempo que ocorre essa dificuldade de acesso, promove o contrário, a circulação dessas famílias antes invisibilizadas no espaço que anteriormente não era um lugar habitual. No caso do Projovem em específico, os jovens recebem passes para utilizarem ônibus no deslocamento. O fato de poderem conhecer lugares novos, antes nunca visitados, que nunca tiveram a oportunidade de acessar e a ampliação

da ocupação de espaços do município pelos jovens são uma interferência na cidade e seus modos de vida instituídos produzida a partir da participação no Projovem.

> *Sítio! É... Sempre no natal, tal e coisa, comemorar aniversário de ano e tal...[...] Não, dependia de alguns a gente conhecia, dependia de outros não...[...] Olha, já levou nós no Polentão, no Conviver que eu já conhecia... num sei se alguém assim... [...]é, com os vovô que um dia que a gente foi lá vê os vovô, aí tinha um forrozão lá que eu cai dentro do forró! Num perdi tempo o veio me chamou, borá então dançar, rsrs [...]Aí eu... assim, esses lugares assim, mais igual lá no... coisa eu não conhecia, eles marcaram pra ir pra Vitória, acabou não indo né, pra Vitória... aí num deu pra ir, mas foi assim, super ótimo! Os passeios que a gente fez... (Jovem 2)*

> *[...]só que, aí né, o espaço até então era um... bastante curto, assim, pequeno, mas o projeto era muito bacana, levava a gente nos lugares pra conhecer diversos, diversas coisas, é, a gente tinha debates também né, nós, os alunos né, do Projovem, com os professores no caso... e a gente debatia diversos assuntos, era... era um programa muito bacana. (Jovem 1)*

Aqui, colocamos em análise as políticas para juventude que tem como pano de fundo o “retirar da rua”. Tal premissa pode carregar a concepção de que se os jovens estão na rua é porque estão sem ocupação, estão mais promissos a se envolverem em conflitos com a lei, reforçando a relação pobreza-vulnerabilidade-risco. Nessa discussão pontuamos o direito de ir e vir como uma provocação para afirmar que não se trata de retirar os jovens da rua porque esses podem ser futuros desviantes, mas sim de afirmar o direito de ocupar as ruas, os espaços da cidade, fator este negado com o decorrer da história e a constituição de desigualdades sociais que produzem uma separação geo-social entre local de pobreza e local das elites.

Promover a circulação dos jovens, afirmar o estar nas ruas, a expansão da vida, o incômodo às relações instituídas é traçar um deslocamento da discussão para a afirmação de um direito. Nesse sentido, ressalta-se que os jovens por meio do Projovem em Venda Nova o utilizam também como meio de afirmação e escapes a produções hegemônicas de controle. A juventude que ocupa, incomoda. São as buscas de exercício de autonomia em meio a um jogo de biopoder. Dessa forma deve-se ficar atento às faces duras em que o Projovem se insere e produz, reafirmando as suas faces produtoras de escapes, de modo a afirmar os direitos da juventude. É a luta que defendemos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aposta ético-política de nossa pesquisa é em direção aos processos que provocam a constante (re)construção das políticas para juventude, portanto as considerações finais se fazem de forma provisória e não delimitando algo irredutível, permanente e definidor do objeto.

No percurso do estudo, podemos notar que em muitos momentos vivíamos um dilema, pois sentíamos que mesmo tentando estar atentos se não estaríamos reproduzindo um lugar de se falar pelos jovens, percebíamos que as vozes dos jovens pareciam inauditas. Foi necessário um processo de análise dos modos de escrita e caminhos de pesquisa que nos colocou indagando o como a academia com seus certos especialismos e debates sobre e não com os jovens estão presentes em nós.

Após algumas análises verificamos que não era somente descrever as falas dos jovens que estaríamos afirmando suas vozes, nem interpretando e tentando encaixar em teorias e caixas pré-formatadas. Apostamos em análises guiadas pelas falas dos jovens.

Trouxemos a discussão de como os modos de vida do município de Venda Nova do Imigrante, os mecanismos e atravessamentos históricos-culturais tem um lugar importante na produção das políticas que ali se fazem e este debate trouxe à luz processos que devem ser colocados em confronto de modo a se afirmar a expansão da vida juvenil em detrimento do controle e do preconceito.

É importante apontar como os jovens relatam a importância de participação no serviço socioeducativo Projovem Adolescente em Venda Nova. Isso fala de um certo acolhimento, relações construídas e sentimentos que apontam para uma relação de pertencimento e que indicam encontros potentes que ali se fazem entre os jovens e os profissionais do CRAS. Ao mesmo tempo que algumas falas dos jovens nos fazem colocar em análise uma certa sensação de benefício e gratidão, de um esforço por parte da equipe do CRAS quando o Projovem é um direito a ser exercido por todos atores envolvidos e não uma relação assistencialista.

Através das conversas que traçamos com os jovens verificamos como a vida destes é atravessada por uma série de dificultadores devido à organização política de estado que promove políticas desarticuladas, fragmentadas, isoladas e precarizadas no âmbito da educação, lazer, esporte, assistência social e no direito de ocupação da cidade. Apesar de tais conformações elencamos estratégias de vida em que os jovens constroem a fim de promover desvios com relação a essa face dura das políticas.

Compreendemos que uma politica para a juventude deve ser realmente tornada pública trazendo os atores envolvidos para poderem falar e se posicionar na construção dos rumos dos serviços e equipamentos. Afirmar os posicionamentos dos jovens, promover espaços de discussão e que esses possam se apropriar dos espaços e transformar velhas configurações como um modelo hegemônico de que alguém deve falar para o jovem, como o “adulto responsável” que teria sempre a resposta “certa” e o conselho correto. Como afirma Foucault (1984), as massas não precisam de alguém para saber, e a juventude poder falar por si é uma forma de desmontar as relações de poder que impedem esse saber. Esta torção é um ato político revolucionário que pode desmontar redes de tutela e conformações políticas que tematizam a juventude pobre como perigosa, rebelde, inconsequente, marcada por mudanças hormonais que tentam calar as multiplicidades juvenis e todo o campo de possíveis que a vida pode tomar.

6 REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Vírgina de; PAPA, Fernanda (orgs.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.13-32.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n.05-06, p. 25-36, dez. 1997.

AÇÃO EDUCATIVA. **Ação Educativa participa de comitiva que entregou Projeto Juventude a Lula**. 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/todas-noticias/284-juventude>. Acesso em: 19 ago. 2014.

AFEPOL. **Associação Festa da Polenta**. Disponível em: <http://www.festadapolenta.com.br/>. Acesso em: 29 jul. 204.

ARARIPE, Tristão de Alencar. A colonização do município de Castelo. **Revista brasileira dos municípios**, nº 63/64, ano XVI, p. 129-150, jul/dez 1963. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/180/rbm_1963_v16_n63_n64_jul_dez.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2014.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: L T C Editora. 1981.

BANGO, Julio. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, Maria Vírgina de; PAPA, Fernanda (orgs.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.33-55.

BERCOVICH, Alicia; MADEIRA, Felicia. Descontinuidades demográficas no Brasil e no estado de São Paulo. In: Encontro nacional de estudos populacionais, Caxambu, 1990. **Anais...** Belo Horizonte Abep, v. 2, 1990. p. 595-631.

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da infração juvenil**. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Prouni**. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php#inscrever>.Acesso em: 05 ago. 2014a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Benefício de Prestação Continuada**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>. Acesso em: 19 julho 2014b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 19 julho 2014c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/>. Acesso em 19 julho 2014d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de Referência Especializado em Assistência Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>. Acesso em: 27 julho 2014e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de Referência de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>. Acesso em: 27 julho 2014f.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Projovem Adolescente**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>. Acesso em: 27 julho 2014g.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção Social Especial**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial> Acesso em: 27 julho 2014h.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SCFV** – Reordenamento. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/scfv-servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/scfv-2013-reordenamento> Acesso em: 19 ago. 2014i.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Minuta da NOB SUAS 2010**: aprimoramento e qualificação dos serviços socioassistenciais. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/nob-suas-2010-minuta-consulta-publica-final.pdf>. Acesso em: 27 julho 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Traçado Metodológico**. Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Projovem Urbano. **O Programa –** histórico. Diponível em: <http://www.projovemurbano.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Conteudos&cod=12>. Acesso em: 22 janeiro 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **2007** – Lançamento do Projovem Integrado. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/marcos/2007-2013-lancamento-do-projovem-integrado>. Acesso em: 27 julho de 2014j.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. Imigração italiana e a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo. In: BERGAMINI, Kamila Brumatti (Org.). **Adeus Itália**: imigração europeia ao Espírito Santo: floresta e colônia. Vitória: Secult, 2013. p. 40-53.

CASAGRANDE, André Dell'Orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. **Castelo** – da pré-história ao início do Século XX. Castelo: Prograf, 2002.

CAVALCANTE, Meire. Adolescentes – Entender a cabeça dessa turma é a chave para obter um bom aprendizado. **Nova Escola**, p. 46-49, setembro 2004.

CIRCOLO TRENTINO DI VENDA NOVA DO IMIGRANTE. **História de Venda Nova do Imigrante.** Disponível em: < http://www.trentini.com.br/?pagina=conteudo&unidade=49&uf=ES&idioma=port&id=295>. Acesso em: 19 ago. 2014.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** [online], Rio de Janeiro, v.57, n.1, p. 2-11, 2005.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? In: **Direitos Humanos não tem idade**. CEDECA/São Martinho, 2008. p. 58-63.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.19-37.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes – Revista de Estudios sobre Juventud**, México, 9(22), p. 338-355, jan/jun 2005.

CORDEIRO, Denise. **Juventudes nas sombras**: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

COUTINHO, André Rossi. **Da transferência à transversalidade**: o devir dos conceitos e a variação do plano da clínica. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CUNHA, Ana Clara Magalhães; PAIVA-CRUZ, Soraia Georgina Ferreira de. Entre o saber médico e o saber psicológico: a construção da adolescência. In: XXIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, Presidente Prudente-SP, 2010. **Anais do XXIII Congresso de Iniciação Científica da Unesp**, 2011.

D. JOÃO VI. **Carta Régia**. Para o governador da capitania do Espírito Santo Francisco Alberto Rubim. 4 de dezembro de 1816.

DELASOPPA, Emilio E. Funk' Rio: lazer, música, galeras, violência e a socialização da "onda jovem". In: FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.148-169

DELEUZE, Gilles. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

ESPÍRITO SANTO. Programa Estado Presente**. Sobre o Programa**. Disponível em: <http://estadopresente.es.gov.br/sobre-o-projeto>. Acesso em: 15 de outubro 2012.

FALCHETTO, Benjamim. O surgimento de Venda Nova. Depoimentos. **Naquele tempo**. Disponível em <http://naqueletempo.com.br/website/site/Depoimento.aspx?id=10>. Acesso em 19 abril 2014.

FÉLIX, Tiago. Programa Estado Presente é a estratégia do Governo contra a violência, diz secretário. **Gazeta Online**. CBN Vitória. 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/07/noticias/cbn_vitoria/reportagem/1314608-programa-estado-presente-e-a-estrategia-do-governo-contra-a-violencia-diz-secretario.html>. Acesso em: 15 outubro 2012.

FERNANDES, Ângela Maria Dias *et al.* Histórias e práticas do sofrer na escola: múltiplos atos/ atores na produção do "aluno-problema". In: MACHADO, Adriana Marcondes. FERNANDES, Ângela Maria Dias; ROCHA, Marisa Lopes (orgs.). **Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 145-166.

FERNANDES, Vilmara. Várias faces de um Estado. **Gazeta Online**. 2011. Disponível em:<http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/05/noticias/a_gazeta/dia_a_dia/851958-varias-faces-de-um-estado.html>. Acesso em 30 jul. 2014.

FERREIRA, Rodrigo Paste. **Luta e labuta**: o papel social e econômico da mulher imigrante na região de Venda Nova do Imigrante (ES). 1891 a 1927. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

FIDELIS, Leandro. Professores mantêm paralisação hoje e amanhã. **Rádio FMZ**, Venda Nova do Imigrante, 2013. Disponivel em: <http://radiofmz.com.br/website/site/Noticia.aspx?id=9323>. Acesso em 28 jul. 2014.

FOLHA DA TERRA. **Projeto Conhecendo Venda Nova do Imigrante.** Venda Nova do Imigrante, ES, 1996.

FOLHA DA TERRA. **Projeto Conhecendo Venda Nova do Imigrante –** Ano II**.** Venda Nova do Imigrante, ES, 1997.

FOUCAULT, Michel. Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (org.). **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991. p.81-84.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I** – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Introdução: juventude, para além de mitos. In: FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 9-16.

FREITAS, Maria Vírgina de; PAPA, Fernanda. Introdução. In: FREITAS, Maria Vírgina de; PAPA, Fernanda (orgs.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.121-141.

GIRARDI, Giovana. A neurologia explica. In: CAVALCANTE, Meire. Adolescentes – Entender a cabeça dessa turma é a chave para obter um bom aprendizado. **Nova Escola**, p.49, setembro 2004.

GOIS JUNIOR , Edivaldo. **Os higienistas e a Educação Física**: a história de seus Ideais. 2000. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Fama Filho, Rio de Janeiro, 2000.

GOULART, Marcos Vinicius da Silva; SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. Juventude e biopolítica: o poder jovem enquanto objeto de intervenção política. **Revista Internacional INTERthesis**, UFSC, v.09, nº01, jan/jun 2012.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 2001.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GUIMARÃES, Valdinei. Socol é aperitivo capixaba com sabor e história dos imigrantes italianos. **G1**. Espírito Santo. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/estacao-inverno/2012/noticia/2012/07/socol-e-aperitivo-capixaba-com-sabor-e-historia-dos-imigrantes-italianos.html>. Acesso em 4 abr 2014.

HECKERT, Ana Lucia Coelho. **A produção dos latifundiários do saber**: a formação do psicólogo em questão. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

HECKERT, Ana Lucia Coelho. **Narrativas de Resistência**: educação e políticas. 2004. 298 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.

HECKERT, Ana Lucia Coelho; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Fracasso escolar: do que se trata? Psicologia e educação, debates "possíveis". **Aletheia**, Canoas, n.25, pp. 109-122, 2007.

HISTÓRIA e memórias... a trajetória do povo negro em Venda Nova do Imigrante. Projeto de pesquisa realizado pelos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola Fioravante Caliman, sob a orientação da professora Celina Januário Moreira. Impresso na Gráfica Ita, Vitória, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Espírito Santo – **Venda Nova do Imigrante.** Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=320506&r=>. Acesso em: 26 mar. 2014.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 54-75.

ITAPEMIRIM, Prefeitura Municipal. **História**. Disponível em <http://www.itapemirim.es.gov.br/exibir.aspx?pag=historia>. Acesso em: 04 abr. 2014.

LACHINI, Claudio. Os italianos desde Vespucci. In: BERGAMINI, Kamila Brumatti (Org.). **Adeus Itália**: imigração europeia ao Espírito Santo: floresta e colônia. Vitória: Secult, 2013. p. 54-61.

LAZZARO, Agostino; COUTINHO, Gleici Avancini; FRANCESCHETTO, Cilmar. **Lembranças camponesas**: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.

LEAL, João Euripedes Franklin. **A rota imperial da estrada real**: a estrada São Pedro de Alcântara. 2009. Disponível em: < http://conceicaodocasteloonline.com.br/wp-content/uploads/2013/09/rota-imperial_histrico_artigo.pdf>. Acesso em 19 ago. 2014.

LOURAU, René. **René Lourau na UERJ**: análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.

MACHADO, Adriana Marcondes. Plantão institucional: um dispositivo criador. In: MACHADO, Adriana Marcondes. FERNANDES, Ângela Maria Dias; ROCHA, Marisa Lopes (orgs.). **Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 117-143.

MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proença Rebello. As crianças excluídas da escola: um alerta para a Psicologia. In: MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proença Rebello (orgs.). **Psicologia Escolar**: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, v.1, p.35-50.

MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello. As políticas que incidem sobre a vida. In: **Estudos e pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 10, nº1, p. 118-133, 2010.

Maciel, Maria Eunice. A eugenia no Brasil. In **Revista Anos 90***,* n.º 11, Porto Alegre, pp. 121-130, jul. 1999.

MARTINS, Aline de Carvalho. Risco social: terminologia adequada para a proteção social e garantia dos direitos? **Em pauta.** Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 29, v.10, p.85-99, 2012.

MICHAELIS. **Dicionário online**. Lavra. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=lavra > Acesso em: 19 ago. 2014.

MIRANDA, Luciana Lobo. Reflexões sobre educação, pós-mídia e produção de subjetividade no contexto escolar. In: MACHADO, Adriana Marcondes. FERNANDES, Ângela Maria Dias; ROCHA, Marisa Lopes (orgs.). **Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 185-205.

NEVES, Claudia Abbês Baêta. Sociedade de Controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação. In: Silva. André do *et al*. (Org.) **Subjetividade**: questões contemporâneas. São Paulo: Hucitec, 1997. Disponível em: < http://www.slab.uff.br/images/Aqruivos/textos_sti/Cl%C3%A1udia%20Abb%C3%AAs/texto79.pdf>.Acesso em 19 ago. 2014.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **A "Venda Nova das Imigrantes":** relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. 2004. 258 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2004.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Vírgina de; PAPA, Fernanda (orgs.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.7-12.

OLIVEIRA, Clever Manolo Coimbra de. **Atenção Básica na Assistência Social**: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

REIS, Cleilson Teobaldo dos. **Velhice como intervenção nos modos de vida**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

RETRATO DO BRASIL. Rio de Janeiro, Política. Nº26. 1984

ROCHA, Gilda. Aldeamento Imperial Afonsino. **Revista Cultura UFES**, Vitória, 1(2): pp 48-53, 1979. Disponível em: < http://www.ape.es.gov.br/espiritosanto_indios/> . Acesso em: 19 ago. 2014.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Os anos de inverno da análise institucional francesa. **Revista do Departamento de Psicologia**, UFF, Niterói, v.18, n.2, p. 29-46. 2006.

RODRIGUES, Henrique José Alves. **Pensando minorias sexuais e de gênero sob a perspectiva das políticas pública e de subjetivação.** 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ROLNIK, Suely. Desentranhando futuros. **Com ciência** - Revista eletrônica de jornalismo científico, 2008. Disponível em: < http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=36&id=423>.Acesso em: 19 ago. 2014.

SCHEINVAR, Estela. **Biopolítica e judicialização das práticas de direitos**. IFICS/ Laboratório de Filosofia contemporânea. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 19-22 de outubro de 2009.

SOUZA, R. M. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n.1, p. 1-28, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 13, p. 73-94, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Vírgina de; PAPA, Fernanda (orgs.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.57-75.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 24, Set /Out /Nov /Dez 2003

TAVARES, Gilead Marchezi; CAPELINI, Thalita Calmon e GUIDONI, João Paulo. O risco de programas governamentais para infância empobrecida: uma análise do PETI em Vitória (ES). In: NASCIMENTO, Andréa dos Santos; AVELLAR, Luziane Zacché e BARBOSA, Paola Vargas (orgs.) **Infância e juventude**: promovendo diálogos e construindo ações. Vitória: GM Editora, 2012. p. 47-67

TRINDADE, Carlos Roberto Calenti. Biopoder, biopolítica e o Overmundo. In: Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, Florianópolis, 2008. **Anais do II Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura** - ABCiber, Florianópolis-SC, 2008.

VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Prefeitura Municipal. **Histórico.** Disponível em:<http://vendanova.es.gov.br/website/site/Historico.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2014.

VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Câmara Municipal. **Diagnóstico de Venda Nova do Imigrante a partir de fontes secundárias de informações**. Vitória: Atena, 2011.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992.

VIANA, Paulo Armando Esteves Martins. **A que veio o Cras?**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2013.

WALLIS, L. A adolescência acaba aos 25 anos?. **BBC News** – BBC Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130925_adolescencia_termina_25anos_an.shtml>. Acesso em: 05 de dezembro de 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013 –** Homicídios e juventude no Brasil. Brasília, 2013.

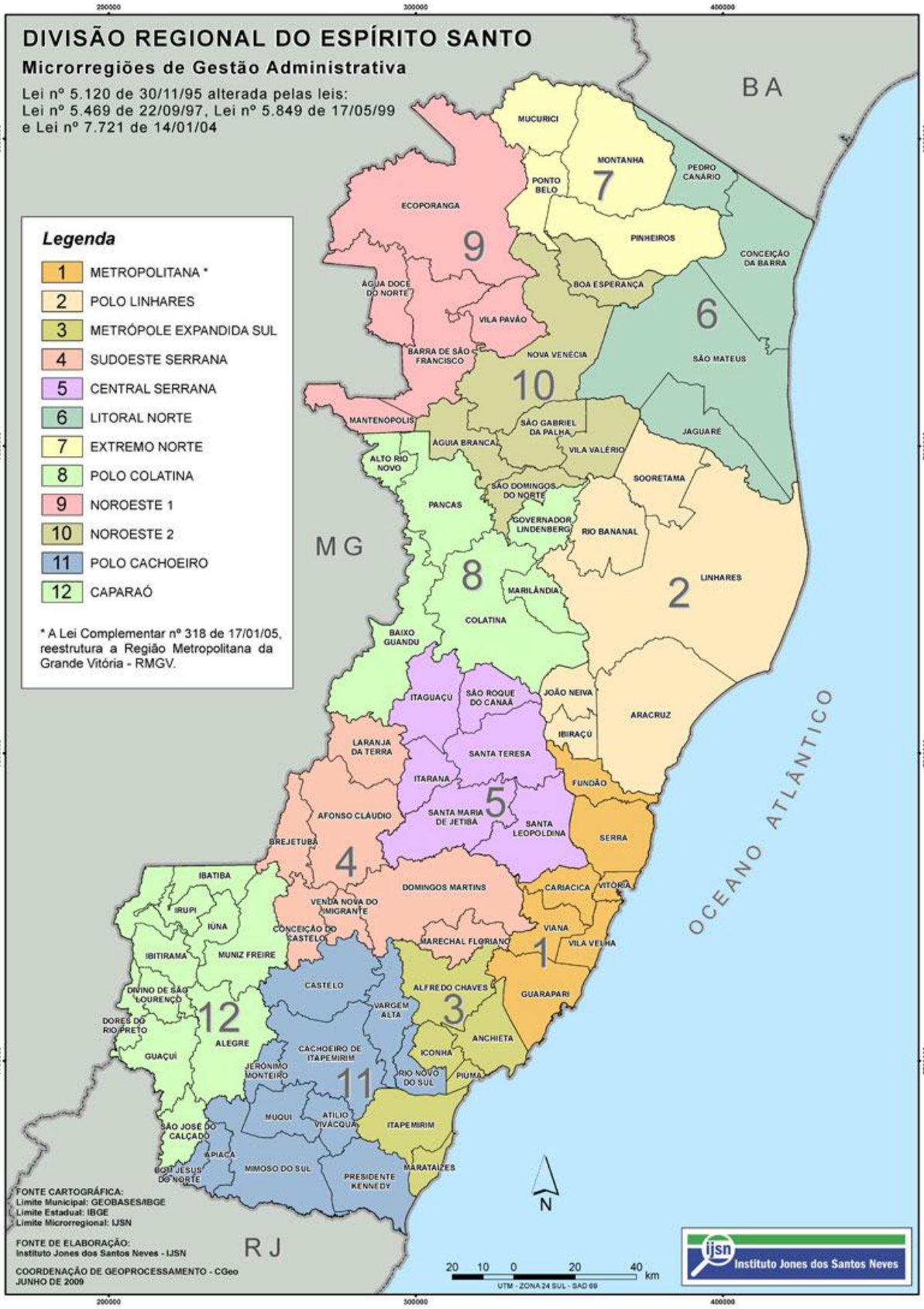
WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014 –** Os jovens do Brasil. Brasília, 2014.

WIKIPEDIA. A enciclopédia livre. **João Teodoro Descourtilz**. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Teodoro_Descourtilz>. Acesso em 19 ago. 2014.

ZANDONADI, Beatriz Mauro; FREIRE, Ana Lucy Oliveira. O meio rural como atrativo para o agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES): o caso da família Carnielli. In: VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, Caxias do Sul, 2012. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul** – UCS, Caxias do Sul, RS, 2012. p.1-16.

ZANDONADI, Máximo. **Venda Nova do Imigrante**: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo. Belo Horizonte, 1992.

ZOURABICHVILI, François. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, Éric (org.). **Gilles Deleuze:** uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 333-356.

ANEXOS

ANEXO A – Mapa do Estado do Espírito Santo – Divisão Regional